

**Plano Territorial**  
**Desenvolvimento Rural**  
**Sustentável**  
**Território**  
**SERTÃO CENTRAL**



PTDRS  
SERTÃO CENTRAL

PRESIDENTE DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
Afonso Florence

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ  
Cid Ferreira Gomes

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL  
Jerônimo Rodrigues Souza

DELEGADO FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ  
Francisco Nelsieudes Sombra de Oliveira

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
José Nelson Martins de Sousa

INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ  
Francisco Celso Crisostomo Secundino

UNIÃO DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS DO ESTADO DO CEARÁ – UNITACE –  
Domingos Diógenes Aires Neto

GRUPO TÉCNICO PELA TERRITORIALIZAÇÃO DO CEARÁ - GTT

Amelia Carmelita Gurgel dos Anjos	Coordenadora Instituto Agropolos
Antonia Almeida Duarte	Coordenador CODET/MDA
Antonio Lacerda Souto	Articulador Estadual da SDT/MDA
Antonio Marcos Vieira de Castro	Secretario - CEDR
Cleber Leite Pereira	Coordenador – SDA/ Agropolos
Josafá Martins	Coordenador Instituto Agropolos
Luis Carlos dos Santos	Agente Desenvolvimento Econômico - SDT/MDA
Maria de Fátima Costa Fernandes	Assessora EMATERCE
Olimpio Ferreira Queiroga Neto	Articulador Estadual da SDT/MDA
Raimundo Adolfo Gurgel do Amaral Filho	Assessor - CEDR

B823p Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário  
Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Territorio  
Sertão Central – MDA/SDT/Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará,  
2011.  
328 p.;v 1. il

1. Territorialidade. 2. Desenvolvimento Sustentável I. Instituto  
Agropolos do Ceará II. Título

CDD: 304.2

**MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO  
TERRITORIO DA CIDADANIA**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E  
SUSTENTAVEL DO TERRITÓRIO DO SERTÃO CENTRAL**

**CEARA  
2011**

## **COORDENAÇÃO NACIONAL**

Carlos Umberto Osório Castro - SDT/MDA  
Carleuza Andrade da Silva - SDT/MDA

## **COORDENAÇÃO TERRITORIAL**

Plenária Geral do Conselho de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território do Sertão Central (CODETESC).  
Núcleo Dirigente do Território do Sertão Central

## **EQUIPE PROPOSITIVA DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS: COMITÊS TEMÁTICOS E SETORIAIS**

Comitê de Direitos e Desenvolvimento Social

Comitê de Educação e Cultura

Comitê de Gestão Territorial

Comitê de Infraestrutura

Comitê de Meio Ambiente

Comitê da Organização Sustentável da Produção e Ações Fundiárias

Comitê de Saúde, Saneamento e Acesso à Água

## **ASSESSOR TÉCNICO TERRITORIAL**

José Arimatea Rodrigues de Menezes Técnico

Paulo José Gomes Ferreira Técnico

## **EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

Amélia Carmelita Gurgel dos Anjos

Pedagoga

Antonio Lacerda Souto

Pedagogo

Aurélio Magno Lopes de Oliveira

Engº Agrônomo

Catarina Maria Rabelo

Ms Sociologia

Elisângela Maria de Oliveira Sousa

Ms Políticas Públicas

Fabiola de Lima Gonçalves

Enfermeira

Florencia Furlotti

Pedagoga

Francisca Sinhá Moreira Evangelista

Ms Geografia

Francisco Eugênio de Oliveira Costa

Engº Agrônomo

Geórgia Medeiros Paiva

Esp. Saúde da Família

Janaina Carla Farias

Turismóloga

Jefferson Gonçalves Américo Nóbrega

Ms Engenharia Agrônômica

Leilamara do Nascimento Andrade

Ms. Engenharia de Pesca

Lucia Albuquerque do Carmo

Assistente Social

Maria Clara Gonçalves de Castro e Silva

Esp Saúde da Família

Maria Inês Mapurunga de Miranda

Geógrafa

Maria Lucia Vitoriano de Lima

Pedagoga

Maurício Lima de Oliveira

Acadêmico de Agronomia

Nahyara Estevam Marinho

Ms Sociologia

Paulo José Gomes Ferreira

Técnico

Renato Araujo Bezerra

Administrador

Ruth Helena Linhares Leite

Bibliotecária

Vânia Margareth Rodrigues Bonfim

Ms Políticas Públicas

## **AGRADECIMENTOS**

A todos que participaram deste processo, que privilegia as práticas humanas, aprendizagens que contemplam os saberes sociais, com o ideal de criar as condições sócio ambientais para conhecer, avaliar e agir sobre a realidade e ao mesmo tempo possibilitar as mudanças de comportamentos e transformações na construção de um plano territorial participativo nascido de uma nova concepção de gestão social.

E neste processo registramos aqueles e aquelas que foram precursores desta estratégia territorial em especial

*Luiz Inácio Lula da Silva*

*Guilherme Cassel*

*Jose Humberto Oliveira*

*Camilo Sobreira de Santanna*

*Antonio Rodrigues Amorim*

*Marcelo Souza Pinheiro*

*José Bartolomeu Cavalcante*



## LISTA DE SIGLAS

<b>APA</b>	Área de Proteção Ambiental
<b>APP</b>	Área de Preservação Permanente
<b>APRECE</b>	Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará
<b>ASA</b>	Articulação do Semiárido
<b>BNB</b>	Banco do Nordeste do Brasil
<b>BPC</b>	Benefício da Prestação Continuada
<b>CAE</b>	Comitê de Articulação Estadual
<b>CAE</b>	Conselho de Alimentação Escolar
<b>CAGECE</b>	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
<b>CCDS</b>	Conselhos Comunitários de Defesa Social
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal
<b>CEREST</b>	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
<b>CEU</b>	Condomínio Espiritual Uirapuru
<b>CMDS</b>	Conselhos Municipais para o Desenvolvimento Sustentável
<b>CODET</b>	Conselho de Desenvolvimento Territorial
<b>COFINS</b>	Contribuição Financeira para a Seguridade Social
<b>COGERH</b>	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos
<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>CONDEMA</b>	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
<b>CONPAM</b>	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
<b>COOPANEI</b>	Cooperativa de Produção, Assistência Técnica, Comercialização e Núcleo.
<b>COOTAP</b>	Cooperativa Tecnológica de Assessoria e Projetos
<b>CRAS</b>	Centro de Referência de Assistência Social
<b>CREA</b>	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
<b>CREAS</b>	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
<b>CREDE</b>	Coordenação Regional de Desenvolvimento da Educação
<b>CVT</b>	Centro Vocacional Tecnológico
<b>DAS</b>	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
<b>DER</b>	Departamento estadual de Rodovias
<b>DETR</b>	Departamento estadual de Rodovias e Transportes
<b>DNOCS</b>	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
<b>EAN</b>	Educação Alimentar e Nutricional
<b>EE</b>	Escolas Estaduais
<b>EFA</b>	Escola Família Agrícola
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>EM</b>	Escolas Municipais
<b>EMATERCE</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FEBRABAN</b>	Federação Brasileira dos Bancos
<b>FETRAECE</b>	Federação dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura do estado do ceará
<b>FME</b>	Fundação Municipal de Educação
<b>FPM</b>	Fundo de Participação dos Municípios
<b>FUNAI</b>	Fundação Nacional do Índio
<b>FUNASA</b>	Fundação Nacional de Saúde
<b>FUNCEME</b>	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
<b>FUNDEB</b>	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
<b>IAC</b>	Instituto Agropolos do Ceara
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICMBIO</b>	Instituto Chico Mendes
<b>IDACE</b>	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
<b>IDEB</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IDHM</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

## LISTA DE SIGLAS

<b>IFCE</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INSS</b>	Instituto Nacional de Seguro Social
<b>IPECE</b>	Instituto de Pesquisas, Estudos, Cultura e Educação
<b>LOAS</b>	Lei Orgânica da Assistência Social
<b>MDA</b>	Ministério do desenvolvimento Agrário
<b>MDS</b>	Ministério de Desenvolvimento Social
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
<b>NASF</b>	Núcleo de Apoio a Família
<b>NIT</b>	Núcleo de Informação Tecnológica
<b>PAA</b>	Programa de Aquisição de Alimentos
<b>PBF</b>	Programa Bolsa Família
<b>PETI</b>	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
<b>pH</b>	Potencial Hidrogênico
<b>PM</b>	Prefeituras Municipais
<b>PNAE</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>PSE</b>	Proteção Social Especial
<b>PTDRS</b>	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
<b>R.H</b>	Recursos Hídricos
<b>RPPN</b>	Reserva Particular de Patrimônio Natural
<b>SAN</b>	Segurança Alimentar e Nutricional
<b>SDA</b>	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
<b>SDT</b>	Secretária de Desenvolvimento Territorial
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
<b>SEDUC</b>	Secretaria Estadual de Educação
<b>SEMACE</b>	Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará
<b>SINE</b>	Sistema Nacional de Emprego
<b>SNUC</b>	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
<b>SOHIDRA</b>	Secretaria de Recursos Hídricos
<b>SRRF</b>	Superintendência Regional da Receita Federal
<b>SUDEC</b>	Superintendência de Desenvolvimento do Ceará
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>UC</b>	Unidades de Conservação
<b>ZCIT</b>	Zona de Convergência Intertropical



## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b>	Representação do Território do Sertão Central no Mapa do Ceará	<b>42</b>
<b>FIGURA 2</b>	Distribuição por grupos de causas por mortalidade geral no território sertão central e no ceará em 2008	<b>91</b>
<b>FIGURA 3</b>	Situação de nascimento no território sertão centra (percentual de nascidos com baixo peso, prematuros e mães adolescentes de 10-19 anos) em 2008	<b>94</b>
<b>FIGURA 4</b>	Percentual do Número de Leitos por 1000 Habitantes no Estado do Ceará e Território Sertão Central em 2009	<b>105</b>
<b>FIGURA 5</b>	Tipos Climáticos do Território Sertão Central	<b>167</b>
<b>FIGURA 6</b>	Compartimentação Geoambiental do Território Sertão Central	<b>169</b>
<b>FIGURA 7</b>	Bacias Hidrográficas do Território Sertão Central	<b>172</b>
<b>FIGURA 8</b>	Classes de Solos do Território Sertão Central	<b>176</b>
<b>FIGURA 9</b>	Unidades Fitoecológicas do Território Sertão Central	<b>180</b>
<b>FIGURA 10</b>	Representação gráfica do Mapa do Estado do Ceará e Níveis de Propensão à Desertificação	<b>194</b>
<b>FIGURA 11</b>	Número de famílias atendidas pelo Bolsa Família em Pedra Branca, Piquet Carneiro e Mombaça	<b>213</b>
<b>FIGURA 12</b>	Número de famílias atendidas pelo Bolsa Família em Solonópole, Milhã, Dep. Irapuan Pinheiro e Senador Pompeu	<b>213</b>
<b>FIGURA 13</b>	Repasso mensal do Bolsa Família em Pedra Branca, Piquet Carneiro e Mombaça	<b>214</b>
<b>FIGURA 14</b>	Repasso mensal do Bolsa Família em Solonópole, Milhã, Dep. Irapuan Pinheiro e Senador Pompeu.	<b>215</b>
<b>FIGURA 15</b>	Percentual do número de imóveis, por tipo de propriedade no território Sertão Central	<b>229</b>
<b>FIGURA 16</b>	Mapa de distribuição de acesso ao Pronaf no Território Sertão Central, 2005-2009	<b>232</b>
<b>FFIGURA 17</b>	Habitantes e Representação Partidária Legislativo Municipal	<b>254</b>
<b>FIGURA 18</b>	Habitantes e Representação Partidária Legislativo Municipal	<b>254</b>
<b>FIGURA 19</b>	Habitantes e Representação Partidária Legislativo Municipal	<b>255</b>
<b>FIGURA 20</b>	Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	<b>264</b>
<b>FIGURA 21</b>	Transferência Imposto Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	<b>265</b>
<b>FIGURA 22</b>	Transferência Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB)	<b>266</b>
<b>FIGURA 23</b>	Receitas de Impostos e Transferência Constitucionais e do SUS	<b>268</b>
<b>FIGURA 24</b>	Comparativo de Recursos PTC 2010 entre os Ministérios de Estado	<b>284</b>
<b>FIGURA 25</b>	Elementos do Processo da Gestão Social	<b>286</b>
<b>FIGURA 26</b>	Diagrama Organizacional do Colegiado para a Gestão Social do Território	<b>289</b>

## TABELAS

<b>TABELA 1</b>	Distribuição da população do Território Sertão Central por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento	<b>27</b>
<b>TABELA 2</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertão Central - 2010	<b>29</b>
<b>TABELA 2.1</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertão Central - 2010	<b>30</b>
<b>TABELA 2.2</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertão Central - 2010	<b>31</b>
<b>TABELA 2.3</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertão Central - 2010	<b>33</b>
<b>TABELA 2.4</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertão Central - 2010	<b>34</b>
<b>TABELA 2.5</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertão Central - 2010	<b>36</b>
<b>TABELA 3</b>	População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território Sertão Central, 2010	<b>37</b>
<b>TABELA 4</b>	Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território Sertão Central, 2010	<b>38</b>
<b>TABELA 5</b>	Área, acessos rodoviários e distância da capital em Km por municípios e micro-territórios do Sertão Central	<b>41</b>
<b>TABELA 6</b>	Morbidades Proporcional por Doenças Crônicas no Território Sertão Central	<b>80</b>
<b>TABELA 7</b>	Morbidades Proporcional por Doenças Transmissíveis no Território Sertão Central em 2009	<b>82</b>
<b>TABELA 8</b>	Mortalidade Proporcional por Grupos de Causas no Território Sertão Central em 2008	<b>89</b>
<b>TABELA 9</b>	Condições de Nascimento no Território Sertão Central em 2008	<b>92</b>
<b>TABELA 10</b>	Tipos de Estabelecimentos da Atenção Básica e Especializada do Território do Sertão Central Dados de 2008, 2009 E 2010	<b>103</b>
<b>TABELA 11</b>	Oferta de Profissionais Médicos/Especialidades por 1000 Habitantes no Território Sertão Central em 2008	<b>107</b>
<b>TABELA 12</b>	Oferta de Profissionais de Saúde por 1.000 Habitantes no Território Sertão Central em 2008	<b>110</b>
<b>TABELA 13</b>	Percentual de Domicílio com Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Território Sertão Central, em 2007	<b>112</b>
<b>TABELA 14</b>	População alfabetizada no Estado por faixa etária (total, e por zona de moradia: rural e urbano)	<b>116</b>
<b>TABELA 15</b>	Taxas de Alfabetização, Taxa de Escolarização Ensino Fundamental e Ensino Médio no Território	<b>117</b>
<b>TABELA 16</b>	Educação Infantil - Número de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia	<b>119</b>
<b>TABELA 17</b>	Ensino Fundamental - Número de matrículas nas escolas, por dependência administrativa e zona de moradia	<b>123</b>
<b>TABELA 18</b>	IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal –	<b>126</b>

## TABELAS

	Microterritório I - Sertão Central	
<b>TABELA 19</b>	IDEB observado em 2005, 2007 e metas para rede municipal – Microterritório II – Sertão Central	<b>126</b>
<b>TABELA 20</b>	IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal – Microterritório III Sertão Central	<b>127</b>
<b>TABELA 21</b>	IDEB observado em 2005, 2007 e metas para rede municipal – Microterritório III Sertao Central	<b>128</b>
<b>TABELA 22</b>	Nível de escolaridade dos professores do ensino fundamental do Microterritório I Sertão Central	<b>130</b>
<b>TABELA 23</b>	Nível de escolaridade dos professores do ensino fundamental do Microterritório II Sertão Central	<b>130</b>
<b>TABELA 24</b>	Nível de escolaridade dos professores do ensino fundamental do Microterritório III Sertão Central	<b>131</b>
<b>TABELA 25</b>	Nível de escolaridade dos professores do ensino fundamental do Microterritório IV Sertão Central	<b>131</b>
<b>TABELA 26</b>	Ensino Médio - Número de matrículas nas escolas, por dependência administrativa e zona de moradia	<b>133</b>
<b>TABELA 27</b>	Matrícula da Educação Especial - Território Sertão Central	<b>136</b>
<b>TABELA 28</b>	Equipamentos da Educação Especial - Sertão Central	<b>137</b>
<b>TABELA 29</b>	Educação de Jovens e Adultos- presencial e semi-presencial (Número de matrículas e número de escolas - por dependência administrativa e zona de moradia)	<b>139</b>
<b>TABELA 30</b>	Ensino Fundamental (Número de escolas, com biblioteca, laboratório de informática, laboratório de ciências e quadra de esportes) - por dependência administrativa e zona de moradia	<b>142</b>
<b>TABELA 31</b>	Ensino Médio (Número de escolas, biblioteca, escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências) - por dependência administrativa e zona de moradia	<b>145</b>
<b>TABELA 32</b>	Taxa de analfabetismo da população - por gênero e zona de moradia	<b>147</b>
<b>TABELA 33</b>	Principais Reservatórios Hídricos da Bacia do Banabuiu no Território do Sertão Central	<b>173</b>
<b>TABELA 34</b>	Principais Reservatórios Hídricos da Bacia do Médio Jaguaribe no Território do Sertão	<b>174</b>
<b>TABELA 35</b>	Principais Reservatórios Hídricos das Bacias Metropolitanas no Território do Sertão Central	<b>175</b>
<b>TABELA 36</b>	Proporção de Moradores por Tipo de Destino de Lixo	<b>189</b>
<b>TABELA 37</b>	Incidência de Pobreza e Índice de Gini nos Municípios do Sertão Central em 2003	<b>205</b>
<b>TABELA 38</b>	Porcentagem da renda Apropriada por Extratos da População	<b>206</b>
<b>TABELA 39</b>	População Total, Rural e Urbana, por Micro Território, Área e Densidade Demográfica	<b>207</b>
<b>TABELA 40</b>	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por dimensão, segundo os municípios - Ceará - 1991/2000	<b>208</b>
<b>TABELA 41</b>	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por dimensão, segundo os municípios - Ceará - 1991/2000	<b>209</b>
<b>TABELA 42</b>	Índice de Desenvolvimento Social no Território Sertão Central, 2004-2007	<b>212</b>
<b>TABELA 43</b>	Quantidade produzida e valor da produção de leite no Território Sertão Central, 2006-2009	<b>219</b>

**TABELAS**

<b>TABELA 44</b>	Efetivo de caprinos no Território Sertão Central, 1996-2008	<b>220</b>
<b>TABELA 45</b>	Efetivo de aves no Território Sertão Central, 1996-2008	<b>221</b>
<b>TABELA 46</b>	Produção de Mel de abelha no Território Sertão Central, 2006-2009	<b>223</b>
<b>TABELA 47</b>	Tipologias de Artesanato por município e tipologia	<b>226</b>
<b>TABELA 48</b>	Empresas industriais ativas, por tipo, segundo os municípios e Ceará, 2005-2006	<b>227</b>
<b>TABELA 49</b>	Assentamento de trabalhadores rurais, segundo os municípios e Ceará, 2006-2007	<b>229</b>
<b>TABELA 50</b>	Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção das Categorias Familiares e Patronal do Território Sertão Central	<b>230</b>
<b>TABELA 51</b>	Entidades de assessoria e assistência técnica no território, conveniados com a Secretaria de Desenvolvimento Agrária/SDA	<b>236</b>
<b>TABELA 52</b>	Instituições de Assessoria e Assistência Técnica Territorial	<b>236</b>
<b>TABELA 53</b>	Orçamento (em R\$) Previsto para a Execução do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, por órgão responsável. Brasil, 2008-2011	<b>285</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b>	Número de Famílias e Volume de Repasse do Programa Bolsa Família	<b>56</b>
<b>QUADRO 2</b>	Estimativa de Famílias Pobres no CadÚnico e no Perfil PBF	<b>57</b>
<b>QUADRO 3</b>	Programas Complementares Articulados em Nível Federal	<b>59</b>
<b>QUADRO 4</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	<b>62</b>
<b>QUADRO 5</b>	Ações, Beneficiários e Repasse da Assistência Social – Ano base 2010	<b>64</b>
<b>QUADRO 6</b>	Comparativo entre benefícios sociais com cobertura da Assistência Social (BPC e PETI) e do PBF com repasse direto aos beneficiários	<b>65</b>
<b>QUADRO 7</b>	Quantidade de Benefícios Emitidos pelo INSS entre 2000 a 2009	<b>67</b>
<b>QUADRO 8</b>	Quantidade de Benefícios Emitidos pelo INSS entre 2000 a 2009	<b>69</b>
<b>QUADRO 9</b>	Quantidade Benefícios e Valor Acumulado Previdência e Assistência Social	<b>71</b>
<b>QUADRO 10</b>	Número de Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Delegacias de Polícia	<b>73</b>
<b>QUADRO 11</b>	Quantitativo de Bibliotecas, Teatros Museus, Bandas de Musica e Bandas Projeto Pró-Bandas do Território do Sertão Central	<b>152</b>
<b>QUADRO 12</b>	Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Sociocultural Educacional	<b>154</b>
<b>QUADRO 13</b>	O Território Sertão Central em seus aspectos de Relevo e Clima	<b>170</b>
<b>QUADRO 14</b>	Principais Solos do Território do Sertão Central	<b>177</b>
<b>QUADRO 15</b>	Tipos de Vegetação do Território Sertão Central	<b>178</b>
<b>QUADRO 16</b>	Percentual de remanescente por estado em 2008, tendo como referência a área original da Caatinga em cada estado (Adap.)	<b>182</b>
<b>QUADRO 17</b>	Municípios que mais sofreram desmatamento entre o período de 2002 a 2008, tendo como referência a área total da Caatinga em cada Município (Adap.)	<b>182</b>
<b>QUADRO 18</b>	Número de Focos do Calor por Municípios do Ceará (Adap.)	<b>184</b>
<b>QUADRO 19</b>	Municípios do Território que estão entre os 30 mais vulneráveis a Desertificação – 2009	<b>195</b>
<b>QUADRO 20</b>	Análise Territorial da Dimensão Ambiental – Território Sertão Central	<b>199</b>
<b>QUADRO 21</b>	Desempenho Obtido pelos municípios, 2004-2007	<b>211</b>
<b>QUADRO 22</b>	Análise Territorial da Dimensão Socioeconômica	<b>238</b>
<b>QUADRO 23</b>	Eleitores e Representação Partidária da Gestão Municipal 2009-2012	<b>246</b>
<b>QUADRO 24</b>	Eleitores e Representação Partidária da Gestão Municipal 2005-2008	<b>247</b>
<b>QUADRO 25</b>	Eleitores e Representação Partidária da Gestão Municipal 2001-2004	<b>248</b>
<b>QUADRO 26</b>	Eleitores e Representação Partidária da Gestão Municipal e Territorial	<b>249</b>
<b>QUADRO 27</b>	Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal 2009-2012	<b>251</b>
<b>QUADRO 28</b>	Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal	<b>252</b>
<b>QUADRO 29</b>	Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal	<b>253</b>
<b>QUADRO 30</b>	Instituições Públicas com Atuação mais Presente no Território	<b>259</b>
<b>QUADRO 31</b>	Instâncias Colegiadas ou Esfera Pública Territorial	<b>260</b>
<b>QUADRO 32</b>	Transferência Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	<b>263</b>
<b>QUADRO 33</b>	Transferência Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	<b>264</b>
<b>QUADRO 34</b>	Transferência Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB)	<b>265</b>
<b>QUADRO 35</b>	Receitas derivadas de Impostos e Transferências Constitucionais e do Sistema Único de Saúde (SUS)	<b>267</b>
<b>QUADRO 36</b>	Instituições Públicas com Atuação Regionalizada	<b>269</b>
<b>QUADRO 37</b>	Entidades da Sociedade Civil com Atuação Regionalizada	<b>271</b>
<b>QUADRO 38</b>	Eixos e Programas por Secretaria de Estado do Ceará – PPA 2008-2011	<b>275</b>
<b>QUADRO 39</b>	Programas/ações PPA Revisado 2010-2011 por Secretaria de Estado	<b>277</b>
<b>QUADRO 40</b>	Matriz de Ações do Programa Territórios da Cidadania 2010	<b>281</b>
<b>QUADRO 41</b>	Comparativo de Recursos PTC 2010 entre os Ministérios de Estado	<b>283</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 42</b>	Analise Territorial da Dimensão Político Institucional	<b>292</b>
<b>QUADRO 43</b>	Objetivos Estratégicos	<b>297</b>
<b>QUADRO 44</b>	Eixo Direito e Desenvolvimento Social	<b>301</b>
<b>QUADRO 45</b>	Eixo Melhoria da Saude no Territorio	<b>302</b>
<b>QUADRO 46</b>	Eixo Educação Resgate e Valorização da Cultura	<b>303</b>
<b>QUADRO 47</b>	Eixo Gênero e Geração	<b>307</b>
<b>QUADRO 48</b>	Eixo Meio Ambiente e Qualidade de Vida	<b>309</b>
<b>QUADRO 49</b>	Eixo Ação Fundiária	<b>311</b>
<b>QUADRO 50</b>	Eixo Infraestrutura	<b>312</b>
<b>QUADRO 51</b>	Eixo Organização Sustentável da Produção no Campo e na Cidade	<b>314</b>
<b>QUADRO 52</b>	Eixo Gestão Territorial	<b>316</b>
<b>QUADRO 53</b>	Projetos e Ações Estratégicas do Território Sertão Central	<b>317</b>

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>15</b>
1	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
2	<b>PROCESSO HISTÓRICO E METODOLÓGICO DE QUALIFICAÇÃO DO PLANO</b>	<b>19</b>
<b>PARTE I</b>	<b>O TERRITÓRIO</b>	<b>23</b>
3	Aspectos Sociodemográficos	27
4	Características Estratégicas	41
5	Formação Histórica do Território	43
<b>PARTE II</b>	<b>O DIAGNÓSTICO</b>	<b>45</b>
<b>PARTE II a</b>	<b>DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL</b>	<b>49</b>
6	Aspectos Sociais	52
7	Aspectos da Saúde	79
8	Aspectos Educacionais	115
9	Aspectos Culturais	148
10	Análise Territorial da Dimensão Sociocultural Educacional	154
<b>PARTE II b</b>	<b>DIMENSÃO AMBIENTAL</b>	<b>159</b>
11	Aspectos Geoambientais	161
12	Aspectos Antrópicos do Território	181
13	Análise Territorial da Dimensão Ambiental	198
<b>PARTE II c</b>	<b>DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA</b>	<b>201</b>
14	Aspectos Socioeconômicos	203
15	Aspectos do Setor Produtivo	216
16	Serviços, Comércio e Indústria	227
17	Situação Fundiária	229
18	Financiamento e Comercialização da Produção	232
19	Assessoria e Assistência Técnica	235
20	Análise Territorial da Dimensão Socioeconômica	238
<b>PARTE II d</b>	<b>DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL</b>	<b>241</b>
21	Territorialização e Gestão Pública	243
22	Infraestrutura Institucional	261
23	Governabilidade e Gestão Social	286
24	Análise Territorial da Dimensão Político Institucional	292
<b>PARTE III</b>	<b>PLANEJAMENTO</b>	<b>293</b>
25	Visão de Futuro	296
26	Objetivos Estratégicos	297
27	Diretrizes Principais	299
28	Eixos do Desenvolvimento, Programas e Projetos	301
29	Projetos Estratégicos Priorizados pelo Território	317
<b>PARTE IV</b>	<b>GESTÃO DO PLANO</b>	<b>319</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>325</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>327</b>





## APRESENTAÇÃO

As últimas décadas repercutem, até os dias de hoje, a centralização das políticas públicas implementadas pelo governo federal, que tratou sempre o Brasil como um todo homogêneo, impedindo com que essas políticas atingissem os objetivos esperados no que diz respeito à busca de um desenvolvimento de forma sustentável. Essa prática gerou limitações à participação, à articulação e à integração das esferas regionais e locais aos processos decisórios.

Nesse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, no início desse século XXI, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável – Condraf apresenta uma nova concepção do rural brasileiro e de uma abordagem territorial através de três características básicas: o espaço de produção, o espaço de relação com a natureza e o espaço de (re) produção de modos de vida diferenciados. Portanto, um novo projeto, uma nova abordagem territorial ancorada no desenvolvimento sustentável que busca entre outras diretrizes estratégicas, uma gestão social, o fortalecimento do estado e o protagonismo dos atores institucionais, constituída a partir de instâncias colegiadas que possam nesses espaços exercer o controle e a gestão das políticas públicas.

O desenvolvimento dessa gestão social é articulada no âmbito federal pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial – SDT e no âmbito estadual pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA em parceria com o Instituto Agropolos do Ceará. Esta gestão vem se caracterizando como um modelo de gerenciamento que caminha de forma democrática nos processos construídos nos colegiados dos treze territórios cearenses.

O principal instrumento de apoio a gestão social que estimula a construção do modelo de desenvolvimento sustentável é o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS elaborado com base na experiência de planos já existentes ou em implementação em cada território.

O PTDRS tem entre outros objetivos ser um documento de negociação e concertação da diversidade de pensamentos, interesses, práticas e sonhos

existentes no território; um instrumento que possibilita o acesso qualificado as políticas públicas, a inclusão dos diversos públicos existentes no território, enfim proporciona condições necessárias para a ampliação e o fortalecimento da coesão social dos territórios.

## 1 INTRODUÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS consiste em apoiar à gestão social sustentável, baseado na experiência de um planejamento participativo do território. Este planejamento é desenvolvido através das etapas: elaboração, execução, monitoramento e avaliação contínua de forma reflexiva, crítica e criativa, da gestão, do diagnóstico e de seus programas, projetos e ações, no exercício do controle social realizado através de um sistema de gestão comprometido com a eficiência e eficácia das atividades.

O PTDRS reúne as informações coletadas e organizadas do Território referenciadas pelo documento Guia de Planejamento Territorial: Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS (MDA, Janeiro 2010) que possibilitou estruturar a partir da negociação e concertação os interesses, práticas e sonhos existentes, os saberes, os sentimentos, as imagens, culturas, histórias, os anseios e a realidade das pessoas e os dados objetivos que se materializaram neste plano.

Os principais componentes do Plano Territorial são expressos a partir dos aspectos gerais do território, de um diagnóstico territorial em suas múltiplas dimensões da sustentabilidade: sociocultural e educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, da prospecção desta realidade direcionada pela visão de futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes e eixos de desenvolvimento que reúnem os programas, projetos e ações e o sistema de gestão do plano para o desenvolvimento rural e sustentável deste espaço.

O sistema de gestão do plano encontra-se nesse documento como uma proposição ainda preliminar, dado que precisa ser discutido, aprofundado e concretizado como um instrumento de gestão propriamente dito, já que as instâncias colegiadas ainda se encontram em processo de construção em caráter provisório.

O PTDRS do Território Sertão Central não é um documento estático, mas um plano em constante busca de aperfeiçoamento, de atualização

permanente em espaços de tempo programados, dada a dinâmica global do mundo em que se insere.

## **2 PROCESSO HISTÓRICO E METODOLOGICO DE QUALIFICAÇÃO DO PLANO**

A territorialização da região do Sertão central do Ceará aconteceu a partir da discussão nacional iniciada pelas ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) que a partir de 2002 passou a discutir no estado a constituição dos territórios e nesse mesmo ano aconteceram as primeiras reuniões (em Fortaleza) que contaram com a participação de representantes da sociedade civil e do poder público, além de representatividade das instituições de atuação nos municípios (INCRA, IBAMA, Ematerce e outras)

No ano de 2003 após a fase de sensibilização das pessoas que contribuiriam com o processo de discussão nos municípios e territórios, iniciou-se o trabalho de constituição do território, que se deu com a mobilização das instituições que tinham atuação municipal e/ou regional.

Um dos primeiros momentos que teve o caráter de encontro territorial aconteceu em meados do ano (2003) e além do município de Quixadá (que sediou o encontro) contou também com a representatividade dos municípios de Banabuiu, Boa Viagem, Canindé, Caridade, Choró, Ibareta, Itatira, Madalena, Paramoti e Quixeramobim, sendo estes municípios que constituíram a primeira configuração do território do Sertão Central do Ceará. Nesse encontro, houve a primeira deliberação como Território do Sertão Central, definindo o projeto pioneiro a ser financiado pelo Proinf: a construção do galpão da agricultura familiar a ser erguido para atender famílias do município de Quixeramobim.

Em 2004, durante oficina Territorial de Alinhamento Conceitual, Metodológico e Articulações das Ações Territoriais no Sertão Central inicia-se uma discussão sobre a formação de outro território. Constatava-se que alguns municípios não se identificavam com o Sertão Central, pois havia disparidade de semelhanças, potencialidades e características comuns que tornam viável a dinâmica de um território. Na referida Oficina decidiu-se por encaminhar a SDT a solicitação do desmembramento dos municípios de Canindé, Boa Viagem,

Madalena, Caridade, Paramoti e Itatira que não se enquadravam neste território, mas fariam parte da nova organização territorial os Sertões de Canindé. Outra decisão importante da oficina foi a definição da contratação do articulador territorial.

Como forma de recompor o território e dar-lhe uma configuração que obedecesse à identidade territorial, passaram a integrar o território os municípios de Senador Pompeu, Pedra Branca, Mombaça, Piquet Carneiro, Milhã, Solonópole e Deputado Irapuan Pinheiro. A atuação do território tinha como foco a realidade rural, por isso era conhecido como Território Rural.

É importante ressaltar alguns aspectos da política territorial até então desenvolvida:

#### 1. Organização:

- Formação de uma Comissão de Instalação de Ações Territoriais (CIAT) para dar andamento a organização e gestão das ações territoriais;
- Articulador Estadual para intermediar ações do território e a SDT;

#### 2. Diretrizes:

- Percepção Integral das potencialidades e fragilidades do território
- Estímulo as alianças entre os diversos atores que atuam no território da sociedade civil e poder público;
- Políticas públicas que atendessem as demandas sociais;
- Promoção das capacidades locais para o desenvolvimento
- Descentralização das Políticas Públicas e Autogestão do Território
- Redução das desigualdades sociais
- Promoção de desenvolvimento sustentável

#### 3. Formação:

- Neste período aconteceram muitas formações com o objetivo de ajustar o entendimento sobre território rural, trabalhar a construção de diagnóstico e planejamento. As oficinas eram assessoradas por técnicos e consultores do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Todo este processo de formação contava com a participação de sociedade civil e poderes públicos do território.

No ano de 2008 o território recebe uma nova configuração e amplia a sua atuação para as áreas urbanas e não somente rurais como antes. Passa a ser

incluído no Programa Territórios da Cidadania e a gestão é atribuída ao Conselho de Desenvolvimento sustentável e Solidário do Território do Sertão Central (CODETESC). As instâncias do Conselho são denominadas: Plenária Geral, Núcleo Dirigente, Comitês Temáticos, Núcleo Técnico. A composição deste conselho é mista e paritária, onde 50% da sociedade e 50% do poder público com atuação em 12 municípios, quais sejam, Banabuiu, Choró, Deputado Irapuan, Ibareta, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu, Solonópole. O município de Ibicuitinga, posteriormente, reivindicou sua integração ao Território Sertão Central por perceber mais afinidade com o Território Sertão Central do que com o Território Vale do Jaguaribe. Totalizando assim, a composição de 13 municípios no Território Sertão Central.





**Parte I**  
**O TERRITORIO**

**Aspectos Sociodemográficos**  
**Características Estratégicas**  
**Formação Histórica**



## O TERRITORIO

O Território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade/identidade entre pessoas, grupos sociais e instituições é mediador entre a dimensão do município considerando suas especificidades, a dimensão micro territorial e a dimensão territorial. É visto como uma área que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados.

No âmbito territorial o enfoque de planejamento, e, sobretudo para uma política que vislumbra o Brasil como espaço urbano e rural, permite uma visão mais integrada de espaços, agentes, mercados e das políticas públicas.

Esta política de planejamento prevê cooperação entre os territórios, micro territórios e seus municípios, uma estratégia comum de desenvolvimento sustentável para a construção de arranjos sócio-produtivos locais, com ações e projetos viáveis, uma iniciativa que possibilita reconhecer territórios, constituídos nestas bases para articularem-se em torno de projetos comuns. O fortalecimento da coesão social de seu espaço, portanto é ampliado e cria-se as condições necessárias para melhor resolver seus problemas em torno do desenvolvimento territorial.

A missão de promover o planejamento territorial para fomentar iniciativas locais de desenvolvimento sustentável a partir da participação efetiva dos atores locais na definição, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, vem sendo desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde o ano de 2003, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial através do Programa Territórios da Cidadania. A coordenação dessa estratégia esta sintonizada pelo governo federal em parceria com o governo estadual através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário e a execução das ações é realizada pelo Instituto Agropolos do Ceará.

As orientações estratégicas de descentralizar as políticas públicas no governo do estado do Ceará nortearam a SDA a adotar os territórios como Território Rural de Identidade como referência estratégica no apoio a

organização dos atores na gestão participativa do desenvolvimento rural sustentável e solidário, respeitando as potencialidades locais e valorizando a diversidade.

É importante ressaltar que o conceito de ruralidade adotado pelo MDA para os municípios reside no fato desses possuírem menos de 50.000 habitantes e uma densidade demográfica de até 80 hab/km<sup>2</sup>.

A estratégia de planejamento e acompanhamento ocorre desde o ano de 2003, em seis territórios, inseridos no Programa iniciados pelo MDA/SDT: Cariri, Inhamuns/Crateús, Sertão Central, Sertões de Canindé, Sobral, Vales do Curu e Aracatiaçu e os sete outros em processo de implantação pela SDA: Centro Sul Vale do Salgado, Litoral Extremo Oeste, Litoral Leste, Maciço do Baturité, Metropolitano Jose de Alencar, Serra da Ibiapaba e Vale do Jaguaribe, conforme acordado durante o Encontro Estadual de Construção participativa do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) realizado em 2007 e reforçado durante a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (I CNDRRA) em 2008.

Nesse contexto de “Território Rural de Identidade” a SDA assumiu o compromisso de acompanhar conjuntamente com o MDA/SDT a implantação integrada de políticas públicas em 13 Territórios, incluindo os territórios participantes no âmbito federal acompanhados pelo Programa Territórios da Cidadania.

### 3 ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS

O conhecimento dos aspectos sociodemográficos de uma população é um instrumento que subsidia processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de alcance social, bem como tomadas de decisão no planejamento e desenvolvimento do PTDRS, tornando possível a prospecção futura.

Para tanto, selecionou-se informações relativas à distribuição da população do território, outras relativas à estrutura da população residente, ou seja, a repartição geográfica da população por área rural e urbana considerando-se gênero, faixa etária, zona de moradia, a densidade demográfica e percentual urbano-rural e a taxa geométrica total distribuída nos espaços urbanos e rurais.

Na tabela 1, os dados demográficos do Território Sertão Central correspondem à população total nos quatro últimos anos: 2007 a 2010 (com a taxa de crescimento, calculada entre os anos de 2007 e 2010 – anos censitários). Esses dados possibilitam a gestão e controle social de municípios que têm um crescimento demográfico positivo ou negativo de sua população, que a partir desta constatação podem servir de investigação quanto às ações e serviços que colaboram ou não com este crescimento.

**Tabela 1:** Distribuição da população do Território Sertão Central por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento

Municípios/ ano	2007	2008	2009	2010	Taxa Crescimento
MICRO I					
Choró	12790	13316	13439	12853	0,49
Ibaretama	12728	13156	13206	12928	1,57
Ibicutinga	11000	11589	11800	11335	3,05
Quixadá	76105	79505	80447	80605	5,91
TOTAL	112623	117566	118892	117721	4,53
MICRO II					
Banabuiú	17448	18196	18388	17320	0,73
Quixeramobim	68966	72951	73517	71912	4,27

TOTAL	86414	91147	91905	89232	3,26
MICRO III					
Dep. Irapuan Pinheiro	9108	9508	9615	9094	0,15
Milhã	14111	14691	14826	13078	7,32
Senador Pompeu	25290	25069	25263	26494	4,76
Solonópole	17340	17943	18025	17657	1,83
TOTAL	65849	67211	67729	66323	0,72
MICRO IV					
Mombaça	44364	46252	46728	42707	3,74
Pedra Branca	40762	42055	42152	41942	2,89
Piquet Carneiro	14736	15449	15673	15501	5,19
TOTAL	99862	103756	104553	100150	0,29

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

As informações selecionadas sobre os dados demográficos e indicadores populacionais do Território Sertão do Central destacam a população residente fracionada segundo a faixa etária e gênero, dados importantes para a elaboração de políticas públicas voltadas para as necessidades específicas segundo as especificidades de cada faixa etária.

A Tabela 2 e as tabelas subseqüentes fracionadas por faixa etária apresentam o número total de pessoas residentes e sua estrutura relativa, em cada espaço geográfico, seja por micro território ou por município. Possibilitam dimensionar a população-alvo de ações e serviços, analisar variações geográficas e temporais na distribuição de idades e ainda, contribuir para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas à saúde, educação, trabalho, previdência e assistência social, para os diversos segmentos de idade.

A Tabela 2 apresenta o fracionamento relativo a faixa infanto-juvenil do Território Sertão Central

**Tabela 2:** População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertão Central - 2010

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO I</b>									
Choró U	324	159	165	336	173	163	435	234	201
Choró R	765	385	380	874	472	402	1151	606	545
Ibaretama U	330	159	171	397	197	200	534	280	254
Ibaretama R	667	343	324	809	409	400	1043	552	491
Ibicutinga U	432	225	207	468	246	222	513	274	239
Ibicutinga R	428	226	202	438	207	231	592	296	296
Quixadá U	4668	2364	2304	4702	2399	2303	5758	2916	2842
Quixadá R	1977	1051	926	2166	1157	1009	2645	1382	1263
<b>TOTAL U</b>	<b>5754</b>	<b>2907</b>	<b>2847</b>	<b>5903</b>	<b>3015</b>	<b>2888</b>	<b>7240</b>	<b>3704</b>	<b>3536</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>3837</b>	<b>2005</b>	<b>1832</b>	<b>4287</b>	<b>2245</b>	<b>2042</b>	<b>5431</b>	<b>2836</b>	<b>2595</b>
<b>MICRO II</b>									
Banabuiú U	749	368	381	790	393	397	996	494	502
Banabuiú R	751	385	366	882	480	402	1083	549	534
Quixeramobim U	3589	1814	1775	3682	1846	1836	4000	2067	1933
Quixeramobim R	2118	1117	1001	2488	1295	1193	3326	1744	1582
<b>TOTAL U</b>	<b>4338</b>	<b>2182</b>	<b>2156</b>	<b>4472</b>	<b>2239</b>	<b>2233</b>	<b>4996</b>	<b>2561</b>	<b>2435</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>2869</b>	<b>1502</b>	<b>1367</b>	<b>3370</b>	<b>1775</b>	<b>1595</b>	<b>4409</b>	<b>2293</b>	<b>2116</b>
<b>MICRO III</b>									
Dep. Irapuan Pinheiro U	288	141	147	326	174	152	348	160	188
Dep. Irapuan Pinheiro R	347	186	161	411	222	189	532	295	237
Milhã U	379	185	194	488	248	240	513	275	238
Milhã R	510	247	263	630	328	302	715	376	339
Senador Pompeu U	1152	602	550	1155	592	563	1480	763	717
Senador Pompeu R	749	356	393	949	465	484	1167	616	551
Solonópole U	641	316	325	755	379	376	860	438	422
Solonópole R	543	281	262	666	342	324	868	477	391
<b>TOTAL U</b>	<b>2460</b>	<b>1244</b>	<b>1216</b>	<b>2724</b>	<b>1393</b>	<b>1331</b>	<b>3201</b>	<b>1636</b>	<b>1565</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>2149</b>	<b>1070</b>	<b>1079</b>	<b>2656</b>	<b>1357</b>	<b>1299</b>	<b>3282</b>	<b>1764</b>	<b>1518</b>
<b>MICRO IV</b>									
Mombaça U	1393	722	671	1616	805	811	1806	880	926
Mombaça R	1927	949	978	2357	1200	1157	2562	1376	1186
Pedra Branca U	1861	928	933	2056	1040	1016	2517	1247	1270
Pedra Branca R	1246	663	583	1469	757	712	2165	1132	1033
Piquet Carneiro U	462	234	228	563	290	273	677	335	342

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Piquet Carneiro R	504	282	222	575	302	273	719	373	346
TOTAL U	3716	1884	1832	4235	2135	2100	5000	2462	2538
TOTAL R	3677	1894	1783	4401	2259	2142	5446	2881	2565
TOTAL URBANO TERRITORIO	16268	8217	8051	17334	8782	8552	20437	10363	10074
TOTAL RURAL TERRITORIO	12532	6471	6061	14714	7636	7078	18568	9774	8794

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.1 apresenta o fracionamento relativo a faixa dos jovens do Território Sertão do Central.

**Tabela 2.1:** População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertão Central - 2010

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO I</b>									
Choró U	452	230	222	381	187	194	291	139	152
Choró R	1065	542	523	789	404	385	650	347	303
Ibaretama U	511	280	231	397	198	199	309	160	149
Ibaretama R	932	480	452	732	405	327	627	322	305
Ibicutinga U	598	338	260	581	293	288	558	277	281
Ibicutinga R	597	319	278	523	285	238	491	273	218
Quixadá U	6195	3085	3110	5860	2829	3031	4930	2360	2570
Quixadá R	2627	1421	1206	1958	1042	916	1572	822	750
TOTAL U	7756	3933	3823	7219	3507	3712	6088	2936	3152
TOTAL R	5221	2762	2459	4002	2136	1866	3340	1764	1576
<b>MICRO II</b>									
Banabuiú U	1023	482	541	844	409	435	691	350	341
Banabuiú R	976	517	459	650	337	313	568	297	271
Quixeramobim U	4502	2148	2354	4680	2290	2390	3797	1827	1970
Quixeramobim R	3197	1732	1465	2182	1169	1013	1730	910	820
TOTAL U	5525	2630	2895	5524	2699	2825	4488	2177	2311
TOTAL R	4173	2249	1924	2832	1506	1326	2298	1207	1091
<b>MICRO III</b>									
Dep. Irapuan Pinheiro U	400	201	199	309	127	182	257	117	140
Dep. Irapuan Pinheiro R	533	265	268	345	174	171	317	162	155



Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Milhã U	573	296	277	437	233	204	416	180	236
Milhã R	731	364	367	541	279	262	462	233	229
Senador Pompeu U	1504	722	782	1395	660	735	1230	597	633
Senador Pompeu R	1123	626	497	820	428	392	724	379	345
Solonópole U	883	440	443	756	369	387	719	345	374
Solonópole R	870	457	413	629	339	290	511	272	239
<b>TOTAL U</b>	<b>3360</b>	<b>1659</b>	<b>1701</b>	<b>2897</b>	<b>1389</b>	<b>1508</b>	<b>2622</b>	<b>1239</b>	<b>1383</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>3257</b>	<b>1712</b>	<b>1545</b>	<b>2335</b>	<b>1220</b>	<b>1115</b>	<b>2014</b>	<b>1046</b>	<b>968</b>
<b>MICRO IV</b>									
Mombaça U	1859	947	912	1684	811	873	1441	699	742
Mombaça R	2512	1379	1133	1981	1015	966	1730	857	873
Pedra Branca U	2467	1202	1265	2292	1110	1182	1854	890	964
Pedra Branca R	1999	1050	949	1508	783	725	1147	589	558
Piquet Carneiro U	672	331	341	639	319	320	549	282	267
Piquet Carneiro R	768	393	375	729	391	338	669	348	321
<b>TOTAL U</b>	<b>4998</b>	<b>2480</b>	<b>2518</b>	<b>4615</b>	<b>2240</b>	<b>2375</b>	<b>3844</b>	<b>1871</b>	<b>1973</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>5279</b>	<b>2822</b>	<b>2457</b>	<b>4218</b>	<b>2189</b>	<b>2029</b>	<b>3546</b>	<b>1794</b>	<b>1752</b>
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	<b>21639</b>	<b>10702</b>	<b>10937</b>	<b>20255</b>	<b>9835</b>	<b>10420</b>	<b>17042</b>	<b>8223</b>	<b>8819</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	<b>17930</b>	<b>9545</b>	<b>8385</b>	<b>13387</b>	<b>7051</b>	<b>6336</b>	<b>11198</b>	<b>5811</b>	<b>5387</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.2 apresenta o primeiro fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Sertão Central.

**Tabela 2.2:** População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertão Central - 2010

Municípios	População residente								
	30 a 34anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO I</b>									
Choró U	261	115	146	220	107	113	179	85	94
Choró R	532	279	253	463	241	222	479	236	243
Ibaretama U	301	152	149	285	127	158	254	130	124
Ibaretama R	530	289	241	510	277	233	502	267	235
Ibicutinga U	428	219	209	351	180	171	341	161	180

Municípios	População residente								
	30 a 34anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ibicutinga R	428	227	201	353	169	184	310	168	142
Quixadá U	4065	1948	2117	3831	1788	2043	3531	1654	1877
Quixadá R	1494	787	707	1388	728	660	1244	648	596
TOTAL U	5055	2434	2621	4687	2202	2485	4305	2030	2275
TOTAL R	2984	1582	1402	2714	1415	1299	2535	1319	1216
MICRO II									
Banabuiú U	522	250	272	563	270	293	521	241	280
Banabuiú R	538	297	241	469	240	229	493	252	241
Quixeramobim U	3132	1499	1633	2835	1302	1533	2590	1194	1396
Quixeramobim R	1647	856	791	1707	875	832	1725	901	824
TOTAL U	3654	1749	1905	3398	1572	1826	3111	1435	1676
TOTAL R	2185	1153	1032	2176	1115	1061	2218	1153	1065
MICRO III									
Dep. Irapuan Pinheiro U	327	157	170	285	144	141	270	124	146
Dep. Irapuan Pinheiro R	309	152	157	337	173	164	327	176	151
Milhã U	368	166	202	392	179	213	387	186	201
Milhã R	475	237	238	449	240	209	444	237	207
Senador Pompeu U	1126	514	612	1014	486	528	993	454	539
Senador Pompeu R	648	335	313	653	342	311	701	372	329
Solonópole U	616	313	303	587	281	306	566	260	306
Solonópole R	540	280	260	585	299	286	550	282	268
TOTAL U	2437	1150	1287	2278	1090	1188	2216	1024	1192
TOTAL R	1972	1004	968	2024	1054	970	2022	1067	955
MICRO IV									
Mombaça U	1273	615	658	1140	523	617	1045	472	573
Mombaça R	1402	738	664	1330	688	642	1421	712	709
Pedra Branca U	1736	819	917	1571	745	826	1426	670	756
Pedra Branca R	1125	567	558	1052	549	503	1027	543	484
Piquet Carneiro U	551	264	287	462	211	251	477	241	236
Piquet Carneiro R	668	348	320	547	302	245	532	252	280
TOTAL U	3560	1698	1862	3173	1479	1694	2948	1383	1565
TOTAL R	3195	1653	1542	2929	1539	1390	2980	1507	1473
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	14706	7031	7675	13536	6343	7193	12580	5872	6708
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	10336	5392	4944	9843	5123	4720	9755	5046	4709

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.3 apresenta o segundo fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Sertão Central.

**Tabela 2.3:** População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertão Central - 2010

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO I</b>									
Choró U	175	92	83	165	76	89	148	64	84
Choró R	508	272	236	409	222	187	339	173	166
Ibaretama U	209	107	102	201	96	105	175	77	98
Ibaretama R	434	235	199	324	175	149	358	190	168
Ibicutinga U	330	167	163	255	123	132	197	95	102
Ibicutinga R	301	160	141	275	155	120	214	110	104
Quixadá U	3308	1502	1806	2374	1087	1287	1948	845	1103
Quixadá R	1230	670	560	988	515	473	967	514	453
TOTAL U	4022	1868	2154	2995	1382	1613	2468	1081	1387
TOTAL R	2473	1337	1136	1996	1067	929	1878	987	891
<b>MICRO II</b>									
Banabuiú U	468	223	245	325	158	167	300	129	171
Banabuiú R	500	278	222	378	203	175	339	170	169
Quixeramobim U	2313	1037	1276	1777	808	969	1546	656	890
Quixeramobim R	1710	913	797	1433	741	692	1325	704	621
TOTAL U	2781	1260	1521	2102	966	1136	1846	785	1061
TOTAL R	2210	1191	1019	1811	944	867	1664	874	790
<b>MICRO III</b>									
Dep. Irapuan Pinheiro U	275	132	143	195	100	95	178	76	102
Dep. Irapuan Pinheiro R	329	178	151	233	119	114	228	110	118
Milhã U	386	171	215	288	138	150	284	130	154
Milhã R	463	241	222	369	186	183	322	173	149
Senador Pompeu U	924	426	498	741	339	402	636	266	370
Senador Pompeu R	647	325	322	549	285	264	500	256	244
Solonópole U	573	263	310	431	197	234	391	173	218
Solonópole R	563	289	274	472	245	227	430	208	222
TOTAL U	2158	992	1166	1655	774	881	1489	645	844
TOTAL R	2002	1033	969	1623	835	788	1480	747	733
<b>MICRO IV</b>									
Mombaça U	1012	459	553	861	384	477	796	319	477
Mombaça R	1331	696	635	1127	573	554	1023	539	484
Pedra Branca U	1242	568	674	1030	464	566	962	395	567

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54 anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Pedra Branca R	913	460	453	795	374	421	747	396	351
Piquet Carneiro U	421	204	217	361	153	208	354	152	202
Piquet Carneiro R	471	237	234	413	219	194	374	187	187
TOTAL U	2675	1231	1444	2252	1001	1251	2112	866	1246
TOTAL R	2715	1393	1322	2335	1166	1169	2144	1122	1022
TOTAL URBANO TERRITORIO	11636	5351	6285	9004	4123	4881	7915	3377	4538
TOTAL RURAL TERRITORIO	9400	4954	4446	7765	4012	3753	7166	3730	3436

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.4 apresenta o fracionamento relativo a faixa final da idade adulta e início da faixa considerada como início (65) etário representativo da idade considerada para fins de aposentadoria do Território Sertão Central

**Tabela 2.4:** População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertão Central - 2010

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO I</b>									
Choró U	93	47	46	88	45	43	87	43	44
Choró R	302	160	142	194	96	98	218	114	104
Ibaretama U	153	73	80	109	48	61	95	43	52
Ibaretama R	260	132	128	225	114	111	204	103	101
Ibicutinga U	193	85	108	149	73	76	132	70	62
Ibicutinga R	178	104	74	141	70	71	130	67	63
Quixadá U	1722	759	963	1362	584	778	1223	530	693
Quixadá R	863	456	407	611	341	270	543	293	250
TOTAL U	2161	964	1197	1708	750	958	1537	686	851
TOTAL R	1603	852	751	1171	621	550	1095	577	518
<b>MICRO II</b>									
Banabuiú U	239	112	127	216	98	118	189	83	106
Banabuiú R	265	151	114	199	111	88	188	95	93
Quixeramobim U	1283	547	736	1102	492	610	1061	468	593
Quixeramobim R	1074	583	491	825	440	385	762	419	343
TOTAL U	1522	659	863	1318	590	728	1250	551	699

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Home m	Mulhe r	Total	Home m	Mulhe r	Total	Home m	Mulhe r
<b>TOTAL R</b>	1339	734	605	1024	551	473	950	514	436
<b>MICRO III</b>									
Dep. Irapuan Pinheiro U	191	96	95	143	68	75	159	80	79
Dep. Irapuan Pinheiro R	184	90	94	154	76	78	163	90	73
Milhã U	266	116	150	227	97	130	225	111	114
Milhã R	293	137	156	234	131	103	205	102	103
Senador Pompeu U	622	260	362	545	226	319	464	217	247
Senador Pompeu R	416	214	202	370	202	168	327	171	156
Solonópole U	338	151	187	283	131	152	286	131	155
Solonópole R	385	208	177	309	162	147	289	147	142
<b>TOTAL U</b>	1417	623	794	1198	522	676	1134	539	595
<b>TOTAL R</b>	1278	649	629	1067	571	496	984	510	474
<b>MICRO IV</b>									
Mombaça U	769	356	413	631	279	352	575	253	322
Mombaça R	923	467	456	731	382	349	637	315	322
Pedra Branca U	911	414	497	736	335	401	720	304	416
Pedra Branca R	667	370	297	480	262	218	385	213	172
Piquet Carneiro U	320	158	162	291	133	158	257	102	155
Piquet Carneiro R	295	162	133	259	143	116	215	117	98
<b>TOTAL U</b>	2000	928	1072	1658	747	911	1552	659	893
<b>TOTAL R</b>	1885	999	886	1470	787	683	1237	645	592
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	7100	3174	3926	5882	2609	3273	5473	2435	3038
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	6105	3234	2871	4732	2530	2202	4266	2246	2020

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.5 apresenta o fracionamento relativo a faixa de idade considerada com atenção especial aos idosos existentes no Território Sertão Central e que por sua vez merecem políticas públicas específicas voltadas para a qualidade de vida e estudos que possibilitem verificar como vivem esta faixa da população e quais os fatores que possibilitam sua existência com saúde e longevidade.

**Tabela 2.5:** População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sertão Central - 2010

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I						
Choró U	66	31	35	93	48	45
Choró R	124	56	68	197	106	91
Ibaretama U	67	28	39	120	62	58
Ibaretama R	133	65	68	185	92	93
Ibicutinga U	91	42	49	125	62	63
Ibicutinga R	76	38	38	118	61	57
Quixadá U	815	353	462	1193	503	690
Quixadá R	314	172	142	532	264	268
TOTAL U	1039	454	585	1531	675	856
TOTAL R	647	331	316	1032	523	509
MICRO II						
Banabuiú U	120	61	59	197	101	96
Banabuiú R	110	63	47	173	90	83
Quixeramobim U	589	273	316	946	436	510
Quixeramobim R	470	235	235	744	391	353
TOTAL U	709	334	375	1143	537	606
TOTAL R	580	298	282	917	481	436
MICRO III						
Dep. Irapuan Pinheiro U	90	38	52	92	45	47
Dep. Irapuan Pinheiro R	83	42	41	130	72	58
Milhã U	111	57	54	229	105	124
Milhã R	102	50	52	172	94	78
Senador Pompeu U	277	113	164	448	195	253
Senador Pompeu R	161	84	77	259	131	128
Solonópole U	169	70	99	252	123	129
Solonópole R	142	68	74	207	102	105
TOTAL U	647	278	369	1021	468	553
TOTAL R	488	244	244	768	399	369
MICRO IV						
Mombaça U	352	142	210	563	249	314
Mombaça R	341	172	169	539	276	263
Pedra Branca U	445	213	232	684	317	367
Pedra Branca R	243	122	121	412	206	206
Piquet Carneiro U	161	70	91	223	103	120
Piquet Carneiro R	113	54	59	176	98	78

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
TOTAL U	958	425	533	1470	669	801
TOTAL R	697	348	349	1127	580	547
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	3353	1491	1862	5165	2349	2816
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	2412	1221	1191	3844	1983	1861

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 3 apresenta as informações relativas a população rural e urbana, a densidade populacional, a taxa de urbanização e a taxa de ruralidade que permitem orientar a alocação de recursos públicos, como, por exemplo, o financiamento de serviços em base per capita; perceber o processo migratório da população, subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, para adequação e funcionamento da rede de serviços sociais e da infraestrutura urbano e rural.

**Tabela 3:** População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território Sertão Central, 2010.

Municípios	População Total	Urbana	Rural	Densidade dem.	% urbano	% rural
MICRO I						
Choró	12853	3794	9059	15,8	29,5	70,5
Ibaretama	12928	4449	8479	14,7	34,4	65,6
Ibicatinga	11335	5742	5593	26,7	50,7	49,3
Quixadá	80605	57482	23123	39,9	71,3	28,7
<b>TOTAL</b>	<b>117721</b>	<b>71467</b>	<b>46254</b>		<b>60,7</b>	<b>39,3</b>
MICRO II						
Banabuiú	17320	8760	8560	16,0	50,6	49,4
Quixeramobim	71912	43446	28466	22,0	60,4	39,6
<b>TOTAL</b>	<b>89232</b>	<b>52206</b>	<b>37026</b>		<b>58,5</b>	<b>41,5</b>
MICRO III						
Dep. Irapuan Pinheiro	9094	4131	4963	19,3	45,4	54,6
Milhã	13078	5969	7109	26,0	45,6	54,4
Senador Pompeu	26494	15715	10779	26,4	59,3	40,7
Solonópole	17657	9102	8555	11,5	51,5	48,5
<b>TOTAL</b>	<b>66323</b>	<b>34917</b>	<b>31406</b>		<b>52,6</b>	<b>47,4</b>

Municípios	População	Urbana	Rural	Densidade	%	%
MICRO IV						
Mombaça	42707	18828	23879	20,1	44,1	55,9
Pedra Branca	41942	24549	17393	32,2	58,5	41,5
Piquet Carneiro	15501	7451	8050	26,4	48,1	51,9
TOTAL	100150	50828	49322		50,8	49,2
TOTAL/MEDIA DO TERRITÓRIO	373.426	209.418	164.008	0	56,1	43,9

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 4 apresenta a taxa geométrica total, tanto a urbana quanto a rural no ano de 2010 que expressam em termos percentuais o crescimento médio da população em um determinado espaço e período de tempo. Considera-se que a população experimenta um crescimento exponencial também denominado como geométrico.

**Tabela 4:** Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território Sertão Central, 2010.

Municípios	Taxa Geométrica Total 2010	Taxa Geométrica Urbana 2010	Taxa Geométrica Rural 2010
MICRO I			
Choró	0,7	2,9	-0,1
Ibaretama	0,3	2,8	-0,8
Ibicutinga	1,9	2,7	1,0
Quixadá	1,5	2,1	0,2
MICRO II			
Banabuiú	0,7	1,4	0,0
Quixeramobim	2,0	3,6	-0,1
MICRO III			
Dep. Irapuan Pinheiro	0,8	4,3	-1,3
Milhã	0,0	1,7	-1,1
Senador Pompeu	-0,3	0,0	-0,7
Solonópole	0,4	1,7	-0,7
MICRO IV			
Mombaça	0,4	1,6	-0,5
Pedra Branca	0,3	3,5	-2,9
Piquet Carneiro	1,7	2,9	0,6

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.



Outros indicadores de análise importantes segundo órgãos como o IBGE e o IPECE, à gestão, planejamento e avaliação do Território podem ser extraídos e considerados a partir dos dados acima explicitados, em estudos e projetos futuros que considerem em seu delineamento a análise da/o:

### RAZÃO DE DEPENDENCIA

Considera a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 60 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de idade), na população residente em determinado espaço. Mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva geográfico, no ano considerado. A razão de dependência pode ser calculada, separadamente, para as duas faixas etárias identificadas como população dependentes. Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que significa consideráveis encargos assistenciais para a sociedade.

Sinalizam como indicadores utilizados para acompanhar a evolução do grau de dependência econômica em uma determinada população; sinalizar o processo de rejuvenescimento ou envelhecimento populacional e subsidiar a formulação de políticas nas áreas de saúde e de previdência social.

### TAXA DE FECUNDIDADE

Considera o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A taxa é estimada para um ano calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos. Ressalte-se que no mundo, no final do século XX, a taxa de fecundidade era de 2,9 filhos por mulher, Nos países mais desenvolvidos esta taxa era de 1,5, e nos países menos desenvolvidos, em torno de 3,2.

A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para as mulheres residentes de 49 anos de idade.

As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos, por mulher, para cada ano de idade do período reprodutivo. O cálculo das taxas específicas de fecundidade é feito diretamente, relacionando, para cada faixa etária da população feminina, os filhos nascidos vivos. Indiretamente, as taxas específicas de fecundidade por idade são obtidas por meio de metodologias demográficas aplicadas a dados censitários e a pesquisas especiais. Adota-se o método direto para as Unidades da Federação onde o número de nascidos vivos informado no Sinasc é igual ou superior a 90% do número de nascidos vivos estimado por métodos demográficos. Sendo inferior, recomenda-se adotar o número estimado.

### INDICE DE ENVELHECIMENTO

Considera o número de pessoas de 60 e mais anos de idade, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Razão entre os componentes etários extremos da população, representados por idosos e jovens. Os valores elevados desse índice indicam que a transição demográfica encontra-se em estágio avançado.

#### 4 CARACTERÍSTICAS ESTRATÉGICAS

O Território do Sertão Central do Ceará possui uma área geográfica de aproximadamente 16.158, km<sup>2</sup>, sendo limítrofe ao norte com os municípios de Canindé, Itapiúna, Aracoiaba e Ocara; ao leste com Morada Nova, Jaguaratama e Jaguaribe; ao sul com Quixelô, Acopiara e Arneiroz; e ao oeste com Tauá, Independência, Boa Viagem e Madalena. Ele dista, em média, 155 Km de Fortaleza e suas principais vias de acesso desde a capital cearense são a BR-116, BR – 226 e CE – 060, dentre outras, como pode ser visto na Tabela 5.

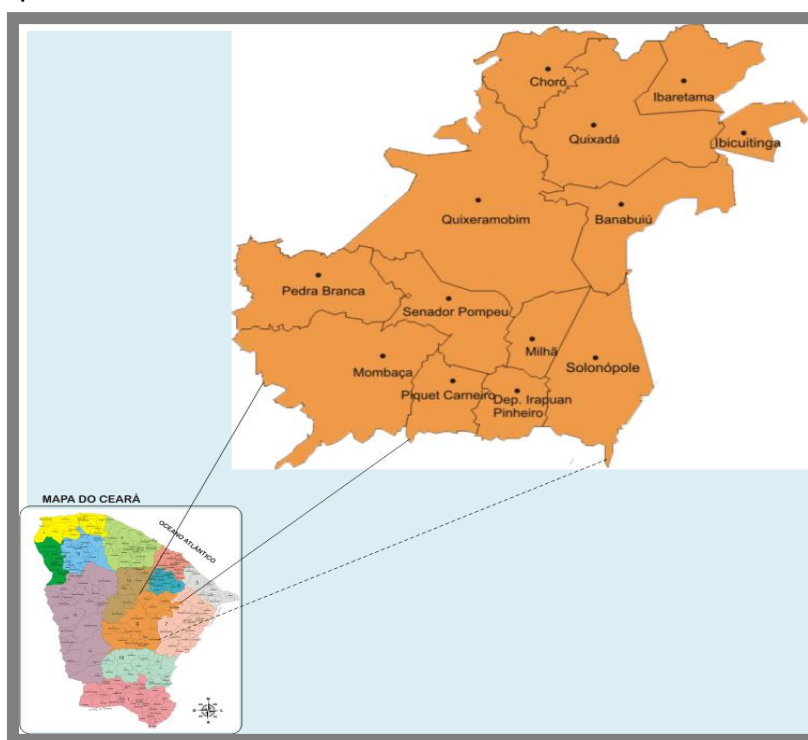
**Tabela 5:** Área, acessos rodoviários e distância da capital em Km por municípios e micro-territórios do Sertão Central.

Micro-território	Município	Área (km <sup>2</sup> )	Acessos	Distância à capital (km)
MICRO I	Choró	792,7	CE-060/456	155,7
	Ibaretama	822,3	BR-116/359	136,1
	Ibicuitinga	380,6	BR-116/CE-138/265	189,1
	Quixadá	2059,7	CE-060	158
MICRO II	Banabuiú	1225,5	CE-060/368	214,3
	Quixeramobim	3275	CE-060	206,1
MICRO III	Deputado Irapuan Pinheiro	509,6	CE-060/166/275	321,1
	Milhã	525,2	BR-226/CE-060	301,3
	Senador Pompeu	1043,9	BR-226/CE-060	275,1
	Solonópole	1440,1	CE-060/368/154	277,1
MICRO IV	Mombaça	2114,1	CE-060	296,1
	Pedra Branca	1290,2	BR-226/CE-060	261,6
	Piquet Carneiro	580,1	CE-060/166	332,1

**Fonte:** adaptação do Anuário do Ceará, 2004 e Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

O Território é composto por 13 municípios, divididos em quatro micro-territórios:

- O Micro-território I possui uma área total de aproximadamente 638,9 km<sup>2</sup> e é constituído pelos municípios de Choro, Ibaretama, Ibicuitinga e Quixadá;
- O Micro-território II possui aproximadamente 420,4 km<sup>2</sup> de área e é constituído por Banabuiú e Quixeramobim;
- O Micro-território III possui aproximadamente 1174,6 km<sup>2</sup> de área com os municípios Deputado Irapuan Pinheiro, Milhã, Senador Pompeu e Solonópole;
- O Micro-território IV possui uma área de aproximadamente 889,8 km<sup>2</sup> e é constituído pelos municípios de Mombaça, Pedra Branca e Piquet Carneiro.



**Figura 1:** Representação do Território do Sertão Central no Mapa do Ceará.

**Fonte:** Adaptação do IPECE, 2010

## 5 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO

A formação do sertão cearense está marcada por ciclos econômicos, segundo os estudos sobre o processo de sesmeiros nos Sertões de Mombaça. A ocupação de todo o território da capitania do Ceará ocorreu por meio da concessão de sesmarias para a atividade pastoril. Essa distribuição seguiu os caminhos dos principais rios: Jaguaribe, Banabuiú, Salgado, etc. A formação de adensamentos populacionais e vilas na capitania do Ceará esteve, portanto, ligada ao movimento das concessões de terras para a criação de fazendas de gado e dos centros comerciais que surgiam em função da movimentação da pecuária.

A região era habitada principalmente por índios Jenipapo, Kanyndé, Taúia e Quixaras, que foram sendo expulsos da região quando esta foi dividida em sesmarias e doadas para não-indígenas, ou abrigados nas missões para catequese.

Como todo o sertão cearense, os municípios do Sertão Central formaram-se a partir das fazendas que eram construídas nas sesmarias, onde eram construídas capelas e igrejas católicas. Os municípios mais antigos são Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu, cujos primeiros registros datam do século XVIII. A partir deles, os demais municípios foram sendo constituídos, com o desmembramento de seus distritos.

A colonização da área compreendida atualmente pelo município de Quixadá ocorreu através da penetração pelo rio Jaguaribe, seguindo seu afluente, o rio Banabuiú e depois o rio Sitiá, cujo objetivo principal era a conquista de terras para a pecuária de corte e leiteira.

Um dos aspectos marcantes da história desta região, é a aglomeração de pessoas fugidas da seca atraídas pelo trabalho nas construções de açudes, como o açude Cedro no município de Quixadá, e de vias férreas, como em Piquet Carneiro, além do desenvolvimento a partir do comércio resultante da movimentação e transporte entre o Cariri e a capital cearense.

O Território Sertão Central é caracterizado por inúmeras riquezas, especialmente a coragem do sertanejo e da sertaneja, mas também é marcado

como grande parte do nordeste do Brasil por profundas desigualdades econômicas e sociais que são geradoras de muitos desafios a serem enfrentados pela presença de políticas de estado para que se reverta este quadro atual.

# **Parte II**

## **O DIAGNÓSTICO**





## O DIAGNÓSTICO

O diagnóstico, componente fundamental na elaboração e qualificação do PTDRS, retrata a leitura participativa da realidade na amplitude territorial, composto a partir de quatro dimensões de sustentabilidade: sociocultural educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, que analisadas a partir da matriz de planejamento FOFA geram o instrumento força motriz do desenvolvimento territorial.

A Dimensão Sociocultural Educacional procura identificar e resgatar a história da formação dos territórios a partir dos aspectos sociodemográficos, da diversidade sociocultural, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade do desenvolvimento dos territórios.

A Dimensão Ambiental consiste na valorização e avaliação da situação dos aspectos geoambientais e as influências antrópicas sobre o meio ambiente dos territórios e seu bioma, assim como a diminuição dos passivos ambientais visando o resgate socioterritorial e cultural de seu equilíbrio para a sustentabilidade.

A Dimensão Socioeconômica procura a organização social e econômica dos territórios segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da intersectorialidade socioproductiva.

A Dimensão Político Institucional consiste na análise das estruturas de poder nos territórios, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade sócio-territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada e democrática.



**Parte II a**

**DIMENSÃO SOCIOCULTURAL**

**EDUCACIONAL**

**Aspectos Sociais**

**Aspectos da Saúde**

**Aspectos Educacionais**

**Aspectos Culturais**



## 6 ASPECTOS SOCIAIS

A Constituição Federal de 1988, no Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – dos Direitos Sociais, artigo 6º consigna como direitos fundamentais a educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Estabelece, ainda, no artigo 7º (inciso IV), o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais dos trabalhadores. Mais importante, foi que se determinou o princípio da vinculação entre o salário mínimo e o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais permanentes. Na parte de financiamento, reconhece a importância da Educação (artigo 205), da saúde (artigo 196) e da Assistência Social (artigo 203) ao aumentar a vinculação de recursos federais para estas áreas.

No caso da Assistência Social, o inciso V, do artigo 203, estabelece “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família”.

A legislação complementar à CF/88 é formada por um conjunto de leis orgânicas, ou seja, Previdência Social (RGPS), Assistência Social (LOAS), Função Social da Propriedade Fundiária, Seguro Desemprego (FAT), Ensino Fundamental (FUNDEB), Benefícios da Prestação Continuada (BPC), Lei orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). É importante destacar que o arcabouço jurídico da proteção social e que constitui o núcleo central da política social brasileira, fundamentada em direitos da cidadania, precisa realmente estar amparado constitucionalmente, no sistema das vinculações de impostos e das contribuições sociais e no princípio do salário mínimo como piso dos benefícios e não em leis ordinárias. Este formato funciona como uma espécie de blindagem e proporciona segurança jurídico institucional contra cortes orçamentários, não ficando à mercê da vontade de governos, que poderia ser substituído a qualquer momento, até mesmo, por medida provisória.

## **6.1 Direitos Fundamentais e Ações Sociais Públicas**

### **6.1.1 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**

O acesso à alimentação é um dos direitos fundamentais consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. Como direito fundamental do ser humano e, segundo a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), cabe ao poder público assegurá-lo.

Dentro desse propósito, as políticas públicas implantadas no território devem garantir o acesso regular e permanente a alimentos, (inclusive a água) de qualidade e em quantidade suficiente para uma vida saudável. Essas políticas estão voltadas a todos os cidadãos, particularmente a população em situação de vulnerabilidade social e aos povos de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas.

Algumas iniciativas estão sendo desenvolvidas no Território com o intuito de garantir às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional o acesso à alimentação adequada e água de qualidade, conforme detalhamento que se segue.

#### Programa Cisternas de Placas para Captação de Água da Chuva (P1MC)

Resultado da parceria iniciada em julho de 2003 entre o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) do Governo Federal e a Articulação do Semi-Árido (ASA), organização que reúne 750 entidades sociais no nordeste e a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) esse programa tem como meta construir ao final de cinco anos um milhão de reservatórios de água no semi-árido, assegurando as condições básicas de saúde e higiene, de aprendizagem e cidadania para milhares de famílias.

A construção de cisternas visa captar água da chuva para o consumo próprio. São necessários editais para que estados e municípios firmem convênios com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) para a

construção dessas unidades. Além de instalá-las, o MDS financia a formação da mão-de-obra para a construção e também a qualificação das famílias beneficiadas para a manutenção das cisternas.

Segundo informações do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS Em Números -2010), já foram construídas em torno de três mil trezentos e quarenta e duas cisternas, beneficiando igual número de famílias em várias comunidades rurais.

A atuação do MDS também se estende ao acesso à água para produção de alimentos com o Programa Segunda Água. Tecnologias de captação de água da chuva são construídas para possibilitar ao sertanejo a criação de pequenos animais e o cultivo de quintais produtivos.

Unindo os acessos à água para beber e para produzir, o MDS desenvolveu o Programa Cisternas nas Escolas. O projeto-piloto foi realizado em parceria com o Governo da Bahia. A partir desse projeto-piloto, o Ministério firmou termo de parceria com a Associação Programa 1 Milhão de Cisternas (AP1MC) para a construção de 110 cisternas nas escolas.

O público beneficiado pela ação Acesso à Água, além de morar no Semiárido, precisa estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais.

### Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição

A Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição compõe uma ação estratégica da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e contribui para a redução dos índices de insegurança alimentar da população. Ela conta com uma estrutura operacional composta por Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos (em centros urbanos com mais de 100 mil habitantes), Cozinhas Comunitárias, Feiras e Mercados Populares. Desenvolve, ainda, ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Sob a coordenação do MDS, a Rede atua estrategicamente no estímulo e na promoção da alimentação, produzindo e ofertando refeições gratuitas ou a preços acessíveis e combatendo o desperdício. Estimula, ainda, a comercialização da produção dos agricultores familiares e a adoção de

hábitos alimentares regionais saudáveis, visando ao consumo seguro de alimentos e à melhoria das condições gerais de saúde da população.

No Território existem cozinhas comunitárias nos municípios de Senador Pompeu (1), Quixeramobim (1) e Deputado Irapuan Pinheiro (1), totalizando 03 cozinhas comunitárias.

Em relação à Feira/Mercado, o Território conta com 06 equipamentos instalados nos municípios de Banabuiu, Deputado Irapuan Pinheiro, Mombaça, Piquet Carneiro, Quixeramobim e Senador Pompeu.

### Programa Bolsa Família (PBF)

Tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.

O Programa Bolsa Família (PBF) atende mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140,00), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 22,00 a R\$ 200,00. Diversos estudos apontam para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza com destaque para o Nordeste brasileiro. Para estas famílias o Programa tem um significado especial, pois representa a única fonte de renda que tem garantido o sustento e a sobrevivência, principalmente das famílias do meio rural.

O PBF associa a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos (saúde, alimentação, educação e assistência social) para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 140,00/mês.

O Programa possui três eixos principais, ou seja, (1) transferência de renda, (2) condicionalidades e (3) programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.



O Quadro 1 indica que o volume de recursos do PBF repassado ao Território em 2010, até outubro/2010, ultrapassou o montante de R\$ 56 milhões de reais, o que significa 5,78% do valor total repassado ao estado do Ceará. Somente no mês de outubro/2010 esse repasse girou em torno de mais de R\$ 5 milhões e 800 mil reais. O número de famílias atendidas pelo Programa no Território representa um total de 57.072 famílias, o que significa 5,63% do total e famílias atendidas pelo estado do Ceará.

Município	Nº de Famílias	Repasse Mensal	Repasse Até Out/2010
<b>CEARÁ</b>	<b>1.013.241</b>	<b>101.993.530,00</b>	<b>973.449.044,00</b>
Banabuiú	2.544	266.008,00	2.595.194,00
Choró	2.084	223.588,00	2.166.877,00
Deputado Irapuan Pinheiro	1.623	158.372,00	1.535.759,00
Ibaretama	2.058	219.896,00	2.123.939,00
Ibicuitinga	1.839	183.328,00	1.768.557,00
Milhã	2.310	224.129,00	2.192.767,00
Mombaça	7.740	772.298,00	7.597.574,00
Pedra Branca	6.545	663.074,00	6.526.115,00
Piquet Carneiro	2.631	255.057,00	2.498.387,00
Quixadá	10.336	1.087.488,00	10.511.258,00
Quixeramobim	10.793	1.095.023,00	10.491.440,00
Senador Pompeu	4.087	409.087,00	3.996.313,00
Solonópole	2.482	244.876,00	2.280.252,00
<b>TOTAL TERRITÓRIO</b>	<b>57.072</b>	<b>5.802.224,00</b>	<b>56.284.432,00</b>

**Quadro 1:** Número de Famílias e Volume de Repasse do Programa Bolsa Família  
**Fonte:** MDS em Números. RI Sintético, 2010

Contudo, se comparado a estimativa de famílias pobres inscritas no CadÚnico em relação às famílias pobres inscritas no PBF, pode-se afirmar que o benefício está longe de atender ao total de famílias do Território em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional. O Quadro 2 explicita essa realidade territorial, relacionando-a a realidade do Programa no estado do Ceará.

O referido Quadro 2 indica que o Território tem uma estimativa em torno de 70.704 famílias pobres no CadÚnico, o que representa uma cobertura de 73,63% em relação a estimativa de famílias pobres no perfil do PBF que é de 51.346 famílias. Se examinado na ótica dos dados do perfil do PBF, constata-se que esse número foi plenamente atingido, isto é, a cobertura ultrapassou a 100% do total de famílias atendidas que é de 57.070.

O sistema CadÚnico cadastra as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implantados pela União, estados ou municípios. Neste cadastro devem constar as informações das famílias cadastradas sobre características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo); composição familiar (número de componentes, existência de pessoas com deficiência); identificação e documentação de cada componente da família; qualificação escolar dos componentes da família; qualificação profissional e situação no mercado de trabalho; remuneração; e despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros).

Municípios	Estimativa de Famílias Pobres no Cadastro Único		Estimativa de Famílias Pobres no Perfil Bolsa Família		
	Nº	Cobertura em %	Nº no Perfil	Nº Atendidas	Cobertura em %
<b>CEARÁ</b>	<b>1.376.048</b>	<b>73,63</b>	<b>960.379</b>	<b>1.013.241</b>	<b>105,50</b>
<b>Banabuiú</b>	3.262	77,81%	2.410	2.544	105,31%
<b>Choró</b>	2.379	87,56%	1.806	2.083	115,34%
<b>Deputado Irapuan Pinheiro</b>	2.205	73,48%	1.699	1.623	95,41%
<b>Ibaretama</b>	2.373	86,68%	1.775	2.057	115,89%
<b>Ibicuitinga</b>	2.195	83,74%	1.565	1.839	117,44%
<b>Milhã</b>	2.796	82,62%	2.029	2.310	113,85%
<b>Mombaça</b>	8.975	86,01%	6.797	7.740	113,56%
<b>Pedra Branca</b>	8.323	78,55%	6.252	6.545	104,57%
<b>Piquet Carneiro</b>	3.126	84,10%	2.287	2.631	114,95%

Municípios	Estimativa de Famílias Pobres no Cadastro Único		Estimativa de Famílias Pobres no Perfil Bolsa Família		
	Nº	Cobertura em %	Nº no Perfil	Nº Atendidas	Cobertura em %
<b>Quixadá</b>	12.997	79,36%	8.920	10.336	115,63%
<b>Quixeramobim</b>	13.272	81,26%	9.428	10.793	114,39%
<b>Senador Pompeu</b>	4.894	83,47%	3.470	4.087	117,72%
<b>Solonópole</b>	3.907	63,53%	2.908	2.482	85,35%
<b>TOTAL TERRITÓRIO</b>	<b>70.704</b>	<b>80,63%</b>	<b>51.346</b>	<b>57.070</b>	<b>1429,41%</b>

**Quadro 2:** Estimativa de Famílias Pobres no CadÚnico e no Perfil PBF

Fonte: MDS em Números. RI Sintético, 2010

O sistema CadÚnico cadastra as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implantados pela União, estados ou municípios. Neste cadastro devem constar as informações das famílias cadastradas sobre características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo); composição familiar (número de componentes, existência de pessoas com, deficiência); identificação e documentação de cada componente da família; qualificação escolar dos componentes da família; qualificação profissional e situação no mercado de trabalho; remuneração; e despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros).

É importante salientar que vários Programas utilizam o sistema CadÚnico, entre eles o Programa Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Carteira do idoso, Tarifa Social e Minha Casa Minha Vida.

Para oferecer programas complementares às famílias beneficiárias do PBF a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família em nível federal desenvolve uma estratégia de articulação com diversos órgãos dos governos federal, estaduais e municipais para atender as necessidades das famílias em áreas como acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho e renda e melhoria das condições habitacionais.

<b>PROGRAMA</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>AGENTE EXECUTOR</b>
<b>Programa Brasil Alfabetizado</b>	Acesso a conhecimento	Alfabetização	MEC
<b>Próximo Passo</b>	Acesso a trabalho e renda	Qualificação profissional nas áreas da construção civil e turismo	MTE
<b>Programa de Qualificação Profissional Continuada - Acreditar</b>	Acesso a trabalho e renda	Qualificação e inserção profissional em obras da construtora	Construtora Norberto Odebrecht
<b>PROMINP</b>	Acesso a trabalho e renda	Reforço escolar para seleção para cursos de qualificação profissional	Governos estaduais e municipais
<b>Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF B)</b>	Acesso a trabalho e renda	Desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar	MDA
<b>CREDIAMIGO E AGROAMIGO</b>	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado para população rural	BNB
<b>Programa Nacional de Microcrédito orientado</b>	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado	MTE
<b>Territórios da Cidadania</b>	Acesso a cidadania	Promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania	Casa Civil e Ministérios
<b>Assentamentos rurais</b>	Acesso a cidadania	Promover a inscrição de famílias assentadas no Cadastro Único e priorizar inserção no PBF	MDA/INCRA

**Quadro 3:** Programas Complementares Articulados em Nível Federal

Fonte: mds.gov.br/Programa Bolsa Família, *on line* nov.2010.

Essa articulação leva em conta o perfil das famílias atendidas pelo PBF, sua vulnerabilidade e potencialidade e as ações e serviços já existentes. Outro ponto fundamental é o desenvolvimento de ações que explorem as potencialidades econômicas, culturais e naturais específicas de cada localidade.

No que se refere à articulação de programas complementares em nível federal, a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família apresenta contribuições em diferentes fases de cada programa, como mostra o Quadro 3.

#### Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa Aquisição de Alimentos (PPA) está inserido no contexto do Programa Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. É um programa do Governo Federal que adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até os limites estabelecidos pelo Decreto nº 6.447 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens.

#### Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. O referido Programa tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando

coloca que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

As ações de SAN no PNAE possibilitam assegurar aspectos importantes, entre eles, destacam-se (1) a promoção do crescimento e desenvolvimento das crianças; (2) a dinamização da economia local e fortalecimento da agricultura familiar, onde 30% dos produtos da alimentação escolar são oriundos dos agricultores e agricultoras familiares e (3) o respeito aos hábitos alimentares e à cultura alimentar da localidade.

Outro elemento a considerar refere-se ao exercício do controle social por parte da comunidade escolar e instituições por meio do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que tem caráter deliberativo e autônomo, composto por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade, professores e pais de alunos, com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos conforme indicação dos seus respectivos segmentos. O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene.

O Quadro 4 indica que o Território recebeu 3,40% do montante dos recursos do Programa destinados ao estado do Ceará, no valor total de R\$ 140.963.880,00. Em relação aos 30% do repasse do FNDE para a agricultura familiar, o Território recebeu 3,70% do valor total destinado ao Estado, beneficiando diretamente a 33.256 agricultores/as familiares, o que representa 9,74% do total de agricultores/as do estado do Ceará

Município	Valor do Repasse do FNDE (1)	Alunado (2)	30% do repasse do FNDE***	Nº de Agricultores Familiares (3)	Nº de DAPs (4)	Tipo de acesso ao PAA	Quantidade de AF necessários para atender os 30% (5)
CEARÁ	140.963.880,00	2.194.498	42.289.164,00	341.510	524.410	Leite/DS/CDLAF/CD/FE	4.699
BANABUIU	308.820,00	4.798	92.646,00	1.236	2.806	PAA Leite/DS	10
CHORO	273.900,00	4.172	82.170,00	1.570	2.252	PAA Leite	9
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	140.880,00	2.348	42.264,00	1.516	1.957	PAA Leite	5
IBARETAMA	242.040,00	3.744	72.612,00	711	2.363	PAA Leite/DS	8
IBICUITINGA	230.400,00	3.553	69.120,00	707	2.550	PAA Leite/DS	8
MILHA	201.480,00	3.190	60.444,00	1.648	2.612	PAA Leite/DS	7
MOMBACA	552.540,00	8.863	165.762,00	5.330	8.582	PAA Leite/DS/CDLAF	18
PEDRA BRANCA	664.020,00	10.741	199.206,00	3.741	8.431	PAA Leite/DS	22
PIQUET CARNEIRO	150.060,00	2.440	45.018,00	2.382	3.901	PAA Leite/DS	5
QUIXADA	1.008.660,00	15.490	302.598,00	4.345	6.424	PAA Leite/DS	34
QUIXERAMOBIM	910.020,00	14.168	273.006,00	6.276	8.331	PAA Leite/CDLAF	30
SENADOR POMPEU	309.420,00	5.110	92.826,00	1.833	3.555	PAA Leite/DS/CDLAF	10
OLONOPOLIS	227.400,00	3.572	68.220,00	1.961	2.932	PAA Leite	8
TOTAL TERRITÓRIO	5.219.640,00	82.189	1.565.892,00	33.256	56.696	Leite/DS/CDLAF/CD	174

**Quadro 4:** Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

**Fonte:** FNDE e Organização das informações SAF/MDA, 2009.

\*\*\* Valor correspondente ao percentual mínimo de aquisição de acordo com o Art. 14 da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009

(1) 2010 com base no censo escolar de 2009

(2) Total de alunos em 2010 com base no censo escolar de 2009

(3) Censo da Agricultura Familiar 2006 – IBGE.

(4) Declaração de Aptidão ao PRONAF de 14/07/2010.

(5) A base utilizada para o cálculo foi o limite de R\$ 9.000

DS: Doação Simultânea

CDLAF: Compra Direta Local da Agricultura Familiar

FE: Formação de Estoques pela Agricultura Familiar

CD: Compra Direta da Agricultura Familiar

Leite: Programa de Incentivo ao Consumo do Leite

## 6.1.2 Seguridade Social

A instituição da Seguridade Social pela Constituição de 1988 produziu importantes efeitos de transferência de renda para indivíduos e famílias. Neste sentido, o texto constitucional ampliou consideravelmente a (1) cobertura previdenciária para os trabalhadores rurais, consignando-lhes benefício igual aos dos trabalhadores urbanos; (2) estabeleceu um piso para os benefícios previdenciários, no valor de um salário mínimo e (3) garantiu a cobertura via assistência social do Benefício da Prestação Continuada (BPC), que destina um benefício monetário no valor de um salário mínimo a idosos (65 anos ou mais) e pessoas com deficiência que vivem em famílias com renda *per capita* de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo. Compõem a Seguridade Social a Assistência Social, a Previdência Social e a Saúde.

### Assistência Social

Política pública não contributiva, sendo dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Marco legal: CF/88 e LOAS.

### Proteção Básica

- Centro de Referência Social (CRAS) – responsável pela organização e oferta de serviços de proteção básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.
- Centro de Atendimento à criança e ao adolescente, juventude e ao idoso.

### Proteção Especial

- Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para ser beneficiário das ações da PSE é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida.



Diferentemente da Proteção Social Básica que tem caráter preventivo, a Proteção Social Especial atua em caráter de proteção. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo.

O Quadro 5 indica a disponibilização desses serviços para os municípios do Território, bem como o volume de recursos repassados, que representa 5,95% do total de recursos do estado do Ceará.

Ainda na perspectiva da cobertura da Assistência Social, dois outros serviços de Proteção Social Especial estão postos para o território, ou seja, Benefício da Prestação Continuada (BPC) e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Município	Nº CRAS	Nº CREAS	REPASSE MENSAL AÇÕES ATÉ SET/2010	REPASSE TOTAL AÇÕES ATÉ SET/2010
<b>CEARÁ</b>	<b>354</b>	<b>99</b>	<b>106.700.940,87</b>	<b>933.701.745,15</b>
Banabuiú	2	1	196.730,15	1.747.204,69
Choró	1	-	103.935,30	840.882,80
Deputado Irapuan Pinheiro	1	-	50.636,10	406.249,25
Ibaretama	1	-	118.710,75	725.350,50
Ibicuitinga	1	-	135.223,30	1.172.690,27
Milhã	1	-	126.231,55	1.112.308,81
Mombaça	2	1	767.728,34	6.777.517,34
Pedra Branca	2	1	475.631,50	4.215.098,75
Piquet Carneiro	1	-	102.549,00	908.909,90
Quixadá	3	1	2.197.460,20	19.622.299,10
Quixeramobim	3	1	1.222.135,48	10.642.662,72
Senador Pompeu	2	1	583.889,60	5.152.344,30
Solonópole	1	1	253.511,25	2.241.671,08
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>07</b>	<b>6.334.372,52</b>	<b>55.565.189,51</b>

**Quadro 5:** Ações, Beneficiários e Repasse da Assistência Social – Ano base 2010

Fonte: MDS em Números. RI Sintético, 2010.

O Quadro 6 detalha o número de benefícios dos referidos serviços e o volume de repasse em 2010, tendo como referência até o mês de setembro, além de explicitar o comparativo entre os benefícios sociais com cobertura da

Assistência Social (BPC e PETI) e do PBF com repasse direto aos beneficiários.

Em relação ao Programa PETI pode-se constatar que o Território detém 16,32% do volume dos recursos repassados ao estado do Ceará.

Em relação ao Programa BCP pode-se constatar que o Território atende a 6.866 idosos e 14.439 pessoas deficientes, representando 10,11% e 13,98% do total dos beneficiários (idosos e deficientes) do Estado, respectivamente.

Somando essas fontes de repasse (PETI e PCP) ao repasse do Programa Bolsa Família, o Território detém um volume de recursos na ordem de R\$ 222.016.216,43. Esse valor representa 12,75% do valor total do repasse do estado do Ceará.

Município	PETI		BPC				Bolsa FAMÍLIA	
			Idoso		Pessoa com Deficiência			
	Nº	REPASSE até SET/2010	Nº	REPASSE até SET/2010	Nº	REPASSE até SET/2010	Nº	REPASSE até OUT/2010
CEARÁ	-	6.391.500,00	67.911	304.006.627,47	103.249	457.005.057,45	1.014.225	973.971.394,00
Banabuiú	-	14.500,00	44	204.510,00	265	1.212.946,09	2.538	2.591.994,00
Choró	-	27.500,00	29	115.260,00	132	557.034,00	2.083	2.166.377,00
Deputado Irapuan Pinheiro	-	31.500,00	8	34.170,00	47	188.277,00	1.621	1.534.759,00
Ibaretama	-	0,00	35	115.770,00	158	452.523,00	2.057	2.123.439,00
Ibicuitinga	-	15.500,00	11	47.940,00	199	874.650,00	1.838	1.768.057,00
Milhã	-	15.000,00	28	128.520,00	193	859.284,00	2.310	2.192.767,00
Mombaça	-	23.000,00	106	478.533,00	1145	5.144.726,84	7.719	7.586.624,00
Pedra Branca	-	25.500,00	72	340.170,00	603	2.683.705,00	6.538	6.522.615,00
Piquet Carneiro	-	0,00	24	117.810,00	115	498.780,00	2.629	2.497.387,00
Quixadá	-	80.000,00	773	3508.239,00	2772	12.446.406,00	10.314	10.500.058,00
Quixeramobim	-	58.500,00	540	2407.693,38	1472	6.493.353,60	10.785	10.484.790,00

Município	PETI		BPC				Bolsa FAMÍLIA	
			Idoso		Pessoa com Deficiência			
	Nº	REPASSE até SET/2010	Nº	REPASSE até SET/2010	Nº	REPASSE até SET/2010	Nº	REPASSE até OUT/2010
Senador Pompeu	-	31.000,00	121	545.190,00	733	3.286.954,50	4.085	3.995.013,00
Solonópole	-	51.000,00	16	66.300,00	364	1.663.110,00	2.482	2.280.252,00
<b>TOTAL TERRITÓRIO</b>	<b>-</b>	<b>373.000,00</b>	<b>1807</b>	<b>8.110.105,38</b>	<b>8198</b>	<b>36.361.750,03</b>	<b>56999</b>	<b>56.244.132,00</b>

**Quadro 6:** Comparativo entre benefícios sociais com cobertura da Assistência Social (BPC e PETI) e do PBF com repasse direto aos beneficiários

Fonte: MDS em Números. RI Sintético, 2010

### Previdência Social

A previdência social, juntamente com a saúde e a assistência social, compõe a Seguridade Social, que é a política de proteção integrada da cidadania. É uma espécie de seguro público coletivo para aqueles que contribuem com a previdência; visa cobrir riscos sociais como acidentes, morte, velhice, deficiência, maternidade, reclusão e desemprego. Tem como leis básicas: a Constituição Federal de 1988, Leis N.º 8.212/91 e N.º 8.213/91 e Decreto N.º 3.048/99.

É uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceber direitos aos seus segurados. Os benefícios oferecidos hoje pela previdência são: aposentadoria por idade; aposentadoria por invalidez; aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria especial; auxílio-doença; auxílio-reclusão; pensão por morte; salário-maternidade; salário-família; auxílio Acidente.

O Quadro 7 indica a quantidade de benefícios que corresponde a quantidade de créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela (urbana ou rural). Este quadro revela

um crescimento na quantidade de benefícios de 55.808 para 73.601, se comparado os anos de 2000 e 2009, respectivamente.

Município	QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELO INSS (R\$ 1,00)									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Banabuiú	951	1.080	1.366	1.243	1.345	1.543	1.701	1.845	2.083	2.287
Choró	747	857	776	667	705	549	512	595	822	1.020
Deputado Irapuan Pinheiro	1.078	1.122	1.203	1.249	1.193	1.128	160	259	395	505
Ibaretama	1.168	1.282	1.241	1.101	963	776	186	320	514	718
Ibicuitinga	1.326	1.370	1.410	1.322	1.271	1.161	941	996	1.204	1.491
Milhã	868	966	1.124	1.216	1.280	1.634	1.862	2.035	2.164	2.343
Mombaça	9.757	10.186	10.616	9.440	9.234	9.208	9.419	9.666	10.053	10.571
Pedra Branca	6.004	6.332	6.642	6.852	7.017	7.364	7.701	8.039	8.327	8.655
Piquet Carneiro	0	0	0	1.379	1.836	1.987	1.968	1.953	2.028	2.062
Quixadá	13.454	13.689	15.014	16.268	17.648	19.592	22.165	20.783	19.204	19.547
Quixeramobim	9.180	9.725	10.193	10.312	10.516	10.554	10.704	11.335	11.804	12.310
Senador Pompeu	5.929	6.019	6.218	6.195	6.373	6.584	6.611	6.774	6.898	7.094
Solonópole	5.346	5.389	5.394	5.426	5.335	4.918	4.906	4.924	4.949	4.998
<b>TOTAL TERRITÓRIO</b>	<b>55.808</b>	<b>58.017</b>	<b>61.197</b>	<b>62.670</b>	<b>64.716</b>	<b>66.998</b>	<b>68.836</b>	<b>69.524</b>	<b>70.445</b>	<b>73.601</b>

**Quadro 7:** Quantidade de Benefícios Emitidos pelo INSS entre 2000 a 2009

**Fonte:** Ministério da Previdência Social. Estatísticas Municipais, 2000 a 2009.

O Quadro 8 indica o valor de benefícios emitidos pelo INSS entre o período de 2000 a 2009. O quadro em referência indica uma crescente evolução no total de benefícios pagos, que varia de R\$ 109.535.386,00 (em 2000) para R\$ 410.971.642,00 (em 2009). Pesquisas mostram que a garantia desses direitos aos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores rurais e urbanos, possibilitou uma elevação do nível de renda dessas pessoas, principalmente no meio rural, com uma conseqüente melhoria no bem estar e na forma de produzir dessa a população. A universalização previdenciária tem refletido sobre o bem-estar da população rural, que pode ser observado na (1) melhoria das condições de moradia das famílias; (2) no acesso a bens de

consumo e (3) na liberação da mão-de-obra infantil do trabalho para a frequência à escola.

Município	VALOR DOS BENEFÍCIOS EMITIDOS NO ANO									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Banabuiú	1.655.824	2.404.486	3.231.786	4.169.728	4.479.400	5.251.654	6.747.409	8.130.503	9.822.836	12.283.080
Choró	1.247.893	1.828.852	2.197.210	1.836.405	2.202.015	2.106.324	2.112.283	2.554.944	3.610.080	5.170.939
Deputado Irapuan Pinheiro	1.989.378	2.493.082	2.951.672	3.649.374	4.029.355	4.362.295	3.268.130	1.016.084	1.705.525	2.677.792
Ibaretama	2.054.458	2.768.900	3.293.435	3.439.532	3.322.770	3.098.107	984.258	1.141.416	2.020.856	3.350.439
Ibicuitinga	2.381.501	2.984.455	3.502.571	3.887.513	4.143.171	4.312.523	4.569.298	4.462.316	5.386.570	7.798.295
Milhã	1.495.252	2.118.649	2.684.471	3.601.665	4.120.819	5.870.401	7.504.292	8.998.172	10.512.404	12.801.694
Mombaça	18.939.578	23.255.625	27.310.943	32.021.949	31.383.916	34.982.783	40.277.559	43.982.164	49.616.601	58.955.260
Pedra Branca	11.301.754	14.149.965	16.568.556	20.430.115	23.063.630	26.942.372	32.519.680	36.239.455	41.159.839	47.770.258
Piquet Carneiro	0	0	0	1.072.775	5.749.925	7.155.381	8.266.134	8.852.569	9.855.472	11.507.497
Quixadá	27.424.447	33.229.816	38.970.427	50.289.108	60.129.954	72.824.504	91.195.855	98.611.033	100.438.930	111.252.592
Quixeramobim	18.330.458	22.447.281	26.539.074	32.014.797	36.152.723	40.054.491	45.800.845	51.728.253	58.481.951	68.865.356
Senador Pompeu	12.418.483	14.794.688	16.947.206	20.325.048	22.352.566	25.621.224	29.031.513	31.627.203	35.157.014	40.635.716
Solonópole	10.296.361	12.278.740	13.891.600	16.492.103	17.980.292	18.544.662	20.853.911	22.610.021	24.481.107	27.902.725
<b>TOTAL TERRITÓRIO</b>	<b>109.535.386</b>	<b>134.754.538</b>	<b>158.088.951</b>	<b>193.230.111</b>	<b>219.110.537</b>	<b>251.126.721</b>	<b>293.131.167</b>	<b>319.954.132</b>	<b>352.249.186</b>	<b>410.971.642</b>

**Quadro 8:** Quantidade de Benefícios Emitidos pelo INSS entre 2000 a 2009

Fonte: Ministério da Previdência Social. Estatísticas Municipais, 2000- 2009

De todos os impactos da universalização da previdência social rural, a mais animadora é de que ela tem sido responsável pela redução da pobreza rural e da desigualdade na distribuição de renda. A previdência social rural permitiu a inclusão das mulheres rurais como beneficiárias (direito à aposentadoria por idade e salário-maternidade).

Para visualizar o impacto gerado na economia dos pequenos municípios é só observar o montante dos recursos repassados ao território no ano de 2009 que se aproximou dos R\$ 411 milhões de reais. Somente para as aposentadorias rurais, os benefícios ultrapassaram os valores de R\$ 250 milhões de reais, dados de 2008, conforme indica Quadro 9.

Municípios	QUANTIDADE (1)									VALOR ACUMULADO (R\$ 1.000)								
	TOTAL			URBANA			RURAL			TOTAL			URBANA			RURAL		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Banabuiú	1.845	2.083		444	475		1.401	1.608		8.131	9.823		2.353	2.691		5.778	7.132	
Choró	595	822		97	137		498	685		2.555	3.610		405	613		2.150	2.997	
Deputado Irapuan Pinheiro	259	395		32	55		227	340		1.016	1.706		124	244		892	1.462	
Ibaretama	320	514		46	83		274	431		1.141	2.021		158	319		984	1.702	
Ibicuitinga	996	1.204		189	218		807	986		4.462	5.387		838	1.001		3.624	4.385	
Milhã	2.035	2.164		361	388		1.674	1.776		8.998	10.512		1.837	2.164		7.161	8.349	
Mombaça	9.666	10.053		1.976	2.062		7.690	7.991		43.982	49.617		10.076	11.302		33.906	38.315	
Pedra Branca	8.039	8.327		1.341	1.426		6.698	6.901		36.239	41.160		6.430	7.534		29.810	33.625	
Piquet Carneiro	1.953	2.028		219	238		1.734	1.790		8.853	9.855		1.122	1.278		7.731	8.578	
Quixadá	20.783	19.204		6.825	6.661		13.958	12.543		98.611	100.439		36.356	38.732		62.255	61.707	
Quixeramobim	11.335	11.804		3.123	3.233		8.212	8.571		51.728	58.482		16.384	18.555		35.345	39.927	
Senador Pompeu	6.774	6.898		2.124	2.186		4.650	4.712		31.627	35.157		11.592	12.871		20.035	22.286	
Solonópole	4.924	4.949		790	802		4.134	4.147		22.610	24.481		3.937	4.317		18.673	20.164	
<b>TOTAL TERRITÓRIO</b>	<b>69.524</b>	<b>70.445</b>	<b>-</b>	<b>17.567</b>	<b>17.964</b>	<b>-</b>	<b>51.957</b>	<b>52.481</b>	<b>-</b>	<b>319.954</b>	<b>352.249</b>	<b>-</b>	<b>91.611</b>	<b>101.620</b>	<b>-</b>	<b>228.343</b>	<b>250.629</b>	<b>-</b>

**Quadro 9:** Quantidade Benefícios e Valor Acumulado Previdência e Assistência Social

Fonte: IPECE Qualidade de Vida. Anuário Estatístico do Ceará, 2009



### 6.1.3 Segurança Pública

A Constituição Federal, no artigo 144, se refere aos municípios apenas para atribuir a competência para constituírem guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações. A Guarda Municipal tem a função de guarda patrimonial. Não se trata de órgão policial. Não é atribuição das guardas municipais, segundo a Constituição Federal, realizar nem investigação criminal nem policiamento ostensivo.

Além dessa prerrogativa de instituírem guardas municipais, os municípios podem atuar na segurança pública por meio da imposição de restrições administrativas a direitos e liberdades. O município pode, por exemplo, delimitar o horário de funcionamento de bares e restaurantes ou os locais da venda de bebidas alcoólicas. Tais restrições, de caráter administrativo, exercem importante função na segurança pública, prevenindo a prática de delitos.

A CF/88, ao caracterizar a segurança pública como “direito e responsabilidade de todos” e ao positivar o princípio democrático, estabelece o fundamento jurídico dos arranjos institucionais que permitem a participação popular na formulação e no controle da gestão das políticas de segurança. É o que ocorre, por exemplo, nas experiências de policiamento comunitário ou, ainda, na instituição dos conselhos de segurança pública. Tais experiências, particulares ao campo da segurança pública, se inserem no contexto atual de ampliação dos espaços de participação popular, no sentido da superação dos limites da democracia meramente representativa.

### 6.1.4 Acesso à Justiça

Do ponto de vista da Justiça Global, o acesso à justiça não se resume a que a população chegue às instâncias jurisdicionais do Estado, mas também diz respeito ao direito à investigação adequada, às garantias judiciais e a um julgamento imparcial. O alto índice de impunidade no Brasil é um fator determinante para a continuidade das violações dos direitos humanos no país. Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública indicam que somente

7,8% de aproximadamente 49.000 (quarenta e nove mil) homicídios cometidos no Brasil a cada ano são investigados e processados com êxito, fato que demonstra uma evidente falha do Estado em exercer a devida diligência no funcionamento da justiça.

Isto pressupõe que os municípios para garantir esse direito consagrado constitucionalmente devem ter (1) polícia judiciário-investigativa qualificada e de alto nível e (2) defensores públicos para assegurar que aqueles que não têm condições para contratar um advogado e nem arcar com os custos judiciais possam litigar com equilíbrio na relação processual e serem asseguradas as garantias judiciais do devido processo legal, do contraditório e ampla defesa, bem como a presença de promotores de justiça para acompanhar os casos envolvendo família, criança e adolescentes, idosos, populações indígenas. O Ministério Público, no Brasil, é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

É fundamental a existência de instituições e/ou órgãos municipais de defesa dos direitos humanos e exercício da cidadania, a exemplo do direito do consumidor onde a população tenha informações e conhecimento da lei que explicita sobre os seus direitos.

<b>Município</b>	<b>Nº Promotores De Justiça</b>	<b>Nº Defensores Públicos</b>	<b>Abrangência Delegacias</b>
<b>Banabuiú</b>	0	0	-
<b>Choró</b>	0	0	-
<b>Deputado Irapuan Pinheiro</b>	0	0	-
<b>Ibaretama</b>	0	0	-
<b>Ibicuitinga</b>	1*	0	-
<b>Milhã</b>	0	0	-
<b>Mombaça</b>	1	1	-
<b>Pedra Branca</b>	1	0	-
<b>Piquet Carneiro</b>	1*	0	-
<b>Quixadá</b>	3	3	Regional

Município	Nº Promotores De Justiça	Nº Defensores Públicos	Abrangência Delegacias
Quixeramobim	2	2	Municipal
Senador Pompeu	1	1	Regional
Solonópole	1	0	-
<b>TOTAL TERRITÓRIO</b>	11	07	-

**Quadro 10:** Número de Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Delegacias de Polícia

**Fontes:** sites oficiais Ministério Público do Ceará, Defensoria Pública Geral do Ceará e Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), 2010.

(\*) Em processo de alteração da situação de promotorias de Entrância Inicial à condição de comarcas autônomas.

O Quadro 10 retrata a realidade do acesso a justiça pela população do território, sobretudo, dos segmentos mais pobres e vulneráveis, chamando à atenção para os limites dos serviços prestados, principalmente no que se refere a quantidade e acessibilidade aos recursos de defensoria pública.

#### 6.1.5 Direito à Moradia

O Estatuto das Cidades criou uma série de instrumentos para que o gestor municipal pudesse buscar o desenvolvimento urbano, sendo o principal o Plano Diretor. O Estatuto atribuiu aos municípios a implementação de planos diretores participativos, definindo uma série de instrumentos urbanísticos que têm no combate à especulação imobiliária na regularização fundiária dos imóveis urbanos seus principais objetivos.

Além de definir uma nova regulamentação para o uso do solo urbano, o Estatuto prevê a cobrança de IPTU progressivo até 15% para terrenos ociosos, a simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a aumentar a oferta de lotes, e a proteção e a recuperação do meio ambiente urbano.

De acordo com a própria lei, o Plano Diretor é "*o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana*", obrigatório para municípios:

Com mais de vinte mil habitantes ou conurbados;

Integrantes de "área de especial interesse turístico" ou área em que haja atividades com significativo impacto ambiental;

Que queiram utilizar de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de imóvel.

Em virtude da complexidade da tarefa, dentre outros motivos, muitos municípios deixaram de cumprir o prazo original de cinco anos dado pelo Estatuto para criarem seus planos diretores. Diante dessa situação, foi promulgada a lei 11.673 em 2008, adiando o fim do prazo para 30 de junho de 2008.

#### 6.1.6 Acessibilidade

A Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana – SEMOB foi instituída no Ministério das Cidades com a finalidade de formular e implementar a política de mobilidade urbana sustentável, entendida como “a reunião das políticas de transporte e de circulação, e integrada com a política de desenvolvimento urbano, com a finalidade de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizando os modos de transporte coletivo e os não-motorizados, de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável”. As atuais condições de mobilidade e dos serviços de transporte público no Brasil direcionam a atuação da SeMob em três eixos estratégicos que agrupam as questões a serem enfrentadas, quais sejam (1) Promover a cidadania e a inclusão social por meio da universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo e do aumento da mobilidade urbana; (2) Promover o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão no setor e (3) Coordenar ações para a integração das políticas da mobilidade e destas com as demais políticas de desenvolvimento urbano e de proteção ao meio ambiente.

A acessibilidade se configura como o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos, mas também de acessar a rede de informações.

Dizem as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e 10.098, de 19 de dezembro de

2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade que formulação, implementação e manutenção das ações de acessibilidade atenderão às seguintes premissas básicas (1) A priorização das necessidades, a programação em cronograma e a reserva de recursos para a implantação das ações e (2) O planejamento, de forma continuada e articulada, entre os setores envolvidos.

#### 6.1.7 Direitos Humanos das Mulheres

O Brasil no âmbito internacional assumiu diversos compromissos, tendo sido a CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES - /CEDAW (ONU) de 1979 o primeiro instrumento internacional de direitos humanos voltado para as demandas das mulheres. Essa convenção define o que se constitui discriminação contra a mulher e estabelece uma ampla agenda de ações a fim de acabar com a discriminação.

Em 1983, o PROGRAMA DE AÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL DE DIREITOS HUMANOS (CONFERÊNCIA DE VIENA) (ONU) define que os direitos humanos das mulheres e meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais. Reforça que os direitos humanos das mulheres devem fazer parte das preocupações das nações Unidas.

Em 1994, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção Belém do Pará) (OEA) estabelece que a violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais das mulheres. Apresenta a definição da violência contra a mulher como uma violência física, psicológica, ou sexual, baseada no gênero, que ocorre tanto na esfera pública, como na privada.

Ainda em 1994, a Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento (Cairo) (ONU) tomou a questão dos direitos reprodutivos das mulheres um parâmetro para os debates e resoluções na área de políticas populacionais.

No ano de 1995, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (BEIJING) (ONU), por meio da declaração e plataforma de ação, chamou a atenção para a feminização da pobreza, a violência contra as mulheres e sua exclusão das esferas de poder. Reforçou a necessidade de institucionalização da política de promoção de igualdade entre homens e mulheres ao adotar a premissa de que todas as políticas e programas nacionais reflitam uma perspectiva de gênero.

Em 1999, no Protocolo Facultativo CEDAW (ONU), foi destacada a importância da criação de um sistema mais eficiente de acompanhamento do cumprimento da CEDAW, mediante a elaboração de um protocolo facultativo. Este garante às mulheres o acesso à justiça internacional, de forma mais direta e eficaz, nos momentos em que o sistema nacional se mostrar falho ou omissivo na proteção de seus direitos humanos.

Esses instrumentos representam a luta histórica dos movimentos feminista e de mulheres para incluir na agenda internacional os direitos das mulheres como direitos humanos. Estes devem ser garantidos pelo Estado e observados pela sociedade, sendo de competência dos Estados e governos implementar políticas públicas orientadas por estes instrumentos internacionais, e da sociedade através de suas organizações e instituições acompanhar seu cumprimento e colaborar com sua reflexão e crítica para seu aprimoramento.

A pouca divulgação e a insuficiência de dados atualizados sobre a realidade de violência contra a mulher (definida como violência física, psicológica ou sexual, baseada no gênero, que ocorre tanto na esfera pública, como na privada), tem limitado a visibilidade desta problemática no Território do Sertão. Por outro lado, os limites da atuação e acessibilidade das instituições e/ou órgãos públicos tem restringido a qualidade e agilidade da intervenção do Estado (município, Estado e União) na proteção e defesa dos direitos humanos e garantia do exercício da cidadania, bem como na implantação da política pública para as mulheres, hoje formulada no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2008-2011, resultante da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, envolvendo mais diretamente 18 órgãos da administração pública federal, em parceria com representantes de

mecanismos governamentais estaduais e municipais de políticas para as mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Segundo informações dos atores locais, por ocasião dos eventos de construção, socialização e validação do PTDRS (plenária geral e comitês temáticos) a situação de violência contra a mulher é um fator relevante no território, o que recomenda que o PTDRS defina um conjunto de iniciativas articuladas e negociadas com outros atores institucionais e da sociedade civil com vistas a superação dessa problemática.

#### Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)

Promoção da cidadania e autonomia das mulheres do campo com a realização de mutirões para a emissão gratuita de documentação civil. Sem contar sequer com uma certidão de nascimento muitas mulheres não são reconhecidas como cidadãs perante o Estado. Portanto, estão impedidas de acessar direitos básicos da cidadania: a aposentadoria rural e auxílio maternidade; o crédito e outras políticas de apoio à agricultura familiar; os programas sociais como o Programa Bolsa Família e programas de apoio à reforma agrária.

## **7 ASPECTOS DA SAUDE**

A avaliação sobre a saúde do território requer o conhecimento de algumas variáveis que vão além das específicas da saúde, as informações sócio demográficas, interferem diretamente nos resultados na saúde de uma população. Destacamos as variáveis como a população total do município e por faixas etárias, o saneamento básico, a escolaridade, o nível socioeconômico são exemplos de informações imprescindíveis no processo de planejamento que vão influir diretamente na formulação de Políticas Públicas para que tenham um forte substrato e base na equidade e na inclusão social. Citamos que é válido perceber que o território é um espaço vivo e se expressa à busca do equilíbrio entre os diversos interesses e contrastes.

### **7.1 Análise da Situação de Saúde**

#### **7.1.1 Morbidades Crônicas e Transmissíveis**

A prevalência estimada de hipertensão no Brasil atualmente é de 35% da população acima de 40 anos. Isso representa em números absolutos um total de 17 milhões de portadores da doença, segundo estimativa de 2004 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Cerca de 75% dessas pessoas recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) para receber atendimento na Atenção Básica. Para atender os portadores de hipertensão, o Ministério da Saúde possui o Programa Nacional de Atenção a Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus (HIPERDIA). O programa compreende um conjunto de ações de promoção de saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento dos agravos da hipertensão. O objetivo é reduzir o número de internações, a procura por pronto-atendimento, os gastos com tratamentos de complicações, aposentadorias precoces e mortalidade cardiovascular, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos portadores.

A informação é essencial à tomada de decisões. Assim, o conhecimento sobre a situação de saúde o que requer informações sobre o perfil da morbidade e mortalidade, os principais fatores de risco e seus determinantes, as características demográficas e os serviços de assistência



médico-sanitário. Esse conhecimento se aplica ao planejamento, organização e avaliação de ações e serviços no âmbito do setor saúde.

**Tabela 6:** Morbidades Proporcional por Doenças Crônicas no Território Sertão Central.

<b>Nº DE PESSOAS ACOMETIDAS POR MORBIDADES CRÔNICAS</b>			
<b>Municípios</b>	<b>DOENÇAS CRÔNICAS</b>		
	<b>ANO</b>	<b>HIPERTENSÃO ARTERIAL <sup>1</sup></b>	<b>DIABETES <sup>1</sup></b>
<b>MICRO TERRITORIO I</b>			
Choró	2008	299	91
Ibaretama	2002	88	23
Ibicuitinga	2006	257	63
Quixadá	2004	145	43
<b>TOTAL</b>		<b>789</b>	<b>220</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>			
Banabuiú	2008	155	19
Quixeramobim	2002	2124	543
<b>TOTAL</b>		<b>2279</b>	<b>562</b>
<b>MICRO TERRITORIO III</b>			
Mombaça	2005	847	177
Pedra Branca	2008	486	54
Piquet Carneiro	2002	486	128
<b>TOTAL</b>		<b>1819</b>	<b>359</b>
<b>MICRO TERRITORIO IV</b>			
Dep. Irapuan Pinheiro	2007	3	2
Milhã	2008	197	59
Senador Pompeu	2002	379	87
Solonópole	2002	675	183
<b>TOTAL</b>		<b>1254</b>	<b>331</b>
<b>TOTAL DO TERRITORIO</b>		<b>6141</b>	<b>1472</b>

**Fonte:** Sala de Situação em Saúde

De acordo com as doenças crônicas, observa-se que os municípios Quixeramobim, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Senador Pompeu e Solonópole apresentam um maior número de pessoas portadoras de Hipertensão e Diabetes, porém os demais municípios também apresentam uma quantidade significativa e relevante com relação a essas patologias, vale ressaltar que verificamos as informações cadastradas pelo Sistema Nacional de Hipertensão e Diabetes – HIPERDIA, neste sistema os cadastros são

realizados e devem ser permanentemente atualizados para que haja melhor planejamento de insumos como medicamentos. Com relação aos indicadores de prevalência destas duas morbidades no território obtivemos que para a Hipertensão tem-se a prevalência de 2,6 casos para 100 habitantes, já para com relação à Diabetes temos para cada 100 habitantes um resultado 0,4 casos da doença. Os resultados apontam para um alerta sobre a importância do cadastro das pessoas portadoras destas morbidades crônicas pois, estes índices encontram-se bem abaixo comparando-se ao Brasil, estima-se que 35% da população acima de 40 anos é hipertensa (IBGE, 2004).

A partir da 4ª oficina PTDRS, o Comitê saúde relatou que no Território trabalham-se com grupos de risco de hipertensão e diabetes através de programas de rádios, nas escolas, associações, etc. Usam cartões de aprazamento e registro no prontuário manual, redução das doenças com mudanças de hábitos alimentares.

O HIPERDIA no município Deputado Irapuã Pinheiro, é trabalhado através de metas e que a busca ativa de pacientes é realizado pelas Equipes de Saúde da Família (EqSF) e Agente Comunitário de Saúde (ACS), já em Banabuiú referiu não ter ACS o que dificulta no cadastramento dos pacientes.

Avaliando os índices das doenças transmissíveis, na dengue observamos que no Território Sertão Central teve um total de 162 casos notificados no ano de 2009, quando calculamos o indicador de incidência do território observamos que temos um resultado de 42,29 casos para cada 100.000 habitantes. Vale ressaltar, que tivemos no território de Mombaça 134 casos notificado muito alta e constatando com outros municípios que tiveram poucos ou nenhum caso que é interessante investigar os fatores ambientais que interferem na incidência desta doença nos municípios.

A definição de caso confirmado de dengue baseia-se em critérios adotados pelo Ministério da Saúde para orientar as ações de vigilância epidemiológica da doença em todo o País.

**Tabela 7:** Morbidades Proporcional por Doenças Transmissíveis no Território Sertão Central em 2009.

<b>Nº DE PESSOAS ACOMETIDAS POR MORBIDADES TRANSMISSIVEIS</b>				
<b>Municípios</b>	<b>DOENÇAS TRANSMISSIVEIS</b>			
	<b>Dengue** 2009</b>	<b>Tuberculose 2009</b>	<b>Sífilis *** Congênita 2009</b>	<b>Hanseníase **** 2009</b>
<b>MICRO TERRITORIO I</b>				
Choró	0	1	0	1
Ibaretama	1	2	0	2
Ibicuitinga	4	2	2	2
Quixadá	11	35	4	16
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>40</b>	<b>6</b>	<b>21</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>				
Banabuiú	0	0	0	6
Quixeramobim	7	9	10	29
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>35</b>
<b>MICRO TERRITORIO III</b>				
Mombaça	134	8	0	3
Pedra Branca	1	4	0	10
Piquet Carneiro	2	2	0	6
<b>TOTAL</b>	<b>137</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>19</b>
<b>MICRO TERRITORIO IV</b>				
Dep. Irapuan Pinheiro	0	1	0	0
Milhã	0	5	0	2
Senador Pompeu	2	6	0	17
Solonópole	0	3	0	4
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>15</b>	<b>0</b>	<b>23</b>
<b>TOTAL DO TERRITORIO</b>	<b>162</b>	<b>78</b>	<b>16</b>	<b>98</b>

**Fonte:** Sala de Situação em Saúde, 2009.

<sup>1</sup> Número de casos 2009;

<sup>2</sup> Incidência em gestante; \* Taxa de Detecção 2009 (nº de casos);

\*\* Taxa de Incidência 2009 (nº de casos).

Portanto, devemos analisar variações geográficas e temporais na distribuição dos casos confirmados de dengue, como parte do conjunto de ações de vigilância epidemiológica para prevenção e controle da doença; avaliar e orientar medidas de controle vetorial do *Aedes aegypti*; e, subsidiar

processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde direcionadas ao controle de doenças de transmissão vetorial.

Os municípios de Mombaça e Acopiara tem grande foco de Dengue, gerando uma grande preocupação aos municípios de fronteira, pois a maioria dos casos notificados são de pessoas vindas destes municípios. A quantidade de focos de dengue não é compatível com os dados da secretaria de saúde, pois há subnotificação devido a carência de profissionais (Agente Comunitário de Endêmias e ACS).

Para diminuir a dengue trabalham estratégias como operação quintal limpo com apoio da EqSF, ACS's, trabalhos nas escolas (gincanas, palestras e oficinas), no intuito de sensibilizar as pessoas quanto a prevenção.

Para a tuberculose, temos no território total do Sertão Central 78 casos notificados desta doença, vale destacar que em Quixadá tivemos 35 casos, considerando um dado bastante significativo. Quando calculamos a taxa de incidência desta morbidade no território em 2009, o resultado é de (20,36) casos para 100.000 habitantes. Um fator importante deve ser ressaltado, o município de Banabuiú não tiveram nenhum caso notificado.

Outro fator a ser considerado é a cobertura de vacinação pelo BCG. A infecção concomitante pelo HIV pode resultar em aumento da morbidade por tuberculose.

De acordo com os participantes do comitê, mensalmente é realizada busca ativa de sintomáticos respiratórios, porém é uma ação ainda muito rejeitada pela população. Não sabem informar se os pacientes diagnosticados com TB têm o exame de HIV ofertado.

A Hanseníase é uma doença com alto índice nos municípios de Quixadá, Quixeramobim, Pedra Branca e Senador Pompeu. Associam essa causa a deficiente busca ativa, notificação e a baixa adesão dos pacientes diagnosticados ao tratamento. Como está a avaliação dos comunicantes?

A sífilis congênita no Território Sertão Central teve um total de 16 casos desta morbidade, destacando o município de Quixeramobim com 10 casos e tiveram municípios como Choró, Ibareta, Banabuiú, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Dep. Irapuan Pinheiro, Milhã, Senador Pompeu e Solonópole que não tiveram nenhum caso notificado.

Ao calcularmos o indicador de incidência de sífilis em gestantes a ocorrência de casos no território encontrou um baixo índice (13,85) de casos, portanto são considerados apenas os casos de sífilis congênita diagnosticados durante os dois primeiros anos de vida e precisamos investigar as causas da situação atual de controle deste território.

A ocorrência de casos em determinada área geográfica ou grupo populacional indica condições favoráveis à transmissão da doença e deficiências na atenção à saúde da mulher, especialmente no período pré-natal, quando as gestantes infectadas poderiam ser oportunamente identificadas e tratadas.

A eliminação da sífilis congênita como problema de saúde pública requer a redução de sua incidência a menos de um caso por mil nascidos vivos, meta a ser alcançada mediante a busca ativa de casos de sífilis materna e congênita, em serviços de pré-natal e em maternidades, paralelamente a ações de prevenção e tratamento; sem esquecer a grande importância do tratamento dos parceiros para o sucesso das ações (OPAS, 2002).

Conforme o comitê saúde existe uma falha no acompanhamento ao pré-natal, pois há uma grande dificuldade na marcação e na entrega dos exames, o sistema não é ágil e a demanda é maior que a oferta.

Referem ainda a dificuldade da maioria dos pacientes entenderem a importância do tratamento e o estigma da doença fazem com que muitos não assumam a mesma. Quando se detecta uma gestante com sífilis o parceiro muitas vezes se recusa a realizar o tratamento.

O Conselho Tutelar e Municipal de Piquet Carneiro é atuante porém os conselhos ainda não foram capacitados. Ressalta-se a importância de se mobilizar as pessoas sobre o papel dos conselhos.

## **7.2 Mortalidade Proporcional (%)**

### **7.2.1 Taxa de Mortalidade Infantil**

De acordo com Plano Estadual de Redução de Mortalidade Infantil, o Governo do Estado quer reduzir a mortalidade infantil no Ceará em 5% em

2009 e mais 5% em 2010, para chegar à taxa de 14,74 óbitos por mil nascidos vivos já no próximo ano.

Para reduzir ainda mais esse número, o Plano Estadual de Redução da Mortalidade Infantil estabeleceu três linhas de ação prioritárias: a implantação de 57 novos leitos de UTI neonatal; criação de 209 novos leitos nas unidades de cuidados intermediários neonatal, e expansão da cobertura do Programa Saúde da Família nos 18 municípios prioritários. Os municípios onde as ações de redução da mortalidade infantil serão mais intensas são Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Canindé, Itapipoca, Quixadá, Sobral, Tianguá, São Benedito, Viçosa do Ceará, Crateús, Camocim, Granja, Icó, Iguatu, Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte.

O número de óbitos infantis é maior na faixa etária de menores de sete dias. Em 2007, o número de óbitos perinatais, que incluem perdas fetais a partir de 22 semanas de gravidez, até os menores de sete dias após o parto, foi de 2.819 casos, de acordo com o levantamento da Secretaria Estadual de Saúde do Ceará - SESA. As causas se relacionam, principalmente, à qualidade do pré-natal a que a mãe se submete e da assistência à mulher no parto.

A taxa de mortalidade infantil é o número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em *altas* (50 por mil ou mais), *médias* (20-49) e *baixas* (menos de 20). Esses parâmetros devem ser periodicamente ajustados às mudanças verificadas no perfil epidemiológico. Atualmente, vários países apresentam valores abaixo de 10 por mil.

De 1991 a 2007 o Ceará teve redução de 58,23% na taxa de mortalidade infantil. Foi o Estado com a maior queda do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1991, a média de mortes de crianças com até um ano de idade era de 71,1 e, em 2007, a taxa ficou em 29,7 por mil nascidos vivos. A taxa do ano passado, segundo a Secretaria da Saúde do Estado, foi ainda menor. Ainda sujeita a revisão, está em 16,2 por mil nascidos vivos. No território Sertão Central este indicador corresponde a 19,9 óbitos por 1000 nascidos vivos estando com valor acima do

resultado do Estado do Ceará em 2008. Entretanto temos que alguns municípios como Dep. Irapuan Pinheiro (31,3), Mombaça (28,7), Ibicuitinga (28,6), Ibaretama (26,6), Quixadá (23,5) e Pedra Branca (22,2) estão muito acima da média do território. Enfatizamos que este indicador está diretamente relacionado às condições de nascimento e qualidade da saúde de uma população, além de estarem intimamente relacionado ao desenvolvimento e perfil sócio econômico, e os níveis de saneamento os quais iremos falar mais adiante. É relevante considerar as causas de mortalidade em menores de um ano para avaliar a consolidação da mudança no padrão da mortalidade infantil.

Quando a taxa de mortalidade infantil é alta, o componente pós-neonatal é predominante. Quando a taxa é baixa, o seu principal componente é a mortalidade neonatal, com predomínio da mortalidade neonatal precoce. Altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico. As taxas reduzidas também podem encobrir más condições de vida em segmentos sociais específicos. Este indicador é útil para contribuir na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, bem como subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção pré-natal e ao parto, bem como para a proteção da saúde infantil.

Vale ressaltar que a redução das mortes por doenças parasitária e infecciosa ocorrida nas Regiões Nordeste e Norte atingiram proporções inferiores a 8,0%, em 2008. Por isto, é importante o acompanhamento pré-natal, e o acompanhamento após o nascimento como a visita de puerpério, o acompanhamento da criança nos dois primeiros anos de vida. Segundo Sucupira (2003), na Estratégia Saúde da Família, toda criança deve ser visitada pela enfermeira nos primeiros sete dias de vida após a alta hospitalar. A ênfase no nesses atendimentos deve ser o processo de acolhimento da mãe e criança.

Segundo o comitê, é realizado o acompanhamento do pré-natal, visita a gestante/puérpera e recém nascido. Há necessidade de firmar parceria com a Secretaria de Ação Social para distribuição de kits para gestante. Portanto, é

importante analisar as causas de óbitos infantis para que estratégias sejam traçadas para redução deste índice.

#### *7.2.1.1 Mortalidade proporcional por grupos de causas*

A mortalidade proporcional por grupos de causas ocorre pela distribuição percentual de óbitos por grupos de causas definidas, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador mede a participação relativa dos principais grupos de causas de morte no total de óbitos com causa definida. De modo geral é influenciado pela participação de fatores que contribuem para aumentar ou diminuir determinadas causas, alterando a distribuição proporcional das demais: condições socioeconômicas, perfil demográfico, infra-estrutura de serviços públicos, acesso e qualidade dos serviços de saúde.

Com a avaliação deste indicador podemos contribuir no conhecimento dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas visando à adoção de medidas preventivas e assistenciais relativas a cada grupo de causas.

Avaliamos as causas relativas a mortalidade pelos grandes grupos de causas no anos de 2008: neoplasias, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho respiratório, doenças infecciosas e parasitárias, doenças do período perinatal, as causas externas onde são incluídos os acidentes e violências e por fim os demais causas.

Outro indicador avaliado foi número de óbitos por 1000 habitantes, que é calculado através da taxa bruta de mortalidade: Número total de óbitos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Expressa a frequência anual de mortes, taxas elevadas podem estar associadas a baixas condições socioeconômicas ou refletir elevada proporção de pessoas idosas na população total. Contribuir para estimar o componente migratório da variação demográfica, correlacionando-se o crescimento vegetativo com o crescimento total da população.



O uso de dados de mortalidade derivados de sistemas de registro contínuo está condicionado a correções da sub notificação de óbitos, que é freqüente em áreas menos desenvolvidas. Como a taxa é fortemente influenciada pela estrutura etária da população, a análise comparada entre populações de composição distinta exige padronização das estruturas etárias.

A mortalidade relacionada ao período perinatal, doenças do aparelho circulatório, neoplasia e mortes acometidas por causas externas, estão acima do percentual do estado do Ceará, porém ao se comparar a mortalidade entre os municípios do Território Sertão Central, as causas com maior representatividade foram as relacionadas ao aparelho circulatório que representam praticamente 35,2% das causas de morte neste território, seguido por neoplasia, causas externas e período perinatal.

Ressaltamos a importância deste indicador especificando as grandes causas de morte na comunidade rural o que direcionaria melhor o Plano - PTDRS e detalharia a situação da mortalidade para este seguimento da população.

No entanto, vale destacar os percentuais das causas externas (14,4%) no território Sertão Central no qual é importante investigar os dados destas causas.

A informação de qualidade referente aos óbitos por causa externa não pode ser vista, simplesmente, como uma questão técnica senão também como uma ferramenta para a tomada de decisões coerentes. O monitoramento desses eventos constitui elemento importante para o conhecimento de suas tendências e do impacto das intervenções de políticas públicas adotadas para reduzir os índices de violência e melhorar os serviços de saúde (OLIVEREIRA E SOUZA, 2007).

Segundo o comitê de saúde, a mortalidade por grupo de causas tem percentual elevado, considerando os óbitos causados pelas doenças do aparelho circulatório (hipertensão e cardiopatia) e diabetes. Ainda não há uma ação específica voltada para a mortalidade no período perinatal. Com relação as neoplasias, referiram que deve ser melhorada a qualidade de vida e a prevenção.

**Tabela 8:** Mortalidade Proporcional por Grupos de Causas no Território Sertão Central em 2008.

MUNICIPIOS	MORTALIDADE PROPORCIONAL GERAL 2008									
	TOTAL 2008	Nº OBITOS P/ 1000 HABITANTES	MORTALIDADE INFANTIL P/ 1000 NASCIDOS VIVOS	% NEOPLASIA	% APARELHO RESPIRATÓRIO	% APARELHO CIRCULATORIO	%CAUSAS EXTERNAS	% DEMAIS CAUSAS	%PERIODO PERINATAL	% DOENÇAS INFECCIOSAS
<b>MICRO TERRITORIO I</b>										
Choró	54	4,1	4,4	8,5	12,8	34	17	17	2,1	8,5
Ibaretama	70	5,3	26,6	12,9	4,8	40,3	21	8,1	3,2	9,7
Ibicuitinga	54	4,7	28,6	10,4	10,4	31,3	14,6	16,7	8,3	8,3
Quixadá	463	5,8	23,5	17,9	11	27,7	13,1	20,5	4,6	5,1
<b>TOTAL/MEDIA</b>	<b>641</b>	<b>5,0</b>	<b>20,8</b>	<b>12,4</b>	<b>9,8</b>	<b>33,3</b>	<b>16,4</b>	<b>15,6</b>	<b>4,6</b>	<b>7,9</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>										
Banabuiú	78	4,3	16,9	25,7	8,1	24,3	20,3	13,5	5,4	2,7
Quixeramobim	405	5,6	18,3	19,6	10,6	29,2	16,4	17,9	3	3,3
<b>TOTAL/MEDIA</b>	<b>483</b>	<b>5,0</b>	<b>17,6</b>	<b>22,7</b>	<b>9,4</b>	<b>26,8</b>	<b>18,4</b>	<b>15,7</b>	<b>4,2</b>	<b>3,0</b>
<b>MICRO TERRITORIO III</b>										
Mombaça	259	5,6	28,7	19,3	11,8	39,1	10,9	13,9	2,1	2,9
Pedra Branca	246	5,8	22,2	18,4	4,1	40,6	13,4	15,2	4,1	4,1
Piquet Carneiro	96	6,2	11,6	15,6	15,6	34,4	9,4	19,8	1	4,2
<b>TOTAL/MEDIA</b>	<b>601</b>	<b>5,9</b>	<b>20,8</b>	<b>17,8</b>	<b>10,5</b>	<b>38,03</b>	<b>11,2</b>	<b>16,3</b>	<b>2,4</b>	<b>3,7</b>
<b>MICRO TERRITORIO IV</b>										
Dep. Irapuan Pinheiro	62	6,5	31,3	9,7	6,5	53,2	9,7	16,1	4,8	0
Milhã	115	7,8	18,4	16,5	3,7	38,5	16,5	19,3	1,8	3,7
Senador Pompeu	154	6,1	17,6	19,5	7,8	33,8	10,4	24	2,6	1,9
Solonópole	104	5,8	14,9	17,2	8,1	45,5	9,1	14,1	2	4
<b>TOTAL/MEDIA</b>	<b>435</b>	<b>6,6</b>	<b>20,6</b>	<b>15,7</b>	<b>6,5</b>	<b>42,8</b>	<b>11,4</b>	<b>18,4</b>	<b>2,8</b>	<b>2,4</b>
<b>TOTAL/MÉDIA DO TERRITORIO</b>	<b>2160</b>	<b>5,6</b>	<b>19,9</b>	<b>17,1</b>	<b>9,0</b>	<b>35,2</b>	<b>14,4</b>	<b>16,5</b>	<b>3,5</b>	<b>4,3</b>

**Fonte:** CADERNOS DE INFORMAÇÃO EM SAUDE MS 2008

\* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional

\*\*Considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

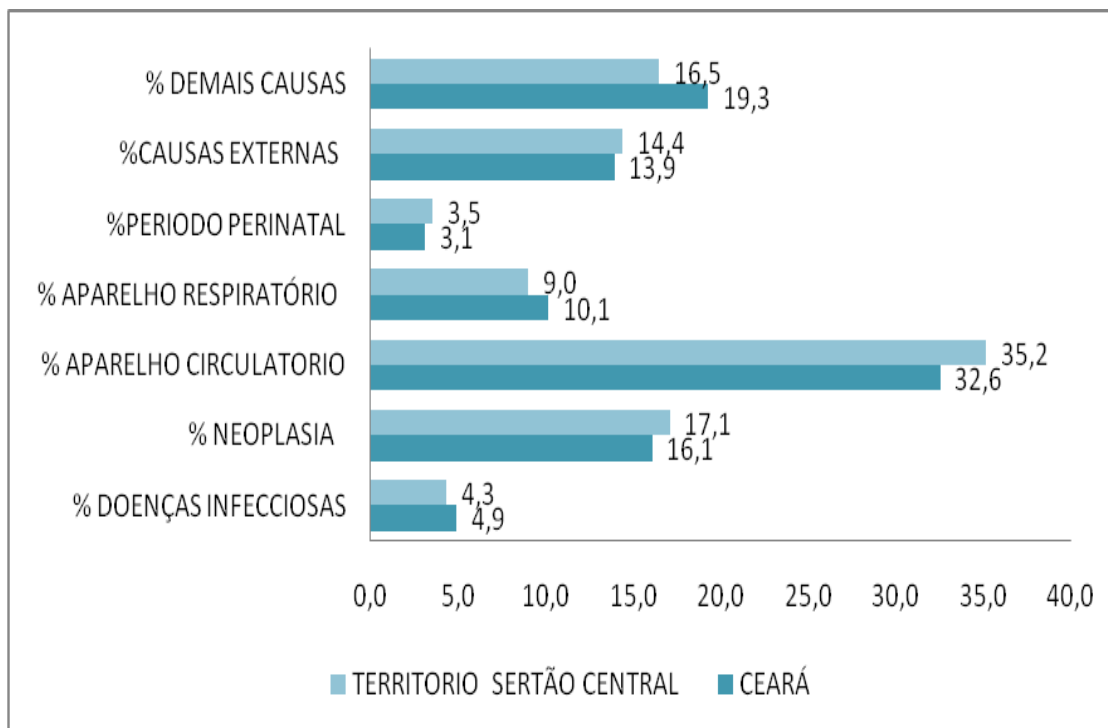
\* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional

Quanto ao índice de mortalidade externa, algumas ações começaram a ser articuladas no municípios, como: Fiscalização Municipal, Campanha na Escolas (PSE), Sensibilização das pessoas para cultura de paz, dia D de combate as drogas em Piquet Carneiro, toque de recolher no município de Dep. Irapuã Pinheiro. Em Pedra Branca foi constatado que crianças a partir de nove anos de idade já são incentivadas a guiar motos.

Outro ponto importante é a questão das drogas (crack) que está presente em vários municípios, não excluindo a zona rural desta realidade. Há necessidade de fortalecimento de ações intersetoriais (Município x Estado).

Podemos observar que média das mortes relacionadas ao período Perinatal (3,5%), tem menos impacto diante das demais causas seguidas das doenças infecciosas (4,3%). As causas com maior representatividade foram as relacionadas ao aparelho circulatório que representam praticamente 35,2% das causas de morte neste território, este resultado está associado a vários fatores que contribuem para as complicações e por vezes levam ao óbito como: o sedentarismo, o tabagismo, a hipertensão arterial, ao acesso e consumo de produtos industrializados e a outra característica demográfica que é a tendência de envelhecimento da população.

Lembrando que as doenças cardiovasculares são as principais causas de morte em todo o mundo. No Brasil (29,5%), as doenças do aparelho circulatório são também as principais causas de óbito para todas as idades em ambos os sexos, fato que se repete no Ceará (32,6%).



**Figura 2:** Distribuição por grupos de causas por mortalidade geral no território sertão central e no ceará em 2008.

**Fonte:** Sistema de Informação de Mortalidade-SIM. Caderno de Informação em Saúde, MS, 2008.

Para atingir a Meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil deverá apresentar uma taxa de mortalidade inferior a 15,7 óbitos por mil nascidos vivos em 2015. No período de 2000 a 2007, houve redução de 26,9% na taxa de mortalidade infantil no Brasil, de 27,4 para 20,0 óbitos por mil nascidos vivos.

Os dados de 2008 mostram que no território Sertão Central as doenças do aparelho circulatório foram responsáveis por 35,2% dos óbitos; com relação a neoplasia (câncer) temos um dado de 17,1, as demais causas na qual não foi identificada atingimos 16,5%, enquanto causas externas matam 14,4% e falhas no aparelho respiratório foi de 9,0%. Outras informações importantes que devem ser pesquisadas dizem respeito a mortalidade, portanto na faixa etária é onde estão concentradas maiores índices de mortalidade por doenças do aparelho circulatório.

Uma alteração nas causas de mortalidade tanto no território como no país é a substituição progressiva de óbitos por doenças infecciosas e

transmissíveis por doenças crônicas, degenerativas e causas externas ligadas a acidentes e a violência.

### 7.3 Condições de Nascimento

As variáveis sobre as condições de nascimento trabalhadas inicialmente foram o total de nascidos, o percentual de partos vaginais e cesáreos, o percentual de crianças nascidas com baixo peso, o percentual de prematuros e o percentual de mães adolescentes que compreendem a faixa etária de 10 a 19 anos:

**Tabela 9:** Condições de Nascimento no Território Sertão Central em 2008.

Municípios	Informações sobre Condições de Nascimento					
	Total Nascidos 2008	% De Partos Cesáreos	% De Partos Vaginais	% Com Baixo Peso	% De Prematuros	% De Mães De 10 - 19 Anos
<b>MICRO TERRITORIO I</b>						
Choró	226	27,1	72,9	5,8	5,3	23,5
Ibaretama	188	39,4	60,6	8,5	5,3	21,8
Ibicuitinga	175	36,6	63,4	8	6,3	32
Quixadá	1.363	38,4	61,6	8,7	6,4	21,2
<b>TOTAL/MEDIA</b>	<b>1952</b>	<b>35,4</b>	<b>64,6</b>	<b>7,8</b>	<b>5,8</b>	<b>24,6</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>						
Banabuiú	295	38,3	61,7	7,1	7,1	21,7
Quixeramobim	1090	30,1	69,9	7,8	5,4	20,8
<b>TOTAL/MEDIA</b>	<b>1385</b>	<b>34,2</b>	<b>65,8</b>	<b>7,5</b>	<b>6,3</b>	<b>21,3</b>
<b>MICRO TERRITORIO III</b>						
Mombaça	627	40,2	59,8	6,4	2,9	25,4
Pedra Branca	630	38,3	61,7	9,2	7,1	29
Piquet Carneiro	173	30,1	69,9	5,8	4	29,5
<b>TOTAL/MEDIA</b>	<b>1430</b>	<b>36,2</b>	<b>63,8</b>	<b>7,1</b>	<b>4,7</b>	<b>28,0</b>
<b>MICRO TERRITORIO IV</b>						
Dep. Irapuan Pinheiro	128	45,3	54,7	8,7	7,8	19,5
Milhã	163	30,1	69,9	8	8	20,2
Senador Pompeu	397	37,1	62,9	6,3	5,3	27,7
Solonópole	201	24,9	75,1	6	8,0	22,9

Municípios	Informações sobre Condições de Nascimento					
	Total Nascidos 2008	% De Partos Cesáreos	% De Partos Vaginais	% Com Baixo Peso	% De Prematuros	% De Mães De 10 - 19 Anos
TOTAL/MEDIA	889	34,4	65,7	7,3	7,3	22,6
<b>TOTAL/MÉDIA DO TERRITÓRIO</b>	<b>5656</b>	<b>35,0</b>	<b>65,0</b>	<b>7,4</b>	<b>6,0</b>	<b>24,1</b>

Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

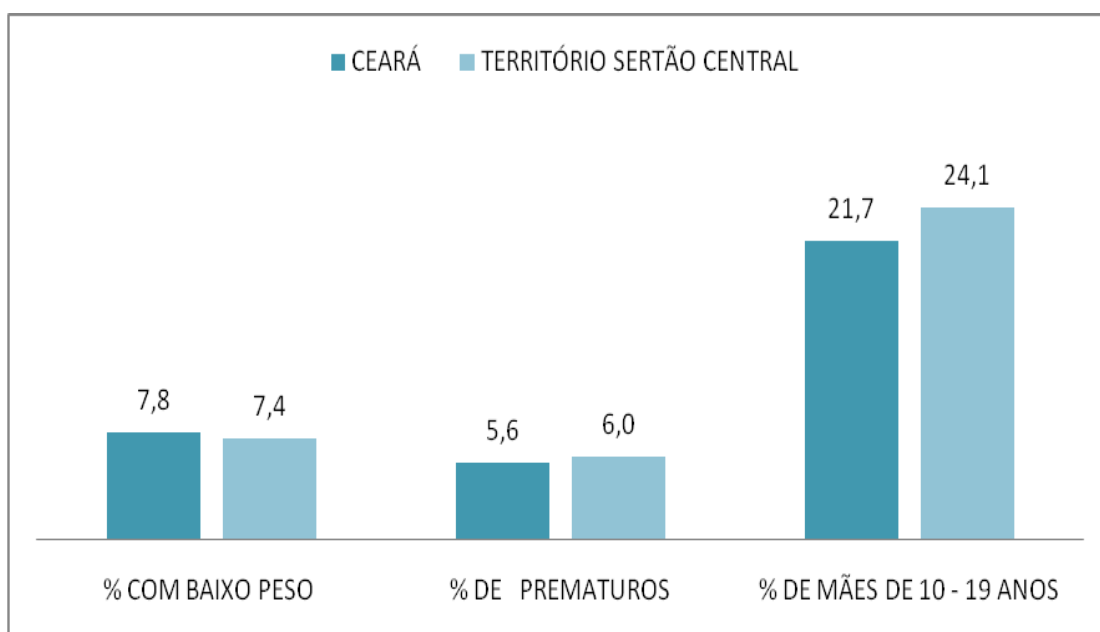
De acordo com os índices da Tabela 9, o percentual de partos cesáreos em relação aos partos vaginais no território está dentro das metas do Pacto Pela Saúde no Estado que é de 30% e Ministério da Saúde, porém o obtido pelo Estado do Ceará em 2008 foi 42,7 % do total dos partos. Destacamos que nos municípios de Dep. Irapuan Pinheiro (45,3%), Mombaça (40,2%), Ibaretama (39,4%), Quixadá (38,4%), Banabuiú (38,3%), Pedra Branca (38,3%), Senador Pompeu (37,1%) e Ibicuitinga (36,6%), o percentual ficou acima da meta pactuada com Estado (30,1%).

Percentuais elevados podem significar, entre outros fatores, a concentração de partos considerados de alto risco, em municípios onde existem unidades de referência para a assistência ao parto. Este indicador é útil para subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção materno-infantil e a assistência médico-hospitalar. Devido às restrições impostas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) limitando os partos cesáreos ao máximo de 30% do total de partos financiados, os excessos que sejam encontrados podem estar relacionados principalmente aos partos não - SUS (por planos de saúde ou privados). De fato, pequena amplitude e variabilidade desse indicador são observadas entre os partos SUS.

De acordo com o comitê saúde, o parto cesariano no SUS ocorre quando há risco de morte a gestante/bebê, mas também há casos que políticos facilitam cesáreas e ligação tubária para eleitoras, já na rede particular as cesáreas ocorrem de acordo com a preferência da gestante, fato esse que já está se tornando cultural. Essa realidade se estende a zona rural.

Sobre a maternidade entre as mães adolescentes (10 a 19 anos), encontramos uma média de 24,1%, entre as que pariram em 2008 eram adolescentes. Alguns municípios apresentam um percentual acima da média encontrada. Pelo menos cinco dos municípios que fazem parte do Território Sertão Central se encontram com índice elevado foram: Ibicuitinga (32%), Mombaça (25,4%), Piquet Carneiro (29,5%), Pedra Branca (29%) e Senador Pompeu (27,7%). Relacionamos este indicador com indicador sócio - educacional que é a escolaridade destas mães.

Segundo o comitê saúde, a gravidez não planejada na adolescência ainda ocorre de forma corriqueira e ainda coberta por estigmas sociais, fazendo com que muitas delas escondam a gestação, evitem as consultas pré-natais ou até mesmo provoquem o aborto. A saúde reprodutiva do adolescente é trabalhado pelo Programa Saúde na Escola (PSE) e EqSF com a melhoria do planejamento familiar. O NASF trabalha com ações de promoção da saúde, porém ainda não funciona em todos os municípios.



**Figura 3:** Situação de nascimento no território sertão centra (percentual de nascidos com baixo peso, prematuros e mães adolescentes de 10-19 anos) em 2008.

Fonte: SINASC. Situação de Base de Dados Nacional em 14/12/09

O objetivo de conhecer esta variável é que esta se propõe a contribuir na avaliação dos níveis de saúde infantil e dos fatores socioeconômicos e culturais que intervêm na ocorrência da gravidez.

Sobre a prematuridade e o baixo peso ao nascer encontramos que a média do Território Sertão Central foi de 7,4% dos nascidos vivos foram prematuros, destacamos alguns municípios como Pedra Branca (9,2%), Dep. Irapuan Pinheiro (8,7%), Quixadá (8,7%), Ibareta (8,5%), Quixeramobim (7,8%) e Banabuiú (7,1%) que se encontram acima da média perfazendo cada um quase que 10% de seus nascimentos são de recém nascidos de baixo peso.

A ocorrência de baixo peso ao nascer expressa retardo do crescimento intra-uterino ou prematuridade e representa importante fator de risco para a morbidade neonatal e infantil. Esse dado irá contribuir para orientar iniciativas de intervenção nutricional e para avaliar condições orgânicas e condutas de risco da gestante (tabagismo, alcoolismo e outras).

Segundo os participantes do comitê saúde, o fato da gestante usar o fumo, álcool, não comparecerem as consultas de pré-natal e não tomarem as medicações de rotina favorece o nascimento de crianças com baixo peso.

## **7.4 Infraestrutura, Critérios e Definições**

### **7.4.1 Atenção Básica**

#### *7.4.1.1 Número de Equipes de Saúde da Família e Cobertura*

Sobre o total das equipes de Saúde da Família e a cobertura do percentual da população têm no território 1227 equipes e um percentual de cobertura que corresponde a 106%. Existem alguns municípios que tem um percentual de cobertura de atenção básica um pouco abaixo da media do território como Ibicuitinga (4%) e Dep. Irapuan Pinheiro (4%). Enquanto a cobertura não corresponder ao total da população os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, Universalidade, Equidade e Integralidade não estarão sendo cumpridos.



#### *7.4.1.2 Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF*

Com a nova liberação, o país passa a contar com 1.126 Núcleos de Apoio à Saúde da Família credenciados. Até o próximo ano, serão mais 113 núcleos autorizados. Os núcleos têm, no mínimo, cinco profissionais que trabalham em parceria com as equipes de saúde da família em cada região. O NASF inclui as áreas de atendimento não contempladas na equipe de saúde da família e amplia a abrangência e os resultados da atenção prestada à população.

**MODALIDADES** - Os núcleos são divididos em duas modalidades, de acordo com o número de equipes de saúde da família atuantes em cada estado. O NASF tipo I é voltado para os municípios com equipes de até cinco profissionais de nível superior. O NASF tipo II funciona em cidades com equipes de até três profissionais. Todos os NASF autorizados no Ceará são do tipo I.

De acordo com o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, as cidades têm como proposta a implementação dos núcleos. Cada cidade beneficiada é responsável por escolher os profissionais que irão compor o núcleo, de acordo com a realidade de suas comunidades. No entanto, a recomendação é para que os municípios do Nordeste e da Amazônia Legal, cujo objetivo é priorizar ações dos núcleos para a redução da mortalidade infantil, como parte do Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil nos municípios prioritários.

**NÚCLEO** - Para implantar o NASF, o município deve elaborar um projeto, informando o território de atuação e as atividades que serão desenvolvidas. Além disso, é preciso especificar os profissionais e sua forma de contratação com número de carga horária, identificação das equipes da saúde da família vinculadas ao NASF e a unidade de saúde onde os núcleos serão credenciados. Esse projeto deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e pelas Comissões Intergestoras do Estado.

## 7.4.2 Atenção Especializada

### 7.4.2.1 Centro de Especialidade Odontológicas – CEO

Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) são estabelecimentos de saúde, participantes do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, classificadas como Clínica Especializada ou Ambulatório de Especialidade. Os Centros de especialidades Odontológicas estão preparados para oferecer à população, no mínimo, os seguintes serviços: Diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca; Periodontia especializada; Cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros; Endodontia e Atendimento a portadores de necessidades especiais.

Os centros são uma das frentes de atuação do Brasil Sorridente. O tratamento oferecido nos Centros de Especialidades Odontológicas é uma continuidade do trabalho realizado pela rede de atenção básica e no caso dos municípios que estão na Estratégia Saúde da Família, pelas equipes de saúde bucal. Os profissionais da atenção básica são responsáveis pelo primeiro atendimento ao paciente e pelo encaminhamento aos centros especializados apenas casos mais complexos. Além da implantação de CEO's, há também a implantação de Laboratórios Regionais de Prótese Dentária – LRPD – que são unidades próprias do município ou unidades terceirizadas credenciadas para confecção de próteses totais, próteses parciais removíveis e prótese coronária/ intra-radulares e fixas/ adesivas.

Ao lado do câncer de boca, a ausência de dentes é um dos mais graves problemas da saúde bucal no Brasil. Hoje 75% dos idosos são desdentados. Entre adultos com idade de 30 a 44 anos esse índice é de 30%. O Ministério da Saúde registra, ainda, um total de 5 mil adolescentes desdentados sem prótese na boca. Estima-se que 8 milhões de pessoa precisam de prótese dentária no país.

#### *7.4.2.2 Centro de Apoio Psicossocial – CAPS*

Seu objetivo é oferecer atendimento à população, realizar o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Os CAPS, entre todos os dispositivos de atenção à saúde mental, têm valor estratégico para a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Com a criação desses centros, possibilita-se a organização de uma rede substitutiva ao Hospital Psiquiátrico no país. Os CAPS são serviços de saúde municipais, abertos, comunitários que oferecem atendimento diário.

Função dos CAPS: prestar atendimento clínico em regime de atenção diária, evitando as internações em hospitais psiquiátricos; acolher e atender as pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, procurando preservar e fortalecer os laços sociais do usuário em seu território; promover a inserção social das pessoas com transtornos mentais por meio de ações intersetoriais; regular a porta de entrada da rede de assistência em saúde mental na sua área de atuação; dar suporte a atenção à saúde mental na rede básica; organizar a rede de atenção às pessoas com transtornos mentais nos municípios; articular estrategicamente a rede e a política de saúde mental num determinado território; promover a reinserção social do indivíduo através do acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

O perfil populacional dos municípios é sem dúvida um dos principais critérios para o planejamento da rede de atenção à saúde mental nas cidades, e para a implantação de centros de Atenção Psicossocial. O critério populacional, no entanto, deve ser compreendido apenas como um orientador para o planejamento das ações de saúde. De fato, é o gestor local, articulado com as outras instâncias de gestão do SUS, que terá as condições mais adequadas para definir os equipamentos que melhor respondem às demandas de saúde mental de seu município.

#### *7.4.2.3 Farmácia Popular do Brasil*

Em junho de 2004, o Governo Federal criou o Programa Farmácia Popular do Brasil, com o objetivo de levar medicamentos essenciais a um baixo custo para mais perto da população, melhorando o acesso e beneficiando uma maior quantidade de pessoas. O Programa atua sobre dois eixos de ação: as UNIDADES PRÓPRIAS, em funcionamento desde junho de 2004, que são desenvolvidas em parceria com Municípios e Estados e o SISTEMA DE COPAGAMENTO, lançado em março de 2006, desenvolvido em parceria com farmácias e drogarias privadas.

As UNIDADES PRÓPRIAS são operacionalizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fio cruz), que coordena a estruturação das unidades e executa a compra dos medicamentos, o abastecimento das unidades e a capacitação dos profissionais. Contam, atualmente, com um elenco de 108 medicamentos mais o preservativo masculino, os quais são dispensados pelo seu valor de custo representando uma redução de até 90% do valor comparando-se com farmácias e drogarias privadas. A única condição para a aquisição dos medicamentos disponíveis nas unidades, neste caso, é a apresentação de receita médica ou odontológica. Já no SISTEMA DE CO-PAGAMENTO, o Governo Federal paga uma parte do valor dos medicamentos e o cidadão paga o restante. O valor pago pelo Governo é fixo e equivale a 90% do Valor de Referência (consulte os valores na legislação do Programa). Por esse motivo, o cidadão pode pagar menos para alguns medicamentos do que para outros, de acordo com a marca e o preço praticado pelo estabelecimento. Para ter acesso a essa economia, basta que a pessoa procure uma drogaria com a marca “Aqui tem Farmácia Popular” e apresente a receita médica acompanhada do seu cadastro de pessoa física – CPF e documento com foto. Atualmente, o Sistema de Co-pagamento está trabalhando com medicamentos para hipertensão, diabetes, colesterol e anticoncepcionais.

#### *7.4.2.4 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU*

O SAMU/192 faz parte da Política Nacional de Urgências e Emergências e ajuda a organizar o atendimento na rede pública prestando socorro à população em casos de emergência. Com o SAMU 192, o governo federal está reduzindo o número de óbitos, o tempo de internação em hospitais e as seqüelas decorrentes da falta de socorro precoce. O serviço funciona 24 horas por dia com equipes de profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e socorristas que atendem às urgências de natureza traumática, clínica, pediátrica, cirúrgica, gineco-obstétrica e de saúde mental da população.

Realiza o atendimento de urgência e emergência em qualquer lugar: residências, locais de trabalho e vias públicas, contando com as Centrais de Regulação, profissionais e veículos de salvamento. As Centrais de Regulação tem um papel primeiro e indispensável para o resultado positivo do atendimento, sendo o socorro feito depois da chamada gratuita, para o telefone 192.

#### *7.4.2.5 Unidades de Pronto Atendimento – UPA*

As Unidades de Pronto Atendimento - UPA 24h são estruturas de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e as portas de urgência hospitalares, onde em conjunto com estas compõe uma rede organizada de Atenção às Urgências. São integrantes do componente pré-hospitalar fixo e devem ser implantadas em locais/unidades estratégicos para a configuração das redes de atenção à urgência, com acolhimento e classificação de risco em todas as unidades, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências. A estratégia de atendimento está diretamente relacionada ao trabalho do Serviço Móvel de Urgência – SAMU que organiza o fluxo de atendimento e encaminha o paciente ao serviço de saúde adequado à situação.

## 7.5 Tipos de Estabelecimentos

Constatamos que no Território Sertão Central existem vários tipos de estabelecimentos de saúde sendo a sua maioria feita por Centros de Saúde/ Unidade Básica de Saúde (100), seguida de Posto de Saúde (36), Policlínica/Clínica Especializada (21) e Hospital (12). Vale ressaltar, ainda uma pequena quantidade de estabelecimentos de NASF (6), CAPS (5), CEO (5) e Farmácia Popular (5), UPA (1) e Unidade Mista (1).

De acordo com os dados apresentados na tabela abaixo, percebemos uma inexistência do estabelecimento de saúde relacionado ao Serviço de Atendimento Médico de Urgência- SAMU. É importante o diálogo entre os gestores para a formação de consórcios intermunicipais para a implementação desta política de atenção á saúde da população.

O critério populacional, no entanto, deve ser compreendido apenas como um orientador para o planejamento das ações de saúde. De fato, é o gestor local, articulando com as outras instâncias de gestão do SUS, que terá as condições mais adequadas para definir os equipamentos que melhor respondem às demandas de saúde de seu município.

Segundo o comitê saúde, o município de Piquet Carneiro tem cobertura de ESF de 89,2%. Com relação aos estabelecimentos de saúde, o comitê relatou que a Programação Pactuada Integrada (PPI) não prevê referência e contra-referência. Quando há demanda para o CAPS, as EqSF encaminham os pacientes e estes devem agendar a consulta via central de marcação. O CEO atende a quatro municípios incluídos no território definido pela saúde através da Microrregionalização, sob responsabilidade da Célula Regional de Saúde (CRES) que tem um território diferente do definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Há interesse em ampliação das equipes do NASF, porém de forma municipalizada e não consorciada.

Os municípios do Território não possuem SAMU segundo o comitê, devido a baixa renda per capita, referem ainda que haja um projeto de construção de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no município de Senador Pompeu.

Com relação à Farmácia Popular, os representantes do comitê saúde presentes, não tinham conhecimento da existência destas no Território.

O Número de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por mil habitantes residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado é um indicador que mede a relação entre a oferta de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo SUS, por tipo de vínculo (público, privado e universitário), e a população residente na mesma área geográfica. Não inclui os leitos privados sem vínculo com o SUS.

O indicador é influenciado pelas condições socioeconômicas, epidemiológicas e demográficas da população, bem como pelas políticas de atenção à saúde no SUS. Entre essas últimas, destacam-se a oferta de serviços especializados (doenças crônico-degenerativas, agravos à saúde mental etc.) e a cobertura da Atenção Básica à Saúde.

**Tabela 10:** Tipos de Estabelecimentos da Atenção Básica e Especializada do Território do Sertão Central Dados de 2008, 2009 E 2010.

Municípios	Tipo de Estabelecimento SUS / Outros														
	Atenção Básica					Atenção Especializada									
	Centro De Saúde/ Unid. Básica De Saúde	Posto De Saúde	*Nº EQSF 2010	*% Cobertura ESF 2010	NASF	Unidade Mista /Parto Normal	CEO	CAPS	Farmácia Popular	SAMU	UPA	Policlínica/ Clínica Especializada**	Hospital	Nº de leitos por 1000 Hab	
<b>MICRO TERRITORIO I</b>															
Choró	4	1	101	5	-	0	-	-	-	-	-	0	1	1,2	
Ibaretama	5	0	100	5	-	0	-	-	-	-	-	1	1	1,6	
Ibicuitinga	5	3,0	102	4	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	
Quixadá	14	10	74	17	2,0	0	1,0	1,0	2,0	-	-	7	2,0	2,2	
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>14</b>	<b>377</b>	<b>31</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	
<b>MICRO TERRITORIO II</b>															
Banabuiú	6	2	95	5	-	-	1	0	1,0	-	-	1	1	0,9	
Quixeramobim	17	0	85	18	2,0	0	1,0	2,0	2,0	-	1,0	4	1	1,3	
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>2</b>	<b>180</b>	<b>23</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>2,2</b>	
<b>MICRO TERRITORIO III</b>															
Mombaça	10	0	67	9	-	-	-	-	-	-	-	1,0	1,0	1,3	
Pedra Branca	9	7	98	12	1,0	0	-	1,0	-	-	-	0	1	1,5	
Piquet Carneiro	5	0	101	5	-	1	-	-	-	-	-	0	-	1,1	
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>7</b>	<b>267</b>	<b>26</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3,9</b>	
<b>MICRO TERRITORIO IV</b>															



Municípios	Tipo de Estabelecimento SUS / Outros														
	Atenção Básica					Atenção Especializada									
	Centro De Saúde/ Unid. Básica De Saúde	Posto De Saúde	*Nº EQSF 2010	*%Cobertura ESF 2010	NASF	Unidade Mista /Parto Normal	CEO	CAPS	Farmácia Popular	SAMU	UPA	Policlínica/ Clínica Especializada**	Hospital	Nº de leitos por 1000 Hab	
Dep.Irapuan Pinheiro	3	3	101	4	-	0	0	0	-	-	-	1	1,0	1,2	
Milhã	5	7	101	5	-	-	-	-	-	-	-	1	0	1,4	
Senador Pompeu	12	2	101	10	1	0	1	1	0	0	-	4	2	2,3	
Solonópole	5	1	100	7	0	0	1	0	0	0	-	1	1	2,1	
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>13</b>	<b>403</b>	<b>26</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	
<b>TOTAL DO TERRITORIO</b>	<b>100</b>	<b>36</b>	<b>1227</b>	<b>106</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>21</b>	<b>12</b>	<b>18,1</b>	

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

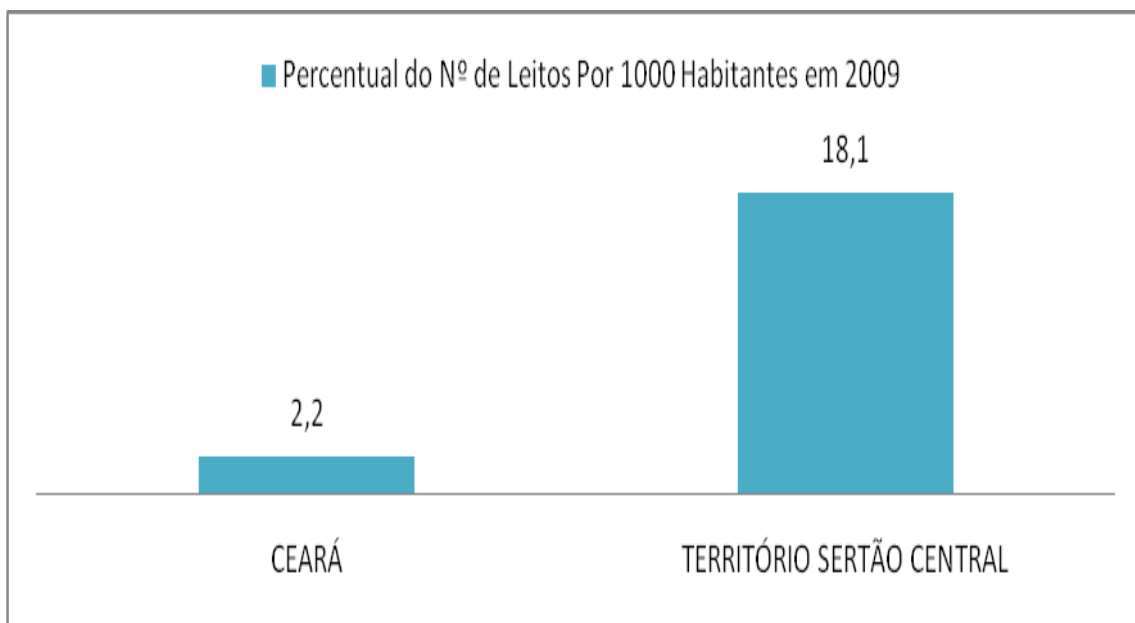
Nota: Não inclui leitos complementares

\*Sala de Situação

\*\* Estabelecimentos conveniados ao SUS/ Filantrópicos e Privados (não incluem as Policlinicas do Estado)

É para analisar variações geográficas e temporais da oferta de leitos hospitalares pelo SUS (públicos, privados e universitários), identificando situações de desequilíbrio que podem demandar a realização de estudos especiais, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para a assistência médico-hospitalar de responsabilidade do SUS.

No território Sertão Central avaliamos o percentual de número de leitos hospitalares por mil habitantes comparado ao Estado do Ceará, encontramos no ano de 2009 a seguinte situação:



**Figura 4:** Percentual do Número de Leitos por 1000 Habitantes no Estado do Ceará e Território Sertão Central em 2009.

**Fonte:** CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Observamos na figura acima, um dado significativo com 18,1 leitos do Território Sertão Central em comparação com Estado do Ceará 2,2 leitos em geral do percentual do número de leitos por 1000 habitantes.

Segundo o comitê, alguns municípios estão contemplados com a Política do Hospital de Pequeno Porte (HPP), que assiste somente pacientes do próprio município e referem para Fortaleza ou Juazeiro do Norte os casos mais graves.

## **7.6 Recursos Humanos**

### **7.6.1 Ofertas de Profissionais Médicos por Especialidades por 1.000 Habitantes**

Número de profissionais de saúde por mil habitantes mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica. O indicador é fortemente influenciado pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

No território Sertão Central encontramos várias deficiências no que diz respeito às especialidades médicas o dado que mais chama atenção é a inexistência de psiquiatra e pediatra. Entretanto, quando calculamos o total de profissionais por 1000 habitantes percebemos que esse dado está de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS, que recomenda que haja pelo menos um profissional médico dessas categorias para cada 1000 habitantes.

Há um amplo consenso sobre a necessidade de superar entraves e limitações dos processos gerenciais de recursos humanos tradicionalmente adotados pelas instituições de saúde. Para isso, torna-se indispensável elaborar propostas e trabalhar sua viabilidade, buscando sempre a inovação e o aperfeiçoamento das práticas de administração do trabalho nos serviços de saúde.

Esses indicadores serão fortemente influenciados pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção a saúde.

**Tabela 11:** Oferta de Profissionais Médicos/Especialidades por 1000 Habitantes no Território Sertão Central em 2008.

Municípios	Oferta de Profissionais Médicos por Especialidade									
	Anestesiata P/ 1000	Cirurgião Geral P/ 1000	Clinico Geral P/ 1000	Gineco Obstetra P/ 1000	Medico de Família P/ 1000	Pediatra P/ 1000	Psiquiatra P/ 1000	Radio Logista P/ 1000	Total	% P/ 1000 Total
<b>MICRO TERRITORIO I</b>										
Choró	0	0,1	1,3	0,2	1,3	0	0	0,1	3	3,6
Ibaretama	0	0,8	1	0,6	0,4	0,1	0	0,2	3,1	3,3
Ibicuitinga	0	0	0,3	0,1	0,5	0	0	0,1	1	1,1
Quixadá	0,1	0,2	0,5	0,2	0,2	0,1	0	0,1	1,4	2,2
<b>TOTAL</b>	<b>0,0</b>	<b>0,3</b>	<b>0,8</b>	<b>0,3</b>	<b>0,6</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>2,1</b>	<b>2,6</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>										
Banabuiú	0	0,1	0,2	0,1	0,5	0	0,1	0,1	1,1	1,3
Quixeramobim	0	0,1	0,3	0,1	0,5	0	0	0	1	1,2
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0,1</b>	<b>0,3</b>	<b>0,1</b>	<b>0,5</b>	<b>0</b>	<b>0,05</b>	<b>0,05</b>	<b>1,05</b>	<b>1,3</b>
<b>MICRO TERRITORIO III</b>										
Mombaça	0	0,1	0,1	0	0,2	0	0	0	0,4	0,5
Pedra Branca	0,1	0,2	0,4	0	0,2	0	0	0	0,9	1,1
Piquet Carneiro	0	0,1	0,1	0	0,4	0,1	0	0,1	0,8	0,9

Municípios	Oferta de Profissionais Médicos por Especialidade									
	Anestesista P/ 1000	Cirurgião Geral P/ 1000	Clinico Geral P/ 1000	Gineco Obstetra P/ 1000	Medico de Família P/ 1000	Pediatra P/ 1000	Psiquiatra P/ 1000	Radio Logista P/ 1000	Total	% P/ 1000 Total
TOTAL	0,0	0,1	0,2	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,7	0,8
<b>MICRO TERRITORIO IV</b>										
Dep. Irapuan Pinheiro	0	0	0,9	0,1	1,4	0	0	0,1	2,5	2,6
Milhã	0	0	0,5	0,1	1,1	0	0	0,1	1,8	1,7
Senador Pompeu	0,1	0,2	0,4	0,2	0,4	0	0,1	0,1	1,5	2,3
Solonópolis	0	0	0,2	0	0,4	0,1	0,1	0	0,8	1,1
TOTAL	0,0	0,1	0,5	0,1	0,8	0,0	0,1	0,1	1,7	1,9
<b>TOTAL/MÉDIA DO TERRITORIO</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>0,4</b>	<b>0,1</b>	<b>0,5</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>1,4</b>	<b>1,6</b>

Fonte: CNES. Situação da Base de Dados nacional em 10/04/10.

### 7.6.2 Ofertas de Outros Profissionais de Saúde por 1.000 Habitantes

Este indicador mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica é fortemente influenciado pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

Ao analisarmos variações da situação da distribuição de profissionais de saúde, identificamos situações desproporcionais de divisão por categoria principalmente entre as categorias de Enfermeiro (16,7) e Dentista (16,1), para as outras categorias como no caso, Nutricionista (1,2), Assistente Social (1,3) e Fonoaudiólogo (1,3). A identificação destas deficiências de profissionais é fundamental para subsidiar políticas de incentivo à interiorização de profissionais de saúde e contribuir nos processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações voltadas para a formação de profissionais de saúde e sua inserção no mercado de trabalho.

Com base nas informações dos participantes do comitê de saúde, não há política de incentivo a interiorização do profissional de saúde, mas o município de Quixadá tem parceria com a Universidade Estadual do Ceará (UECE) para revalidação de diplomas de profissionais médicos que se graduaram em Cuba e na Bolívia. Outro ponto importante relatado foi a estrutura sucateada das unidades de saúde que impedem até a contratação de novos profissionais pela falta de equipamentos e condições de trabalho.

Com relação aos dados das demais categorias, observa-se uma grande concentração de profissionais das categorias de Enfermagem e Dentista, pois os mesmos fazem parte da equipe mínima da Estratégia Saúde da Família.

**Tabela 12:** Oferta de Profissionais de Saúde por 1.000 Habitantes no Território Sertão Central em 2008.

Municípios	Oferta de Profissionais de Saúde por Categoria								
	Enfermeiro	Dentista	Fisioterapeuta	Nutricionista	Farmacêutico	Assistente Social	Psicólogo	Fonoaudiólogo	Total
<b>MICRO TERRITORIO I</b>									
Choró	22	9	1	0	2	1	0	1	36
Ibaretama	8	4	3	0	2	0	0	0	17
Ibicuitinga	6	6	4	0	1	0	0	0	17
Quixadá	38	100	19	7	14	4	11	6	199
<b>TOTAL</b>	<b>18,5</b>	<b>29,75</b>	<b>6,75</b>	<b>1,75</b>	<b>4,75</b>	<b>1,25</b>	<b>2,75</b>	<b>1,75</b>	<b>67,25</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>									
Banabuiú	8	5	1	1	5	1	0	1	22
Quixeramobim	43	32	13	3	9	4	5	4	113
<b>TOTAL</b>	<b>25,5</b>	<b>18,5</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>2,5</b>	<b>2,5</b>	<b>2,5</b>	<b>67,5</b>
<b>MICRO TERRITORIO III</b>									
Mombaça	12	5	3	0	3	0	0	0	23
Pedra Branca	19	16	7	2	6	3	1	1	55
Piquet Carneiro	8	3	3	0	3	0	1	0	18
<b>TOTAL</b>	<b>13,0</b>	<b>8,0</b>	<b>4,3</b>	<b>0,7</b>	<b>4,0</b>	<b>1,0</b>	<b>0,7</b>	<b>0,3</b>	<b>32,0</b>
<b>MICRO TERRITORIO IV</b>									
Dep. Irapuan	8	6	1	0	2	0	0	0	17
Pinheiro	5	4	1	0	1	0	0	0	11
Senador Pompeu	18	14	6	0	5	2	3	1	49
Solonópole	8	9	3	1	3	0	0	1	25
<b>TOTAL</b>	<b>9,8</b>	<b>8,3</b>	<b>2,8</b>	<b>0,3</b>	<b>2,8</b>	<b>0,5</b>	<b>0,8</b>	<b>0,5</b>	<b>25,5</b>
<b>TOTAL/MÉDIA DOTERRITORIO</b>	<b>16,7</b>	<b>16,1</b>	<b>5,2</b>	<b>1,2</b>	<b>4,6</b>	<b>1,3</b>	<b>1,7</b>	<b>1,3</b>	<b>48,1</b>

Fonte: Censos e Estimativas IBGE para o ano de 2009.

## **7.7 Saneamento Básico e Acesso a Água**

### **7.7.1 Abastecimento de Água e de Domicílio com Esgotamento Sanitário**

A cobertura de redes de abastecimento de água é o percentual da população residente servida por rede geral de abastecimento, com ou sem canalização domiciliar, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Considera-se a cobertura de rede de abastecimento de água: com canalização interna, quando o domicílio possui canalização em pelo menos um cômodo e a água utilizada for proveniente de rede geral de distribuição; e sem canalização, quando a água utilizada no domicílio for proveniente de rede geral de distribuição canalizada para o terreno ou propriedade onde está localizado o domicílio.

Este indicador mede a cobertura de serviços de abastecimento adequado de água à população, através de rede geral de distribuição. Baixas coberturas favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

Existe o Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade da Água (SISAGUA). Dos 184 municípios do estado, 179 (97,3%) alimentaram o SISAGUA, em 2008, com informações de cadastros das diferentes formas de abastecimento de água no município. O cadastramento constitui o primeiro passo para o desencadeamento das ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano, que incluem, dentre outros, o monitoramento da qualidade da água e as inspeções sanitárias.

Ao analisarmos situação da cobertura de abastecimento de água à população, identificamos que os domicílios que tem abastecimento ligado a rede geral são apenas 39,7% no Território Sertão Central, bem abaixo do percentual encontrado no estado do Ceará que é de aproximadamente 60%. A situação de abastecimento proveniente de poços ou nascentes no território chega a 22,6% um pouco superior ao percentual alcançado pelo Estado que foi de 21,6%. Já o percentual correspondente a outras formas de abastecimento



chega a 37,7% no território e 19,6% no Estado, uma diferença bastante significativa.

Quando este percentual corresponde a insuficiência, pode indicar medidas de intervenção, fornecer elementos para a análise de riscos para a saúde associados a fatores ambientais, contribuir na análise da situação socioeconômica da população e subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o saneamento básico, especialmente as relacionadas ao abastecimento de água.

Seria interessante destacar que o indicador refere-se somente à disponibilidade de rede geral de abastecimento, não considerando o uso efetivo pela população. Também não permite avaliar a quantidade *per capita*, a qualidade da água de abastecimento e a intermitência de fluxo. Outro ponto relevante a ser indagado é a fluoretação da água como fator de proteção à saúde bucal das pessoas que utilizam a água.

Conforme informação do comitê de saúde, a qualidade da água e abastecimento é de responsabilidade da Companhia de Água e Esgoto do Ceará e Serviço Autônomo de Água e Esgoto (CAGECE/ SAAE). Há fluoretação da água de consumo e a análise da água também é monitorada pelo SISAGUA. O Território é contemplado pelo Projeto São José, que disponibiliza financiamento para construção de cisternas, na dimensão ambiental há um aprofundamento desse tópico.

**Tabela 13:** Percentual de Domicílio com Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Território Sertão Central, em 2007.

Municípios	% domicílios com abastecimento de água	% domicílios com esgotamento sanitário
<b>MICRO TERRITORIO I</b>		
Choró	75	0
Ibaretama	5,7	0
Ibicuitinga	90,3	0
Quixadá	85,4	15,6
<b>TOTAL/MÉDIA</b>	<b>64,1</b>	<b>3,9</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>		
Banabuiú	78	0
Quixeramobim	87	3,7
<b>TOTAL/MÉDIA</b>	<b>82,5</b>	<b>1,9</b>
<b>MICRO TERRITORIO III</b>		

Municípios	% domicílios com abastecimento de água	% domicílios com esgotamento sanitário
Mombaça	Nd	Nd
Pedra Branca	84,5	0
Piquet Carneiro	73,6	0
<b>TOTAL/MÉDIA</b>	<b>79,1</b>	<b>0</b>
<b>MICRO TERRITÓRIO IV</b>		
Dep. Irapuan	100	0
Pinheiro		
Milhã	79,7	0
Senador	82,9	0
Pompeu		
Solonópole	86,4	0
<b>TOTAL/MÉDIA</b>	<b>87,3</b>	<b>0</b>
<b>MEDIA DO TERRITÓRIO</b>	<b>75,2</b>	<b>1,9</b>

Fonte: Secretaria de infra-estrutura (SEINFRA), 2007.

Com relação ao destino do esgoto segundo relato dos presentes no comitê de saúde, os municípios de Pedra Branca e Dep. Irapuan Ribeiro a fossa séptica contamina o lençol freático chegando ao solo contaminando-o e em Solonópole os dejetos contaminam a água que vão para o Rio e que futuramente é consumida, causando assim um alto índice de parasitoses intestinais e dermatoses.

Observamos que é muito baixo o percentual de domicílios que possuem esgotamento sanitário a média do território corresponde a 1,9 % uma cobertura que possivelmente compromete a situação de saúde deste território por estar muito distante da cobertura ideal. Alertamos que baixas coberturas favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

Quando relacionamos este fato às causas de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias temos um percentual de 4,3% do total de óbitos no território. Recomendamos investigação das causas de internamentos para fornecer elementos para a análise de riscos para a saúde associados a fatores ambientais. Investigação esta que poderá subsidiar processos de

planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o saneamento básico, especialmente as relacionadas ao esgotamento sanitário.

## 8 ASPECTOS EDUCACIONAIS

No Território do Sertão Central, os aspectos educacionais foram abordados segundo as especificidades e modalidades de ensino relativos à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos e o Ensino Superior. Além das fontes oficiais, alguns relatos colhidos durante o processo de elaboração do PTDRS enviados pelos municípios foram também considerados para diagnosticar a situação da educação no Território.

Os aspectos analisados na abordagem do diagnóstico se referem aos níveis de escolaridade, dentre eles a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, que levou em conta o número de matrículas em cada modalidade de ensino; a infraestrutura, cujas informações foram relativas ao número de escolas, bibliotecas, laboratórios de informática e de ciências; o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB<sup>1</sup> e a Formação Docente dos professores, estes dois últimos em relação ao Ensino Fundamental. Em relação ao Ensino Superior foram abordadas as instituições de ensino superior que atuam no Território.

Quanto à infraestrutura educacional, de acordo com a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, lançamento 2009, banco de dados 2008, o Território do Sertão Central apresenta um total de 113.414 matrículas, sendo, deste total 14,38% correspondendo à Educação Infantil (creche e pré-escola), 63,43% Ensino Fundamental (1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano) e 15,72% Ensino Médio e Regular (médio e regular ligado à Educação profissionalizante) e 6,01% de matrículas no Ensino de Jovens e Adultos. Essas matrículas correspondem a 4,43% do total do Estado do Ceará.

---

<sup>1</sup> O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica mede a qualidade do ensino público no país, reúne num só indicador dois conceitos de grande importância para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Revela se os alunos da escola pública estão aprendendo o que precisam na idade certa. Indica a qualidade do ensino da escola do seu filho, do seu município e do seu estado. Toda escola pública tem uma nota de 0 a 10 no IDEB. Quanto maior a nota, melhor a qualidade do ensino na escola. O ideal seria que toda escola pública tivesse uma nota igual ou superior a 6.

Segundo a Secretaria Estadual de Educação, os municípios que formam o Território Sertão Central são atendidos pelas Coordenações Regionais de Desenvolvimento da Educação - CREDE, a saber:

- Os micro territórios I e II pela CREDE 12.
- Os micro territórios III e IV pela CREDE 14

A CREDE 12 com sede em. Quixadá , e a **CREDE 14 com sede em** Senador Pompeu.

## 8.1 População Alfabetizada

Um indicador de extrema importância na educação é o quantitativo da população alfabetizada com idade maior ou igual a cinco anos, pois esta taxa de alfabetização se refere ao percentual da população que pode ler, escrever e entender mensagens simples em qualquer idioma ou dialeto. No caso do Ceará, fazendo um comparativo entre os anos de 2003, onde do total da população com idade maior ou igual a cinco anos 75,4% era alfabetizada, e o de 2008 quando esse percentual passou para 80,2%, havendo portanto um crescimento da população que aprendeu a ler e escrever.

A Tabela 14 mostra que considerando a população alfabetizada por faixa etária no Ceará, verifica-se que em 2008 a maior concentração está presente na faixa de 7 a 14 anos, vindo em seguida a faixa de 30 a 39 anos, representando 17,6% e 14,7%, respectivamente.

**Tabela 14:** População alfabetizada no Estado por faixa etária (total, e por zona de moradia: rural e urbano)

Grupo de Idade	2008					
	Total			Alfabetizadas		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
<b>TOTAL</b>	7.845.050	6.023.661	1.821.399	6.295.558	5.070.973	1.224.645
<b>5 a 6 anos</b>	268.228	194.602	73.616	73.022	62.189	10.833
<b>7 a 14 anos</b>	1.379.494	1.001.755	377.739	1.206.661	903.625	303.036
<b>15 a 19 anos</b>	852.537	652.385	200.152	819.460	632.491	186.969
<b>20 a 24 anos</b>	827.501	663.391	164.110	787.239	642.600	144.639
<b>25 a 29 anos</b>	695.504	559.223	136.281	642.389	528.752	113.637
<b>30 a 39 anos</b>	1.156.159	905.014	251.145	978.854	804.073	174.781
<b>40 a 49</b>	1.051.325	853.058	198.267	813.381	699.894	113.487

Grupo de Idade	2008					
	Total			Alfabetizadas		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
anos						
50 a 59 anos	694.788	535.181	159.607	482.387	397.700	84.687
> 60 anos	919.514	659.042	260.472	492.165	399.589	92.576
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-

Fonte: IPECE, 2009.

Para a definição de estratégias de universalização da educação de qualidade no território, é importante se apropriar de alguns dados relativos ao acesso e permanência dos alunos na escola. Uma educação de qualidade está relacionada a bons indicadores em relação à distorção idade/série, pois é fundamental para que haja aprendizagem que os alunos estejam presentes na escola na idade certa. Dentro dessa perspectiva, alguns indicadores como as taxas de Alfabetização e Escolarização do Ensino Fundamental e Médio como mostra a Tabela 15, revelam a questão educacional no Território.

**Tabela 15:** Taxas de Alfabetização, Taxa de Escolarização Ensino Fundamental e Ensino Médio no Território

Municípios	Taxa de Alfabetização <sup>1</sup>	Taxa de Escolarização Ensino Fundamental <sup>2</sup>	Taxa de Escolarização Ensino Médio <sup>2</sup>
Banabuiú	40,4	96,5	53
Choró	42,2	93,5	52,4
Dep. Irapuan Pinheiro	41,5	93,7	52,9
Ibaretama	41,5	97,1	55,3
Ibicuitinga	36,6	100	68,3
Milha	35,7	86	51,2
Mombaça	42,2	88,3	38,5
Pedra Branca	43,3	93,4	47,3
Piquet Carneiro	37,6	88,6	39,8
Quixadá	31,6	94,3	61,9
Quixeramobim	35,3	100	78,5
Senador Pompeu	35,6	84,2	39,4
Solonópole	34,4	80,3	46,7

Fonte: (1) Indicadores MEC, 2000; (2) Perfil Básico Regional – IPECE, 2007.

As taxas de Alfabetização são calculadas pela porcentagem das pessoas alfabetizadas sobre o total da população, já as de escolarização são feitas pelo número de matrículas da faixa etária da etapa sobre a população total do município na mesma faixa etária, o que revela como está a universalização do ensino.

De modo geral todos os municípios mostram taxas muito baixas de Alfabetização, sendo que o melhor índice é o de Pedra Branca com 43,30% dos alunos dessa faixa etária matriculados e a pior taxa é a do município de Quixadá com 31,60%. Isto é preocupante, pois revela que, na média do território, os municípios não atingem nem 50% desta faixa etária.

Já na taxa de Escolarização do Ensino Fundamental as maiores taxas dessa etapa escolar estão nos municípios de Ibicuitinga e Quixeramobim com 100% e a menor do município de Solonópole 80,3%. As taxas de Escolarização do Ensino Médio mostram a baixa frequência dos jovens na escola, sendo o menor índice em Mombaça, com 38,5% e o melhor em Quixeramobim, com 78,5% dos adolescentes matriculados na escola.

## **8.2 Nível de Escolaridade**

### *8.2.1 Educação Infantil*

A Educação Infantil se constitui na primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional esta educação é promovida em duas fases da infância, a primeira para crianças de 04 meses de idade até os três anos de idade em creches, ou entidades equivalentes, e para as crianças de quatro a seis anos de idade nas denominadas pré-escolas. A avaliação terá o caráter de acompanhamento e registro do desenvolvimento infantil, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (LDB, 1996).

No Território Sertão Central existem 16.313 estudantes na Educação Infantil, dentre eles, 4.631 estão em creches e 11.682 na Pré-escola.

As matrículas neste nível de escolaridade no território como um todo, como mostra a tabela 16, estão concentradas nas zonas urbanas na pré-escola. Tomando como base a rede particular, totalizam 100% das matrículas na zona urbana.

Em todos os Micro territórios, a concentração das matrículas se dá na Pré escola, com 71,61%, tanto na rede municipal como particular. Essa diferença é mais acentuada no Micro território III, em que 81,53% de suas matrículas se dá na Pré-escola, seguido do Micro território IV, com 80,09% de concentração neste período. Comparados com os outros, os Micro territórios II e I possuem a menor concentração, com 66,16% e 65,90%, respectivamente.

**Tabela 16:** Educação Infantil - Número de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Educação Infantil		
			Creche	Pre-Esc.	Total
<b>QUIXADA</b>	Municipal	Rural	372	1.064	1.436
		Urbana	506	746	1.252
	SubTotal:		878	1.810	2.688
	Particular	Urbana	126	713	839
<b>Total:</b>			<b>1.004</b>	<b>2.523</b>	<b>3.527</b>
<b>CHORO</b>	Municipal	Rural	218	246	464
		Urbana	175	184	359
	<b>Total</b>			<b>393</b>	<b>430</b>
<b>IBARETAMA</b>	Municipal	Rural	176	253	429
		Urbana	105	168	273
	Subtotal:		281	421	702
	Particular	Urbana	9	57	66
<b>Total:</b>			<b>290</b>	<b>478</b>	<b>768</b>
<b>IBICUITINGA</b>	Municipal	Rural	119	136	255
		Urbana	168	249	417
	Subtotal:		<b>287</b>	<b>385</b>	<b>672</b>
<b>Total MICROTERRITORIO I:</b>			<b>1974</b>	<b>3816</b>	<b>5790</b>
<b>QUIXERAMOBIM</b>	Municipal	Rural	347	743	1.090
		Urbana	652	1.208	1.860
	Subtotal:		999	1.951	2.950
	Particular	Urbana	105	336	441
<b>Total:</b>			<b>1.104</b>	<b>2.287</b>	<b>3.391</b>
<b>BANABUIU</b>	Municipal	Rural	198	287	485
		Urbana	149	263	412
	<b>Total:</b>			<b>347</b>	<b>550</b>
<b>Total MICROTERRITORIO II:</b>			<b>1451</b>	<b>2837</b>	<b>4288</b>
<b>DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO</b>	Municipal	Rural	0	54	54
		Urbana	0	249	249
	Subtotal:		0	303	303
<b>Total:</b>			<b>0</b>	<b>303</b>	<b>303</b>



Município	Rede	Zona	Educação Infantil		
			Creche	Pre-Esc.	Total
<b>MILHA</b>	Municipal	Rural	31	62	93
		Urbana	137	261	398
	Subtotal:		168	323	491
	Particular	Urbana	7	16	23
<b>Total:</b>			<b>175</b>	<b>339</b>	<b>514</b>
<b>SENADOR POMPEU</b>	Municipal	Rural	0	265	265
		Urbana	47	393	440
	Subtotal:		47	658	705
	Particular	Urbana	0	181	181
<b>Total:</b>			<b>47</b>	<b>839</b>	<b>886</b>
<b>SOLONOPOLE</b>	Municipal	Rural	39	44	83
		Urbana	116	378	494
	Subtotal:		155	422	577
	Particular	Urbana	69	67	136
<b>Total:</b>			<b>224</b>	<b>489</b>	<b>713</b>
<b>TOTAL MICROTERRITORIO III</b>			<b>446</b>	<b>1970</b>	<b>2416</b>
<b>MOMBACA</b>	Municipal	Rural	17	356	373
		Urbana	274	463	737
	Subtotal:		291	819	1.110
	Particular	Urbana	70	120	190
<b>Total:</b>			<b>361</b>	<b>939</b>	<b>1.300</b>
<b>PEDRA BRANCA</b>	Municipal	Rural	17	748	765
		Urbana	309	796	1.105
	Subtotal:		326	1.544	1.870
	Particular	Urbana	0	199	199
<b>Total:</b>			<b>326</b>	<b>1.743</b>	<b>2.069</b>
<b>PIQUET CARNEIRO</b>	Municipal	Rural	0	58	58
		Urbana	59	275	334
	Subtotal:		59	333	392
	Particular	Urbana	14	44	58
<b>Total:</b>			<b>73</b>	<b>377</b>	<b>450</b>
<b>TOTAL MICROTERRITORIO IV</b>			<b>760</b>	<b>3059</b>	<b>3819</b>
<b>TOTAL TERRITORIO</b>			<b>4631</b>	<b>11682</b>	<b>16313</b>

Fonte: (1) Indicadores MEC, 2000; (2) Perfil Básico Regional – IPECE, 2007.

Estes números indicam o atendimento precário à faixa etária das creches, ao indicar que os números de matrícula deste período correspondem a menos da metade dos valores do ensino infantil. Além disso, também refletem a falta de prioridade ao longo da história da educação dada a esse nível de ensino, situação mudada desde 2006, com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e a inclusão da Educação Infantil nessa subvinculação.

Por conta dessa falta de tradição da frequência de alunos nessa faixa etária, seria importante uma campanha de conscientização das famílias para

que elas matriculem as crianças e acompanhem sua formação educacional. Segundo relatos nos comitês, existe uma parceria com os profissionais da saúde no município de Piquet Carneiro com esse intuito.

Há falta de infraestrutura voltada para a Educação Infantil, com salas de aula, material didático específico, pátios de recreação, formação continuada e valorização (com salários, planos de cargas e carreiras) dos profissionais, segundo depoimentos nos comitês. Nos casos das creches, existe a necessidade de implementar o tempo integral com recursos adequados, já que a família pode ter dificuldade na locomoção e cuidado das crianças no turno contrário àquele em que a criança está matriculada.

Em relação à diferença de matrículas entre a Educação Infantil e Ensino Fundamental, sendo a primeira maior que a segunda, os informantes observaram a necessidade de deslocamento das crianças devido aos processos de nucleação, quando algumas escolas com número reduzido são fechadas e seus alunos são realocados em estabelecimentos localizados em outros distritos. Como essas crianças nessa faixa-etária são mais dependentes, muitos de seus responsáveis não aprovam seu deslocamento.

### 8.2.2 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental tem caráter obrigatório e gratuito na escola pública, com duração de 9 (nove) anos, inicia-se aos 6 (seis) anos de idade, ou aos 5 anos, para as crianças que, segundo a Resolução nº1, de 14.01.2010, independentemente do mês do seu aniversário, que estiveram matriculadas e freqüentaram por mais de 2 (dois) anos a Pré-Escola, em caráter excepcional, podem prosseguir seus estudos no Ensino Fundamental. Este ensino se subdivide em dois períodos atendendo a duas faixas etárias, que inicia a partir dos 5 até os 10 anos denominada Ensino Fundamental I (1ª a 5ª), e a segunda faixa de 11 a 14 anos (6ª a 9ª) Ensino Fundamental II. Os currículos devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, composta de uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Na oferta desta modalidade de ensino à população rural, os sistemas

de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida no campo e de cada região (LDB, 1996).

Além dos aspectos de escolaridade, como o número de matrículas em cada nível, rede de ensino e zona de moradia, e da infraestrutura educacional, serão acrescentados nesta análise as informações sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a Formação Docente.

O primeiro deles, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica mede a qualidade do ensino público no país, o IDEB, foi criado em 2007 pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Este índice é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e na Prova Brasil. Revela se os alunos da escola pública estão aprendendo o que precisam na idade certa. Toda escola pública tem uma nota de 0 a 10 no IDEB. Quanto maior a nota, melhor a qualidade do ensino na escola. Uma nova nota do IDEB é divulgada a cada dois anos. O resultado mais recente do IDEB aponta uma média nacional de: 4,2 para as séries iniciais do ensino fundamental; 3,8 para as últimas séries do ensino fundamental; 3,5 para as do ensino médio. O índice indica a qualidade do ensino da escola do aluno, do seu município e do seu estado.

O outro item aborda a Formação de Professores da Educação Básica, exigida em nível superior que é regulamentada pela Resolução CNE/CP Nº1/2002, ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para esta formação em curso de licenciatura ou de graduação plena. Esta Formação Docente é apoiada pelo Ministério da Educação que em conformidade a Lei 9.394/1996 (LDB), coordena e articula em regime de colaboração com o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e representantes de Conselhos Municipais de Educação e das associações profissionais e científicas, a formulação de diretrizes para a organização de um sistema federativo de certificação de competência dos professores da Educação Básica. Os cursos de formação de professores para a educação básica devem

se adaptar a esta Resolução, no prazo de dois anos, ou seja, a partir do ano de 2004.

Sobre estas considerações iniciais e as informações fornecidas, será traçado o perfil do Ensino Fundamental no Território do Sertão Central: o número total de matrículas deste nível é de 71.939 estudantes, dos quais 53,80% freqüentam o Ensino Fundamental I (1° ao 5° ano) e 46,19%, o Ensino Fundamental II (6° ao 9° ano).

Sobre o Ensino Fundamental, como se pode ver na tabela 14, no micro-território I, as matrículas do ensino fundamental se encontram relativamente semelhantes entre os dois períodos. Sendo a grande maioria na rede municipal e concentrando-se nas zonas urbanas. Quanto a esse MicroTerritório, é possível destacar um aumento das matrículas do Fundamental I para o II na zona rural, variando de 4.824 alunos para 5.048.

No demais MicroTerritórios, essa variação entre os dois períodos segue a tendência do Território. Na zona rural, os percentuais de matrícula caem do Fundamental I para II: No MicroTerritório III, a concentração das matrículas nessa zona de moradia cai somente em torno de três pontos percentuais (de 21,69% do 1° ao 5° ano para 18,40% do 6° ao 9°); No Micro II, essa variação é mais ampla, de 38,24% para 27,15%, assim como no Micro IV, de 40,86% para 24,27% de concentração de matrículas em relação às zonas urbanas.

Para o incremento das matrículas, existem programas do governo como Brasil alfabetizado, Bolsa-família, EJA influenciam o aumento das matrículas.

Segundo informações fornecidas nos comitês, essas variações podem ser conseqüência da migração da zona rural para urbana, do ingresso precoce das crianças no mercado de trabalho, principalmente na zona rural, além da nucleação de escolas e a dificuldade de transporte das crianças.

**Tabela 17:** Ensino Fundamental - Número de matrículas nas escolas, por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Ensino Fundamental		
			1° ao 5°	6° ao 9°	Total
QUIXADA	Estadual	Rural	0	60	60
		Urbana	0	1.620	1.620

Município	Rede	Zona	Ensino Fundamental		
			1° ao 5°	6° ao 9°	Total
	Total:		0	1.680	1.680
	Municipal	Rural	3.019	2.431	5.450
		Urbana	2.994	2.399	5.393
	Total:		6.013	4.830	10.843
	Particular	Urbana	1.572	640	2.212
<b>Total:</b>			<b>7.585</b>	<b>7.150</b>	<b>14.735</b>
CHORO	Municipal	Rural	776	465	1.241
		Urbana	642	1.030	1.672
	Total:		<b>1.418</b>	<b>1.495</b>	<b>2.913</b>
IBARETAMA	Municipal	Rural	646	140	786
		Urbana	785	1.256	2.041
	Total:		1.431	1.396	2.827
	Particular	Urbana	48	18	66
<b>Total:</b>			<b>1.479</b>	<b>1.414</b>	<b>2.893</b>
IBICUITINGA	Municipal	Rural	383	392	775
		Urbana	888	966	1.854
	Total:		<b>1.271</b>	<b>1.358</b>	<b>2.629</b>
<b>Total MICRO I</b>			<b>11753</b>	<b>11417</b>	<b>23170</b>
QUIXERAMOBIM		Urbana	0	2.114	2.114
	Total:		0	2.114	2.114
	Municipal	Rural	2.613	1.338	3.951
		Urbana	4.663	2.367	7.030
	Total:		7.276	3.705	10.981
	Particular	Urbana	606	225	831
<b>Total:</b>			<b>7.882</b>	<b>6.044</b>	<b>13.926</b>
BANABUIU	Municipal	Rural	1.053	787	1.840
		Urbana	951	995	1.946
	Total:		<b>2.004</b>	<b>1.782</b>	<b>3.786</b>
<b>TOTAL MICRO II</b>			<b>9886</b>	<b>7826</b>	<b>17712</b>
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	Municipal	Rural	167	66	233
		Urbana	759	643	1.402
	Total:		926	709	1.635
<b>Total:</b>			<b>926</b>	<b>709</b>	<b>1.635</b>
MILHA	Estadual	Urbana	0	128	128
	Municipal	Rural	203	0	203
		Urbana	1.029	1.053	2.082
	Total:		1.232	1.053	2.285
	Particular	Urbana	78	0	78
<b>Total:</b>			<b>1.310</b>	<b>1.181</b>	<b>2.491</b>
SENADOR POMPEU	Municipal	Rural	823	592	1.415
		Urbana	1.513	1.327	2.840
	Total:		2.336	1.919	4.255
	Particular	Urbana	315	281	596
<b>Total:</b>			<b>2.651</b>	<b>2.200</b>	<b>4.851</b>
SOLONOPOLE	Municipal	Rural	189	339	528
		Urbana	1.234	972	2.206
	Total:		1.423	1.311	2.734
	Particular	Urbana	61	17	78
<b>Total:</b>			<b>1.484</b>	<b>1.328</b>	<b>2.812</b>
<b>TOTAL MICRO III</b>			<b>6371</b>	<b>5418</b>	<b>11789</b>
MOMBACA	Estadual	Urbana	0	727	727
	Municipal	Rural	2.345	0	2.345
		Urbana	2.603	2.389	4.992
	Total:		4.948	2.389	7.337

Município	Rede	Zona	Ensino Fundamental		
			1° ao 5°	6° ao 9°	Total
	Particular	Urbana	138	103	241
<b>Total:</b>			<b>5.086</b>	<b>3.219</b>	<b>8.305</b>
PEDRA BRANCA	Municipal	Rural	1.917	1.900	3.817
		Urbana	2.227	2.142	4.369
	Total:		4.144	4.042	8.186
	Particular	Urbana	368	246	614
<b>Total:</b>			<b>4.512</b>	<b>4.288</b>	<b>8.800</b>
PIQUET CARNEIRO	Estadual	Urbana	0	608	608
	Municipal	Rural	231	181	412
		Urbana	1.058	250	1.308
	Total:		1.289	431	1.720
	Particular	Urbana	108	27	135
<b>Total:</b>			<b>1.397</b>	<b>1.066</b>	<b>2.463</b>
<b>TOTAL MICRO IV</b>			<b>10.995</b>	<b>8.573</b>	<b>19.568</b>
<b>TERRITORIO</b>			<b>38705</b>	<b>33234</b>	<b>71939</b>

Fonte: SEDUC, 2009.

Quanto ao transporte escolar, os comitês relataram a necessidade de melhoria, tanto de estradas quanto de ônibus. Mas também a necessidade de escolas no campo que levem suas especificidades à sala de aula, além de haver facilidade de acesso aos estudantes dessa zona de moradia. Como exemplo dessa metodologia, existe o programa federal “Pró-Jovem Campo: saberes da terra”.

Foi observada a necessidade de vinculação entre a cultura local e o sistema escolar, além da gestão participativa da escola junto com a comunidade. A infraestrutura física das escolas deveriam ser adequadas ao semiáridos, com salas mais arejadas, por exemplo, além da pedagógica, ao se trabalhar elementos típicos desse bioma nas salas de aula.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, verifica-se uma homogeneidade entre os municípios com índices na casa dos 3. A média do Estado do Ceará é de 4,4 em 2009, o que revela que o Território Sertão Central possui o rendimento um pouco menor que o estadual.

O Micro território I, tendo como base de análise o ano de 2009, possui uma média pouco abaixo daquela do Estado do Ceará, esta com 4,4. As notas dos municípios têm uma média aproximada de 3,5, destacando-se o município de Ibaretama, com 2,8 nas séries finais e Quixadá com 4,2 nas séries iniciais.

**Tabela 18:** IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal – Micro território I - Sertão Central.

Município		IDEB 2005 (N x P)	IDEB 2007 (N x P)	IDEB 2009 (N x P)	Projeções					
					2011	2013	2015	2017	2019	2021
CHORO	séries iniciais	2,8	3,3	3,9	3,6	3,9	4,1	4,4	4,8	5,1
	séries finais	2,6	3,2	3,1	3,0	3,4	3,8	4,0	4,3	4,6
IBARETAMA	séries iniciais	2,9	2,7	3,2	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2
	séries finais	3,2	3,0	2,8	3,6	4,0	4,4	4,7	5,0	5,2
IBICUITINGA	séries iniciais	-	3,1	3,6	3,7	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1
	séries finais	-	3,1	3,2	3,4	3,7	4,1	4,4	4,6	4,9
QUIXADA	séries iniciais	3,4	3,9	4,2	4,2	4,5	4,8	5,1	5,3	5,6
	séries finais	3,2	3,5	3,6	3,7	4,1	4,5	4,7	5,0	5,2

Fonte: INEP – MEC 2009

No Micro território II, os municípios que o compõem possuem índice praticamente idênticos: nas séries iniciais, Banabuiú e Quixeramobim possuem 4,2 e 4,5, respectivamente e nas séries finais, ambos com 3,8.

**Tabela 19:** IDEB observado em 2005, 2007 e metas para rede municipal – Micro território II – Sertão Central.

Município		IDEB 2005 (N x P)	IDEB 2007 (N x P)	IDEB 2009 (N x P)	Projeções					
					2011	2013	2015	2017	2019	2021
BANABUIU	séries iniciais	2,5	3,2	4,2	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8
	séries finais	2,6	3,8	3,8	3,1	3,5	3,8	4,1	4,4	4,6
QUIXERAMO BIM	séries iniciais	3,0	3,5	4,5	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
	séries finais	3,2	3,8	3,8	3,7	4,1	4,5	4,7	5,0	5,2

Fonte: Inep – MEC 2009

Os municípios do MicroTerritório II se destacam pela notas do IDEB obtidas no ano de 2009: Senador Pompeu conseguiu uma média de 5,0, Milhã e Deputado Irapuan Pinheiro obtiveram notas acima de 4,0; todos atingiram as

projeções de 2011 já em 2009. A menor nota foi de Solonópole, com 3,5 nas séries finais.

**Tabela 20:** IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal – Micro território III Sertão Central.

Município		IDE B	IDE B	IDE B	Projeções					
		2005 (N x P)	2007 (N x P)	2009 (N x P)	2011	2013	2015	2017	2019	2021
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	séries iniciais	3,7	3,6	4,4	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7	5,9
	séries finais	3,3	3,7	4,0	3,8	4,2	4,6	4,8	5,1	5,3
MILHA	séries iniciais	-	3,2	4,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,8	5,1
	séries finais	2,9	3,1	3,7	3,3	3,7	4,1	4,4	4,6	4,9
SENADOR POMPEU	séries iniciais	3,0	2,8	5,0	3,9	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
	séries finais	3,3	3,3	3,8	3,8	4,2	4,6	4,8	5,1	5,4
SOLONOPOLE	séries iniciais	3,5	3,4	3,8	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5	5,8
	séries finais	2,9	3,5	3,5	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	4,9

Fonte: Inep – MEC 2009

O município que se destaca no MicroTerritório IV é Pedra Branca, com 5,1 nas séries iniciais e 4,0 nas séries finais.

Outro fator preponderante que está muito ligado aos resultados do desempenho escolar dos alunos é a competência e qualificação do corpo docente em sala de aula. Vimos anteriormente as considerações sobre a legislação promulgada desde 2002 a este respeito e que, a partir do ano de 2004, as medidas teriam que estar em funcionamento, ou seja, que o professor em sala de aula deveria ter licenciatura ou graduação plena. Na Educação Infantil e nos quatro primeiros anos de Ensino Fundamental podem lecionar professores com ensino médio completo na modalidade de magistério.



**Tabela 21:** IDEB observado em 2005, 2007 e metas para rede municipal – Micro território III Sertão Central.

Município		IDEB 2005 (N x P)	IDEB 2007 (N x P)	IDEB 2009 (N x P)	Projeções					
					2011	2013	2015	2017	2019	2021
MOMBACA	séries inicias	3,0	3,2	4,1	3,8	4,1	4,4	4,6	4,9	5,3
	séries finais	2,8	3,4	3,3	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,8
PEDRA BRANCA	séries inicias	3,3	3,2	5,1	4,1	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
	séries finais	3,2	3,5	4,0	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	5,2
PIQUET CARNEIRO	séries inicias	3,0	2,9	3,7	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
	séries finais	2,9	2,8	3,1	3,3	3,7	4,1	4,3	4,6	4,9

Fonte: Inep – MEC 2009

Um olhar sobre os dados nos permite aferir que esta formação ainda está abaixo do desejado, pois já se passaram oito anos após a regulamentação deste requisito. Para uma educação de qualidade, é dada importância à formação do professor, aquele que deve estar preparado para repassar e fomentar a produção do conhecimento das futuras gerações, para a formação de cidadãos preparados para o mundo do trabalho, como cita a LDB.

As informações, que aqui estão apresentadas são referentes ao período de 2007 e 2008 e ao Ensino Fundamental, e revelam que a maior parte dos professores tem formação superior, porém, ainda existe um número grande de profissionais com ensino médio completo, na modalidade magistério. É interessante, portanto, uma avaliação quanto às medidas sobre a formação dos profissionais da educação: se houve investimento do professor em avançar na sua formação, ou concursos para professores capacitados, ou mesmo se os programas do governo federal, como a Plataforma Freire, estão efetivamente funcionando no território.

A situação deste requisito essencial no Território Sertão Central, que possui um total de 2.969 professores, revela, segundo Micro-territórios, tendo como ano base 2008, os seguintes dados:

- O Micro território I possui um total de 883 professores, dentre eles um profissional possui Fundamental Incompleto, 0,4% possui Fundamental

completo; 54,36%, ensino médio completo (a maioria com magistério completo) e 45,07% possuem ensino superior com licenciatura. Aqui se observa um número relativamente baixo de professores com ensino superior.

- O Micro-território II possui 660 professores, dentre eles um profissional possui ensino fundamental completo, 40,9%, ensino médio completo (a maioria sendo magistério completo) e 58,93% possui licenciatura completa.

- O Micro território IV possui ao todo 911 professores, dentre eles, um profissional tem ensino fundamental incompleto, 0,65 possuem fundamental completo, 41,71% possui ensino médio completo, sendo a maioria magistério, e 57,51% tem ensino superior completo com licenciatura.

- O Micro território III possui ao todo 515 professores, dentre eles, 34,36% tem ensino médio completo (sendo a sua maioria magistério) e 65,63% possuem ensino superior com licenciatura completo.

Segundo relato dos comitês, há profissionais suficientes no Território, mas muitos não estão efetivamente na sala de aula. São necessários concursos públicos para a efetivação de profissionais com formação específica para cada área, como na educação infantil, por exemplo. Como programas voltados para a formação dos profissionais da educação estão a Plataforma Freire, Universidade Aberta do Brasil.

**Tabela 22:** Nível de escolaridade dos professores do ensino fundamental do Micro território I Sertão Central

Município	Docentes do ensino fundamental													
	Total		Grau de formação											
			Fundamental				Médio				Superior			
			Incompleto		Completo		Magistério completo		Outra formação completa		Licenciatura completa		Completo sem licenciatura	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Quixadá	478	481	-	-	2	-	130	137	41	51	290	293	15	-
Choró	118	142	-	1	2	2	45	56	40	58	24	25	7	-
Ibaretama	110	141	-	-	3	2	58	77	23	29	26	33	-	-
Ibicuitinga	111	119	-	-	-	-	46	44	20	28	44	47	1	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2009. SEDUC

**Tabela 23:** Nível de escolaridade dos professores do ensino fundamental do Micro território II Sertão Central

Município	Docentes do ensino fundamental													
	Total		Grau de formação											
			Fundamental				Médio				Superior			
			Incompleto		Completo		Magistério completo		Outra formação completa		Licenciatura completa		Completo sem licenciatura	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Quixeramobim	514	528	-	-	3	1	137	137	73	77	283	313	18	-
Banabuiú	118	132	-	-	-	-	30	52	4	4	76	76	8	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2009. SEDUC

**Tabela 24:** Nível de escolaridade dos professores do ensino fundamental do Micro território III Sertão Central

Município	Docentes do ensino fundamental													
	Total		Grau de formação											
			Fundamental				Médio				Superior			
			Incompleto		Completo		Magistério completo		Outra formação completa		Licenciatura completa		Completo sem licenciatura	
2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	
Milhã	86	100	-	-	-	-	5	9	3	2	65	89	13	-
Solonópole	139	140	-	-	-	-	25	25	2	4	106	111	6	-
Deputado Irapuan Pinheiro	77	79	-	-	-	-	44	42	4	8	27	29	2	-
Senador Pompeu	184	196	-	-	-	-	56	63	22	24	94	109	12	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2009. SEDUC

**Tabela 25:** Nível de escolaridade dos professores do ensino fundamental do Micro território IV Sertão Central

Município	Docentes do ensino fundamental													
	Total		Grau de formação											
			Fundamental				Médio				Superior			
			Incompleto		Completo		Magistério completo		Outra formação completa		Licenciatura completa		Completo sem licenciatura	
2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	
Mombaça	312	403	-	-	-	1	104	179	14	29	173	194	21	-
Pedra Branca	392	420	1	1	1	4	58	68	49	68	271	279	12	-
Piquet Carneiro	81	88	-	-	1	1	27	31	6	5	30	51	17	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2009. SEDUC

### 8.2.3 Ensino Médio

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), é prioridade dos Estados a oferta do Ensino Médio. Nos últimos anos, foi registrado um crescimento da matrícula deste nível de ensino na rede estadual cearense, o que pode ser comprovado por meio dos Censos Escolares realizados entre 2003 e 2006.

Um levantamento da Célula de Avaliação Institucional (Ceavi), da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc), mostra que a expansão é da ordem de 12,4%. Os estudos apontam dois fatores como decisivos nesse processo: o aumento da demanda em função do processo de universalização do ensino fundamental e a maior valorização do ensino médio no mercado de trabalho.

Com o acesso garantido, o desafio da Seduc e de suas escolas é a permanência desses alunos nas unidades de ensino e a conclusão da educação básica com sólida formação geral, ampliando a participação popular. Para isso, é preciso assegurar uma escola de qualidade aos alunos que concluem o ensino fundamental. Nessa perspectiva, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc) apóia ações voltadas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

No Ensino Médio, as matrículas totalizam 17.835 estudantes, sendo 714 estudantes no Integrado à Educação Profissionalizante. A grande maioria das matrículas estão concentradas na zona urbana, representando 88,81% no MicroTerritório I, 89,07% no Micro II, 100% nos MicroTerritórios III e IV de concentração nessa zona de moradia.

Como o Ensino Médio é prioritário do governo do estado, praticamente todas as matrículas estão sob responsabilidade dessa rede, com exceção de algumas escolas particulares que representam um pequeno percentual de 4,19% das matrículas de todo o Território do Sertão Central, como é possível observar na tabela 26.

Nos MicroTerritórios I e II é possível observar o atendimento nesse nível de ensino nas zonas rurais, embora reduzido, com 369 no município de Quixadá e 360 em Quixeramobim e correspondem a 4,08% do total de

matrículas em todo o Território Sertão Central. Com relação à categoria Integrado à Educação Profissionalizante (EP), não há matrículas nessa zona de moradia.

**Tabela 26:** Ensino Médio - Número de matrículas nas escolas, por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Ensino Médio Regular			
			Médio	Integrado a EP	Normal	Total
QUIXADA	Estadual	Rural	369	0	0	369
		Urbana	3.423	316	0	3.739
		Total:	3.792	316	0	4.108
		Urbana	30	0	0	30
		Total:	30	0	0	30
		Particular	Urbana	294	0	0
<b>Total:</b>			<b>4.116</b>	<b>316</b>	<b>0</b>	<b>4.432</b>
CHORO	Estadual	Urbana	696	0	0	696
<b>Total:</b>			<b>696</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>696</b>
IBARETAMA	Estadual	Urbana	629	0	0	629
<b>Total:</b>			<b>629</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>629</b>
IBICUITINGA	Estadual	Urbana	757	0	0	757
<b>Total:</b>			<b>757</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>757</b>
<b>TOTAL MICRO I</b>			<b>6.198</b>	<b>316</b>	<b>0</b>	<b>6.514</b>
QUIXERAMOBIM	Estadual	Rural	360	0	0	360
		Urbana	2.948	0	0	2.948
		Total:	3.308	0	0	3.308
		Particular	Urbana	119	0	0
<b>Total:</b>			<b>3.427</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.427</b>
BANABUIU	Estadual	Urbana	958	0	0	958
<b>Total:</b>			<b>958</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>958</b>
<b>TOTAL MICRO II</b>			<b>4385</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4385</b>
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	Estadual	Urbana	411	0	0	411
<b>Total:</b>			<b>411</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>411</b>
MILHA	Estadual	Urbana	642	0	0	642
<b>Total:</b>			<b>642</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>642</b>
SENADOR POMPEU	Estadual	Urbana	627	251	0	878
	Particular	Urbana	71	0	0	71
<b>Total:</b>			<b>698</b>	<b>251</b>	<b>0</b>	<b>949</b>
SOLONOPOLE	Estadual	Urbana	751	0	0	751
<b>Total:</b>			<b>751</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>751</b>
<b>TOTAL MICRO III</b>			<b>2502</b>	<b>251</b>	<b>0</b>	<b>2753</b>
MOMBACA	Estadual	Urbana	1.504	0	0	1.504
	Particular	Urbana	47	0	0	47
<b>Total:</b>			<b>1.551</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.551</b>
PEDRA BRANCA	Estadual	Urbana	1.861	0	0	1.861
	Particular	Urbana	71	0	147	218
<b>Total:</b>			<b>1.932</b>	<b>0</b>	<b>147</b>	<b>2.079</b>
PIQUET CARNEIRO	Estadual	Urbana	553	0	0	553
<b>Total:</b>			<b>553</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>553</b>

Município	Rede	Zona	Ensino Médio Regular			
			Médio	Integrado a EP	Normal	Total
<b>TOTAL MICRO IV</b>			<b>4036</b>	<b>0</b>	<b>147</b>	<b>4.183</b>
<b>TOTAL TERRITORIO</b>			<b>17121</b>	<b>567</b>	<b>147</b>	<b>17835</b>

Fonte: SEDUC, 2009.

A partir dessa constatação, para a formulação de projetos nesse setor, seria necessária uma avaliação da capacidade da infra-estrutura dessas escolas, que recebem o público oriundo da zona rural, além do urbano onde elas se localizam e da qualidade do transporte escolar oferecido aos estudantes.

Segundo relato das oficinas, alguns anexos e pólos de escolas de Ensino Médio da zona urbana foram instalados nos distritos. Os informantes observaram a necessidade de implementação de escolas no campo, com metodologia do campo e estrutura física e pedagógica adequada a esse nível, já que existem alguns anexos do ensino médio que funcionam em escolas de ensino fundamental.

Quanto à categoria Integrada à EP, o governo estadual é o único que oferece atendimento, mas o número é pequeno em relação ao total de matrículas do ensino médio, correspondendo a 3,17 do total de matrículas. Os informantes dos comitês relataram que em Quixeramobim e Banabuiú existem Liceus, onde normalmente funciona Educação Profissionalizante. Em Banabuiú, porém ainda não foi implementada essa categoria. Diante dessas constatações, observou-se a necessidade de ampliação de matrículas no Integrado à EP.

Outro dado muito importante é a diferença entre as matrículas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio: o total daquele primeiro nível do território do Sertão Central é de 71.939 estudantes, representando 63,82% das matrículas do território e no Ensino Médio, 17.835 alunos, com somente 15,82% do total. Isso revela que muitos daqueles que terminam o nível fundamental não seguem o Ensino Básico, o que se faz necessária a elaboração de projetos de motivação e incentivo à continuação da formação no Ensino Médio.

Segundo relato nos comitês, essa redução das matrículas pode ser conseqüência do ingresso prematuro dos jovens no mundo do trabalho, assim como a dificuldade de acesso, por conta da concentração desse nível de ensino nas zonas urbanas. O que revela a necessidade de melhoria de transportes e a instalação de escolas na zona rural.

#### 8.2.4 Educação Especial

A Secretaria de Educação Especial (Seesp) desenvolve programas, projetos e ações a fim de implementar no país a Política Nacional de Educação Especial. A partir da nova política, os alunos considerados público-alvo da educação especial são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades, como superdotação, por exemplo.

Dentre as ações desenvolvidas pela Seesp está o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para a oferta e garantia de atendimento educacional especializado, complementar à escolarização, de acordo com o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

Para apoiar os sistemas de ensino, a secretaria desenvolve o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial - presencialmente e a distância -, Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, Programa Escola Acessível (adequação de prédios escolares para a acessibilidade), Programa BPC na Escola e Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que forma gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos.

Destacam-se ainda as ações de garantia de acessibilidade nos programas nacionais do livro, implementados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Como pode ser observado na tabela 27, no Sertão Central existem 504 matrículas na Educação Especial. Dentre elas, apenas 33 estão localizadas na zona rural do município Deputado Irapuan Pinheiro, o que revela a necessidade de programas que incentivem a matrículas das crianças que se enquadram nas características assistidas pela Educação Especial.



A maior parte das matrículas está concentrada na rede particular, correspondendo a 85,11% do total de matrículas. Segundo representantes dos comitês, para a educação inclusiva pretendida pelo governo brasileiro, são necessárias condições e infraestrutura adequadas, física e pedagógica, como laboratórios voltados para a Educação Especial, além de formação continuada para professores.

**Tabela 27:** Matrícula da Educação Especial - Território Sertão Central

Município	Rede	Zona	Educação Especial
QUIXADA	Particular	Urbana	129
<b>Total:</b>			<b>129</b>
CHORO	Municipal	Urbana	39
<b>Total:</b>			<b>39</b>
IBARETAMA	Municipal	Urbana	7
Total:			<b>7</b>
IBICUITINGA			
Total:			<b>0</b>
<b>TOTAL MICRO I</b>			<b>175</b>
QUIXERAMOBIM	Municipal	Urbana	20
	Particular	Urbana	70
Total:			90
Total:			<b>30</b>
BANABUIU	Municipal	Urbana	30
Total:			<b>30</b>
<b>TOTAL MICRO II</b>			<b>90</b>
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	Particular	Rural	33
Total:			<b>33</b>
MILHA			
Total:			<b>0</b>
SENADOR POMPEU			
Total:			<b>0</b>
SOLONOPOLE	Municipal	Urbana	9
Total:			<b>9</b>
<b>TOTAL MICRO III</b>			<b>42</b>
MOMBACA	Particular	Urbana	112
Total:			<b>112</b>
PEDRA BRANCA			
Total:			0
PIQUET CARNEIRO	Particular	Urbana	85
Total:			<b>85</b>
<b>TOTAL MICRO IV</b>			<b>197</b>
<b>TOTAL TERRITÓRIO SERTAO CENTRAL</b>			<b>504</b>

Fonte: Seduc 2009.

Como pode ser observado na tabela 28, são escassos os equipamentos voltados para essa modalidade, destacando-se a ausência de laboratórios de ciência, além do número reduzido de laboratórios de informática adequados.

Os informantes do comitê também relataram a importância de escolas profissionalizantes com acessibilidade para os estudantes com necessidades especiais, para facilitar seu ingresso no mercado de trabalho.

**Tabela 28:** Equipamentos da Educação Especial - Sertão Central

Município	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
CHORO	Municipal	Urbana	1	1	0	0	0	1
IBARETAMA	Municipal	Urbana	1	0	1	0	0	1
QUIXADA	Privada	Urbana	1	1	0	0	0	1
<b>TOTAL MICRO I</b>			<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
QUIXERAMOBIM	Municipal	Urbana	1	1	1	0	1	1
	Privada	Urbana	1	0	0	0	1	1
Total:			<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
BANABUIU	Municipal	Urbana	1	0	0	0	0	1
<b>TOTAL MICRO II</b>			<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
SOLONOPOLE	Municipal	Urbana	1	1	1	0	1	1
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	Privada	Rural	1	0	0	0	0	1
<b>TOTAL MICRO III</b>			<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
MOMBACA	Privada	Urbana	1	0	0	0	0	1
PIQUET CARNEIRO	Privada	Urbana	1	0	0	0	0	1
<b>TOTAL MICRO IV</b>			<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
<b>TOTAL TERRITORIO SERTAO CENTRAL</b>			<b>10</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>9</b>

Fonte: Seduc 2009.

## 8.2.5 Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino nas etapas dos ensinos fundamental e médio da rede escolar pública brasileira e adotada por algumas redes particulares que recebe os jovens e adultos que não completaram os anos da Educação Básica em idade apropriada por qualquer motivo (entre os quais é freqüente a menção da necessidade de trabalho e participação na renda familiar desde a infância). No início dos anos 90, o segmento da EJA passou a incluir também as classes de alfabetização inicial.

No Brasil, o campo consolidou-se com influência das idéias do educador Paulo Freire e em forte relação com o movimento de educação popular. O segmento é regulamentado pelo artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da educação (a LDB, ou lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996). É um dos segmentos da Educação Básica que recebem repasse de verbas do Fundeb.

Em todo o Estado, 26 Centros de Educação de Jovens e Adultos dão oportunidade de voltar a estudar a quem não concluiu sua escolaridade em idade própria. Conforme a SEDUC, a Educação de Jovens e Adultos tem um papel fundamental no contexto da formação permanente do ser humano. Formar cidadãos participativos, respeitando as pluralidades e diversidades culturais, num processo contínuo de recuperação na deficiência de escolaridade, é o grande desafio da política educacional cearense.

As matrículas nessa modalidade totalizam 6.823 estudantes, que estão concentradas na forma presencial, com 76,98%. Com exceção do MicroTerritório II, onde o número de matrículas é maior na Semi-presencial da EJA, com 55,34% das matrículas.

A rede municipal é a que apresenta maior quantidade de matrícula na presencial, tanto nas zonas urbanas, quanto nas zonas rurais, representando 70,73% do total. A rede particular oferece matrículas somente no Micro território II, com pequena representação no Território. A rede estadual concentra matrículas na categoria de semipresencial em relação à municipal no

Micro I, mas o total de matrícula dessa categoria é muito pouca: 23,01% do total do EJA.

As matrículas na zona rural representam somente 26,82% do total de matrículas do território, que pode ser consequência da concentração populacional nas cidades.

É importante destacar que não há matrículas na modalidade EJA Integrado à Educação Profissional no Território do Sertão Central. Seria necessário, portanto, investir na estruturação dessa categoria na EJA, para que esses jovens e adultos que não tiveram a oportunidade da formação básica na faixa etária ideal possam também ter a opção de acesso a uma educação profissionalizante.

Existe uma experiência em Piquet Carneiro de um programa nacional com Pró-EJA FIC, em parceria com os Institutos Federais (IFCE Cedro), como exemplo de EJA integrada à EP.

**Tabela 29:** Educação de Jovens e Adultos- presencial e semi-presencial (Número de matrículas e número de escolas - por dependência administrativa e zona de moradia)

Município	Rede	Zona	E.J.A.			Total
			Presencial	Semi	Integrado a EP	
QUIXADA	Estadual	Urbana	309	658	0	967
	Total:		309	658	0	967
	Municipal	Rural	755	0	0	755
		Urbana	213	0	0	213
	Total:		968	0	0	968
<b>Total:</b>			<b>1.277</b>	<b>658</b>	<b>0</b>	<b>1.935</b>
CHORO	Municipal	Rural	114	0	0	114
		Urbana	283	0	0	283
	Total:		397	0	0	397
<b>Total:</b>			<b>397</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>397</b>
IBARETAMA	Municipal	Rural	35	0	0	35
		Urbana	121	0	0	121
	Total:		156	0	0	156
<b>Total:</b>			<b>156</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>156</b>
IBICUITINGA	Municipal	Urbana	252	122	0	374
	Total:		252	122	0	374
<b>TOTAL MICRO I</b>			<b>2082</b>	<b>780</b>	<b>0</b>	<b>2862</b>
QUIXERAMOBIM	Estadual	Urbana	33	0	0	33
	Total:		33	0	0	33
	Municipal	Rural	73	0	0	73
		Urbana	74	473	0	547
	<b>Total:</b>			<b>108</b>	<b>473</b>	<b>0</b>

Município	Rede	Zona	E.J.A.			
			Presencial	Semi	Integrado a EP	Total
	Total:		147	473	0	620
	Particular	Urbana	128	0	0	128
<b>Total:</b>			<b>308</b>	<b>473</b>	<b>0</b>	<b>781</b>
BANABUIU	Municipal	Rural	8	14	0	22
		Urbana	77	0	0	77
	Total:		85	14	0	99
<b>Total:</b>			<b>85</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>99</b>
<b>TOTAL MICRO II</b>			<b>393</b>	<b>487</b>	<b>0</b>	<b>880</b>
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	Municipal	Rural	31	0	0	31
		Urbana	346	0	0	346
	Total:		377	0	0	377
<b>Total:</b>			<b>377</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>377</b>
MILHA	Municipal	Rural	102	0	0	102
		Urbana	312	0	0	312
	Total:		414	0	0	414
<b>Total:</b>			<b>791</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>791</b>
SENADOR POMPEU	Estadual	Urbana	207	242	0	449
	Municipal	Rural	49	0	0	49
		Urbana	101	0	0	101
	Total:		150	0	0	150
<b>Total:</b>			<b>357</b>	<b>242</b>	<b>0</b>	<b>599</b>
SOLONOPOLE	Estadual	Urbana	64	0	0	64
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	143	0	0	143
	Total:		143	0	0	143
<b>Total:</b>			<b>207</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>207</b>
<b>TOTAL MICRO III</b>			<b>1.355</b>	<b>242</b>	<b>0</b>	<b>1.597</b>
MOMBACA	Estadual	Urbana	203	0	0	203
	Municipal	Rural	47	0	0	47
		Urbana	130	0	0	130
	Total:		177	0	0	177
<b>Total:</b>			<b>380</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>380</b>
PEDRA BRANCA	Estadual	Urbana	115	38	0	153
	Municipal	Rural	566	0	0	566
		Urbana	119	0	0	119
	Total:		685	0	0	685
<b>Total:</b>			<b>800</b>	<b>38</b>	<b>0</b>	<b>838</b>
PIQUET CARNEIRO	Municipal	Rural	28	8	0	36
		Urbana	215	15	0	230
	Total:		243	23	0	266
<b>Total:</b>			<b>243</b>	<b>23</b>	<b>0</b>	<b>266</b>
<b>TOTAL MICRO IV</b>			<b>1.423</b>	<b>61</b>	<b>0</b>	<b>1.484</b>
<b>TOTAL TERRITORIO SERTAO CENTRAL</b>			<b>5253</b>	<b>157</b>	<b>0</b>	<b>6823</b>

Fonte: SEDUC, 2009.

### 8.2.6 Ensino Superior

O ensino superior no território do Sertão Central está concentrado nas cidades de Quixadá e Quixeramobim. Mas todos os municípios também possuem formação superior e pós-graduação em regime especial ou à distância, por meio da Universidade Aberta do Brasil ou de Institutos parceiros da Universidade Estadual Vale do Acaraú.

O município de Quixadá possui quatro instituições de ensino superior e uma de ensino tecnológico: Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Unidade acadêmica da UECE), Faculdade Católica Rainha do Sertão, Campus avançado da Universidade Federal do Ceará, esta possui a chamada Fazenda Lavoura Seca, uma das três fazendas experimentais da universidade, Universidade Estadual Vale do Acaraú e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

No município de Quixeramobim se encontram as seguintes universidades: Universidade Vale Do Acaraú; Universidade Do Paraná-Unopar; Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Centro Tecnológico Do Ceará (Centec).

### 8.3 Infraestrutura Educacional

A infraestrutura educacional é um aspecto muito importante no sentido de oferecer aos estudantes uma educação de qualidade que está vinculada aos aspectos físicos-materiais, mas também contém aspectos qualitativos e imateriais. A tabela 30 apresenta os dados sobre o número de escolas agrupadas por dependência administrativa e zona de moradia, onde consta a quantidade de bibliotecas, laboratórios de informática e ciências, assim como quadra de esportes.

Com relação à merenda escolar, por exemplo, praticamente todas as escolas públicas são contempladas por ela.

**Tabela 30:** Ensino Fundamental (Número de escolas, com biblioteca, laboratório de informática, laboratório de ciências e quadra de esportes) - por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
CHORO	Municipal	Rural	20	5	3	0	3	20
		Urbana	5	4	5	0	2	5
	<b>Total:</b>		<b>25</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>25</b>
IBARETAMA	Municipal	Rural	28	1	0	0	1	28
		Urbana	7	2	1	0	1	7
	<b>Total:</b>		<b>35</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>35</b>
	Privada	Urbana	1	1	0	0	0	0
<b>Total:</b>		<b>36</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>35</b>	
IBICUITINGA	Municipal	Rural	5	2	5	0	2	5
		Urbana	5	5	5	1	5	5
	<b>Total:</b>		<b>10</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>10</b>
QUIXADA	Estadual	Rural	1	1	1	0	0	1
		Urbana	5	3	5	3	3	5
	<b>Total:</b>		<b>6</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>6</b>
	Municipal	Rural	35	6	4	0	7	35
		Urbana	16	4	5	1	5	16
	<b>Total:</b>		<b>51</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>51</b>
Privada	Urbana	17	13	4	4	5	3	
<b>Total:</b>		<b>74</b>	<b>27</b>	<b>19</b>	<b>8</b>	<b>20</b>	<b>60</b>	
<b>TOTAL MICRO I</b>			<b>145</b>	<b>47</b>	<b>38</b>	<b>9</b>	<b>34</b>	<b>130</b>
QUIXERAMOBIM	Estadual	Urbana	5	5	5	2	1	5
		Rural	60	16	5	0	4	60
	Municipal	Urbana	24	16	4	0	11	24
		<b>Total:</b>	<b>84</b>	<b>32</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>84</b>
	Privada	Urbana	11	9	5	0	3	1
<b>Total:</b>		<b>100</b>	<b>46</b>	<b>19</b>	<b>2</b>	<b>19</b>	<b>90</b>	
BANABUIU	Municipal	Rural	9	9	1	0	1	9
		Urbana	3	3	2	0	2	3
	<b>Total:</b>		<b>12</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>12</b>
<b>TOTAL MICRO II</b>			<b>112</b>	<b>58</b>	<b>22</b>	<b>2</b>	<b>22</b>	<b>102</b>
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	Municipal	Rural	2	0	0	0	0	2
		Urbana	5	0	4	0	3	5
	<b>Total:</b>		<b>7</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>7</b>
MILHA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
		Rural	3	0	0	0	0	3
	Municipal	Urbana	7	1	1	0	2	7
		<b>Total:</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>10</b>
Privada	Urbana	1	0	0	0	0	0	
<b>Total:</b>		<b>12</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	
SENADOR POMPEU	Municipal	Rural	11	0	0	0	0	11
		Urbana	8	0	2	0	2	7

Município	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
	Total:		19	0	2	0	2	18
	Privada	Urbana	6	5	0	0	1	0
<b>Total:</b>			<b>25</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>18</b>
SOLONOPOLE	Municipal	Rural	4	2	0	0	0	4
		Urbana	7	4	3	0	3	7
	Total:		11	6	3	0	3	11
	Privada	Urbana	1	1	0	0	0	1
<b>Total:</b>			<b>12</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>12</b>
<b>TOTAL MICRO III</b>			<b>56</b>	<b>14</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>48</b>
MOMBACA	Estadual	Urbana	2	1	2	0	2	2
	Municipal	Rural	52	0	0	0	0	51
		Urbana	18	5	1	0	7	18
	Total:		70	5	1	0	7	69
	Privada	Urbana	1	1	1	0	1	0
<b>Total:</b>			<b>73</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>71</b>
PEDRA BRANCA	Municipal	Rural	40	7	1	0	3	40
		Urbana	9	8	1	0	5	9
	Total:		49	15	2	0	8	49
	Privada	Urbana	4	4	1	1	4	0
<b>Total:</b>			<b>53</b>	<b>19</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>49</b>
PIQUET CARNEIRO	Estadual	Urbana	1	1	0	0	0	1
	Municipal	Rural	5	0	1	0	0	5
		Urbana	6	1	2	0	1	6
	Total:		11	1	3	0	1	11
	Privada	Urbana	2	0	0	0	0	0
<b>Total:</b>			<b>14</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>12</b>
<b>TOTAL MICRO IV</b>			<b>140</b>	<b>28</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>23</b>	<b>132</b>
<b>TOTAL TERRITORIO SERTAO CENTRAL</b>			<b>453</b>	<b>147</b>	<b>81</b>	<b>13</b>	<b>91</b>	<b>412</b>

Fonte: SEDUC, 2009.

O maior número de escolas se encontra nas zonas rurais da rede municipal, mas apresentam escassez de equipamentos socioeducativos e culturais. Dos equipamentos contemplados na pesquisa revelada na tabela, aquele que é mais escasso nas escolas é o laboratório de ciências, seguido da quadra de esporte, do laboratório de informática e da biblioteca, sendo esta a mais freqüente nas escolas.

As escolas estaduais localizadas em zonas urbanas se encontram em melhores condições, pelo menos em relação aos equipamentos. As escolas da rede particular concentram-se nas zonas urbanas dos MicroTerritórios, sendo também carentes da infra-estrutura física acima listada.



Comparando com a tabela da matrícula de ensino fundamental encontramos uma oposição: a grande maioria das matrículas se encontra nas zonas urbanas e o maior número de escolas, nas zonas rurais. Segundo depoimento nos comitês, existem muitas escolas pequenas com poucos alunos no campo.

Neste sentido, é necessária uma avaliação em relação à capacidade das escolas urbanas, que parecem abrigar um grande número de alunos, e se essa locomoção dos estudantes é viável para a comunidade. A partir daí, projetos podem ser realizados no intuito de regularizar essa distorção, como a estruturação de escolas do campo, com metodologia do campo e pedagogia popular (baseada nas idéias de Paulo Freire).

Estas instituições deveriam apresentar espaços de laboratórios multidisciplinares, além da informática e das ciências para o desenvolvimento dos alunos que aprendem, através de jogos lúdicos e corporais, a maioria dos conhecimentos aplicados ao seu desenvolvimento, como as brinquedotecas, parquinhos, hortas, áreas livres.

Outro equipamento de grande importância são as Salas de Leitura adequadas a esta etapa educacional, pois são a base para a formação de leitores e conseqüentemente escritores competentes nesta etapa de aprendizagem. A partir da literatura, é possível realizar atividades também ligadas ao teatro, à dramatização e outros aspectos culturais, também da tradição local.

Quanto à infraestrutura, as escolas de ensino médio apresentam maiores recursos pedagógicos e didáticos em relação às escolas de ensino fundamental, apesar de que, segundo depoimento dos comitês, esses equipamentos não sofrem manutenção funcionam de forma precária.

Quase todas as escolas se encontram localizadas no âmbito urbano, dependendo em grande parte da rede estadual. As escolas públicas recebem merenda em sua totalidade.

**Tabela 31:** Ensino Médio (Número de escolas, biblioteca, escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências) - por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
CHORO	Estadual	Urbana	1	0	1	1	1	1
IBARETAMA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
IBICUITINGA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
MADALENA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Privada	Urbana	1	1	1	0	1	1
<b>Total:</b>			<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
QUIXADA	Estadual	Rural	1	1	1	0	0	1
		Urbana	5	4	5	5	3	5
	<b>Total:</b>		<b>6</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>6</b>
	Municipal	Urbana	1	0	1	0	1	1
	Privada	Urbana	2	2	1	2	2	1
<b>Total:</b>			<b>9</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>8</b>
<b>TOTAL MICRO I</b>			<b>14</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>13</b>
	Estadual	Rural	1	0	1	1	1	1
QUIXERAMOBIM		Urbana	3	3	3	3	1	3
	<b>Total:</b>		<b>4</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>4</b>
	Privada	Urbana	3	3	3	0	3	0
<b>Total:</b>			<b>7</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>4</b>
BANABUIU	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
<b>TOTAL MICRO II</b>			<b>8</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>5</b>
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0	1
MILHA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
SENADOR POMPEU	Estadual	Urbana	2	2	2	2	2	2
	Privada	Urbana	1	1	0	0	0	0
<b>Total:</b>			<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
SOLONOPOLE	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
<b>TOTAL MICRO III</b>			<b>6</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
MOMBACA	Estadual	Urbana	2	1	2	1	2	2
	Privada	Urbana	1	1	1	0	1	0
<b>Total:</b>			<b>3</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
PEDRA BRANCA	Estadual	Urbana	3	3	2	2	3	3
	Privada	Urbana	3	3	2	1	3	0
<b>Total:</b>			<b>6</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>3</b>
PIQUET CARNEIRO	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
<b>TOTAL MICRO IV</b>			<b>10</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>6</b>
<b>TOTAL TERRITORIO SERTAO CENTRAL</b>			<b>38</b>	<b>33</b>	<b>34</b>	<b>26</b>	<b>41</b>	<b>29</b>

Fonte: SEDUC, 2009.

Os informantes dos comitês observaram a experiência positiva do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), com a melhoria da qualidade da merenda escolar e o fortalecimento da agricultura familiar. Existe um só cardápio para cada município, elaborado por nutricionista, mas ele é adaptado às necessidades e especificidades de cada região, às sazonalidades de produção, por exemplo.

Os cardápios da merenda escolar são constituídos de produtos industrializados e provenientes da agricultura familiar. Segundo relato dos comitês, este tipo de produção nem sempre exclui o uso de agrotóxicos. Já que o uso de venenos agrícolas prejudica a qualidade dos alimentos, seria interessante um trabalho de conscientização junto aos produtores, para que fosse possível o consumo de produtos orgânicos nas escolas públicas.

No Território Sertão Central, existem exemplos de produção agroecológica em municípios acompanhados pela mobilização social PDHC (Projeto Dom Helder Câmara), como em Quixeramobim, Quixadá, Choro, Banabuiu, Senador Pompeu.

Outro ponto observado nos comitês foi o número reduzido de refeitórios nas escolas e a necessidade de sua construção, para que os estudantes tenham espaço apropriado para alimentação.

#### **8.4 Analfabetismo**

No Ceará, os cinco municípios que apresentam os índices mais elevados de analfabetismo atingem quase a metade da população. Não será fácil reverter esses índices, uma vez que, desde a década de 1970, discute-se a erradicação do analfabetismo no País. Mesmo assim, nenhum programa governamental foi capaz de atingir este objetivo, pois para que isso aconteça os programas devem ser elaborados de acordo com a realidade de cada região ou mesmo do Estado.

#### 8.4.1 Taxa de Analfabetismo

Apesar da taxa de analfabetismo no Estado do Ceará ter diminuído 33,20% na década passada, o Estado ainda necessita melhorar seu desempenho para poder se aproximar da média nacional que ficou situada em 13,6% neste período. Ressalta-se que o combate ao analfabetismo é muito importante, pois o conhecimento da leitura e da escrita são requisitos indispensáveis para o exercício da cidadania.

A educação quando não recebe atenção necessária, incluindo investimentos financeiros, capacitação de professores e estrutura das escolas, ocorre uma conseqüência bastante visível: a ineficácia do ensino, e como resultados desta circunstância, os jovens concluem o Ensino Médio sem os conhecimentos exigidos de leitura e escrita, ou seja, saem da escola semianalfabetos e sem perspectivas de um futuro promissor, com emprego e rendas garantidos, já que eles não possuem as condições básicas de aprendizado, não podem se qualificar para assumir um posto de trabalho.

A Tabela 32 mostra a taxa de analfabetismo da população do estado do Ceará por gênero e zona de moradia no ano de 2008.

**Tabela 32:** Taxa de analfabetismo da população - por gênero e zona de moradia

Grupos de Idade	Taxa de Analfabetismo (%)				
	Total	2008		Sexo	
		Situação do Domicílio Urbana	Rural	Homens	Mulheres
7 a 14 anos	12,5	9,8	19,8	14,5	10,4
15 a 19 anos	3,9	3,0	6,6	5,8	1,9
20 anos ou mais	19,1	15,0	33,5	21,7	16,7

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 2003/2008.

## 9 ASPECTOS CULTURAIS

Os aspetos culturais são refletidos nos patrimônios materiais, como construções de cunho histórico e outras que retratam a identidade cultural da população local; além dos patrimônios imateriais como a tradição oral, as danças, a música, a literatura, a gastronomia, etc. É possível notar que em alguns municípios este tipo de patrimônio é mais valorizado que em outros. Dai a importância de haver um investimento com o intuito de diminuir essa desigualdade.

No Território Sertão Central foi consolidado o comitê voltado para esses aspectos, em que foi produzido material sobre as três dimensões da cultura baseado na II Conferência Nacional de Cultura realizada em março de 2010 na cidade de Brasília, apoiada pelo Ministério da Cultura.

As dimensões seriam a simbólica, a cidadã e a econômica.

A **dimensão simbólica** fundamenta-se na idéia de que é inerente aos seres humanos a capacidade de simbolizar, que se expressa por meio das diversas línguas, valores, crenças e práticas. Toda ação humana é socialmente construída por meio de símbolos que, entrelaçados, formam redes de significados que variam conforme os diferentes contextos sociais e históricos.

Nessa perspectiva, também chamada antropológica, a cultura humana é o conjunto de modos de viver, que variam de tal forma que só é possível falar em culturas, no plural.

A **dimensão cidadã** fundamenta-se no princípio de que os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos e devem constituir-se como plataforma de sustentação das políticas culturais. A esse respeito a CF/88 é explícita: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais” (art. 215). Contudo, esses direitos são ainda pouco conhecidos e freqüentemente desrespeitados e subestimados, quando comparados aos direitos civis, políticos, econômicos e sociais, que gozam de maior reconhecimento. Por outro lado, o mundo contemporâneo, pós-Guerra Fria, está vendo emergir fatores de ordem política, social e econômica que estão conduzindo as questões culturais ao centro das atenções. Nessa conjuntura,

definir e colocar em prática os direitos culturais é vital para o desenvolvimento humano e para a promoção da paz.

A **dimensão econômica** compreende que a cultura, progressivamente, vem se transformando num dos segmentos mais dinâmicos das economias de todos os países, gerando trabalho e riqueza. Mais do que isso, a cultura é hoje considerada elemento estratégico da chamada nova economia, que se baseia na informação, na criatividade e no conhecimento. A economia da cultura não pode mais ser desconsiderada pelas políticas governamentais, não só pelo que representa no fomento ao próprio setor, mas também por sua inserção como elemento basilar do desenvolvimento econômico geral.

Tendo em vista as primeiras observações quanto às dimensões da cultura, seguem algumas características desse aspecto no Território Sertão Central, palco das mais diversas manifestações artísticas, frutos da miscigenação, das tradições religiosas, da diversidade cultural de indígenas, europeus e africanos. Possui um rico mosaico cultural, que se expressa nas diversas manifestações e linguagens culturais promovidas. O território tem sua marca no reconhecimento da SECULT através dos Tesouros Vivos da Cultura com diploma de Mestres da Cultura Tradicional Popular:

- Mestre Piauí, em 2005, é um dos responsáveis pela permanência do reisado no município de Quixeramobim, tornando-se o principal mestre - de - boi em atividades no município.
- Seu João André, responsável pelo grupo reisado e dança de São Gonçalo do distrito São Joaquim em Senador Pompeu (2007), que já existe há 50 anos e envolve crianças e adultos, participa das manifestações desde criança;
- Joaquim Ferreira da Silva com a Dança de São Gonçalo, Sítio Veiga de Dom Mauricio - Quixadá-CE.

Sobre a composição étnica do Território, a região era habitada por índios Jenipapo, Kanyndé, Taúia, Biques, Choró, Quesito e Quixaras. A cultura indígena foi de grande influência na cultura cearense, cujos aspectos podem ser detectados na gastronomia, na linguagem, nas tradições orais, nas ervas medicinais utilizadas, no uso da rede, no hábito do banho diário.

No município de Quixadá, no Distrito de Dom Mauricio, Sitio da Veiga registra-se oficialmente a presença de uma comunidade remanescentes quilombolas. Mestre Joaquim Ferreira da Silva nasceu e difunde a manifestação folclórica na comunidade de Sítio Veiga, na Serra do Estevão, em Quixadá, que tem mais história: foi porto seguro de escravos fugidos. Após anos de luta para o reconhecimento, o povo comemora a inclusão do lugar como uma autêntica comunidade quilombola, remanescente dos quilombos.

A cultura negra, assim como as dos índios, sofreu uma miscigenação com a cultura européia cristã por meio da catequese. A religião católica está presente em todos os municípios desde a sua fundação, com a construção de capelas e igrejas e a convocação de um padroeiro.

O território conta com diversas manifestações culturais, dentre as quais destacamos as que são comuns a todos os municípios, como a comemoração do dia do padroeiro ou da padroeira, santo da igreja católica, que figura dentre os principais eventos. Revela a influência da cultura cristã iniciada desde a época da ocupação desses territórios. Muitos municípios também organizam festas no aniversário de sua fundação e as destacam no seu calendário de eventos.

Na grande maioria dos municípios também são comuns as festas de vaquejada, que agregam pessoas dos arredores com apresentações musicais, comidas e bebidas. Estes eventos retratam o desenvolvimento da pecuária bovina e a cultura que se manifestou a partir daí.

Outra festa bastante popular não só no Território Sertão Central, mas em todo o Ceará e nordeste brasileiro são as festas juninas. No mês de junho, festejando Santo Antonio, São Pedro e São João, são organizadas as quadrilhas, que são grupos de dança típicos do período em que as pessoas vestem-se com roupas coloridas, ao som do arrasta-pé, xote e baião, que são os ritmos tradicionais, além das comidas típicas, como milho e seus derivados (pamonha, canjica, mungunzá), bolos (batata-doce, milho, pé-de-moleque), baião-de-dois e paçoca, aluá.

Durante a Semana Santa, ou Páscoa, são realizados festejos típicos do período, como a malhação do Judas, quando um boneco de pano, papel e folhagens é feito e representará Judas (ou outro personagem de má

popularidade da época). Então, em um dia específico da Semana Santa, o boneco é açoitado e, finalmente, queimado.

Uma tradição cultural importante é o encontro dos profetas populares do sertão que observam a natureza e fazem suas previsões sobre as chuvas.

Os pontos de cultura existentes no território também são importantes espaços de resgate e valorização da cultural local e do diálogo com o mundo. Atualmente segundo o Ministério da Cultura (2009) o território tem 10 pontos de cultura que desenvolvem ações no âmbito da iniciação ao Teatro, Iniciação à Dança Clássica, Iniciação à Dança Criativa, poesia, prosa, Capoeira, Artesanato, Gestão Cultural e Literatura, radiodifusão, inclusão digital e cinematográfica. E dentre estes um ponto de cultura que desenvolve ações de informática, dança, capoeira, aeróbica, oficinas de arte para crianças para portadoras de necessidades especiais. Todos os municípios do território tem biblioteca com no mínimo 5 mil livros no acervo.

Nos últimos anos, os municípios têm recebido também investimentos dos programas do Governo Federal para a realização de eventos culturais de grande porte que possibilitam a geração de renda para a população local. Ressalte-se também a estruturação das secretarias municipais de cultura e a busca por editais para a realização de projetos culturais específicos com crianças, jovens e pessoas idosas.

Apesar da riqueza cultural do povo do Território Sertão Central, observamos uma escassez de equipamentos voltados para a difusão e manifestação da cultura e tradição local. Em todo o Território, não há teatros ou bandas de música contempladas pelo Projeto Pró-Bandas do Governo do Estado, como mostra o quadro abaixo, com exceção de uma no município de Piquet Carneiro. Existem museus somente nos município de Pedra Branca, Quixadá, Quixeramobim e Senador Pompeu.

<b>Municípios</b>	<b>Bibliotecas Públicas</b>	<b>Teatros</b>	<b>Museus</b>	<b>Bandas de Música</b>	<b>Bandas de música do Projeto Pró-Bandas</b>
Banabuiú	1	-	-	1	-
Choro	1	-	-	1	-
Dep Irapuan Pinheiro	1	-	-	1	-
Ibaretama	1	-	-	1	-



Municípios	Bibliotecas Públicas	Teatros	Museus	Bandas de Música	Bandas de música do Projeto Pró-Bandas
Ibicuitinga	1	-	-	1	-
Milha	1	-	-	1	-
Mombaça	1	-	-	1	-
Pedra Branca	1	-	1	1	-
Piquet Carneiro	1	-	-	1	1
Quixadá	1	-	1	1	-
Quixeramobim	1	-	2	1	-
Senador Pompeu	1	-	1	1	-
Solonópole	1	-	-	1	-

**Quadro 11:** Quantitativo de Bibliotecas, Teatros Museus, Bandas de Musica e Bandas Projeto Pró-Bandas do Território Sertão Central

Fonte: IPECE - ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2009, ano base 2008

Quanto às Bibliotecas Públicas Municipais, os números são bem parecidos, indicando um investimento do governo de forma homogênea nos municípios do Território do Sertão Central nesse setor. Além da construção dos equipamentos de leitura, são necessários programas para a aquisição de livros, segundo relato do comitê territorial, bem como incentivo para a produção local de literatura e fortalecimento das linguagens (dança, teatro, música, etc.).

Diante desses dados, faz-se necessário o desenvolvimento de projetos no sentido de fundar equipamentos destinados à difusão e à manifestação da cultura local, além da contemplação de projetos para grupos de expressão.

No **Micro território I**, destaca-se o município de Quixadá, cujos patrimônios materiais podem ser considerados a Capela de Nossa Senhora da Conceição (1903), o Mosteiro da Santa Cruz (1903), a Casa de Repouso São José na serra do Estevão (1903), a Igreja Matriz e Açude do Cedro. Embora pouco explorado, o município apresenta grande potencial turístico, especialmente para o ecoturismo devido à beleza de suas paisagens, além para a prática de esportes radicais como vôo livre (parapente e asa-delta), off-road, trekking, orientação, montanhismo e rapel.

As emissoras de Rádio são Rádio Monolitos de Quixadá Ltda-Om e Rádio Cultura de Quixadá.

No **Micro território II**, destaca-se o município de Quixeramobim com os seguintes patrimônios materiais: Barragem de Quixeramobim; Casa da Câmara e Cadeia; Pedra do Letreiro (sítio arqueológico); Ponte metálica;

Centro geodésico do Ceará; Memorial Antônio Conselheiro; Casa de Antônio Conselheiro; Igreja Matriz de Santo Antônio; Igreja de Nosso Senhor do Bonfim; Paço municipal. Dentre os filhos ilustres deste município, estão Antônio Vicente Mendes Maciel (Antônio Conselheiro), Fausto Nilo Costa Júnior (cantor e compositor) e Antônio Bezerra de Menezes (jornalista, cronista e historiador).

No **Micro território III**, no município de Senador Pompeu existe um pequeno teatro pertencente à Igreja e um museu, que foi destruído por vândalos. Aí a produção cultural é viva e intensa, sendo uma das cidades que mais se destacam no sertão central e no Estado do Ceará. Há vários grupos de dança de quadrilha, artesões, artistas plásticos, escritores, grupos teatrais, dramaturgos, produtores de trabalhos audiovisuais.

Uma das atrações turísticas é a ponte ferroviária, uma ponte trazida da Inglaterra, e a estação ferroviária. Outra expressão cultural, de cunho religioso, é a Caminhada da Seca. Uma romaria anual, que há 26 anos acontece em homenagem as vítimas do Campo de Concertação. Esta se inicia na Igreja de Nossa Senhora das Dores e encerra-se no cemitério da Barragem do Patu, ao lado do Açude Patu.

Em Solonópole, também no Micro território III, existe a Rádio Difusora de Solonópoles Ltda-OM.

## 10. ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL

O diagnóstico da Dimensão Sociocultural Educacional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 12, conforme áreas trabalhadas, quais seja: aspectos sociais, aspectos da saúde, aspectos educacionais e culturais, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

<b>ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL</b>	
<b>ASPECTOS SOCIAIS E DA SAÚDE - AMBIENTE INTERNO</b>	
<b>PONTOS FORTES</b>	<b>PONTOS FRACOS</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Existência da política pública do Sistema Único de Saúde (SUS)</li> <li>2. Atendimento aos hipertensos e diabéticos pelos agentes comunitários de saúde</li> <li>3. Uso de cartões de aprazamento das consultas</li> <li>4. Estratégias Intersetoriais de combate à dengue, especialmente a “Operação Quintal Limpo”</li> <li>5. Busca Ativa dos Sintomáticos Respiratórios (tuberculose)</li> <li>6. Competência dos profissionais da saúde</li> <li>7. Existência de conselhos de saúde</li> <li>8. Realização de visita de puerpério</li> <li>9. Algumas secretarias municipais de ação social distribuem kits para gestantes</li> <li>10. Programa Saúde da Família e equipes do NASF focados em ações educativas para a promoção da saúde do adolescente</li> <li>11. Existência do NASF</li> <li>12. Melhoria do planejamento familiar através do PSF</li> <li>13. Iniciativas de monitoramento da qualidade da água em alguns municípios do Território</li> <li>14. Garantia ao acesso à água</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Rotatividade de profissionais</li> <li>2. Carência de equipamentos sociais</li> <li>3. CAPSi - CAPSad e CAPSgeral</li> <li>4. CREAS, Casas de Apoio a Vítimas de Violência</li> <li>5. Deficiência de Centros de Convivência (Criança, Adolescente e Idoso),</li> <li>6. - Inexistência de Centro de Tratamento para Dependentes Químicos.</li> <li>7. O prontuário do paciente é preenchido manualmente</li> <li>8. Em alguns municípios, há carência de agentes comunitários de saúde</li> <li>9. Dificuldade no Cadastramento do HIPERDIA</li> <li>10. Subnotificação dos casos de dengue</li> <li>11. Baixa oferta de exames de HIV para pacientes com Tuberculose</li> <li>12. Deficiência da Busca Ativa para Hanseníase</li> <li>13. Baixa Adesão ao tratamento de Hanseníase</li> <li>14. Não há informação sobre exame dos contactantes de Hanseníase e Tuberculose</li> <li>15. Deficiência no acompanhamento Pré-Natal devido à dificuldade no agendamento da consulta e entrega dos exames</li> </ol>

<b>ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL</b>	
<p>potável (cisternas/adutoras)</p> <p><b>15.</b> Existência do CAPS</p> <p><b>16.</b> Articulação intra-municipal para promoção da saúde e prevenção de óbitos por causas externas</p> <p><b>17.</b> Ótima cobertura da estratégia do Programa Saúde da Família no Território</p> <p><b>18.</b> Existência do modelo UPA</p> <p><b>19.</b> Política de recursos humanos compatíveis com os princípios do SUS</p> <p><b>20.</b> Existência do Programa Brasil Sorridente (CEO)</p> <p><b>21.</b> Parceria de algumas prefeituras e UECE visando à revalidação dos diplomas dos profissionais médicos graduados em Cuba e na Bolívia</p> <p><b>22.</b> Existência do Projeto São José, sobretudo visando à construção de cisternas</p> <p><b>23.</b> Existência do CAPS</p>	<p><b>16.</b> Demora na entrega de resultados de exame</p> <p><b>17.</b> Dificuldade de tratar o parceiro de gestantes com sífilis</p> <p><b>18.</b> Fragilidade na análise das causas de óbitos em criança</p> <p><b>19.</b> Elevado percentual de óbitos causados pelas doenças do aparelho circulatório, hipertensão, cardiopatia e diabetes</p> <p><b>20.</b> Inexistência de ações preventivas voltadas para a mortalidade no período perinatal</p> <p><b>21.</b> Disseminação do uso de entorpecentes pelos jovens, principalmente crack</p> <p><b>22.</b> Necessidade de fortalecimento de ações preventivas intersetoriais de entes públicos do governo estadual e municipal</p> <p><b>23.</b> Realização de partos cesarianos desconsiderando os fatores de risco</p> <p><b>24.</b> Alto índice de gravidez na adolescência</p> <p><b>25.</b> Carência de NASF em todos os municípios</p> <p><b>26.</b> Deficiência nas referências e contra-Referências</p> <p><b>27.</b> Inexistência de SAMU, do CAPS Infantil e AD</p> <p><b>28.</b> Ausência de hospitais de níveis secundários e terciários no Território</p> <p><b>29.</b> Hospitais secundários sem capacidade de resolução (HPP)</p> <p><b>30.</b> A PPI – Programação Pactuada Integrada não é cumprida.</p> <p><b>31.</b> Insuficiência de recursos para a atenção básica</p> <p><b>32.</b> Unidades de saúde sucateadas</p> <p><b>33.</b> Alta rotatividade de profissionais da saúde</p> <p><b>34.</b> Necessidade de universalização do saneamento básico</p> <p><b>35.</b> Inexistência de aterros sanitários</p> <p><b>36.</b> Água sem qualidade para o consumo humano</p> <p><b>37.</b> Falta de manutenção dos poços profundos</p>
<b>DIMENSÃO: SAÚDE - AMBIENTE EXTERNO</b>	
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<b>1.</b> Projetos específicos de promoção da saúde	<b>1</b> Inexistência de uma Política de tratamento de dependentes químicos

<b>ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL</b>	
<p>2. Políticas de saúde compatíveis com os princípios do SUS</p> <p>3. Pólo de educação permanente para os profissionais de saúde</p> <p>4. Estruturação da Política de Saúde Mental</p>	<p>(alcooolismo e outras drogas)</p> <p>2 Articulação e negociação entre as Instituições públicas apresentam-se ainda insuficiente para o que demanda a estratégia de desenvolvimento rural com abordagem territorial.</p> <p>3 Inexistência de políticas públicas de tratamento de dependentes químicos</p> <p>4 Rotatividade de profissionais</p> <p>5 Carência de equipamentos sociais, como: CAPSi-CAPSad e CAPS-Geral, CREAS, Casas de Apoio a Vítimas de Violência, etc.</p> <p>6 Inexistência de clínicas de tratamentos para dependentes químicos</p> <p>7 Elevados índices de dengue nos municípios de Mombaça e Acopiara</p> <p>8 Mercantilização dos serviços médicos</p>
<b>DIMENSÃO: EDUCAÇÃO E CULTURA-AMBIENTE INTERNO</b>	
<b>PONTOS FORTES</b>	<b>PONTOS FRACOS</b>
<p>1. A educação e a cultura são tematizados nos fóruns de debate do Território</p> <p>2. Melhoria dos indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)</p> <p>3. Institucionalização de políticas públicas e programas que visam à melhoria da qualidade do ensino, da infraestrutura das escolas e do transporte escolar</p> <p>4. A interiorização do ensino superior tem proporcionado a formação acadêmica e a capacitação técnica-profissional</p> <p>5. Diversidade cultural</p> <p>6. Implantação de secretarias municipais de cultura</p> <p>7. Criação do Fórum de Cultura e de Turismo no Território</p> <p>8. Consolidação do Comitê Temático da Cultura</p>	<p>1. Rotatividade de profissionais da educação</p> <p>2. Necessidade de equipamentos de apoio didático que visem contribuir com o processo de ensino-aprendizagem, como: bibliotecas, salas de multimídias, laboratórios de ciências e informática e refeitórios</p> <p>3. Número reduzido de matrículas na educação infantil</p> <p>4. Ausência de escolas do campo</p> <p>5. Drogas e violência nas escolas</p> <p>6. Ausência de refeitórios nas escolas</p> <p>7. Redução das matrículas no ensino médio</p> <p>8. Evasão escolar</p> <p>9. Infraestrutura escolar e de apoio didático sem manutenção adequada</p> <p>10. Precariedade e inadequação do transporte escolar</p> <p>11. Secretarias Municipais de Cultura sem dotação orçamentária</p> <p>12. Carência de espaços culturais no Território</p> <p>13. Falta de qualificação/capacitação dos profissionais da cultura</p>
<b>DIMENSÃO: EDUCAÇÃO E CULTURA - AMBIENTE EXTERNO</b>	

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Decreto Nº 7.352, de 04/11/2010 que dispõe sobre a política de educação do campo e o PRONERA</li> <li>2. Realização de concursos públicos pela SEDUC (Secretaria de Educação do Estado) e em alguns municípios do Território para o provimento de vagas no magistério</li> <li>3. Avanços nas políticas públicas educacionais (PNDE, PNDE, FNDE)</li> <li>4. Lançamento de edital visando à implantação de “pontos de cultura” (Secretaria de Cultura do Estado do Ceará – SECULT)</li> <li>5. Existência do PAIC, do programa Caminho da Escola, Segundo Turno e do Brasil Alfabetizado</li> <li>6. Regulamentação do piso nacional dos professores do ensino médio</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. “Politicagem” existente no sistema educacional (estadual e municipal)</li> <li>2. Desvalorização da cultura local/regional</li> </ol>

**Quadro 12:** Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Sociocultural Educacional

**Fonte:** Relatório da Oficina Estadual com os Comitês Temáticos, Novembro 2010.

**Parte II b**  
**DIMENSÃO AMBIENTAL**

**Aspectos Geoambientais**  
**Aspectos Antrópicos**





## **11 ASPECTOS GEOAMBIENTAIS**

O Território Sertão Central localiza-se no centro do Ceará, possui uma área geográfica de 16.158, km<sup>2</sup> é composto por 13 municípios, sendo eles: Banabuiu, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibareta, Ibicuitinga, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu e Solonópole.

A paisagem retrata as formações geomorfológicas da Depressão Sertaneja e dos Maciços Residuais, sobressaindo-se os inselbergs (testemunhos de formações rochosas que sofreram a ação milenar da erosão, gerando maciços isolados de aparência curiosa) sobressaindo-se os monólitos do Município de Quixadá que atraem a vista dos turistas e visitantes à região, com suas formas dilapidadas “artisticamente” pela natureza, com destaque para a “Pedra da Galinha Choca”.

Todo o Território está inserido na região mais crítica do Semiárido, contando, em contrapartida, com recursos e estruturas hídricas de grande expressão como o Rio Banabuiu, os açudes Fogareiro e Quixeramobim, no Município de Quixeramobim e o açude Cedro, no Município de Quixadá.

### **11.1 Identificação do Patrimônio Ambiental**

O Território Sertão Central é detentor de vários patrimônios ambientais entre eles podemos citar: os Monólitos, em Quixadá; o Sítio Arqueológico, em Quixeramobim; as Cachoeiras e a Ilha do Jumento, em Banabuiu ; a Cachoeira do Inferno, o Poço da Onça e o Buraquinho do Amor, em Pedra Branca e o Riacho do Sangue e os casarões da barragem do patu em Senador Pompeu.

### **11.2 Terras Indígenas**

Na formação histórica do território muitas tribos são apresentadas, no município de Banabuiu por exemplo várias etnias compunham a região dentre elas a Potiguara, Paiacu e Parati, no município de Quixeramobim também existiam índios da etnia quixarás, mas devido às diversas batalhas travadas

entre o homem branco e tais tribos, as mesmas aos poucos foram sendo extintas do território que nos dias atuais não apresenta nenhuma comunidade reconhecida como descendente indígena.

### **11.3 Comunidades Remanescentes de Quilombos**

No Sítio da Veiga, localizado no Distrito de Dom Maurício, Município de Quixadá, registra-se oficialmente a presença de uma comunidade remanescente de quilombolas. A Comunidade está reconhecida legalmente. Após anos de luta para o reconhecimento, o povo comemora a inclusão do lugar como uma autêntica comunidade remanescente dos quilombos. As terras dos quilombolas não estão situadas em áreas de reserva ou de conservação. Não existem situações conflituosas envolvendo a Comunidade. A sociedade reconhece a comunidade como quilombola e apóia suas reivindicações. Em Milhã, há também duas (02) outras comunidades de quilombolas ainda não reconhecidas legalmente. Estão situadas nas localidades de Carnaubinha e Barra do Juazeiro

Em Banabuiu, há agrupamentos negros habitando comunidades rurais, contudo, ainda não se identificaram como quilombolas.

### **11.4 Outras Populações Tradicionais Identificadas no Território**

No Território existem três (03) comunidades de pescadores : a Vila Mariana, na sede de Banabuiu, contando com 40 famílias; as Comunidade Boqueirão, com 20 famílias e Governo Dois, com 60 famílias, ambas na área rural de Banabuiu e a Comunidade Trapiá, em Pedra Branca, com 20 famílias.

Os pescadores integram as Colônias de Pescadores do Território. Vivem da pesca em açudes e rios. As comunidades não estão inseridas em áreas de conservação. Não se encontram envolvidas em conflitos. A sociedade não reconhece esses agrupamentos como tradicionais nem se mostra solidária com os seus interesses.

## 11.5 Unidades de Conservação

As unidades de conservação, em sua essência, são os espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção (Lei N.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC). As unidades de conservação (UC's) podem ser classificadas em dois grandes grupos, de acordo com a forma de uso dos seus recursos naturais: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável (Constituição, 1988).

As unidades de proteção integral permitem apenas o uso indireto dos recursos naturais, como a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Inclui as seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

As unidades de uso sustentável permitem o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, em compatibilidade com a conservação da natureza. Inclui as seguintes categorias: Área de proteção Ambiental, Área de Relevante Interessante Ecológico, Floresta Nacional, Reserva extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural.

Como unidade de Conservação, o Território apresenta o Monumento Natural dos Monólitos de Quixadá localizado no município de Quixadá – unidade geoambiental de Sertão. Esta unidade foi criada pelo Decreto n° 26/805 de 31 de outubro de 2002. A unidade é composta por uma área de 16.635,59 ha sendo esta administrada pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará, SEMACE.

Como unidade de uso sustentável apresenta-se a Reserva Particular do Patrimônio Ambiental- RPPN Fazenda Não-me-deixes, com 300,0 hectares,

pertencente à família da escritora Raquel de Queiroz. A unidade está inserida na depressão sertaneja setentrional.

Ainda apresenta a RPPN Rio Bonito no município de Quixeramobim com 441 hectares.

### **11.6 Áreas Prioritárias para a Conservação**

O Município de Quixadá foi definido como uma área de alta prioridade para a conservação, dada a sua biodiversidade, e, sobretudo pela sua geodiversidade e sua beleza paisagística. Trata-se de um dos mais expressivos campos de *inselbergs* do Nordeste brasileiro, com características similares na depressão de Patos, na Paraíba e Milagres na Bahia.

Como áreas prioritárias para a conservação identificou-se também a Cachoeira de Pedra e o Riacho de Sangue, em Deputado Irapuan Pinheiro; o sítio paleontológico do Jiquir, em Banabuiu; o Serrote Olho d'Água, Serra do Fonseca e Serra dos Oitis, em Piquet Carneiro e as Cachoeiras de Pedra Branca.

### **11.7 Biomas**

O Bioma Caatinga é o principal ecossistema existente na Região Nordeste, e também no Território do Sertão Central. O termo Caatinga é originário do tupi-guarani e significa “mata branca”. É um bioma único, pois, apesar de estar localizado em área de clima semiárido, apresenta grande variedade de paisagens, relativa riqueza biológica e endemismo. A ocorrência de secas estacionais e periódicas estabelece regimes intermitentes aos rios e deixa a vegetação sem folhas. A folhagem das plantas volta a brotar e fica verde nos curtos períodos de chuvas.

A Caatinga é dominada por tipos de vegetação com características xerofíticas – formações vegetais secas, que compõem uma paisagem cálida e espinhosa – com estratos compostos por gramíneas, arbustos e árvores de porte baixo ou médio (3 a 7 metros de altura), caducifólias (folhas que caem),

com grande quantidade de plantas espinhosas (exemplo: leguminosas), entremeadas de outras espécies como as cactáceas e as bromeliáceas.

A Caatinga tem sido ocupada desde os tempos do Brasil-Colônia com o regime de sesmarias e sistema de capitanias hereditárias, por meio de doações de terras, criando-se condições para a concentração fundiária. De acordo com o IBGE(2006), 27 milhões de pessoas vivem atualmente no polígono das secas. A extração de madeira, a monocultura da cana-de-açúcar e a pecuária nas grandes propriedades (latifúndios) deram origem à exploração econômica. Na região da Caatinga, ainda é praticada a agricultura de sequeiro(plantações onde há poucas chuvas). Em relação à Fauna, ela é composta por mamíferos, aves de pequeno e médio porte, roedores, lagartos, todos típicos das áreas semiáridas. A fauna aquática, também é peculiar a situação hídrica do ambiente natural com anfíbios e peixes que mesmo os reservatórios com sua capacidade de uso da água limitada. em anos de grandes estiagens estes reaparecem como num passo de magia quando chegam às esperadas chuvas, povoando novamente os reservatórios, garantindo a complementação protéica da segurança alimentar das populações existentes. As espécies mais comuns de peixes são: Curimatã (*Prochilodus scrofa*), Tilápia (*Oreochromis niloticus*), Traira (*Hoplias malabaricus*), Piau (*Leporinus friderici*), Carpa (*Cyprinus carpio*), Tucunaré (*Cichla monoculus*).

Os ecossistemas do Bioma Caatinga encontram-se bastante alterados, com a substituição de espécies vegetais nativas por cultivos e pastagens. O desmatamento e as queimadas são ainda práticas comuns no preparo da terra para a agropecuária que, além de destruir a cobertura vegetal, prejudica a manutenção de populações da fauna silvestre, a qualidade da água, e o equilíbrio do clima e do solo. Aproximadamente 80% dos ecossistemas originais já foram antropizados.

O Bioma Caatinga possui ainda o potencial forrageiro, pois através da produção de fitomassa da folhagem e ramos herbáceos da parte aérea da vegetação da caatinga perfaz cerca de 4,0 toneladas por hectare/ano, porém, com variações significativas em função da estação do ano, do ano, da localização e do tipo de caatinga. Ademais, a composição florística da forragem produzida, mormente pelos componentes herbáceos anuais dominantes varia

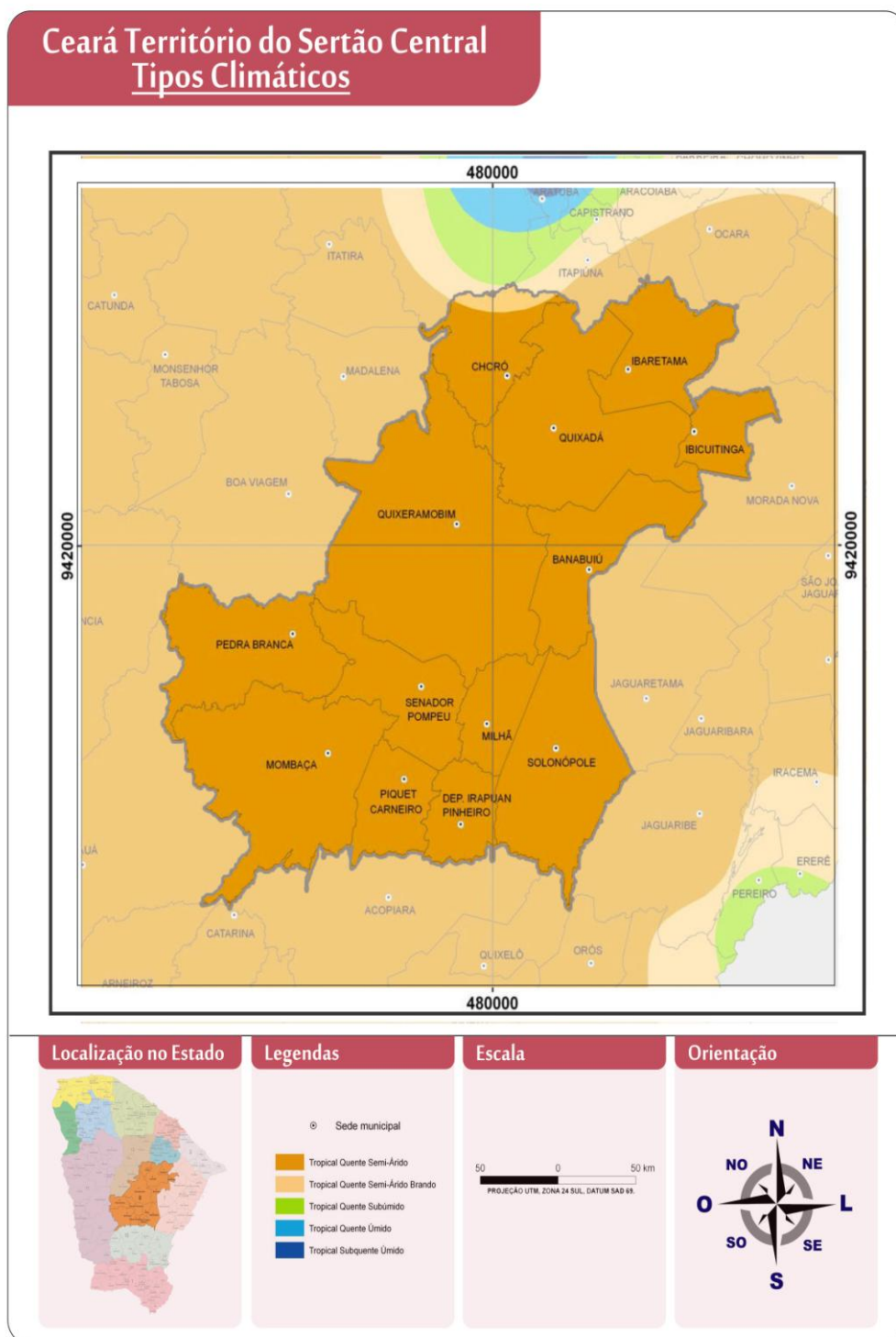
fortemente em virtude dos fatores acima mencionados. Durante a estação das chuvas, a maior parte da forragem é proporcionada pelo estrato herbáceo, com baixa participação da folhagem de árvores e arbustos. No entanto, à medida que a estação seca se pronuncia, a folhagem das espécies lenhosas decíduas, passa a constituir praticamente a única fonte de forragem para os animais. A manipulação da vegetação lenhosa em muitos sítios da caatinga resulta no incremento da disponibilidade de forragem, sem necessariamente aumentar a produção de fitobiomassa da parte aérea. Esta prática pode constar do rebaixamento das espécies lenhosas forrageiras, aumentando a disponibilidade de forragem para pastagem; do raleamento ou controle das espécies lenhosas indesejáveis, incrementando a produção de forragem pelo estrato herbáceo; e do enriquecimento com o ressemeio de espécies forrageiras nativas e/ou exóticas, com aumento real da produção de forragem da pastagem.

Para a efetivação de um processo de desenvolvimento sustentável do Território é fundamental que sociedade e governos definam regras protetoras do Bioma Caatinga. O Estado do Ceará foi pioneiro, criando o 1º Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga (RBCA), através do Decreto Estadual nº 27.434, em 28 de abril de 2004, data comemorativa ao Dia Nacional da Caatinga e a Portaria nº 98/A/2004 que nomeia os Conselheiros do Comitê Estadual da RBCA.

## **11.8 Características Geoclimáticas**

De acordo com a Classificação de Köppen, o clima do Território Sertão Central é do tipo semiárido, com temperaturas médias anuais variando entre 26°C e 32°C (máxima), assim como na maioria do Estado. Porém, em função da maior ou menor exposição aos sistemas extratropicais, as temperaturas mínimas podem variar de local para local. O Território em questão apresenta uma acentuada irregularidade na distribuição das chuvas. Essa irregularidade é função das características da circulação atmosférica e oceânica, podendo-se incluir também as condições geográficas locais. O clima semiárido possui ainda como características marcantes elevadas temperaturas, baixas amplitudes térmicas, baixos índices de nebulosidade, forte insolação, elevadas taxas de

evaporação, excesso ou escassez, antecipação ou retardamento das chuvas. A Figura 5 ilustra a situação climática do Território.



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

**Figura 5:** Tipos Climáticos do Território Sertão Central

Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2000.

Os índices pluviométricos variam de 700 mm a 1.200 mm/ano. Setembro, outubro e novembro são os meses menos chuvosos; em contrapartida nos meses do março, abril e maio as chuvas são mais abundantes. O comportamento pluviométrico do Território é o seguinte: Média anual: 784,2;- Meses mais chuvosos: março, abril e maio; Meses menos chuvosos: outubro, novembro e dezembro; Período chuvoso: 6 meses (janeiro a junho).

A maior parte das chuvas deste Território se concentra no primeiro trimestre do ano, onde os meses de março e abril apresentam os maiores índices. Esse fato é explicado pela forte presença da ZCIT nessa época do ano, A média anual de precipitação dos municípios do Território Sertão Central é em torno de 800 mm anuais, média pluviométrica do Estado do Ceará. Isto se justifica por estarem localizados em áreas de baixas latitudes e baixas altitudes, principalmente.

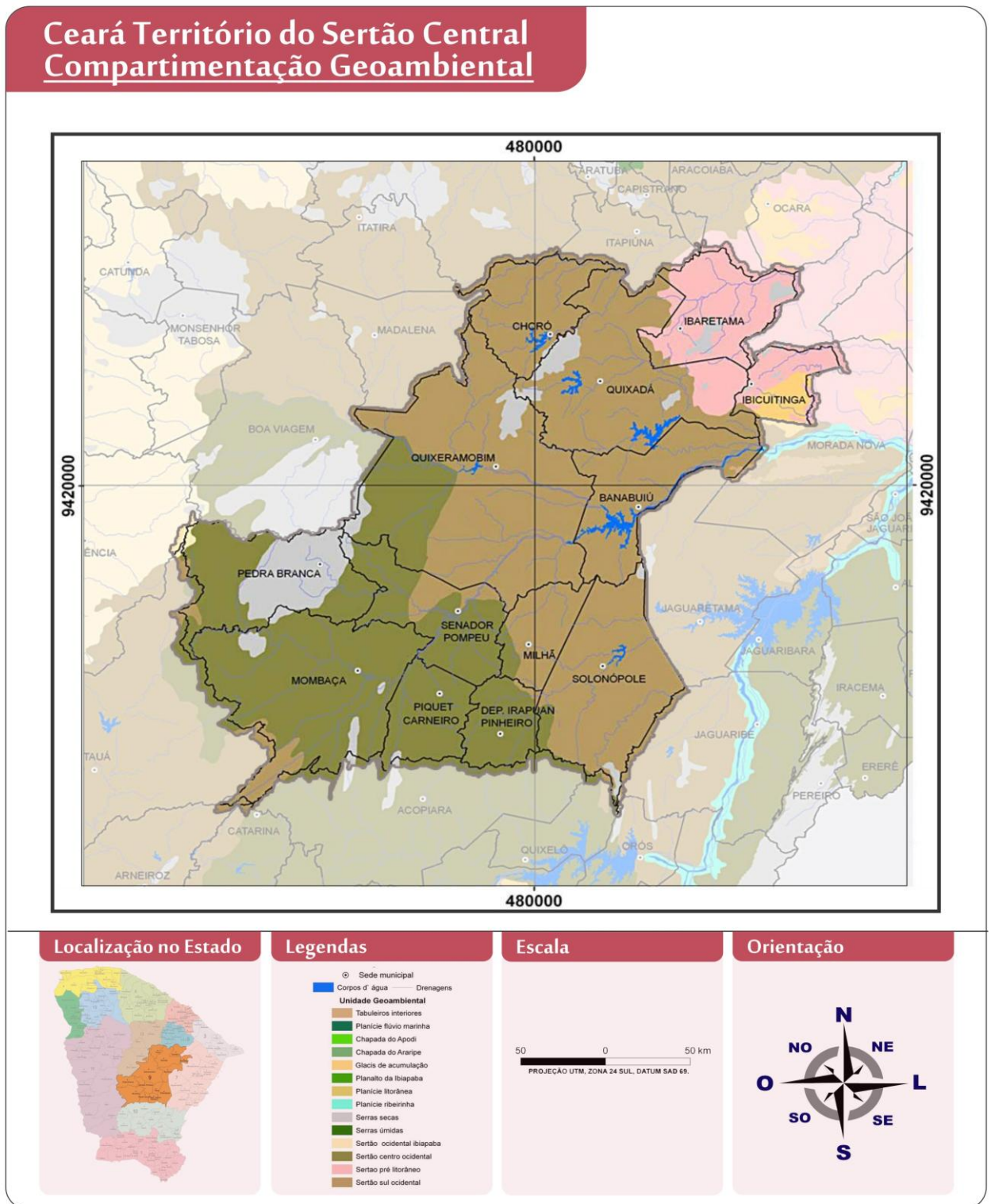
A média anual de temperatura registrada pelas estações meteorológicas localizadas no Estado está em torno de 28 ° C. A temperatura máxima média está em torno de 32°C e a mínima média varia de local para local, em função da maior ou menor exposição aos sistemas atmosféricos extratropicais. Esta variação fica entre 24 °C a 32°C.

### **11.9 Características Geomorfológicas**

No Território Sertão Central há predominância das formas de relevo do tipo Depressão Sertaneja, e Maciços Residuais. A Depressão Sertaneja é a unidade geomorfológica de maior expressividade do Estado do Ceará, ocupando uma área de aproximadamente 60% do seu território. Sendo formada por áreas planas e suavemente ondulada, a Depressão Sertaneja, é encontrada entre os maciços e os planaltos sedimentares, com altitudes que não chegam a alcançar os 500 metros. Já os Maciços Residuais compreendem os relevos residuais resultantes dos processos erosivos que ocorreram na era Cenozóica, fase em que se deu a maior modificação e modelação do relevo nordestino, sendo o pediplano (áreas inclinadas) desgastado até tornar-se depressão sertaneja.



A compartimentação geoambiental pode ser vislumbrada na Figura 6.



**Figura 6:** Compartimentação Geoambiental do Território Sertão Central.

Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2000.

O Quadro 13 apresenta a configuração geomorfológica e o clima dos 13 municípios do Território Sertão Central.

<b>Município</b>	<b>Relevo</b>	<b>Clima</b>
<b>Banabuiú</b>	Depressões Sertanejas e Maciços Residuais	Tropical Quente Semiárido
<b>Choró</b>	Depressão Sertaneja e Maciços Residuais	Tropical Quente Semiárido Brando Tropical Quente Semiárido
<b>Deputado Irapuan Pinheiro</b>	Chapada do Araripe	Tropical Quente Semiárido
<b>Ibaretama</b>	Depressões Sertanejas	Tropical Quente Semiárido
<b>Ibicuitinga</b>	Depressões Sertanejas	Tropical Quente Semiárido
<b>Milhã</b>	Depressões Sertanejas	Tropical Quente Semiárido
<b>Mombaça</b>	Depressões sertanejas, Maciços residuais	Tropical Quente Semiárido
<b>Pedra Branca</b>	Maciços Residuais e Depressões Sertanejas	Tropical Quente Semiárido
<b>Piquet Carneiro</b>	Depressões Sertanejas	Tropical Quente Semiárido
<b>Quixadá</b>	Depressões Sertanejas e Maciços Residuais	Tropical Quente Semiárido
<b>Quixeramobim</b>	Depressões Sertanejas e Maciços Residuais	Tropical Quente Semiárido
<b>Senador Pompeu</b>	Depressões Sertanejas	Tropical Quente Semiárido
<b>Solonópole</b>	Depressão Sertaneja	Tropical Quente Semiárido

**Quadro 13:** O Território Sertão Central em seus aspectos de Relevo e Clima

Fonte: IPECE – PERFIL MUNICIPAL 2006.

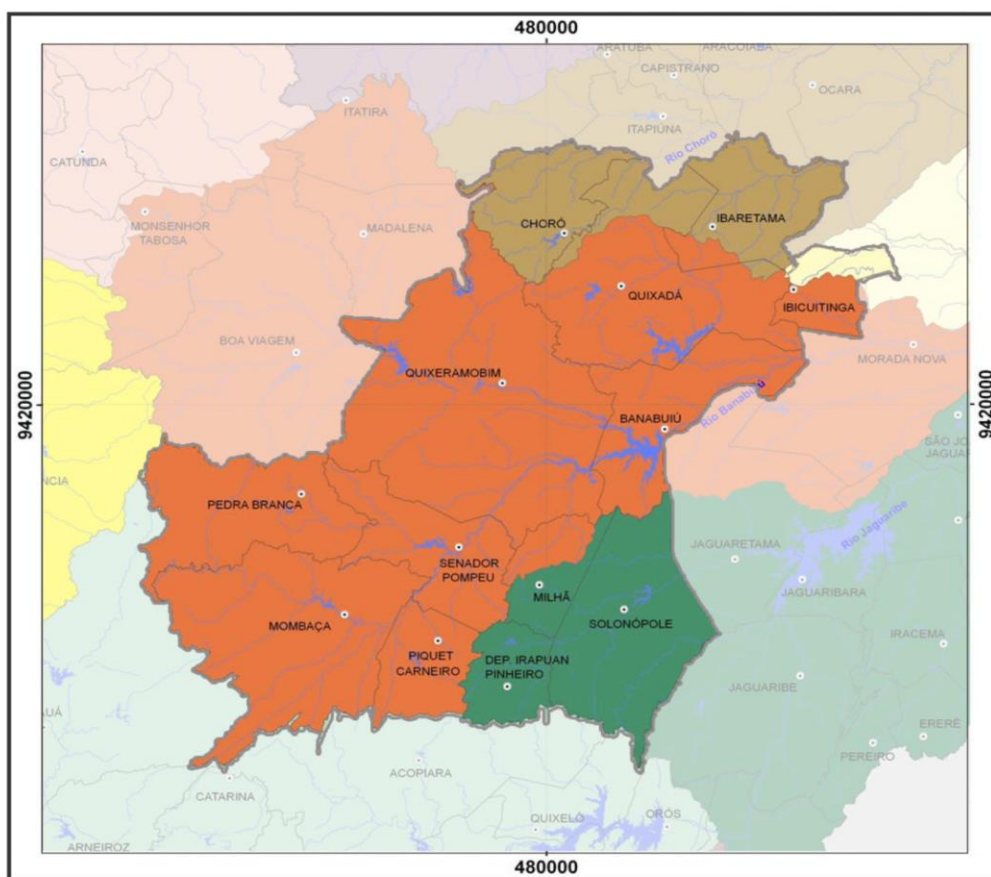
### 11.10 Características Hidrológicas

As Bacias hidrográficas que banham o Território são a do Banabuiú, com 19.586 km<sup>2</sup>, a do Médio Jaguaribe, com 10.272 km<sup>2</sup> e as Metropolitanas com 15.085km<sup>2</sup>. Embora os rios da região sejam intermitentes, em razão do regime pluviométrico, o escoamento superficial apresenta drenagem aberta para o mar. Isso ocorre em função de climas pré-históricos que mantiveram suas características nos tempos atuais (paleoclimas), resultando em grandes

vales em direção ao mar. A Figura 7 apresenta a distribuição hídrica do Território.

Conforme a COGERH, na **Bacia do Banabuiu**, o rio mais importante é o Rio Banabuiu, drenando uma área de 19.810 km<sup>2</sup>, desenvolvendo-se no sentido oeste-leste, percorrendo um curso total de 314 km, até desaguar no Rio Jaguaribe, nas proximidades da cidade de Limoeiro do Norte. A bacia possui déficit hídrico considerável para todos os municípios nela inseridos, isso se deve às elevadas temperaturas e altas taxas de evaporação, aliadas às fracas pluviosidades, desta forma, o escoamento na rede de drenagem natural fica praticamente restrito aos períodos chuvosos. A escassez pluviométrica acentua-se a oeste, diminuindo a leste da Bacia. O alto nível de açudagem é a característica maior dessa Bacia. Possui um total de 5.825 reservatórios, destes, 1.415 apresentam área superior a 5 ha. Destaca-se o açude Banabuiú, responsável por mais de 50% do volume de acumulação da Bacia, sendo este a terceira reserva hídrica mais importante da Bacia do Jaguaribe.

## Ceará Território do Sertão Central Bacias Hidrográficas



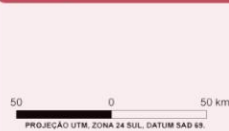
### Localização no Estado



### Legendas

- ⊙ Sede municipal
- Drenagens
- Açúdes e lagoas
- Bacias hidrográficas
  - Acaraú
  - Alto Jaguaribe
  - Baixo Jaguaribe
  - Banabuiú
  - Coreaú
  - Curu
  - Litoral
  - Metropolitana
  - Médio Jaguaribe
  - Parnaíba
  - Salgado

### Escala



### Orientação



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

**Figura 7:** Bacias Hidrográficas do Território Sertão Central.

**Fonte:** Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2000.

Os reservatórios mais relevantes da Bacia do Banabuiú e sua capacidade de acumulação de água estão listados na Tabela 33.

**Tabela 33:** Principais Reservatórios Hídricos da Bacia do Banabuiu no Território Sertão Central.

Nome do Açude	Município	Capacidade de Acumulação (m³)
Banabuiu	Banabuiu	1.601.000.000
Pedra Branca	Quixadá	434.040.000
Cedro	Quixadá	126.000.000
Fogareiro	Quixeramobim	118.820.000
Pirabibu	Quixeramobim	74.000.000
Patu	Senador Pompeu	71.829.000
Quixeramobim	Quixeramobim	54.000.000
Serafim Dias	Mombaça	43.000.000
São José II	Piquet Carneiro	29.140.000
Trapiá II	Pedra Branca	18.190.000

Fonte: COGERH, 2009. Adap.

Conforme a COGERH, a **Bacia do Médio Jaguaribe** é uma das cinco bacias que compõem a Bacia do Jaguaribe, fazendo, inclusive, fronteira com todas as demais. Localiza-se na porção leste do Estado do Ceará e limita-se, em sua porção oriental, com o Estado do Rio Grande do Norte. O Rio Jaguaribe é o principal rio desta Bacia. Drena uma área de 10.335 km<sup>2</sup>, e situa-se no trecho entre o açude Orós e a localidade Peixe Gordo, onde este rio cruza a rodovia BR 116, percorrendo um curso total de 171 km.

A Bacia do Médio Jaguaribe toma vulto em razão de seu importante papel na perenização do Rio Jaguaribe por meio da vazão propiciada pelo Açude Orós, à montante da Bacia. Nela, localiza-se o Açude Castanhão, o maior do Estado. Possui um total de 4.592 reservatórios, destes, 997 apresentam área superior a 5 hectares. O Açude Castanhão é responsável por mais de 97% do total de água armazenada nesta Bacia.

Os reservatórios mais relevantes da Bacia e sua capacidade de acumulação de água estão listados na Tabela 34.

**Tabela 34:** Principais Reservatórios Hídricos da Bacia do Médio Jaguaribe no Território Sertão Central

<b>Nome do Açude</b>	<b>Município</b>	<b>Capacidade de Acumulação (m³)</b>
<b>Jenipapeiro</b>	Dep. Irapuan Pinheiro	17.000.000
<b>Riacho do Sangue</b>	Solonópole	61.424.000
<b>Tigre</b>	Solonópole	3.510.000
<b>Macacos</b>	Ibaretama	10.320.337

Fonte: COGERH, 2009. Adap.

De acordo com a COGERH, as Bacias Metropolitanas localizam-se no nordeste do Estado ao sul pela Bacia do rio Banabuiú, a leste pela Bacia do Rio Jaguaribe, a oeste pela Bacia do Rio Curu, e ao norte, pelo Oceano Atlântico. A Região Hidrográfica é integrada por um conjunto de bacias independentes onde se destacam as que têm os rios Choró, Pacoti, São Gonçalo, Pirangi, Ceará e Cocó, como coletores principais de drenagem e os sistemas Ceará/Maranguape e Cocó/Coaçu. As Bacias correspondem a 10% do estado do Ceará. As sub-bacias hidrográficas da região são dezesseis, com destaque para as do Choró, com 200 km, Pirangi, com 117,5 km e Pacoti, com 112,5 km. Apesar dessas bacias apresentarem um volume hidrográfico de pequeno porte e de pouca representatividade, assumem importância estratégica ao banharem áreas urbanas de expressiva população.

Segundo a COGERH, as Bacias Metropolitanas possuem 693 reservatórios, destes, 512 apresentam área superior a 5 hectares. A consolidação da oferta hídrica destas Bacias engloba 15 reservatórios, os quais possuem capacidade maior que 10 milhões de metros cúbicos, tendo em vista que os açudes com capacidade inferior a este valor têm como principal função a acumulação de volumes de água que ficam estocados após a estação chuvosa (de fevereiro a maio), para serem depois utilizados na estação seca (demais meses) do mesmo ano, isto é, não servem, no entanto, como reservas interanuais, pois, quando da ocorrência de anos secos consecutivos, tais reservatórios não apresentam volumes para o atendimento às demandas. Os reservatórios mais relevantes da Bacia e sua capacidade de acumulação de água estão listados na Tabela 35.

**Tabela 35:** Principais Reservatórios Hídricos das Bacias Metropolitanas no Território Sertão Central

<b>Nome do Açude</b>	<b>Município</b>	<b>Capacidade de Acumulação (m<sup>3</sup>)</b>
<b>Senador Pompeu</b>	Choró	143.000.000
<b>Macacos</b>	Ibaretama	10.320.337

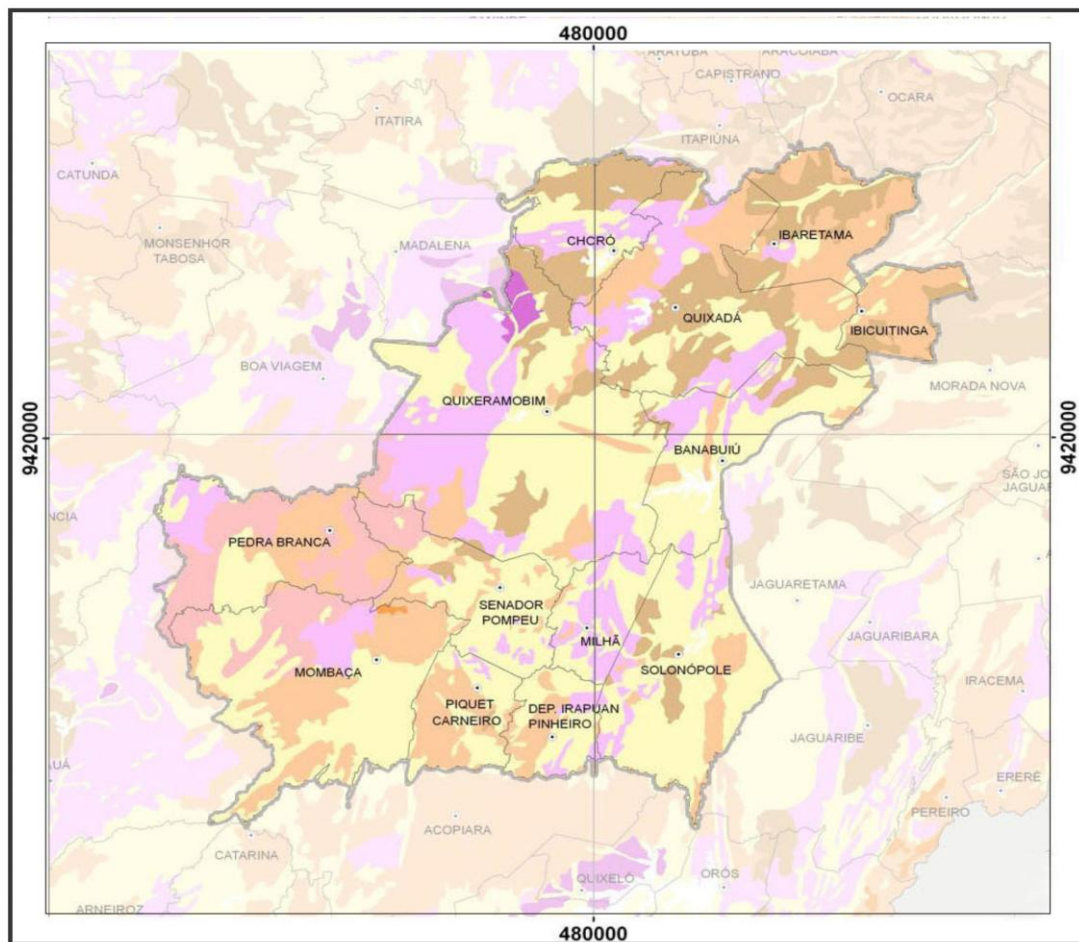
Fonte: COGERH, 2009. Adap.

Muitas famílias ainda convivem com o drama da falta de acesso à água cotidianamente e em tempos de estiagem. Alguns municípios dependem do abastecimento do carro- pipa distante muitas vezes, numa distância de 15 km. Os assentamentos federais e estaduais padecem da oferta estruturante de água. Por outro lado, dados do Atlas dos Recursos Hídricos do Ceará – SIRH/COGERH – SRH, foram construídas 281 obras hídricas no Território através do Projeto São José. O Programa Cisternas de Placas construiu quatro(4.000) mil cisternas no biênio 2009/ 2010. Várias comunidades do Território possuem adutoras para o abastecimento hídrico.

### **11.11 Características Edafológicas**

Os solos em geral são rasos e medianamente profundos, com grande frequência de chãos pedregosos e afloramentos rochosos, sendo comuns às associações de Luvissolos Crômicos, Neossolos Litólicos, Planossolos, Vertissolos, Neossolos Flúvicos e Argissolos Vermelho Amarelos. A Figura 8 situa a distribuição das classes de solos no Território

## Ceará Território do Sertão Central Classes de Solos



### Localização no Estado



### Legendas

- Sede municipal
- Argissolos
- Cambissolos
- Chernossolos
- Gleissolos
- Latosolos
- Luvissolos
- Necossolos
- Nitossolos
- Organossolos
- Planossolos
- Plintissolos
- Vertissolos

Obs: Classificação de acordo com o sistema brasileiro de classificação de solos (BRCS) para a 1ª visual categoria.

### Escala



### Orientação



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

**Figura 8:** Classes de Solos do Território Sertão Central

Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2000.



O Quadro 14 destaca a distribuição dos solos no Território, ressaltando suas principais características.

Tipo de Solo	Características
<b>Solos Aluviais</b>	Solos pouco evoluídos, profundos e muito profundos com perfis de horizontes A sobreposto a um C. Com alta fertilidade natural e grande potencial para uso agrícola, inclusive com sistema de irrigação.
<b>Solos Litólicos,</b>	Solos de fraca evolução pedológica, rasos, de textura arenosa ou média normalmente cascalhetada, com drenagem moderada à acentuada. Encontrados associados com afloramento rochosos. Podem ser de alta ou baixa fertilidade natural, com reação variando de fortemente ácidos a praticamente neutro. Apresenta forte limitação ao uso agrícola por conta da alta suscetibilidade à erosão, pedregosidade, rochosidade, pouca profundidade e falta d'água.
<b>Planossolos (Solódico e Solonetz Solodizado)</b>	Solos rasos e pouco profundos que se caracterizam por apresentar perfis com horizontes A e E, ou mesmo desprovido de E, com textura arenosa sobre um horizonte Bt, às vezes em forma de colunas (estrutura colunar), de textura média ou argilosa. Quimicamente apresentam média e alta saturação por bases. As características físicas e químicas desfavoráveis, além da deficiência de água, levam estes solos a apresentar fortes limitações para o uso agrícola, sendo seu maior aproveitamento para uso na pecuária e pastagem.
<b>Podzólico Vermelho-Amarelo</b>	Solos que apresentam perfis profundos e muito profundos, com textura média e argilosa. Quimicamente são solos ácidos à moderadamente ácidos, e podem apresentar baixa ou alta fertilidade natural. São muito suscetíveis à erosão. Encontram-se ao abrigo de grande variedade de formações vegetais, como Mata Úmida/Sub-Úmidas, Mata Seca, Vegetação de Tabuleiro e Caatinga Arbórea
<b>Cambissolo</b>	Em geral pouco profundos e rasos, às vezes profundos, com perfis do tipo A, Bi e C (B incipiente), de textura média e argilosa, bem à moderadamente drenados e porosos. Quimicamente integram solos de alta fertilidade natural (eutróficos), tendo pH praticamente neutro à moderadamente alcalino. Apresenta minerais primários (fragmentos de calcário) intemperizáveis no perfil, representando fonte nutricional para as plantas. Este tipo de solo possui alto potencial de utilização com lavoura irrigada.
<b>Vertissolo</b>	Solos profundos e pouco profundos com perfis do tipo A e C, argilosos e muito argilosos. Mostram-se extremamente duros e rachados durante a estação seca, mas muito plástico e pegajoso nas épocas úmidas. Quimicamente apresentam elevada fertilidade natural e pH de neutro a alcalino. Tem grande potencial agrícola para culturas de subsistência, arroz, cana de açúcar, exploração da carnaúba nativa, e nas áreas não cultivadas, com pecuária

Tipo de Solo	Características
	extensiva.
<b>Regossolo</b>	Solos pouco desenvolvidos, com perfis do tipo A-C, arenosos, pouco profundos e profundos, excessivamente drenados, com altas proporções de minerais primários intemperizáveis. Podem ocorrer com alta e baixa fertilidade natural com reação ácida. Suportam usos com culturas de subsistência, de algodão arbóreo e caju, além da pecuária extensiva.
<b>Bruno não Cálculo</b>	Solos rasos e pouco profundos. São solos férteis, moderadamente ácidos e praticamente neutros. Possuem boa capacidade de uso para pecuária, lavoura de ciclo curto e pastagem. São solos tipicamente muito relacionados à cobertura vegetal de caatingas arbustiva e arbórea.
<b>Brunizem Avermelhado</b>	Esses solos são relativamente rasos, geralmente não ultrapassando um metro, não muito intemperizados e possuem como característica marcante um horizonte A1 escuro, espesso(mais de 30 cm), rico em matéria orgânica e cálcio. A camada escurecida pela matéria orgânica tem um estrutura granular e é macia, mesmo quando seca. Estes solos são principalmente encontrados em regiões subúmidas, onde existe suficiente umidade para manter vegetação de gramíneas, mas não tanto que ocasione muita lavagem de bases pelas águas que infiltram o solo, para manter, assim, os altos teores de cálcio. Os Brunizem podem formar-se de uma grande variedade de materiais.

**Quadro 14:** Principais Solos do Território Sertão Central

Fonte: IPECE, 2006. Adap.

### 11.12 Características Vegetais

No contexto do Território, a vegetação se apresenta com um revestimento baixo, caracterizado pelas caatingas arbustivo- arbórea, ou arbóreo-arbustiva, e em alguns poucos casos, arbóreas. A caatinga arbórea apresenta em geral um melhor estado de conservação. A arbustiva está presente em áreas que já sofreram as conseqüências do desmatamento, uso agrícola e pecuário, é encontrado em áreas de clima semiárido da depressão sertaneja, serras secas e na Chapada do Apodi.

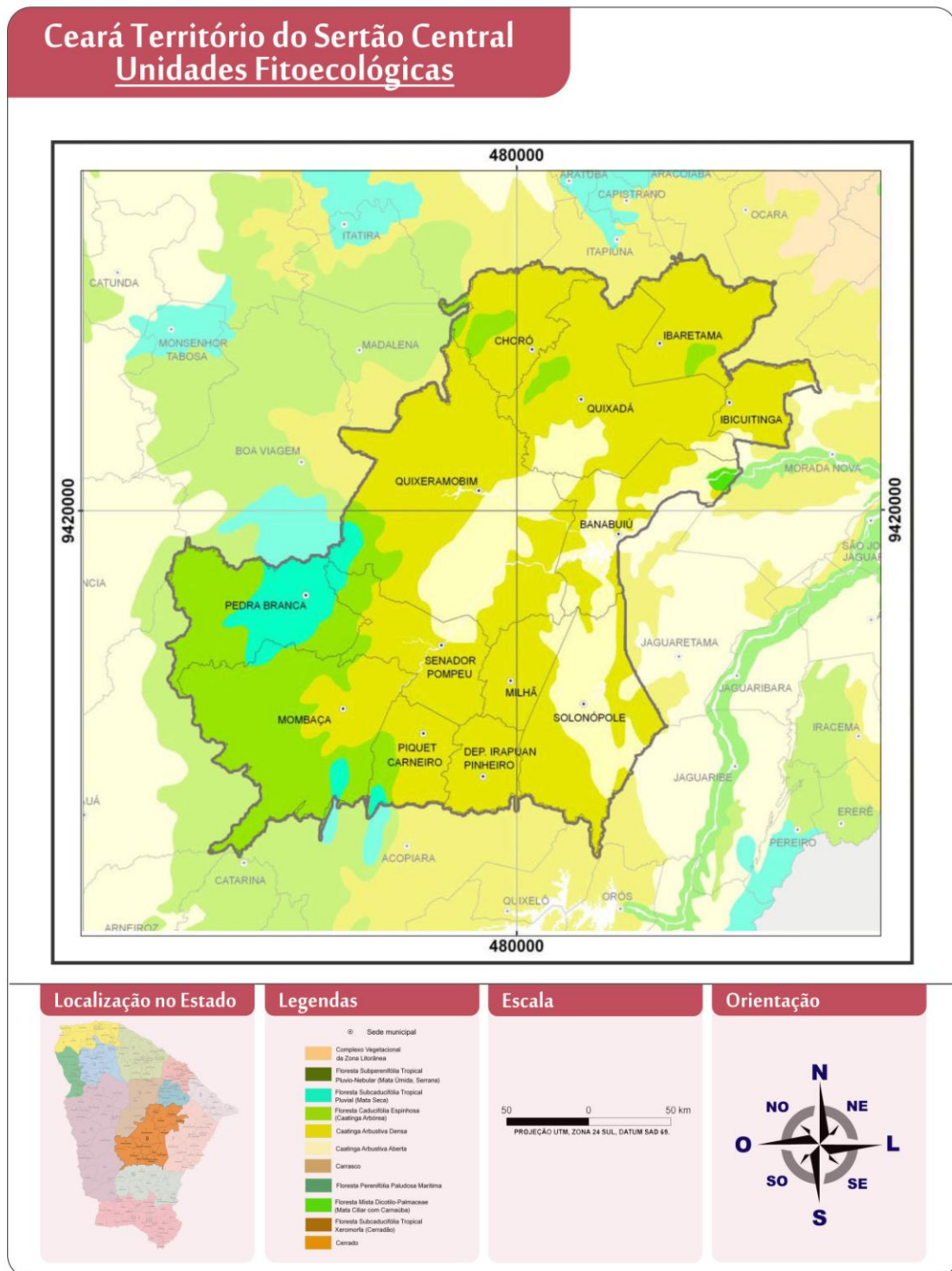
O Quadro 15 apresenta os tipos de vegetação do Território, relacionando-os aos municípios.

<b>Município</b>	<b>Vegetação</b>
<b>Banabuiú</b>	Caatinga Arbustiva Densa, Caatinga Arbustiva Aberta e Floresta Mista Dicotillo-Palmácea
<b>Choró</b>	Caatinga Arbustiva Densa e Floresta Caducifólia Espinhosa
<b>Deputado Irapuan Pinheiro</b>	Caatinga arbustiva densa
<b>Ibaretama</b>	Caatinga Arbustiva Densa e Floresta Caducifólia Espinhosa
<b>Ibicuitinga</b>	Caatinga Arbustiva Aberta e Caatinga Arbustiva Densa
<b>Milha</b>	Caatinga Arbustiva Densa
<b>Mombaça</b>	Caatinga Arbustiva Densa, Floresta Caducifólia Espinhosa, Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial
<b>Pedra Branca</b>	Caatinga Arbustiva Densa, Floresta Caducifólia Espinhosa e Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial
<b>Piquet Carneiro</b>	Caatinga Arbustiva Densa e Floresta Caducifólia Espinhosa
<b>Quixadá</b>	Caatinga Arbustiva Densa, Caatinga Arbustiva Fechada e Floresta Caducifólia Espinhosa
<b>Quixeramobim</b>	Caatinga Arbustiva Densa, Caatinga Arbustiva Aberta, Floresta Caducifólia Espinhosa e Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial
<b>Município</b>	Vegetação
<b>Senador Pompeu</b>	Caatinga Arbustiva Densa, Caatinga Arbustiva Aberta e Floresta Caducifólia Espinhosa
<b>Solonópole</b>	Caatinga Arbustiva Aberta e Caatinga Arbustiva Densa

**Quadro 15:** Tipos de Vegetação do Território Sertão Central

Fonte: IPECE – PERFIL MUNICIPAL 2006

A Figura 9 apresenta a distribuição das unidades fitoecológicas no Território.



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

**Figura 9:** Unidades Fitoecológicas do Território Sertão Central  
**Fonte:** Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2000.

## 12 ASPECTOS ANTRÓPICOS

### 12.1 Desmatamento e queimadas

No Território apresentam-se diversas atividades impactadoras do meio ambiente. Dentre as principais, podemos citar a agricultura e a pecuária. Os desequilíbrios ambientais causados por essas atividades se manifestam no mesmo Território em espaços e magnitudes diferentes. Os desmatamentos implicam na destruição da cobertura vegetal nativa, que tem papel protetor e atenuador da ação direta das gotas de chuva sobre o solo. Com a retirada da vegetação, o processo erosivo torna-se mais ativo que os processos formadores do solo, há diminuição da captação de água e, em consequência, o desaparecimento de cursos d'água perenes e subperenes nas áreas subúmidas e riscos de enchentes nas épocas de chuvas concentradas.

A Caatinga, apesar de corresponder à única grande região natural brasileira, cujos limites se restringem inteiramente ao território nacional, não tem recebido a devida atenção quanto à conservação de sua paisagem. O sistema agropastoril condicionou, ao longo dos séculos, a redução de sua área de cobertura nativa. Atualmente o Bioma apresenta somente 1% de sua área protegida por unidades de Conservação de Proteção Integral e 6,4% de área protegida por Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Estudos do Ministério do Meio Ambiente, no ano de 2007, demonstraram que de 2002 a 2008, 45,39% da sua área estava antropizada, com 53,62% de vegetação remanescente. No período considerado, os estados que mais desmataram foram Bahia (restando-lhe 46,88% de vegetação remanescente), seguido do Ceará (restando-lhe 59,77% de vegetação remanescente), conforme quadro 16.

UF	Área de Caatinga	Remanescente 2002 ( Km²)	Remanescente 2008( Km²)	% de remanescente na UF em 2008
<b>BA</b>	<b>300.967</b>	<b>147.468</b>	<b>141.108</b>	<b>46,88</b>
PI	157.985	111.964	109.446	69,28
<b>CE</b>	<b>147.675</b>	<b>91.964</b>	<b>88.272</b>	<b>59,77</b>
PE	81.141	38.812	36.841	45,4
RN	49.402	27.350	26.487	53,62
PB	51.357	28.697	27.573	5,69
MG	11.100	5.530	5.292	47,68
AL	13.000	2.522	2.293	17,64
SE	10.027	3.255	3.177	31,68
MA	3.753	2.531	2.632	70,13

**Quadro 16:** Percentual de remanescente por estado em 2008, tendo como referência a área original da Caatinga em cada estado (Adap.).

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

Os municípios brasileiros que mais desmataram a Caatinga, no período de 2002 a 2008, estão listados no Quadro 17, a seguir:

Ordem	Município	UF	Área do Bioma no Município (Km²)	Área Antropizada no período 2002-2008 (Km²)	% de antropismo do bioma no município no período 2002-2008
1	Acopiara	CE	2.264	183	8,0
2	Tauá	CE	4.020	173	4,3
3	Bom Jesus da Lapa	BA	2.648	158	5,9
4	Campo Formoso	BA	6.806	137	2,0
5	Boa Viagem	CE	2.840	135	4,7
6	Tucano	BA	2.802	130	4,6
7	Mucugê	BA	2.483	127	5,1
8	Serra Talhada	PE	2.981	122	4,1
9	Crateús	CE	2.985	121	4,0
10	São José do Belmonte	PE	1.481	115	7,7
11	Morro do Chapéu	BA	5.531	112	1,1%
12	Casa Nova	BA	9.658	110	1,1

Ordem	Município	UF	Área do Bioma no Município (Km <sup>2</sup> )	Área Antropizada no período 2002-2008 (Km <sup>2</sup> )	% de antropismo do bioma no município no período 2002-2008
13	Santa Quitéria	CE	4.260	99	2,3
14	Petrolina	PE	4.558	99	2,1
15	Barro	CE	710	98	13,9
16	Mossoró	RN	2.110	95	4,5
17	Saboeiro	CE	1.383	91	6,5
18	Touros	RN	603	90	14,9
19	Euclides da Cunha	BA	2.331	85	3,6
20	Pedra	PE	802	84	10,5

**Quadro 17:** Municípios que mais sofreram desmatamento entre o período de 2002 a 2008, tendo como referência a área total da Caatinga em cada Município (Adap.)

**Fonte:** Ministério do Meio Ambiente, 2008.

Constata-se uma situação preocupante, ao verificar-se que entre os 20 municípios que mais antropizaram o Bioma Caatinga, sete (07) deles pertencem ao Estado do Ceará, achando-se dois (02) deles liderando o ranking do desmatamento a nível nacional.

Fontes primárias do Território denunciaram que, no ano de 2004, 49% da área de caatinga havia sido desmatada e que a devastação do Bioma estaria sendo intensa e acelerada em todos os municípios do Território. Tais fontes relataram que, em função dos desmatamentos e queimadas, em algumas localidades do Território, já foram extintas a imburana de cheiro, a aroeira, o angico, o pau branco e o cedro. Enquanto espécies ameaçadas de extinção, foram citadas, tais como pau d'arco, oiticica e juazeiro. A carnaúba está sendo ameaçada em virtude da retirada do tronco da planta para a construção de residências, onde a mesma é utilizada como linha para a cobertura. Registra-se também a proliferação de espécies vegetais invasoras como “unha de bruxa”, uma trepadeira que ameaça as plantas de carnaúbas, em função dos desequilíbrios ambientais. O desmatamento aliado à captura de animais e caçadas está colocando em risco de extinção os seguintes animais: peba, tatu, jirita, onça, veado, gato maracajá, gato vermelho, cassaco e tamanduá, sagüi e macaco. As aves ameaçadas de extinção, no Território, são:

galo campina (cabeça vermelha), rolinha caldo-de-feijão, juriti, asa branca, canário e papagaio.

As fontes primárias informaram que empresas madeireiras, olarias, cerâmicas e britadeiras têm contribuído com o desflorestamento. No geral, os municípios apresentam um grande número de unidades carvoeiras.

Outro problema apresentado por fontes primárias relaciona-se à recente expansão da Bovinocultura, no Território. A atividade obriga a realização do desmatamento e de queimadas em grandes áreas para a implantação de pastagem artificial, gerando degradação. É questionado inclusive o fato dos bancos oficiais financiarem a atividade uma vez que ela tem alto poder impactante.

Quanto às queimadas, dados da FUNCEME apontam que, no ano de 2009, entre os 20 municípios cearenses que mais concentraram focos de calor, destacam-se cinco municípios do Território do Sertão Central- Pedra Branca, Piquet Carneiro, Solonópole e Deputado Irapuan Pinheiro, conforme o Quadro 18.

Município	Ranking	Focos de Calor
Acopiara	1º	762
Mombaça	2º	464
Jucás	3º	240
Cariús	4º	214
Pedra Branca	5º	213
Saboeiro	6º	192
Cedro	7º	184
Piquet Carneiro	8º	168
Aurora	9º	161
Tauá	10º	158
Várzea Alegre	11º	157
Barro	12º	151
Solonópole	13º	150
Assaré	14º	146
Araripe	15º	132
Deputado Irapuan Pinheiro	16º	131
Lavras da Mangabeira	17º	130
Aiuaba	18º	119
Icó	19º	113
Crateús	20º	111

**Quadro 18:** Número de Focos do Calor por Municípios do Ceará (Adap.)

Fonte: PREVINA/FUNCEME, 2009.



As queimadas, para limpar e preparar o terreno para a Agricultura é uma técnica rudimentar de uso muito antigo, quase sempre empregado sem aperfeiçoamento técnico ou sem a necessária orientação. Constituem um dos principais agentes agressores do solo e, conseqüentemente, do ambiente natural. Ela leva a esterilização dos mesmos, destrói a matéria orgânica, extingue os microorganismos, facilita o processo erosivo e incentiva os processos de desertificação. Os municípios de Mombaça, Pedra Branca e Piquet Carneiro estão entre os 18 municípios do Estado do Ceará que apresentam índices preocupantes com relação à prática das queimadas em recente estudo divulgado pela SEMACE. A desertificação traz várias conseqüências: ambiental, como a perda da biodiversidade e erosão do solo; de natureza social, com abandono das populações de suas localidades; de natureza econômica com baixa da produção e produtividade e assim, baixa na renda das populações.

## **12.2 Tipos de Poluição e Contaminação**

Os municípios do Território registram elevado número de domicílios não dotados de esgotamento sanitário, acarretando problemas de poluição tanto nas áreas urbanas, devido à exposição de esgotos “céu aberto”, como nas áreas rurais, em razão da contaminação das fontes d água. Os sistemas de abastecimento d água potável atingem 73,5% dos domicílios.

De acordo com a COGERH, no ano de 2008, as águas superficiais dos 18 reservatórios localizados na Bacia do Banabuiu e monitorados pelo órgão foram classificadas como **eutrofizadas**, isto é, com um crescimento excessivo de fitoplânctons (microalgas e cianobactérias) e plantas aquáticas (macrófitas), pela concentração de nutrientes em decorrência de atividades antrópicas (provocadas pelo próprio homem). Águas eutrofizadas não podem ser utilizadas no consumo humano nem na dessedentação de animais. Por sua vez, as águas subterrâneas apresentaram boas características quanto à salinidade e potabilidade.

Por outro lado, fontes primárias alertaram que, devido à pesca predatória e contaminação das águas, no Município de Choró, foram extintas

as espécies de peixes “Pescada de raça” e Bodó. Como espécies ameaçadas de extinção estão o Cangati, Pacu e Piau dourado. Esta última espécie foi vista somente no ano de 1993, desaparecendo, anos depois.

Nas comunidades rurais e sedes de distritos, os esgotos estão direcionados para os mananciais hídricos. Uma situação crítica verifica-se no Açude Banabuiu, pois, todos os municípios do Território drenam suas águas contaminadas com esgotos, agrotóxicos e fertilizantes agrícolas para aquele manancial. Em Choró, todos os esgotos convergem para o Açude Choró. Neste caso preocupa o fato do Açude Choró não sangrar a 22 anos, mantendo-se impuro. Em Piquet Carneiro, todas as águas do Riacho de Sangue acham-se também poluídas com esgotos.

Os atores locais propõem que os projetos governamentais de alocação de infraestrutura hídrica considerem sempre como importante a instalação concomitante de estação de tratamento da água e estação de tratamento de esgotos, construindo ainda a rede coletora. Em alguns municípios constata-se a distribuição pelo poder público municipal do “kit casinha”- composto por banheiro, sanitário, tanque d água e fossa séptica; contudo as pessoas pouco utilizam essa estrutura, em virtude de muitas famílias não disporem de água.

Outro elemento de discussão no Território é a alta dosagem de cloro utilizada no tratamento da água. Há notícias de mal - estar orgânico ( vômitos e tontura) provocado pelo consumo humano de água tratada com cloro em elevada quantidade. Conforme relatos locais, o Programa de distribuição de cisternas (P1Mc) tem contribuído para a melhoria da qualidade da água nas comunidades rurais do Território. Assim, os problemas mais sérios de contaminação encontram-se nas cidades e sedes distritais. No espaço urbano tem crescido a compra de água mineral ou água de fontes puras, devido ao pouco crédito na qualidade da água pública servida. A comercialização crescente de água pura das nascentes constitui também problema, em razão da possibilidade de esgotamento e destruição das fontes.

No distrito de Canindezinho, Município de Ibicuitinga, há um açude de abastecimento público que se localiza muito próximo ao cemitério, tendo suas águas contaminadas.

No Território há um grande número de poços profundos cuja água é salina, inviabilizando o abastecimento. Portanto, o interesse maior das populações é que o abastecimento dê-se via adutoras e, em casos extremos, que se instalem cisternas.

A poluição das águas no Território, nos últimos anos, tem sido agravada pelo uso de agrotóxicos. As fontes locais informam que, no Município de Banabuiu, dez (10) mortes misteriosas ocorreram nos últimos dois anos. Conjeturam que as mortes estariam relacionadas a intoxicações por agrotóxicos. Dados da Organização Internacional do Trabalho (2005) revelam que na Agricultura, a utilização de agrotóxicos tornou-se um problema de saúde comunitária e pública. No ano de 2005, estimativas da Organização Mundial da Saúde – OMS e da Organização Internacional do Trabalho – OIT, dão conta de ocorrência de 7 milhões de intoxicações severas anuais no mundo, das quais resultam cerca de 70.000 mortes, a maioria delas referentes a exposições ocupacionais. Os agrotóxicos provocariam 25 mil casos de seqüelas neurocomportamentais, 37 mil casos de câncer e 700 mil casos de dermatose.

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos no mundo, com volumes de 673.862 toneladas em 2008 e de mais de 1 milhão de toneladas em 2009. No Ceará, de acordo com os dados divulgados pelo Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas – SINDAG, em relação às vendas de agrotóxicos por unidades da federação no período de 2005 a 2009, ocorreu aqui o aumento de cerca de 100%, passando de 1.649 toneladas de produtos comerciais de todas as classes em 2005, para 3.284 toneladas em 2009. Já em relação aos ingredientes ativos, o acréscimo no mesmo período é de 963,3%, passando de 674 toneladas em 2005 para 6.493 toneladas em 2009. Os valores comercializados passaram de U\$ 11,244.00 em 2005 para U\$ 22,678.00 e o total geral da comercialização no período alcançou U\$ 89,330.00. Segundo os dados do Censo Agropecuário 2006, o Ceará é o quarto Estado do Brasil em número de estabelecimentos que usam agrotóxicos (112.154 em 2008), ficando atrás apenas do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

No ano de 2009, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA, através do seu Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em

Alimentos – PARA, realizou estudo sobre o monitoramento de resíduos agrotóxicos nos alimentos nos estados de Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Foram monitorados 20 alimentos: abacaxi, alface, arroz, banana, batata, cebola, cenoura, feijão, laranja, maçã, mamão, manga, morango, pimentão, repolho, tomate, uva, couve, beterraba e pepino. A escolha dos alimentos foi atribuída a dados do Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE) que demonstrou a permanente disponibilidade desses alimentos nos supermercados dos diferentes estados da União como também no uso intensivo de agrotóxicos recebido pelas culturas. Das 3.130 amostras analisadas, 907 (29,0%) foram consideradas insatisfatórias em função das seguintes irregularidades:

- Presença de agrotóxicos em níveis acima do Limite Máximo de Resíduos

(LMR) em 88 amostras, representando 2,8% do total;

- Utilização de agrotóxicos não autorizados (NA) para a cultura em 744 amostras, representando 23,8% do total;

- Resíduos acima do LMR e NA na mesma amostra em 75 amostras, representando 2,4% do total.

Fontes primárias informaram que no Território Sertão Central houve duas mortes provocadas por agrotóxicos e dois casos de envenenamento não fatal, no ano de 2009. Denunciaram que os loteiros (pessoas que cultivam lotes nas margens dos açudes) costumam aplicar herbicida (“mata-mato”) nas culturas situadas nas margens dos mananciais. Um produtor de tomate, em Choró, envenenou-se aplicando herbicidas.

No Território toma ainda especial relevância a geração e acumulação de resíduos sólidos nos espaços urbanos e rurais. Na realidade, o impacto dos resíduos sólidos sobre o ambiente tem assumido, nas últimas décadas, grande importância no debate nacional, em função de diferentes variáveis: - pela sua

vinculação aos aspectos patogênicos, constituindo-se uma questão de Saúde Pública, pela contaminação dos cursos de água e lençóis freáticos, tomando uma abordagem marcadamente ambiental e pelos problemas sociais relacionados aos catadores, precipuamente pela presença de crianças nos lixões. A questão mobilizou a Sociedade Civil e tornou-se agenda prioritária dos setores governamentais, resultando na formulação da Política Nacional de Resíduos Sólidos pelo Governo do Presidente Lula. Alguns programas governamentais de âmbito estadual e federal vêm se alinhando com a execução das estratégias de gestão integrada de resíduos sólidos, cabendo aos municípios responsabilidade maior por prestar serviços de limpeza urbana e disposição final do lixo.

Contudo os municípios enfrentam grande desafios quanto à substituição dos lastimosos lixões pela construção de aterros sanitários, quanto à escolha da localização dos aterros bem mais distantes dos espaços de valor ambiental, quanto ao maior alcance da coleta diária de lixo, ao ordenamento da coleta seletiva ainda muito distante da consciência coletiva e à implantação de unidades de reciclagem e reaproveitamento dos resíduos. A Tabela 4 relaciona a proporção de moradores por tipo de destino de lixo nos municípios do Território Sertão Central.

**Tabela 36:** Proporção de Moradores por Tipo de Destino de Lixo

MUNICIPIOS	COLETA DO (%)	QUEIMADO (%)	ENTERRADO (%)	JOGADO (%)	OUTRO (%)
Banabuiú	28,95	13,0	1,6	5,4	0,3
Choró	12,1	12,3	1	4,4	0,2
Deputado Irapuan Pinheiro	11,3	7,8	0,6	0,3	-
Ibaretama	18,6	20,6	1,1	9,7	0,1
Ibicuitinga	38,7	20,0	1,9	9,4	0,1
Milha	35,4	10,6	1,0	2,9	-
Mombaça	27,9	5,9	0,2	2,4	23,6
Pedra Branca	37,0	4,0	0,2		0,1

MUNICÍPIOS	COLETA DO (%)	QUEIMADO (%)	ENTERRADO (%)	JOGADO (%)	OUTRO (%)
				8,6	
<b>Piquet Carneiro</b>	37,6	7,1	0,3	,0	48,0
<b>Quixadá</b>	51,2	15,9	0,6	1,4	1,0
<b>Quixeramobim</b>	38,1	22,7	0,8	7,5	1,0
<b>Senador Pompeu</b>	47,9	13,1	0,6	8,3	0,1
<b>Solonópole</b>	17,5	11,1	0,6	0,9	
<b>TOTAL</b>	<b>364,6</b>	<b>155,0</b>	<b>0,5</b>	<b>48,2</b>	<b>74,5</b>

Fonte: Saneamento, 2010

No Território Sertão Central, com respeito ao destino dos resíduos sólidos, tem-se o seguinte perfil dos domicílios: 26,6% dos moradores têm seu lixo coletado pela administração pública (nem sempre de forma adequada); 13,0% dos moradores incineram-no; 0,8% enterram-no e 49,8% depositam-no em terrenos baldios. Como se pode constatar, representativo percentual dos moradores do Território depositam o lixo nos terrenos baldios, podendo originar problemas de entupimento de bueiros, assoreamento de canais de drenagem urbana, enchentes e poluição das águas. A dificuldade dos governos municipais em operar com serviço sistemático de coleta de resíduos aliada ao pequeno alcance da Educação Ambiental possivelmente poderão estar influenciando a conduta dos moradores.

No Território Sertão Central 31,5% dos resíduos sólidos gerados são coletados adequadamente, percentual bem abaixo do encontrado para o Estado do Ceará que foi de 59,4%. Já quando se observa o percentual de lixo jogado, verifica-se que 48,6% do lixo não têm tratamento adequado o que certamente interfere na situação de saúde da população e favorece a contaminação ambiental, proliferação de doenças e agravos à saúde da população. De acordo com fontes primárias, nenhum dos municípios possui aterro sanitário. Faz-se necessária a elaboração de uma proposta de intervenção e de reversão desta situação. Uma das propostas recomendadas é a implementação da Agenda 21 no Território.

### 12.3 Práticas Agrícolas e Tipos de Erosão

A agricultura praticada no Território ocorre ainda de maneira convencional, pois a mesma não utiliza a rotação de terras e utiliza práticas como desmatamento, queimadas, plantio, esgotamento de solo, abandono e reinício do processo em outra área. Busca-se o aumento da produtividade, utilizando-se máquinas, de forma que não contribuem para que as terras voltem a se regenerar quanto aos seus nutrientes naturais.

Dentre os impactos causados pela agricultura e pecuária podemos citar: desmatamento de áreas nativas e queimadas; erosão dos solos, assoreamento dos cursos d'água, desequilíbrio ecológico; poluição das águas através do uso de grandes quantidades de agrotóxicos; compactação dos solos através da mecanização; erosão, assoreamento e contaminação dos cursos d'água.máquinas

Fontes primárias destacaram que a política agrícola do Governo do Estado do Ceará induz à degradação, uma vez que, por meio de programa público de atendimento às comunidades de produtores rurais, são alocados tratores que provocam a mobilização e inversão das camadas do solo, resultando em perdas progressivas por erosão, compactação e queda da fertilidade.

Em estudo da EMBRAPA (maio, 2002) sobre limites de uso de solos do Estado do Ceará por suscetibilidade à erosão, usando-se os critérios de Nulo, Ligeiro, Moderado, Forte e Muito Forte, chegou-se a seguinte conclusão: O Estado do Ceará tem 150.630 km<sup>2</sup>, deduzidos 8,5% de áreas de espelho d'água, obtém-se uma área de solos de ordem de 137.825 km<sup>2</sup>, destes, 9,7%, ou seja, 13.369 km<sup>2</sup> estão enquadrados no grau de limitação Nulo; 15,6% (21.600 km<sup>2</sup>) enquadram-se no grau de limitação Ligeiro; 54,1% (74.425 km<sup>2</sup>) enquadram-se no grau de limitação Moderado; 6,7%(9.096 km<sup>2</sup>) são enquadrados como grau de limitação Forte e 13,9%(19.019 km<sup>2</sup>) são enquadrados como grau de limitação Muito Forte. Os dados apontam que a extensão das áreas com solos enquadrados nos graus Moderado e Muito Forte, 54,1% e 13,9%, respectivamente, requerem a implantação de uma

política conservacionista em curto prazo, de maneira a conter o processo erosivo e viabilizar de modo sustentável sua utilização agrícola.

Somadas as áreas dos solos onde a erosão é Forte e Muito Forte, totaliza-se 20,6% do total da área ocupada com solos no Estado do Ceará, atribuindo-se a alta erodibilidade à ocorrência do relevo ondulado e montanhoso que favorece os fenômenos de deslizamento e desmoronamento, com graves perdas à Agricultura.

Tendo em vista as características dos solos do Território, com significativo percentual de solos rasos, paira uma grande preocupação sobre a erodibilidade, principalmente no Semiárido que é suscetível de alta insolação (que oxida rapidamente a matéria orgânica), a ventos fortes e chuvas intempestivas. Quando se verifica a matriz tecnológica de produção dominante do Território, que inclui em seu itinerário técnico desmatamento, queimada e mecanização do solo, infere-se que as perdas de solo são de elevado vulto, corroborando com o quadro de Desertificação.

#### **12.4 Desequilíbrios Ambientais**

Uma das ameaças que paira sobre o Território é a Desertificação. Ela é definida como processo de destruição do potencial produtivo da terra nas regiões de clima árido, semiárido e subúmido seco. Os municípios de Mombaça, Pedra Branca e Piquet Carneiro estão entre os 18 municípios do Estado do Ceará que apresentam índices preocupantes.

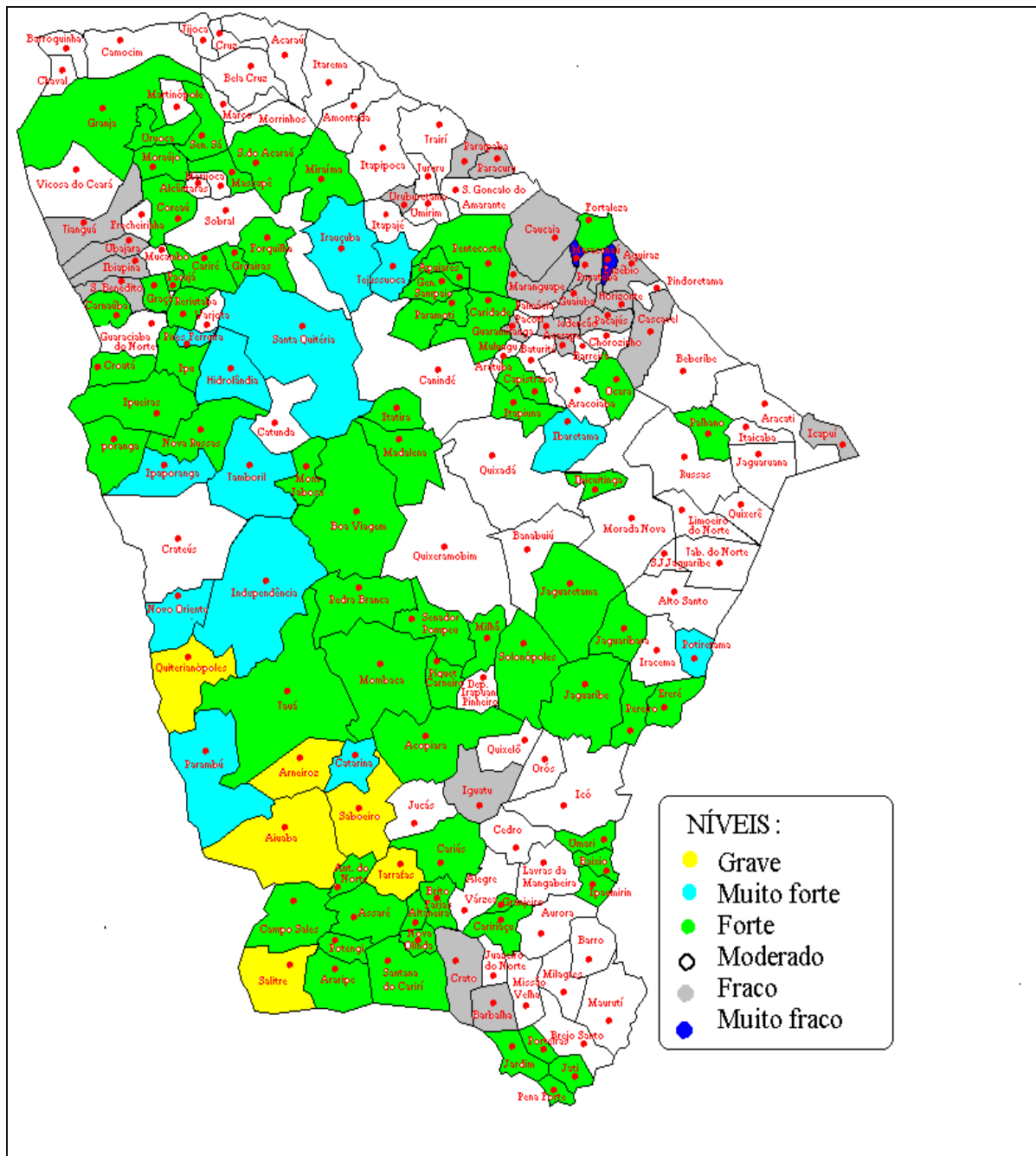
A desertificação traz várias conseqüências: ambiental e climática, com a perda da biodiversidade e erosão do solo; de natureza social com abandono das populações de suas localidades; de natureza econômica, com baixa da produção e produtividade e assim baixa na renda das populações; e de natureza político institucional com a perda de impostos.

Em estudos realizados pelo professor Jesus Lemos (UFC), os municípios do Estado do Ceará apresentam um no nível de degradação ambiental muito acentuado, variando em torno de 80%, enquanto o nível de desertificação, também é bastante preocupante. Como constatou a pesquisa,



as principais causas dessa situação são principalmente as técnicas utilizadas para produção agropecuária como o desmatamento, a queima, o sistema de plantio de morro abaixo, o uso do agrotóxico, o uso inadequado do trator, o manejo inadequado da pastagem através do superpastoreio a destruição das áreas de preservação permanente (mata ciliar, olho d'água, áreas íngremes), caça predatória, venda de animais silvestre, entre outras.

Nos estudos do Professor Manuel Osório de Lima Viana (UFC/PRODEMA) foi constatado que as condições de desertificação no Ceará estão diretamente correlacionada com deficiências de infraestruturas elétricas e tamanho da população, aridez tropical, imigração, áreas com cultivos temporários, baixa produtividade leiteira, e altas densidades de ovinos; por outro lado, estão inversamente correlacionadas com áreas de culturas de alimentação básica e valores de sua produção, densidade demográfica e números de pessoas indigentes já que estas fogem para as grandes cidades. A Figura 10 destaca os Níveis de Propensão à Desertificação no Estado do Ceará.



**Figura 10:** Representação gráfica do Mapa do Estado do Ceará e Níveis de Propensão à Desertificação  
**Fonte:** IPECE, 2009.

Os municípios do Território mais vulneráveis a Desertificação estão relacionados no Quadro 19.

Ranking	Município	Nível de Propensão à Desertificação
5	Ibicuitinga	Grave
9	Mombaça	Grave
10	Deputado Irapuan Pinheiro	Grave
11	Quixadá	Grave
14	Ibaretama	Grave
22	Quixeramobim	Grave
26	Milhã	Grave

**Quadro 19:** Municípios do Território que estão entre os 30 mais vulneráveis Desertificação – 2009.

Fonte: IPECE, 2009.

O caráter Grave do Índice de Propensão à Desertificação conferido aos municípios citados, coloca na ordem do dia a necessidade de traçar-se de modo urgente políticas, programas e ações que contenham o atual curso de degradação. Em primeiro plano, torna-se fundamental a reorientação do paradigma de Agricultura que necessariamente precisa assumir os pressupostos e a base científica agroecológica para que atenda as atuais e futuras gerações. Noutra plano, torna-se fundamental operar-se o conceito de consumo consciente e sustentável como também expandir-se a Educação Ambiental e as ações de gestão ambiental a serem assumidas pelo poder público, empresas privadas e demais segmentos da Sociedade Civil.

### 12.5 Conflitos Agroambientais

Na bacia do Açude Choró (Município de Choró) foram registrados conflitos entre varzanteiros e fazendeiros pela disputa da água. Os varzanteiros dizem-se prejudicados com o uso perdulário da água pelos criadores de gado. O Comitê de Bacias, implantado há quase dez anos, não consegue solucionar os conflitos, tornando-se, por isso, desacreditado pelas populações locais.

### 12.6 Programas Ambientais no Território

No Território Sertão Central foi identificado um consórcio para o aterro sanitário que vai atender aos municípios de Deputado Irapuan Pinheiro, Milhã, Mombaça, Piquet Carneiro, Banabuiú, Pedra Branca, Solonópole e

Quixeramobim. Há a Previsão de um Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Sul (CISAN/Sul) e prevê a construção de um laboratório para analisar e garantir a qualidade da água para o consumo humano. Cinco municípios do território serão beneficiados por este laboratório. Até o final do ano de 2010, todos os municípios terão que apresentar seu Plano Municipal de Saneamento definido pela lei 11445/2007 do CONCIDADES.

Em Piquet Carneiro, há um projeto de reflorestamento das margens do Açude São José. Trata-se de uma iniciativa pioneira de recuperação da mata ciliar executada pela Prefeitura Municipal. O Município também tem tomado destaque na formação de agricultores familiares em Educação Ambiental. A atividade apícola está sendo incrementada em todo o Território. Com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário estão sendo implantadas algumas casas de mel. A Apicultura vem ocupar o espaço das antigas ações predatórias de meleiros que tanto queimavam as abelhas quanto provocavam incêndios. Em Senador Pompeu já foi implantado, através do Projeto Dom Hélder, 10 unidades de biodigestores. Através do Território da Cidadania está sendo implantadas em alguns municípios unidades produtivas agrícolas cuja força de acionamento de motores se dá através da energia solar.

Nos municípios de Solonópole, Deputado Irapuan Pinheiro, Banabuiu estão sendo utilizados fogões ecológicos, eficientes no uso racional de lenha. Há experiências do uso de energia solar nas localidades de Bom Princípio, Vila Silveira, Jatobá e Sítio Sítio, em Deputado Irapuan Pinheiro. Em alguns municípios estão sendo instaladas mandalas e quintais produtivos.

Todos os municípios possuem conselhos municipais de Desenvolvimento do Meio Ambiente - COMDEMAS; porém, segundo fontes primárias, não atuam satisfatoriamente.

As entidades civis que se ocupam da Gestão Ambiental no Território são a Associação Recreativa de Solonópole – que estimula a reciclagem de materiais e o Instituto de Convivência com o Semiárido. Este último desenvolve processos e aplica tecnologias apropriadas ao convívio sustentável com o Semiárido. Não se pode negar também a ação dos Comitês de Bacias que, no geral, mostram-se bastante atuantes quanto ao controle ambiental da água.

De acordo com informações locais, poucos foram os municípios que formularam seu projeto de Agenda 21 e nenhum deles chegou a implementá-la.

### 13 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL

A leitura do Diagnóstico traz à tona questões primordiais a serem trabalhadas pelo Território que passam aqui a ser pontuadas:

- a- A exposição do Patrimônio Ambiental e das unidades de conservação às ações antrópicas;
- b- A dificuldade de agrupamentos negros de auto-reconhecerem-se como quilombolas e não terem suas terras protegidas ambientalmente;
- c- As comunidades de pescadores que não são valorizadas socialmente e não estarem inscritas em áreas de conservação;
- d- O paradigma dominante de Agricultura que prevê a prática de desmatamentos, queimadas, mecanização agrícola pesada, adubos químicos e agrotóxicos com fortes impactos negativos sobre o meio, inclusive afetando diretamente as comunidades humanas;
- e- As perdas de solo por erosão;
- f- A atividade degradadora de olarias, cerâmicas, madeireiras e unidades carvoeiras;
- g- As limitações de oferta quantitativa de água para as populações;
- h- A contaminação/poluição das águas, tornando proibitivo o seu uso;
- i- A grande produção e inadequada deposição do lixo;
- j- Os conflitos gerados pela disputa da água;
- k- O pequeno alcance das ações de gestão ambiental;
- l- A limitada oferta de políticas, programas, projetos e intervenções institucionais para a reversão do quadro de passivo ambiental.

Noutro âmbito tem-se que ficar atento, no Território, aos espaços privilegiados pela natureza para a conservação ambiental, lazer e turismo ecologicamente corretos; à sustentabilidade preconizada pela Agricultura Ecológica; ao poder mobilizador e realizador do capital humano e social quanto à capacitação para o enfrentamento da crise ambiental; à atuação crítico-propositiva dos movimentos sociais e ONGs na esfera ambiental; às intervenções dos órgãos públicos voltados para a recuperação de áreas degradadas; às novas tecnologias patrocinadoras da qualidade ambiental.

O exercício de enfrentar limites e ameaças, como também de favorecer-se com as capacidades locais e oportunidades instauradas, permite aos atores do

Território trilhar em condições propícias e seguras os caminhos do Desenvolvimento mais aproximado das bases de sustentabilidade.

O diagnóstico da Dimensão Ambiental possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 20, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: aspectos geoambientais e aspectos antrópicos, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

<b>DIMENSÃO: MEIO AMBIENTE AMBIENTE INTERNO</b>	
<b>Pontos Fortes</b>	<b>Pontos Fracos</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Atores sociais sensibilizados para a importância da implantação de novas práticas que visem à redução do lixo</li> <li>2. Capacitação em coleta seletiva do lixo em alguns municípios do Território</li> <li>3. Melhoramento do nível de acesso à água através da construção de cisternas</li> <li>4. Unidades de reciclagem de resíduos sólidos</li> <li>5. Criação dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente</li> <li>6. Diversidade de riquezas naturais</li> <li>7. Reconhecimento de uma comunidade quilombola</li> <li>8. Comitês de Bacias Hidrográficas e Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Assoreamento dos rios e açudes</li> <li>2. Desmatamento e destruição das matas ciliares</li> <li>3. Ocupação de áreas de preservação permanente</li> <li>4. Presença de resíduos de agrotóxicos nas águas superficiais e subterrâneas</li> <li>5. Localização de cemitérios próximos às nascentes</li> <li>6. Prática de Queimadas</li> <li>7. Extinção de espécies animais e vegetais</li> <li>8. Inexistência de políticas de aproveitamento do lixo como fonte de renda e de trabalho</li> <li>9. Destinação inadequada dos resíduos sólidos</li> <li>10. Localização de cemitérios próximos às nascentes</li> </ol>
<b>DIMENSÃO: MEIO AMBIENTE AMBIENTE EXTERNO</b>	
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Política Nacional de Resíduos Sólidos</li> <li>2. Experiências exitosas de comercialização de recicláveis</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Índices crescentes de desertificação</li> <li>2. Fragilidade da SEMACE na fiscalização das unidades de conservação e das atividades que impactam negativamente o meio ambiente</li> </ol>

**Quadro 20:** Análise Territorial da Dimensão Ambiental – Território Sertão Central

**Fonte:** Comitê do Meio Ambiente do Território Sertão Central, 2010.





**Parte II c**

**DIMENSÃO SOCIOECONOMICA**

**Aspectos Socioeconômicos**

**Aspectos do Setor Produtivo**

**Serviço, Comércio e Indústria**

**Situação Fundiária**

**Financiamento e Comercialização**

**Assessoria Técnica**



## 14 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A configuração socioeconômica do território foi trabalhada de forma bastante ampla e aprofundada no “Estudo Propositivo para a Dinamização Econômica do Território”, utilizado como referência maior para o presente diagnóstico do PTDRS. Em linhas muito gerais, pretende-se reunir e analisar as informações sobre a dinâmica socioeconômica do território da Cidadania do Sertão Central, apontando suas fragilidades ou estrangulamentos, suas fortalezas ou acúmulos, as ameaças ou implicações e, sobretudo, as potencialidades tanto dos sistemas produtivos, quanto das cadeias valores da ambiência dos negócios e serviços territoriais com possibilidade de fortalecer a dinâmica socioeconômica. Ao trabalhar essa dimensão se procurou não focar exclusivamente as questões econômicas, procurando também analisar seus impactos no social, além de procurar integrar as outras dimensões com as questões socioeconômicas. Caracterizando-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas predominantes a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e do desenvolvimento constante da produtividade e da intersectorialidade socioproductiva.

Procurou-se também identificar resultados econômicos com níveis de eficiência, através da capacidade de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenas empresas. Dessa forma, buscou-se identificar a organização dos sistemas locais de produção, que possam transformar as vantagens comparativas locais em vantagens competitivas regionais.

Para atingir esses objetivos buscou-se fundir e sintetizar todo o conhecimento da realidade tendo por base o conjunto de informações de dados secundários disponíveis do território, complementadas com consultas e leituras diretas da realidade concreta e discutidas num processo dialógico entre técnicos e os atores sociais, o que nos possibilitou um conteúdo interpretativo dos fenômenos encontrados na realidade estudada e explicar os problemas, suas causas e seus efeitos, identificando as potencialidades e limitações com o

propósito de fundamentar e de estabelecer as diretrizes, as estratégias e as proposições com viabilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável do território.

No diagnóstico, procura-se registrar o entendimento da complexidade e da diversidade que, em geral, caracterizam o ambiente rural do território, considerando que essas sociedades são compostas de categorias, de camadas e de classes sociais que mantêm relações entre si (agricultores familiares, assentados, fazendeiros, empresas, assalariados e diaristas, acampados, arrendatários e parceiros, atravessadores, agroindústrias, bancos, fornecedores de insumos, comércio local, poder público, organizações da sociedade civil, etc.). A ação de cada um depende da ação ou da reação dos outros, bem como do seu entorno ambiental, social, político, institucional e econômico.

Na prática, pode ser que nem todas as informações necessárias estejam apresentadas de forma a possibilitar o pleno entendimento e a caracterização da realidade complexa, porém todos os esforços foram empreendidos para obter o maior número delas, com a preocupação de que, quanto mais organizado e completo for o nível e o domínio das informações pelos atores sociais, técnicos e representações do Estado, maior será a confiabilidade e a coerência das propostas de mudanças.

A tabela 37 fornece informações sobre renda *per capita*, proporção de pobres e concentração de renda medida através do Índice de Gini, para os municípios do território, divididos por micro território. Entende-se por renda *per capita* a razão entre o somatório da renda familiar *per capita* de todos os domicílios e o número total de domicílios no município. A renda familiar *per capita* de cada domicílio é definida como a razão entre a soma da renda mensal de todos os indivíduos da família residentes no domicílio e o número dos mesmos. O índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

**Tabela 37:** Incidência de Pobreza e Índice de Gini nos Municípios do Sertão Central em 2003

Municípios	Renda Per capita		Proporção de pobres %		Índice de Gini %	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Banabuiú	45,0	83,3	88,3	70,8	0,53	0,63
Choró	45,9	53,3	89,7	82,0	0,56	0,61
Dep. Irapuan Pinheiro	56,2	82,8	84,5	69,0	0,56	0,60
Ibaretama	44,0	62,6	89,3	76,0	0,46	0,53
Ibicuitinga	43,0	61,6	85,3	67,0	0,44	0,52
Mombaça	52,8	75,1	86,2	77,7	0,67	0,71
Milha	37,1	81,2	91,3	68,4	0,49	0,55
Piquet Carneiro	51,7	72,6	85,5	73,3	0,54	0,66
Pedra Branca	46,8	81,9	89,0	71,3	0,51	0,62
Quixadá	83,9	101,0	73,2	63,5	0,60	0,60
Quixeramobim	75,4	85,8	83,5	67,6	0,65	0,61
Senador Pompeu	85,3	104,3	79,8	62,3	0,65	0,60
Solonópole	51,3	83,0	87,0	66,8	0,57	0,52

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003

No geral, os municípios apresentam uma renda *per capita* muito baixa, variando de R\$ 37,1 no município de Milhã em 1991 a R\$ 104,3 no município de Senador Pompeu em 2000. Dentre os micro territórios, o que apresentou menor renda *per capita* foi o Micro III em 1991 e o que apresentou uma maior renda *per capita* foi o Micro IV em 2000, com R\$ 50,40 e R\$ 87,80, respectivamente. A média territorial variou de R\$ 55,90 (1991) para R\$ 79,80 (2000).

Os baixos valores de renda *per capita* geralmente refletem os níveis de pobreza. Quando consideramos o território, podemos verificar que no período de 1991-2000 houve uma queda, de 15,0% na proporção do número de pobres, passando de 85,4% em 1991 para 70,3% em 2000. Apesar da queda, a proporção de pobres no território ainda é muito elevada, com 70,3% em 2000. Ainda de acordo com a Tabela 37, observa-se que 84,6% dos municípios

apresentam em 1991 apresentam uma proporção de pobres acima de 80%, dentre eles: Ibaretama, Ibicuitinga, Choró, Quixeramobim, Banabuiú, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Deputado Irapuan Pinheiro, Milhã e Solonópole. Dentre estes, o município de Milhã é o que apresenta maior proporção de pobreza, com cerca de 91,3%, em 1991. Em 2000, o percentual de municípios com proporção de pobres acima de 80% caiu consideravelmente para 7,7%.

Como mostra o Índice de Gini, não houve crescimento da concentração de renda, resultando uma constância na desigualdade social do território. Em 1991, o índice de Gini foi de 0,60 e em 2000 foi de 0,60, logo a desigualdade social no território se manteve constante nesse período. Em 1991, 53,8% dos municípios apresentam índice de Gini superior a 0,50, dentre eles: Choró, Quixadá, Quixeramobim, Mombaça, Deputado Irapuan Pinheiro, Senador Pompeu e Solonópole. Em 2000, o percentual de municípios que apresentaram índice de Gini superior a 0,50 foi de 100%.

Na tabela 38 podemos verificar o percentual de apropriação de renda por extratos de renda da população por municípios, micro território e território, para o período de 1991 a 2000.

**Tabela 38:** Porcentagem da renda Apropriada por Extratos da População.

Municípios	20% mais pobres		40% mais pobres		60% mais pobres		80% mais pobres		20% mais ricos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Banabuiú	4,5	0,8	12,3	5,9	24,4	15,7	42,3	33,9	57,7	66,1
Choro	3,6	0,0	10,5	4,9	21,3	17,4	39,6	39,4	60,4	60,6
Dep. Irapuan Pinheiro	3,0	1,9	9,8	7,4	20,8	18,1	38,4	38,0	61,6	62,0
Ibaretama	5,3	2,0	14,6	9,9	28,8	23,5	51,0	46,1	49,0	53,9
Ibicuitinga	2,9	3,1	10,2	10,6	19,3	23,7	39,0	45,1	61,0	53,9
Mombaça	1,9	0,0	6,2	2,0	14,3	10,7	29,0	28,2	71,0	71,8
Milha	3,9	2,3	12,8	9,3	26,9	22,0	48,1	42,6	51,9	57,4
Piquet Carneiro	3,5	0,0	11,1	1,9	23,3	12,6	42,1	33,6	57,9	66,4
Pedra Branca	4,2	0,5	12,6	5,9	25,4	16,8	43,8	36,4	56,2	63,3
Quixadá	3,0	1,2	9,0	7,1	18,8	18,1	35,4	37,7	64,6	62,3
Quixeramobim	2,8	0,6	8,5	6,5	17,5	17,7	31,5	37,8	68,5	62,2
Senador Pompeu	3,0	1,7	8,4	7,7	17,1	19,0	30,8	37,8	69,3	62,2
Solonópole	3,0	3,1	10,2	10,6	21,3	23,7	39,0	45,1	61,0	54,9
<b>MÉDIA</b>	<b>3,47</b>	<b>1,17</b>	<b>11,4</b>	<b>6,6</b>	<b>21,7</b>	<b>17,9</b>	<b>39,3</b>	<b>38,1</b>	<b>60,8</b>	<b>62,0</b>

Fonte: IPECE – Anuário Estático do Ceará – 2008

Ao analisarmos o percentual da renda apropriada por extratos da população, verificamos que a concentração da renda no território está relacionada diretamente com o nível de pobreza. No período 1991-2000, observou-se que os 20% mais pobres do território estão cada vez mais pobres, pois houve uma queda ainda maior na apropriação da renda, caindo de 4,7% para 1,7%; os 40% mais pobres detiveram 13,4% em 1991, enquanto em 2000 essa média caiu para 7,9%; os 60% mais pobres em 1991 alcançaram 26,1% da renda, caindo para 19,3% no ano de 2000; os 80% mais pobres em 1991 detinham 45,2%, passando esse percentual no ano de 2000 para 39,8% da renda. Por outro lado, os 20% mais ricos evoluíram nesse período passando de 49,4% em 1991 para 60,2% da renda em 2000, indicando que a renda *per capita* do território permanece concentrada nas mãos da população mais rica, provocando uma maior desigualdade social.

**Tabela 39:** População Total, Rural e Urbana, por Micro Território, Área e Densidade Demográfica.

Municípios	Total	Rural	%	Urbana	%	Área km <sup>2</sup>	Densidade Demográfica (hab./km <sup>2</sup> )
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>							
Choró	12.790	9.279	72,0	3.511	28,0	815,8	15,7
Ibaretama	12.728	8.538	67,0	4.190	33,0	877,3	14,5
Ibicuitinga	11.000	5.398	49,0	5.602	51,0	424,2	25,9
Quixadá	76.105	23.114	30,0	52.991	70,0	2.019,0	37,7
<b>Total</b>	<b>112.623</b>	<b>46.329</b>		<b>66.294</b>			
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>							
Banabuiú	17.428	9.013	51,6	8.415	48,4	1.080,0	16,2
Quixeramobim	68.869	29.390	42,6	39.479	57,4	3.275,8	21,1
<b>Total</b>	<b>86.297</b>	<b>38.403</b>		<b>47.894</b>			
<b>MICRO TERRITÓRIO III</b>							
Mombaça	44.364	25.671	57,8	18.693	42,2	2.119,5	20,9
Pedra Branca	40.762	20.042	49,1	20.720	50,9	1.303,3	31,3
Piquet Carneiro	14.736	8.261	56,0	6.475	44,0	587,9	25,1
<b>Total</b>	<b>99.862</b>	<b>53.974</b>		<b>45.888</b>			
<b>MICRO TERRITÓRIO IV</b>							
Dep. Irapuan Pinheiro	9.108	5.391	59,1	3.717	40,9	470,4	19,4
Milhã	14.111	7.552	53,5	6.599	46,5	502,0	28,1
Senador Pompeu	25.290	10.424	41,2	14.866	58,8	1.002,1	25,2
Solonópole	17.340	9.211	53,1	8.129	46,9	1.536,2	11,3
<b>Total</b>	<b>65.849</b>	<b>35.578</b>		<b>33.311</b>			

Fonte: Estimativa IBGE, 2007

A população economicamente ativa (PEA) corresponde a 38,72% da população total, estando inferior ao percentual da PEA do Brasil, Nordeste e Estado do Ceará. Do total da PEA 76% dos habitantes estão localizados no meio urbano e 24% no meio rural sendo necessária a implementação de estratégias ou políticas públicas voltadas à inclusão da população rural no mercado de trabalho. Comparando os dados da tabela 39 acima a estimativa da população homens e mulheres, a população dos quatros Municípios mais populoso: (Quixadá, Quixeramobim, Mombaça e Pedra Branca) representa na sua diferença entre homens e mulheres: a população masculina representa apenas 1,2 % maior do que a população mulher.

Tabela 40: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por dimensão, segundo os municípios - Ceará - 1991/2000

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							
	Global				Educação			
	1991		2000		1991		2000	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Ceará	0,597	-	0,699	-	0,604	-	0,772	-
Banabuiú	0,486	128	0,629	98	0,464	133	0,675	137
Choró	0,430	178	0,570	176	0,392	173	0,677	136
Ibaretama	0,462	157	0,597	152	0,450	150	0,669	152
Ibicuitinga	0,508	86	0,642	65	0,487	101	0,718	65
Milhã	0,491	118	0,632	91	0,511	75	0,716	68
Mombaça	0,478	139	0,604	141	0,445	155	0,641	168
Pedra Branca	0,453	168	0,605	140	0,413	169	0,632	172
Piquet Carneiro	0,505	95	0,622	109	0,492	97	0,694	111
Quixadá	0,572	16	0,673	21	0,592	18	0,733	37
Quixeramobim	0,558	24	0,640	70	0,552	40	0,704	91
Senador Pompeu	0,538	46	0,618	116	0,568	29	0,687	126
Solonópole	0,527	60	0,640	71	0,565	30	0,727	46

Fonte: IPECE - Anuário Estatístico do Ceará 2008



**Tabela 41:** Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por dimensão, segundo os municípios - Ceará - 1991/2000

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							
	Longevidade				Renda			
	1991		2000		1991		2000	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
<b>Ceará</b>	<b>0,613</b>	<b>-</b>	<b>0,713</b>	<b>-</b>	<b>0,563</b>	<b>-</b>	<b>0,616</b>	<b>-</b>
Banabuiú	0,587	84	0,700	79	0,408	140	0,511	68
Choró	0,487	182	0,596	179	0,412	138	0,436	179
Deputado Irapuan Pinheiro	0,531	160	0,618	169	0,445	85	0,510	70
Ibaretama	0,531	161	0,659	140	0,405	149	0,463	148
Ibicuitinga	0,598	59	0,731	32	0,438	93	0,477	128
Milhã	0,586	86	0,674	118	0,376	177	0,507	78
Mombaça	0,555	141	0,677	111	0,435	101	0,494	104
Pedra Branca	0,531	162	0,674	119	0,415	133	0,508	75
Piquet Carneiro	0,593	74	0,684	104	0,431	109	0,488	109
Quixadá	0,611	47	0,743	21	0,512	18	0,543	33
Quixeramobim	0,627	33	0,700	77	0,494	29	0,516	60
Senador Pompeu	0,531	159	0,618	168	0,515	17	0,549	29
Solonópole	0,586	85	0,684	105	0,430	112	0,510	71

Fonte: IPECE - ANUARIO ESTATISTICO DO CEARA 2008

Coerente com o cenário macroeconômico favorável, em 2007 a economia do território registrou um crescimento acumulado de 20% no Produto Interno Bruto (PIB), superior à taxa cearense que foi 18%. O desempenho da economia setorial no território, no triênio de 2005 a 2007, esteve amparado nos resultados dos setores de Serviços, seguido da Agropecuária e Indústria.

De acordo com a tabela acima, podemos verificar o resultado do território do Índice de Desenvolvimento Humano obtido a partir da média do IDH-Municipal (IDHM) divulgado pelo ONU, através do seu Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este índice abrange três dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O IDHM é obtido pela média aritmética simples de três subíndices: IDHM – Longevidade, obtido a partir da esperança de vida ao nascer; IDHM – Educação, resultado da combinação da porcentagem de adultos alfabetizados com taxa de matrícula nos ensinos elementar, médio e superior; IDHM – Renda, que é obtido a partir da PIB *per capita*, ajustado ao poder de paridade de compra e com retornos

marginais decrescentes à renda a partir de um determinado patamar de referência.

O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Municípios com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, os municípios com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e municípios com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

Para comparação entre os anos 1991 e 2000, foi calculado a Taxa de Crescimento do IDH-M. Para a análise da posição relativa do município no contexto estadual, foram criadas as seguintes referências. Recuo Fraco – menos de dez posições perdidas; Recuo Médio – entre 10 e 20 posições perdidas e Recuo Forte – mais de 20 posições perdidas. Critérios similares foram utilizados para registrar o avanço de cada município no ranking estadual.

Segundo a classificação do PNUD, todos os municípios que compõem o território alcançaram em 2000 o padrão de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Comparando-se os anos 1991 e 2000, constata-se um crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM em todos os municípios, sendo que 8 (oito) municípios que tinham IDHM menor de 0,500, passaram da faixa de “baixo” para “médio” desenvolvimento humano em 2000. A taxa de crescimento do IDHM variou de 15% a 40% no período.

O Índice de Desenvolvimento Social (IDS) tem como objetivo de prover o Sistema, de Inclusão Social com um indicador sintético e capaz de mensurar a inclusão social no Estado do Ceará. Inspirado nas metas de Desenvolvimento do Milênio<sup>2</sup>, o Sistema de Inclusão Social tem a finalidade de monitorar as ações do Governo na área social e identificar os resultados destas. Este sistema se insere no de Gestão por Resultados (GPR) adotados pelo Governo do Estado do Ceará.

No Estado do Ceará, a análise da inclusão social vem sendo realizada através do Índice de Desenvolvimento Social (IDS). Trata-se de um índice sintético construído a partir de indicadores de oferta de serviços públicos e de resultados destes serviços. Sua funcionalidade é fornecer informações que

ofereçam subsídios para a formulação e avaliação das políticas e programas realizados pelo Governo do Estado do Ceará.

A avaliação final do IDS obtido para cada município de acordo com uma classificação por conceitos permanece sem alterações em relação às metodologias anteriores. Nesta etapa da avaliação, os municípios (e o Estado) são, portanto, classificados em quatro categorias de acordo com o valor dos índices obtidos (de resultado ou de oferta) e, então, recebem um conceito (caracterizado por uma cor) de acordo com o seu valor. Cada município pode ser posicionado em termos relativos como ruim (vermelho), regular (amarelo), bom (verde) ou ótimo (azul), da seguinte forma:

Município	Educação	Saúde	Habitação	Emprego e Renda
Banabuiú	Amarelo	Verde	Amarelo	Vermelho
Choro	Amarelo	Verde	Vermelho	Vermelho
Dep. Irapuan Pinheiro	Verde	Verde	Vermelho	Vermelho
Ibaretama	Amarelo	Verde	Vermelho	Vermelho
Ibicuitinga	Amarelo	Verde	Vermelho	Vermelho
Mombaça	Vermelho	Verde	Amarelo	Vermelho
Milha	Amarelo	Verde	Amarelo	Vermelho
Piquet Carneiro	Vermelho	Verde	Amarelo	Vermelho
Pedra Branca	Amarelo	Verde	Amarelo	Vermelho
Quixadá	Amarelo	Verde	Amarelo	Vermelho
Quixeramobim	Amarelo	Verde	Amarelo	Vermelho
Senador Pompeu	Vermelho	Verde	Amarelo	Vermelho
Solonópole	Amarelo	Verde	Amarelo	Vermelho

**Quadro 21:** Desempenho Obtido pelos municípios, 2004-2007.

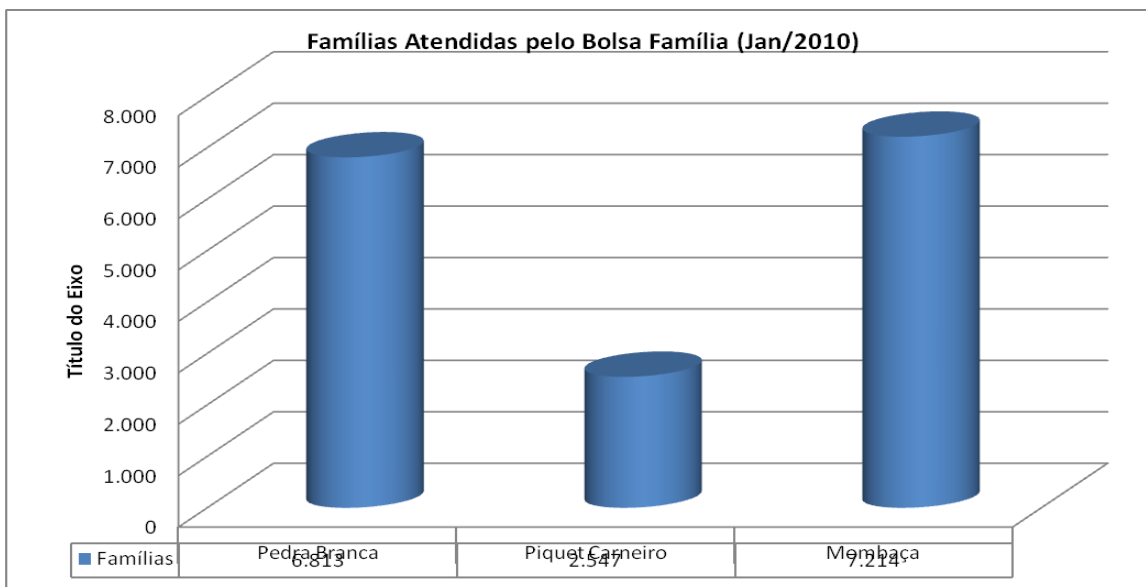
**Fonte:** SEPLAG – IPECE 2009

**Tabela 42:** Índice de Desenvolvimento Social no Território Sertão Central, 2004-2007

Municípios	IDS - O				IDS -R			
	2004	2005	2006	2007	2004	2005	2006	2007
Banabuiú	0.292	0.291	0.312	0.314	0.372	0.401	0.413	0.472
Choro	0.270	0.281	0.281	0.319	0.389	0.374	0.376	0.423
Dep. Irapuan Pinheiro	0.328	0.328	0.342	0.373	0.427	0.427	0.416	0.416
Ibaretama	0.206	0.205	0.216	0.62	0.398	0.385	0.378	0.419
Ibicuitinga	0.336	0.356	0.356	0.370	0.374	0.399	0.409	0.456
Mombaça	0.265	0.291	0.317	0.332	0.369	0.391	0.411	0.440
Milha	0.287	0.312	0.351	0.338	0.369	0.399	0.412	0.387
Piquet Carneiro	0.289	0.324	0.278	0.327	0.294	0.361	0.337	0.377
Pedra Branca	0.316	0.325	0.348	0.360	0.408	0.427	0.421	0.388
Quixadá	0.351	0.353	0.366	0.387	0.459	0.472	0.453	0.473
Quixeramobim	0.349	0.347	0.364	0.344	0.419	0.449	0.475	0.473
Senador Pompeu	0.286	0.316	0.327	0.374	0.376	0.370	0.365	0.382
Solonópole	0.347	0.362	0.401	0.421	0.418	0.442	0.433	0.394

Fonte: IPECE - ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CEARÁ 2008

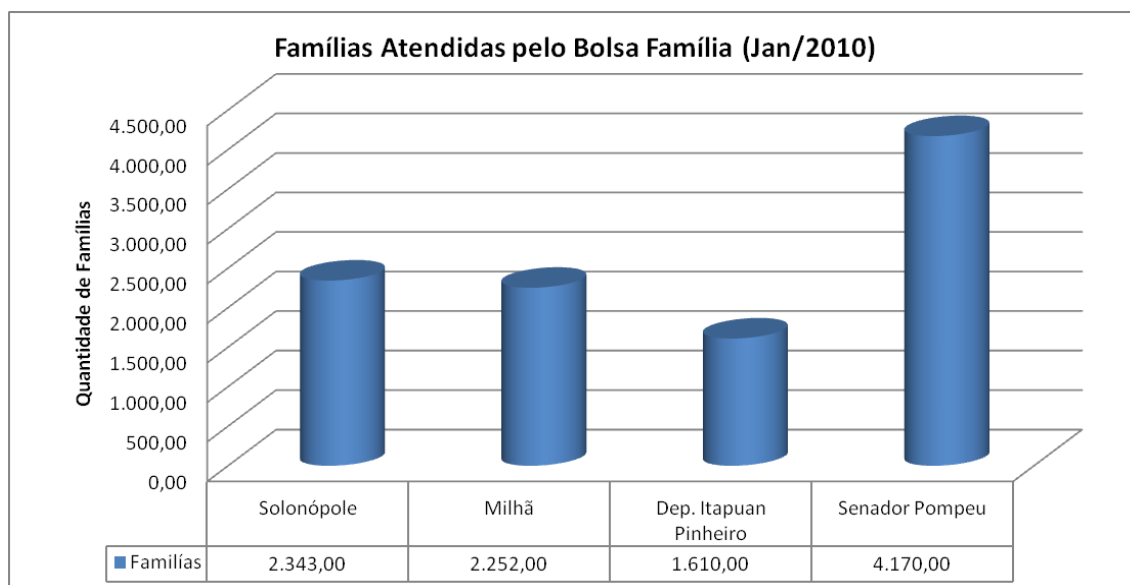
O Programa Bolsa Família é um programa de controle social que tem como finalidade principal incentivar e motivar a permanência das crianças na escola é também um programa de grande impacto para a economia dos municípios. Esse impacto é ainda maior em municípios que apresentam baixos índices de renda *per capita*, como é o caso dos municípios do Território Sertão Central. Abaixo podemos visualizar alguns desses municípios e as respectivas informações referentes a número de famílias assistidas e valor mensal dos repasses.



**Figura 11:** Número de famílias atendidas pelo Bolsa Família em Pedra Branca, Piquet Carneiro e Mombaça

**Fonte:** MDS em números – Relatório de Informações Sintético 2010

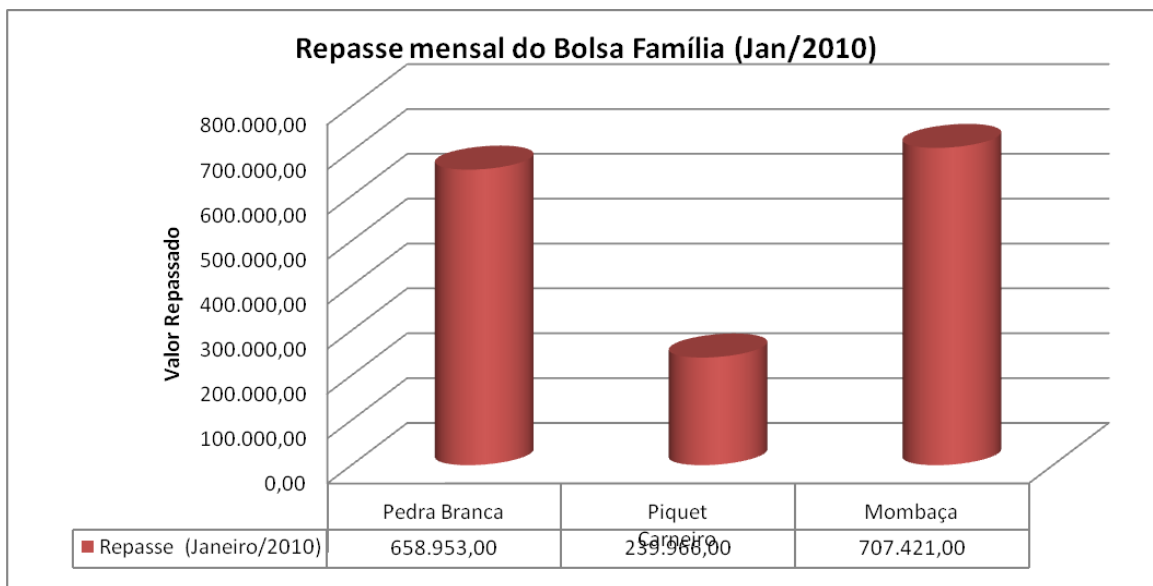
No município de Pedra Branca o número de famílias assistidas pelo programa bolsa família é de 6.813 famílias, enquanto que os municípios de Piquet Carneiro e Mombaça é de, respectivamente, 2.547 e 7.214 famílias.



**Figura 12:** Número de famílias atendidas pelo Bolsa Família em Solonópole, Milhã, Dep. Irapuan Pinheiro e Senador Pompeu.

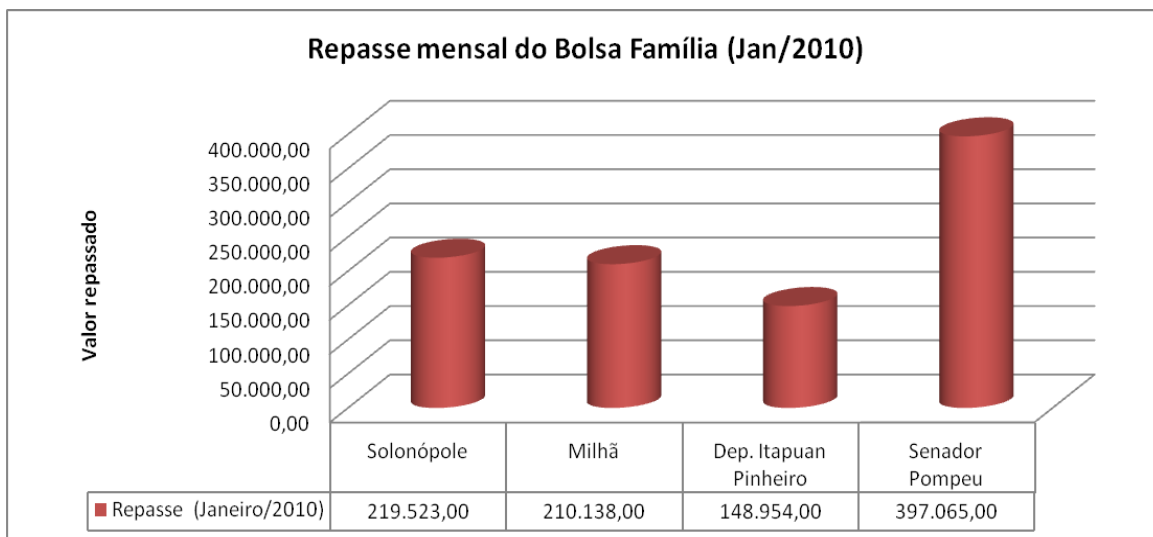
**Fonte:** MDS em números – Relatório de Informações Sintético 2010

No município de Solonópole, o número de famílias assistidas pelo programa bolsa família é de 2.343 famílias, enquanto que os municípios de Milhã, Dep. Irapuan Pinheiro e Senador Pompeu é de, respectivamente, 2.252, 1.610 e 4.170 famílias.



**Figura 13:** Repasse mensal do Bolsa Família em Pedra Branca, Piquet Carneiro e Mombaça.  
**Fonte:** MDS em números – Relatório de Informações Sintético 2010

O repasse mensal pelo programa bolsa família nos municípios de Pedra Branca, Piquet Carneiro e Mombaça é de, respectivamente, R\$658.953, R\$ 239.966 e R\$ 707.421,00. Esses números são muito significativos, isso se considerarmos que se trata de municípios que apresentam baixa renda *per capita*.



**Figura 14:** Repasse mensal do Bolsa Família em Solonópole, Milhã, Dep. Irapuan Pinheiro e Senador Pompeu.

**Fonte:** MDS em números – Relatório de Informações Sintético 2010

O mesmo pode ser verificado para o restante dos municípios (Solonópole, Milhã, Dep. Irapuan Pinheiro e Senador Pompeu). O repasse mensal para esses municípios é de R\$ 219.523,00, R\$ 210.138,00, R\$ 148.954,00 e R\$ 397.065,0.

## 15. ASPECTOS DO SETOR PRODUTIVO.

### 15.1 Agricultura

No sistema produtivo, destacam-se: a lavoura permanente, a lavoura temporária, a criação de rebanhos, a produção de leite e a apicultura. Na lavoura permanente, tem-se a produção de bananas, castanha de caju, coco da baía, goiaba, laranja e manga. São 4.123 hectares de área plantada/colhida e 5.444 toneladas produzidas com um valor de 2.563 mil reais. Na lavoura temporária é produzido o algodão herbáceo (caroço), o arroz (em casca), a cana-de-açúcar, a fava (em grão), o feijão (em grão), a mamona (baga), a mandioca, o milho (em grão) e o tomate. Esta lavoura forma 101.264 hectares de área plantada/colhida e 196.181 toneladas produzidas com um valor de 79.260 mil reais (IBGE, 2007).

Durante a prática das atividades agrícolas são utilizadas técnicas de uso de tração animal, através do cultivador e tratores. Sendo que, o uso de trator é mais comum para os médios e grandes proprietários. É possível identificar ainda no território algumas práticas de captação *in situ*, barragens subterrâneas, normalmente orientadas e implementadas pelos técnicos da EMATERCE, empresa que comporta o maior número de técnicos no território.

O uso de sementes selecionadas é uma ação garantida aos agricultores pelo programa do governo do estado, bem como, esta garantia também se dá através de alguns órgãos, que disponibilizam sementes em algumas comunidades e assentamentos. Destacamos também o uso de agrotóxico ocasionando um impacto deste sistema de produção junto ao meio ambiente. Mesmo sabendo que hoje o território já se depara com uso reduzido de agrotóxico pelo agricultores de base familiar que, inclusive no Município de SENADOR POMPEU os agricultores inseridos no programa Nacional da Merenda Escolar - PAA e PNAE não utilizam agrotóxicos em suas lavouras .

Na agricultura, esta presente a Associação dos fruticultores de Senador Pompeu, que vem colaborando para a organização da cadeia da fruticultura no território. O cultivo da fruticultura acontece tanto através do sistema irrigado



como de sequeiro sem perder de vista o cultivo da atividade através do aproveitamento das áreas úmidas. Dentre elas, destacamos as fruteiras irrigadas (manga , maracujá, caju, banana, mamão acerola, goiaba e graviola), as fruteiras de sequeiro (manga, caju, cajá, siriguela, graviola) e as fruteiras de áreas úmidas (coco banana e manga). A atividade fruticultura requer mais atenção voltada para implantação de unidades de beneficiamento, buscar parcerias de financiamento para ampliação da atividade como PRONAF AGROINDÚSTRIA e outros projetos estratégicos. Vale também lembrar que se faz necessário estruturar/ampliar os poços com energia elétrica oferecendo condições para o cultivo irrigado.

Ainda na atividade agrícola os agricultores familiares são protegidos pelas estiagens e enchentes, com o programa garantia safra do governo federal envolvendo as esferas Estadual e Municipal.

O BIODIESEL, é uma cadeia de relevância no território, pois a região conta com 02 usinas de processamento de oleaginosas, uma no município de Quixadá e a outra no município de Piquet Carneiro.

## **15.2 Produção Pecuária.**

O efetivo de rebanhos é formado pela criação de bovinos (306.730 cabeças), suínos (80.963 cabeças), eqüinos (16.664 cabeças), asininos (30.759 cabeças), muares (7.920 cabeças), ovinos (24.640 cabeças), caprinos (6.700 cabeças), galinhas (440.308 cabeças), codornas (4.590 unidades) e vacas ordenhadas (61.071 cabeças).

### 15.2.1 Bovinocultura.

A Organização da cadeia Produtiva da Bovinocultura - Em 2009, foi instaurado o processo de fortalecimento da cadeia produtiva da Bovinocultura de Leite com a articulação de vários atores - MAPA, MDA, BNDES, SEBRAE, EMBRAPA /EMATERCE e Universidades. Foi elaborado um Plano Estratégico com definição de projetos a serem apoiados. Em 2009 foi priorizado um projeto para fortalecimento desta cadeia produtiva em todo o território.

A Cadeia da bovinocultura do território tem destaque à bovinocultura leiteira , sendo visível a necessidade de ampliar a estratégia para municípios que apresentam potencial, assegurar uma ATER Sistemática aos grupos de produtores, incentivando o manejo reprodutivo sanitário e alimentar.

**Tabela 43:** Quantidade produzida e valor da produção de leite no Território Sertão Central, 2006-2009.

Município	Leite							
	Produção de origem animal (Mil litros)				Valor da produção (Mil Reais)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Banabulú	3.979	4.083	4.147	4.256	2.387	2.450	2.488	2.553
Choró	2.165	2.198	2.206	2.160	1.408	1.429	1.323	1.296
Deputado Irapuan Pinheiro	1.327	1.335	1.355	1.344	796	801	813	806
Ibaretama	2.637	2.643	2.646	2.640	1.714	1.718	1.587	1.584
Ibicuitinga	1.708	1.725	1.739	1.720	1.110	1.121	1.043	1.032
Milhã	3.534	3.538	3.555	3.474	2.297	2.300	2.133	2.084
Mombaça	4.403	4.221	4.010	4.011	2.862	2.744	2.606	2.607
Pedra Branca	3.390	3.396	3.432	3.537	2.034	2.036	2.059	2.122
Piquet Carneiro	1.239	1.320	1.324	1.324	805	858	860	861
Quitadá	10.280	10.309	10.622	10.632	6.682	6.701	6.373	6.379
Quixeramobim	15.664	15.696	15.725	15.750	10.182	10.202	9.435	9.450
Senador Pompeu	3.515	3.520	3.525	3.515	2.285	2.286	2.115	2.109
Solonópole	3.460	4.083	3.485	3.463	2.076	2.450	2.091	2.078
<b>Total</b>	<b>57.301</b>	<b>58.067</b>	<b>57.771</b>	<b>57.826</b>	<b>36.638</b>	<b>37.100</b>	<b>34.926</b>	<b>34.961</b>

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Agropolos

A produção e beneficiamento de leite, vêm aumentando desde 1995 no território. Foi 57.967 mil litros e 5.111 mil litros beneficiado no próprio estabelecimento, com destaque para os municípios de Quixadá e Quixeramobim que são os principais produtores. Também encontramos a produção de leite de cabra, na qual se destaca o município de Quixadá com 133.811 l produzidos de um total de 249.141 litros (IBGE, 2007).

#### 15.2.2 Ovinocaprinocultura.

A cadeia da ovinocultura encontra-se na região em fase de organização, observando porém que três municípios vem trabalhando a atividade com a estratégia- DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável ) do Banco do Brasil , que segundo a informação do SEBRAE é uma atividade que promete ser uma ação sustentável para o território a curto prazo.

**Tabela 44:** Efetivo de caprinos no Território Sertão Central, 1996-2008.

Municípios	Efetivos Caprinos (Cabeças)							
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2008
Pedra Branca	13.709	13.850	10.700	12.500	12.100	13.300	14.400	6.727
Mombaça	4.476	11.875	11.519	13.246	13.378	13.645	13.710	8.467
Solonópole	7.929	8.000	6.400	7.800	6.500	7.100	7.550	5.010
Quixadá	5.422	5.600	4.800	6.200	5.600	6.150	6.670	9.599
Banabuiú	5.463	5.680	4.800	6.000	5.500	5.990	6.480	4.946
Choró	3.215	3.480	2.500	3.400	3.200	3.500	3.800	2.583
Ibaretama	2.965	3.100	2.800	3.500	3.200	3.490	3.700	4.289
Senador Pompeu	3.090	3.300	2.600	3.400	3.150	3.400	3.630	1.088
Dep. Irapuan Pinheiro	3.028	3.270	2.300	2.800	2.500	2.750	2.950	2.534
Milhã	1.408	1.500	1.300	2.500	2.150	2.360	2.570	0376
Ibicuitinga	1.407	1.600	1.400	2.100	1.900	2.080	2.240	1.541

Fonte: SEBRAE, 2010

Assim como a ovinocultura, a caprinocultura também se encontra em fase de organização o numero de produtores da cadeia ainda é muito baixo, do ponto de vista das dificuldades enfrentadas pelos 12 agricultores que trabalham ativamente a cadeia e que no entanto merece um destaque as suas dificuldades como: reserva alimentar, não consumir carne de caprino e cultural,

alem de problemas relacionados a furtos de animais. Em fim, a cadeia exige melhor organização da produção.

### 15.2.3 Avicultura

É uma atividade bastante considerada no território, por existir grupos produtivos organizados que exploram a atividade com sistema de criação intensiva e semi-intensiva, mesmo visualizando as dificuldades de infraestruturas básicas, assistência técnica continuada, o território hoje conta com um grupo de 36 avicultores com assistência técnica através do projeto DOM HELDER CÂMARA. Ainda para atividade foi apresentado pelos atores territoriais a necessidade de infraestruturas básicas, maior organização da produção com a implantação de núcleos de galinha caipira e unidades de abate.

**Tabela 45:** Efetivo de aves no Território Sertão Central, 1996-2008.

Municípios	Efetivos Aves (Cabeças)							
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2008
Quixeramobim	34.847	34.990	28.300	30.600	32.400	35.600	37.600	30.007
Solonópole	26.615	27.360	19.200	21.100	24.000	26.300	28.500	30.007
Quixadá	24.684	25.200	18.700	22.400	24.300	26.700	28.100	593.678
Pedra Branca	20.772	20.950	15.800	17.200	19.200	21.100	22.900	103.096
Banabuiú	17.118	18.620	15.300	18.00	19.500	21.300	23.000	24.063
Senador Pompeu	11.093	11.400	9.100	11.600	13.400	14.700	15.900	34.732
Milhã	10.400	10.800	7.600	9.500	10.800	11.800	12.860	27.811
Ibaretama	7.895	8.200	5.800	7.600	8.500	9.360	10.200	39.677
Ibicuitinga	7.567	7.900	5.600	7.200	6.800	7.400	8.030	11.817
Dep. Irapuan Pinheiro	7.484	7.900	5.500	7.200	8.100	8.900	9.600	20.183
Mombaça	7.463	28.685	25.884	28.472	28.756	29.618	30.085	107.817
Piquet Carneiro	3.779	3.914	3.836	4.062	4.102	4.210	4.380	26.607
Choró	-	-	-	-	-	-	-	37.643

Fonte: SEBRAE, 2010

#### 15.2.4 Apicultura

A apicultura vem sendo bastante difundida no território e já consegue gerar renda para um número bastante razoável e crescente de produtores no território. Esta atividade tem expressividade no município de Mombaça que acumulou uma experiência importante em toda a cadeia produtiva do mel e tornou-se uma referência para o território e principalmente para o micro II.

Existem no território 744 estabelecimentos com caixa de colméia, os quais produziram 257.778 kg de mel e 3.244 kg de cera. Esta atividade é sem dúvida promissora para a economia do território e principalmente para a agricultura familiar. (IBGE, 2007).

Mas, os atores envolvidos no processo, considera ainda uma atividade carente de infra estrutura capaz de oferecer uma matéria prima de maior qualidade e quantidade , para tanto, a proposta apresentada e de ampliação de casas de mel sifadas em todos os municípios do território até porque o diagnóstico apresenta potencial e demanda qualificada.

**Tabela 46:** Produção de Mel de abelha no Território Sertão Central, 2006-2009.

Município	Tipo de produto - Mel de abelha							
	Produção de origem animal (Quilogramas)				Valor da produção (Mil Reais)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Banabuiú	215	223	350	480	1	1	2	2
Deputado Irapuan Pinheiro	2.105	1.590	1.900	2.050	7	6	9	10
Ibaretama	76	79	110	120	0	0	0	1
Ibicuitinga	17.250	17.800	18.100	18.700	60	71	81	90
Milhã	3.300	1.050	2.120	2.300	12	4	10	10
Mombaça	149.500	120.000	93.600	252.000	598	480	318	932
Pedra Branca	18.100	2.230	2.090	2.650	81	10	10	13
Piquet Carneiro	7.500	35.000	27.536	52.000	29	140	94	192
Quixadá	20.126	1.186	2.350	2.480	91	5	11	12
Quixeramobim	201	210	1.800	1.920	1	1	8	9
Solonópole	12.725	223	20.900	21.750	45	1	94	98
<b>Total</b>	<b>231.098</b>	<b>179.591</b>	<b>170.856</b>	<b>356.450</b>	<b>925</b>	<b>719</b>	<b>637</b>	<b>1.369</b>

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Agropolos

### **15.3 Produção Pesqueira.**

O destaque da piscicultura no território se dá com a pesca artesanal, pois a cadeia se organiza através das colônias de pescadores distribuídas nos municípios de Senador Pompeu, Banabuiú, Choró e Quixadá. Dentre outras, destacamos algumas dificuldades operacionais da cadeia como: dificuldades logísticas para a comercialização e gelo, o sistema de comercialização PAA e PNAE, acesso às feiras da região metropolitana. No entanto, alguns projetos estratégicos foram eleitos para complementação e melhor implementar a cadeia como: Povoamento e fiscalização dos açudes, instalação de unidades de distribuição de gelo; aquisição de um transporte para viabilizar a pescada até as feiras; além de equipamentos adequados de funcionamento e beneficiamento (agregar valor) ao pescado. Acelerar o processo de emissão de DAP's pelas colônias de pescadores também foi uma demanda territorial.

A cadeia da PSICULTURA é assistida no território principalmente pela instituição SINTACE/ COLACOLA que de certa forma vem colaborando e muito para a organização da cadeia.

### **15.4 Horticultura**

O cultivo das hortaliças procede no território ainda em pequena escala, tanto para o consumo familiar como em escala comercial podendo citar que as culturas mais exploradas são : (Cebolinha, coentro, alface, batata doce, jerimum, cenoura, beterraba e berinjela) A atividade requer ainda um melhor planejamento de plantio, produção (escalamento da produção) considerando que são culturas bastante demandadas pelo os programas de alimentação escolar e PAA.

### **15.5 Fruticultura.**

O cultivo da fruticultura acontece tanto através do sistema irrigado como de sequeiro sem perder de vista o cultivo da atividade através do aproveitamento das áreas úmidas. Dentre elas destacamos as fruteiras



irrigadas (manga , maracujá, caju, banana, mamão acerola, goiaba e graviola) as fruteiras de sequeiro (manga, caju, cajá, siriguela, graviola) e as fruteiras de áreas úmidas (coco banana e manga) a atividade fruticultura requer mais atenção voltada para implantação de unidades de beneficiamento, buscar parcerias de financiamento para ampliação da atividade como PRONAF AGROINDUSTRIA e outros projetos estratégicos vale também lembrar que se faz necessário estruturar /ampliar os poços com energia elétrica oferecendo condições de explorar a irrigação.

### **15.6 Turismo**

O turismo no Território Sertão Central é um potencial a ser explorado. Ele é representado pelo Turismo Ecológico/ Científico e Rural, e o Turismo Cultural e de Lazer. O primeiro tipo atende á proposta de proteção a paisagem singular das formações rochosas configuradas entre Quixadá e Quixeramobim. Já o Turismo de Lazer procura aproveitar o potencial hídrico do território, com destaque para o município de Banabuiú.

O Turismo Cultural se configura na existência de patrimônios históricos e manifestações folclóricas. O artesanato é uma atividade importante na ocupação da mão-de-obra da população feminina e do jovem da zona rural. Dentre os principais tipos de artesanato encontrados no território tem-se: palha de carnaúba; barro; pedras preciosas; pintura; bordado; crochê; serigrafia; confecção e etc.

É importante também ressaltar a infraestrutura de hotéis presentes, sobretudo nos municípios de Quixadá e Quixeramobim que possibilitam o desenvolvimento do Turismo. Destaque para o hotel fazenda de Quixeramobim e em Quixadá a existência de uma pousada rural. O município de Boa Vista que fica no assentamento em Quixadá apresenta-se como uma área de perspectiva agroecológica e turismo sustentável.

### **15.7 Artesanato**

Na tabela ocorrência das tipologias por município cearense, observa-se que nos 08 municípios apresentados, o artesanato em renda é comum em 07 Municípios podendo, desta forma, afirmar que a renda é uma atividade expressiva e de ocupação da mão de obra feminina bem como contribui para o aumento e complemento da renda familiar.

Citamos ainda que os Municípios de Banabuiú, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibaretama, Ibicuitinga e Milhã, municípios integrantes do território não possuem junto a CEART -CEARÁ cadastros e ou ocorrência das tipologias.

**Tabela 47:** Tipologias de Artesanato por município e tipologia.

MUNICÍPIO	TIPOLOGIA
Choró	Rendas e Bordados/Tecelagem
Mombaça	Rendas e Bordados/Couro/Alimentos/Metal
Pedra Branca	Metal/Rendas e Bordados
Piquet Carneiro	Alimento/Cerâmica/Tecelagem/Rendas e Bordados
Quixadá	Rendas e Bordados/Tecelagem
Quixeramobim	Tecelagem
Senador Pompeu	Tecelagem/Rendas e Bordados/Cestarias e Trancados
Solonópole	Rendas/Tecelagem/Madeira/Cestarias e Trancados/Metal/Alimentos

---

Fonte: CEART -SEBRAE-CE, 2010.

## 16. SERVICOS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

### 16.1 Setor do Comércio

Com relação aos serviços de Comércio e Indústria a política de interiorização da indústria, do Governo do Estado em parceria com as prefeituras municipais por meio de incentivos fiscais tem sido um atrativo para levar grupos empresariais a se instalarem nos municípios do interior cearense. Nesse território existente 344 indústrias ativas das quais, 79% são de construção civil, 10% de transformação, 7% extrativa mineral e 4% de utilidade pública. No setor de serviços existem 300 empresas ativas atuando nas áreas de transporte, armazenamento, comunicação, alimentação, hospedagem, intermediação financeira, imóveis, educação, saúde e serviço social. Quanto ao comércio existe 3.872 estabelecimentos comerciais, dos quais 98% são varejistas.

### 16.2 Indústria

**Tabela 48:** Empresas industriais ativas, por tipo, segundo os municípios e Ceará, 2005-2006.

Municípios	Empresas industriais									
	Total		Extrat. mineral		Construção civil		Utilidade pública		Transformação	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Ceará	13.905	14.807	170	170	2.252	2.335	53	52	11.430	12.250
Banabuiú	9	8	2	2	-	-	-	-	7	6
Choró	2	2	-	-	-	-	-	-	2	2
Deputado Irapuan Pinheiro	4	3	-	-	1	1	-	-	3	2
Ibaretama	6	8	-	-	2	2	-	-	4	6
Ibicuitinga	5	5	-	-	-	-	-	-	5	5
Milhã	9	10	-	-	-	-	-	-	9	10
Mombaça	18	20	-	-	-	-	-	-	18	20
Pedra Branca	31	31	-	-	5	4	-	-	26	27
Piquet	9	10	-	-	3	4	-	-	6	6

Municípios	Empresas industriais									
	Total		Extrat. mineral		Construção civil		Utilidade pública		Transformação	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Carneiro										
Quixadá	103	114	1	1	21	21	-	-	81	92
Quixeramobim	95	106	-	1	15	14	-	-	80	91
Senador Pompeu	29	29	-	-	6	6	-	1	23	22
Solonópole	17	18	-	-	6	5	-	-	11	13

**Fonte:** IPECE – Anuário do Ceará 2007

## 17. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DO TERRITÓRIO.

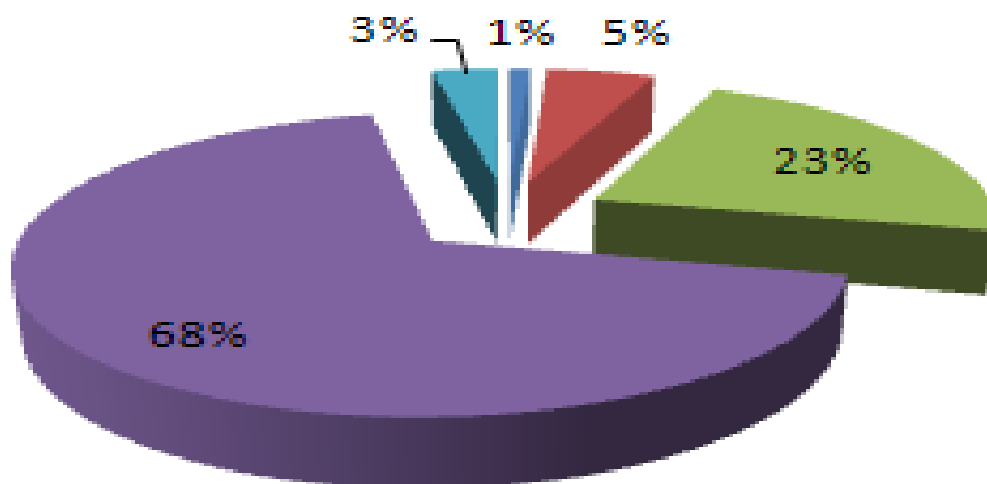
**Tabela 49:** Assentamento de trabalhadores rurais, segundo os municípios e Ceará, 2006-2007.

Municípios	Assentamento de Trabalhadores Rurais (1)					
	Número de imóveis		Área (ha)		Famílias Beneficiadas	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Ceara	18	40	5.812	12.680	253	504
Banabuiú	1	-	309	-	20	-
Ibaretama	1	-	244	-	13	-
Ibicuitinga	-	2	-	884	-	33
Pedra Branca	-	1	-	494	-	11
Pentecoste	1	-	740	-	12	-
Quixadá	1	1	361	147	14	10
Quixeramobim	-	3	-	535	-	14
Senador Pompeu	-	1	-	514	-	18

**Fonte:** Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE).

(1) Oriundos do Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural

Em relação à estrutura fundiária, o território Sertão Central possui 16.625 imóveis rurais, deste total 68% são minifúndios, 23% pequenas propriedades, 5% média propriedade e 3% grande propriedade. Desses imóveis 1.704 estão regularizados e 2.400 estão programados para regularização.



**Figura 15:** Percentual do número de imóveis, por tipo de propriedade no território Sertão Central.

Fonte: Adaptação do Anuário Estatístico do Ceara/IPECE, 2009.

Os minifúndios possuem 208.815 hectares, as pequenas propriedades 465.967 hectares, as médias propriedades 364.322 hectares e as grandes propriedades 280.376 hectares. Esses valores mostram que as terras estão concentradas para um pequeno número de proprietários. Verifica-se também que do total da área ocupada por imóveis rurais no estado do Ceará, 12% pertence ao Território Sertão Central, o que equivale a 1.320.423 hectares.

No setor de agropecuária distinguem-se duas categorias: a patronal e a familiar, conforme a Tabela 50, o percentual de estabelecimentos da categoria familiar é bastante superior ao da categoria patronal, sendo 89,58% e 10,42%, respectivamente, contudo a área total da categoria familiar é de 48,47% e da categoria patronal, que possui apenas 3.869 estabelecimentos, 10,42%. Isto mostra que a agricultura familiar é composta por pequenos estabelecimentos. Em relação ao valor bruto da produção, 49,99% pertence à categoria familiar enquanto que 50,01% à patronal.

**Tabela 50:** Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção das Categorias Familiares e Patronal do Território Sertão Central.

Local	Categorias	Estabelecimento		Área Total		Valor Bruto da Produção	
		Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
	<b>Total</b>	37.125	100	1.003.266	100	78.146	100
Território	Familiar	33.256	89.58	486.348	48.47	39.567	49.99
	Patronal	3.869	10.42	516.918	51.53	36.027	50.01

Fonte: IBGE, 2006.

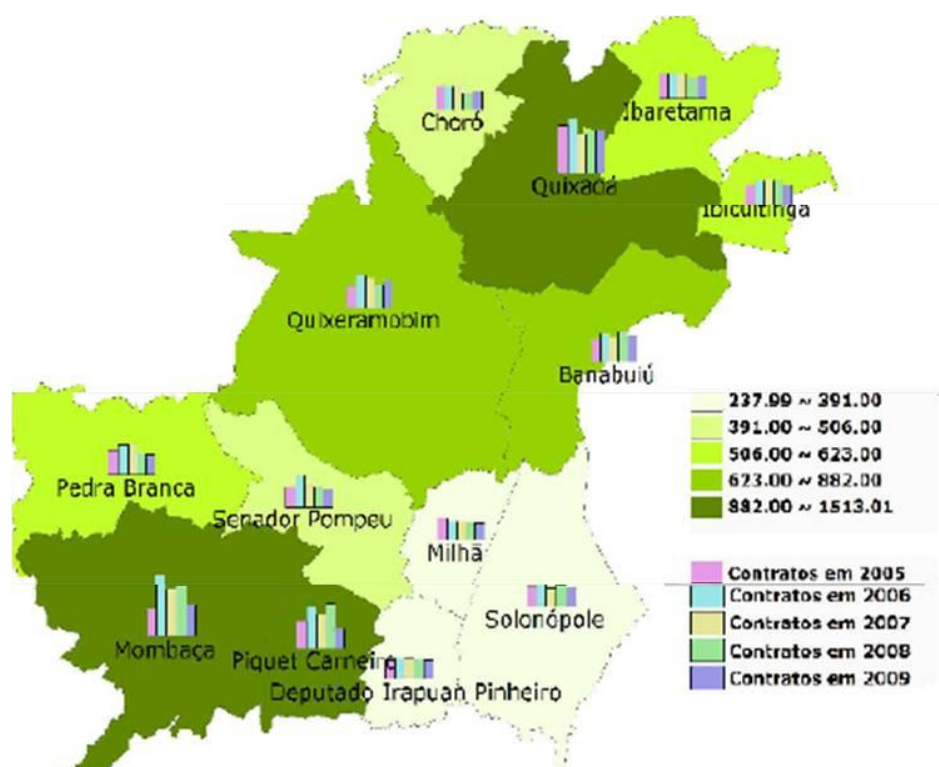
No território existem 53 assentamentos compostos por 1752 famílias. Estes assentamentos e famílias estão concentrados no Micro território I, com um total de 40 e 1159, respectivamente. Os órgãos financiadores desses assentamentos são: a Célula da Terra, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrários (INCRA), o Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) e o Projeto São José. A assistência técnica nessas áreas é ofertada

pelas prefeituras municipais, instituições públicas como a Empresa de assistência técnica e Extensão do Ceará (EMATERCE) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por organizações não-governamentais e empresas privadas implementadoras do PRONAF.

## 18. FINANCIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa do Governo Federal para apoiar o desenvolvimento rural sustentável e garantir segurança alimentar, fortalecendo a agricultura familiar, por meio de financiamentos as agricultoras e os agricultores, bem como as suas associações e cooperativas. O PRONAF foi criado em 1995 para atender o pequeno produtor rural de forma diferenciada, mediante apoio financeiro ao desenvolvimento de suas atividades agropecuárias e não agropecuárias, exploradas com a força de seu trabalho e com o de sua família.

O fortalecimento e a valorização do agricultor familiar, visando integrá-lo à cadeia de agronegócios e proporcionar-lhe aumento de renda e agregação de valor ao produto e à propriedade, com sua profissionalização e com modernização do seu sistema produtivo.



**Figura 16:** Mapa de distribuição de acesso ao Pronaf no Território Sertão Central, 2005-2009.

Fonte: BNB (2010).



Por mais que o gráfico acima apresente um número de contratos bastante expressivos, ainda existe uma demanda muito grande com relação às dificuldades de acesso a linha de crédito PRONAF MULHER / PRONAF JOVEM / AGROINDUSTRIA que de certa forma tem direito a política nacional de fortalecimento da agricultura, assim como o crédito como instrumento intermediador do desenvolvimento socioeconômico.

Em especial o território apresenta como propostas de encaminhamento:

- Promover momentos de diálogo junto aos agentes financeiros.
- Instituir uma política de monitoramento e valorização do crédito na região.
- Garantir uma assistência técnica sistemática de interação entre o AGRICULTOR e o TECNICO desde o planejamento e durante a execução da atividade.

Canais de Comercialização:

De forma generalizada à comercialização dos produtos agropecuários é realizada do produtor para o atravessador e este distribui para o comércio varejista da capital e do interior. Esta variável é um elemento prejudicial à sustentabilidade dos agricultores familiares que são em sua maioria descapitalizados e por isso vendem a sua produção na palha ou no período pós-colheita quando os preços são muito baixos não compensando os gastos feitos para obter a produção, principalmente do milho e do feijão. As feiras da agricultura familiar, a exemplo da feira de animais em Quixadá, são apontadas como um meio promissor de comercialização já que ocorrem tanto a nível regional, municipal e estadual.

Apesar do desempenho dos agricultores familiares em realizar a comercialização dos seus produtos, ainda não é suficiente. No Território Sertão Central a cultura do atravessador ainda é muito forte, fragilizando o desenvolvimento agricultura familiar.

A proposta da Base de Serviço é de ser a interlocutora dos Agricultores (as) Familiares e assentados (as) no que se refere à comercialização, produção e consumo, com foco na socioeconomia solidária e na visão da agroecologia, disponibilizando para isso de assessoria, consultoria para o fortalecimento das

organizações dos produtores, com o objetivo de aumentar a produtividade e viabilizar o acesso ao mercado, culminando com uma maior agregação de valor na venda direta dos produtos (agropecuários, artesanais, etc.) através de parcerias com as bases de serviços locais, territoriais e estaduais, busca viabilidade econômica, sustentabilidade ambiental e justiça social. E desta forma possibilitar agregação de valor aos produtos da agricultura familiar (beneficiamento e processamento, comunicação e marketing, arranjos institucionais de comercialização, certificação e selos). No entanto , o território já apresenta resultados significativos criando espaços de discussão para dos consumidores conscientes , realizando feiras agroecológicas .

## **19. ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.**

Os Serviços de Assessoria e Assistência Técnica territorial, normalmente , é viabilizada pelas as entidades EMATERCE , INSTITUTO AGROPOLOS, ACACE, CACTUS, COPASAT, PROJETO DOM HELDER CAMARA. Porém com o número de técnicos resumidos, o atendimento aos agricultores familiar dos municípios do território ,é insuficiente para a demanda existente, do ponto de vista que mesmo com o novo modelo de ATER, organizadas em microbacias com assistência intensiva objetivando uma assistência técnica permanente e de qualidade no caso da EMATERCE, ainda se faz ampliar o quadro de técnicos de campo.

Ressaltamos porém que o INSTITUTO AGROPOLOS tem missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade, fomentando e qualificando as políticas públicas , através da capacitação e assessora técnica educativa e de execução de apoio a projetos referenciais e estratégicos. Atualmente vem desenvolvendo ações específicas de organização da cadeia produtiva da cajucultura, fruticultura, floricultura e biodiesel.

O número de ONG´s que prestam serviço de ATER , ainda é muito reduzido. Atualmente contamos com poucas entidades conveniadas com a SDA Secretaria de Desenvolvimento Agrário: CACTUS, ACACE , COPASAT e FORTPROJETOS que tem atuação no território com ações de fortalecimento a assistência técnica ,mas não podemos perder de vista outras instituições como CVT, os escritórios particulares de projetos, além de poucos tem tido dificuldade no acompanhamento técnico, aos beneficiários da agricultura familiar quando da execução dos projetos. No entanto, a demanda apresentada pelo comitê de organização sustentável da produção e comercialização é de fortalecer as entidades de ATER com: A contratação de técnicos de campo; e, Instituir um dinâmica de apoio as ONGs.

**Tabela 51:** Entidades de assessoria e assistência técnica no território, conveniados com a Secretaria de Desenvolvimento Agrária/SDA

ENTIDADES DE ATER (OG E ONG)	Nº de Famílias
INSTITUTO AGROPOLOS	1886
EMATERCE	5283
COPASAT	65
ACACE	861
DOM HELDER CAMARA	1682
IRDSS	100
CETRA	573
COPERBIO	1050
Total	11500

Fonte: / SDA- Secretaria de Desenvolvimento Agrário -2010

**Tabela 52:** Instituições de assessoria e assistência técnica territorial.

INSTITUIÇÕES	ÁREA DE ATUAÇÃO P/ MUNIICPIO	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE FAMÍLIAS
SINTACE -COLA-COLA	13	20	1500
INST.SERTÃO CENTRAL	13	15	600
UNITACE	13	15	800
FUNDAÇÃO CEDEMA	Quixadá e Choro	4	60
COCEPAT	Quixeramobim Senador Pompeu	17	1500
TOTAL	-	66	4460

Fonte: Oficina Estadual dos Comitês Temáticos Nov/ 2010

Em se tratando ainda da assistência técnica nos territórios, não podemos perder de vista a atuação das Secretarias Municipais da Agricultura representada nos 12 municípios com equipes técnicas concursados via Prefeituras Municipais. Algumas Prefeituras até firmaram convenio com o Governo do Estado para garantir uma maior socialização e melhor implantação das políticas públicas junto às unidades familiares a exemplo da prefeitura do Município de Piquet Carneiro trabalha de forma conveniada e vem de certa forma apresentando um modelo de ATER de destaque para a região. A seguir o território apresenta entidades de ATER existentes no território , conveniadas

e não conveniadas com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário -SDA respectivamente o número de famílias assistidas.

A tabela acima apresenta as instituições de ATER existentes no território, conveniadas e não conveniadas somando um total de 15.960 famílias assistidas representando apenas 27% das famílias (estabelecimento rurais) existentes no território. o Instituto Antonio Conselheiro IAC- é uma entidade muito presente no território e também colabora com assistência técnica aos agricultores de base familiar . É fundamental destacar o PDHC- Projeto Dom Helder Câmara, entidade atuante em dois territórios do Estado do Ceará: Inhamuns Crateús e Sertão Central. O projeto financia projetos de apicultura, horticultura, caprinocultura, artesanato manejo sustentável da caatinga, além de galinha caipira bovinocultura e piscicultura. O PDHC garante ainda a formação continuada dos agricultores com orientações teóricas e práticas.(contribuição: CETRA, neila@cetra.org.br).

## 20. ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA.

O diagnóstico da Dimensão Socioeconômica possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 22, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: os aspectos socioeconômicos, os aspectos do Setor Produtivo, Serviços, Comércio e Indústria, Situação Fundiária, Financiamento e Comercialização da Produção e Assessoria e Assistência Técnica que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

<b>ANALISE TERRITORIAL DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA</b>	
<b>AMBIENTE INTERNO</b>	
<b>PONTOS FORTES</b>	<b>PONTOS FRACOS</b>
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Reserva hídrica abundante</li><li>2. Rios perenizados que favorecem a fruticultura irrigada, a horticultura e o cultivo de vazantes</li><li>3. Existência de espaços destinados à comercialização de produtos da agricultura familiar no Território</li><li>4. Território com várias iniciativas de produção sustentável e agroecológica (“quintais produtivos”, algodão agroecológico, casa de sementes, viveiros de plantas nativas)</li><li>5. Existência do projeto “quintais produtivos”</li><li>6. Presença das cadeias produtivas da bovinocultura, da pesca artesanal, ovinocaprinocultura e apicultura</li><li>7. Melhoria do padrão genético na bovinocultura com a introdução de reprodutores de qualidade</li><li>8. Ampliação da criação de galinha caipira e aves em geral</li><li>9. Áreas favoráveis para a fruticultura irrigada e horticultura</li><li>10. Presença de associações comunitárias</li><li>11. Os recursos naturais e os</li></ol>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Uso de agrotóxicos na produção agrícola</li><li>2. Prática indiscriminada de queimadas</li><li>3. Baixo nível de organização dos agricultores familiares tanto no âmbito da produção quanto da comercialização</li><li>4. Ausência de política de ATER pública, gratuita e continuada</li><li>5. Uso ineficiente de financiamentos de custeio e/ou investimento por parte de alguns tomadores de crédito agrícola</li><li>6. Logística deficitária ou inexistente para a realização das feiras da agricultura familiar</li><li>7. Processamento e beneficiamento do mel realizados precariamente</li></ol> <p>Dificuldades no escoamento da produção</p>

## ANALISE TERRITORIAL DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

equipamentos sociais existentes no Território favorecem a prática do ecoturismo, do turismo rural e turismo de eventos

### AMBIENTE EXTERNO

#### OPORTUNIDADES

1. Existência de programas do governo federal voltados à garantia da segurança alimentar e de acesso a água
2. Presença de programas governamentais que apóiam a agricultura familiar, como: PRONAF, DRS, Plano Safra, PROINF, PAC I e II.
3. Existência das Bases de Serviços de Comercialização
4. Institucionalização do Programa Luz para Todos
5. Presença de órgãos promotores e organismos não governamentais executoras de ATER

#### AMEAÇAS

1. Índices crescentes de desertificação
2. Presença do atravessador na comercialização
3. Descontinuidade da ATER devido a redução de técnicos nas instituições executoras
4. Alto custo da energia elétrica onerando custos de produção agropecuária
5. Descrédito no modelo associativista e cooperativista

**Quadro 22** Análise Territorial da Dimensão Socioeconômica do Território Sertão Central

**Fonte:** Comitês Temático Organização Sustentável da Produção, 2010.





**Parte II d**  
**DIMENSÃO POLITICO**  
**INSTITUCIONAL**  
**Territorialização e Gestão Publica**  
**Infraestrutura Institucional**  
**Governabilidade e Gestão Social**



## 21 TERRITORIALIZAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Cabe ao Estado brasileiro, em todas as suas instâncias (municipal, estadual e federal) executar a política pública de desenvolvimento territorial rural que garanta a estrutura e recursos orçamentários capazes de viabilizar a idéia-conceito de desenvolvimento territorial rural que, segundo a 1ª Conferencia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS 2008), pode ser compreendido como *“um processo que articula e busca conciliar os diversos interesses de atores e grupos sociais, setores econômicos, práticas culturais, bem como diversas realidades e disponibilidade de recursos ambientais em nome de uma melhor qualidade de vida para esta e para as futuras gerações que vivem em regiões rurais”*.

Esta idéia-conceito se materializa nos eixos estratégicos: (1) Combinação do econômico-produtivo com o territorial; (2) Democratização do acesso à renda e das riquezas existentes no rural brasileiro, que reconhece a intrínseca relação entre o rural e o urbano; (3) Ampliação dos investimentos sociais para as populações, o que significa falar em previdência social, saneamento, habitação, energia, saúde, segurança, estradas, transporte, informação, esporte, cultura e, lazer (4) Organização social e participação política que, entre outras coisas, refere-se à articulação e cooperação político-institucional entre a União-Estados e municípios, a democratização e equidade de acesso às políticas, considerando as temáticas de gênero-geração e etnia e a construção de novas institucionalidades que estimule o estabelecimento de relações mais autônomas e democráticas entre Estado e sociedade civil. .

Considerando este marco referencial e, em especial, os componentes da idéia-conceito de desenvolvimento territorial rural, principalmente no que se refere ao eixo estratégico Organização social e participação política, esta dimensão do Plano pretende explorar um conjunto de elementos de diagnóstico que possam caracterizar o atual arranjo político-institucional do território, que consiste na análise das estruturas de poder existentes, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade

socioterritorial, na perspectiva da consolidação de uma moderna esfera pública territorial, capaz de coordenar ampliada e democrática.

De posse desse conjunto de elementos de diagnóstico analisado e validado pelo território, esta dimensão deve gerar os objetivos estratégicos no sentido de aperfeiçoar o atual arranjo político-institucional, que vai ser concretizado nas estratégias, eixos temáticos, programas e projetos da referida dimensão.

É importante salientar que a dimensão político-institucional deve dialogar com as demais dimensões do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) à medida que ela é um dos alicerces que dá sustentação ao próprio Plano, principalmente no que diz respeito à construção de uma ambiência político-institucional e sociocultural favoráveis à participação da sociedade civil na formulação, implantação, monitoramento e avaliação de políticas públicas (ou ações sociais públicas), bem como na concretização das intenções inscritas no referido Plano.

### **21.1 Estrutura do Poder Local e Territorial**

A construção democrática dos espaços públicos no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial, no Brasil de hoje e, mais especificamente no Nordeste brasileiro, requer ampliar o olhar para entender a complexidade e multiplicidade de fatores inerentes a tal construção. Este olhar deve permitir caminhar pela natureza das relações entre Estado e sociedade civil, pela questão da representatividade, pelas matrizes culturais e pelos formatos institucionais que os encontros vão assumindo e, a depender da convergência de intenções e propósitos entre Estado e sociedade civil, as relações serão movidas ora por projetos políticos compartilhados, ora por projetos políticos que fortalece o ajuste neoliberal que exige, cada vez mais, o encolhimento das responsabilidades sociais do Estado.

Nesse contexto, refletir sobre a estrutura do poder local e a governabilidade territorial é uma exigência apontada pelo território à medida que se reconhece que o “sujeito” do desenvolvimento territorial são as forças sociais, econômicas e político-institucionais, operando na forma de autogestão

e, sobremaneira, atuando em redes sociais, econômicas e institucionais (arranjos), o que significa dizer legitimada de expressão conferida pela participação cidadã co-responsável.

O Quadro 23 dimensiona a representação político-partidária do território, considerando os processos eleitorais de três mandatos (e com informações disponíveis para consulta 2009-2012, 2005-2008 e 2001-2004), ao tempo reflete o desenho das forças partidárias no âmbito do poder executivo e suas relações de aliança (espaço de diálogo e poder de negociação como aliado) ou oposição (espaço de diálogo e poder de negociação como oposição) com o governo estadual e federal, no período de três processos eleitorais, ou seja, 2007-2010, 2003-2006 e 1999-2002.

Mandato 2009-2012																		
Municípios	Nº Eleitores	Representação Partidária da Gestão Municipal																
		PMN	PP	PMDB	PTB	PHS	PSDB	PT	PRB	DEM	PR	PSB	PTC	PC do B	PRP	PSC	PDT	PPS
Banabuiú	12.641						X											
Choro	10.117						X											
Dep. Irapuan Pinheiro	5.925						X											
Ibaretama	9.042											X						
Ibicuitinga	9.265						X											
Milhã	10.360			X														
Mombaça	31.737						X											
Pedra Branca	32.730														X			
Piquet Carneiro	9.483						X											
Quixadá	50.889							X										
Quixeramobim	48.691			X														
Senador Pompeu	19.889							X										
Sonolópole	13.814			X														
<b>TOTAL</b>	<b>264.583</b>																	

**Quadro 23:** Eleitores e Representação Partidária da Gestão Municipal 2009-2012

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará, 2009/Tribunal Regional Eleitoral, eleições 2008.

Mandato 2005-2008																	
Municípios	Nº Eleitores	Representação Partidária da Gestão Municipal															
		PMN	PP	PMDB	PTB	PTC	PSDB	PT	PPS	PL	PFL	PSB	PRTB	PPS	PDT	PRP	PHS
Banabuiú	11606							X									
Choró	9169			X													
Dep. Irapuan Pinheiro	6827						X										
Ibaretama	9345					X											
Ibicuitinga	7707							X									
Milhã	9635			X													
Mombaça	29159						X										
Pedra Branca	29723															X	
Piquet Carneiro	10223						X										
Quixadá	46765							X									
Quixeramobim	43906						X										
Senador Pompeu	18670							X									
Solonópole	13104										X						
<b>TOTAL</b>	<b>245.839</b>																

**Q**

**Quadro 24:** Eleitores e Representação Partidária da Gestão Municipal 2005-2008

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará, 2005 / Tribunal Regional Eleitoral, eleições 2004.

Mandato 2001-2004															
Municípios	Nº Eleitores	Representação Partidária da Gestão Municipal													
		PL	PP	PMDB	PTB	PSD	PSDB	PT	PSDC	PR	PSB	PST	PFL	PDT	PPS
Banabuiú	10.766	X													
Choró	8.416					X									
Dep. Irapuan Pinheiro	6.555						X								
Ibaretama	8.446											X			
Ibicuitinga	7.993					X									
Milhã	8.955						X								
Mombaça	27.858		X												
Pedra Branca	27.900						X								
Piquet Carneiro	9.523						X								
Quixadá	44.935							X							
Quixeramobim	41.156						X								
Senador Pompeu	17.450					X									
Solonópole	12.644						X								
<b>TOTAL</b>	<b>232.597</b>														

**Quadro 25** – Eleitores e Representação Partidária Gestão Municipal 2001 – 2004

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará, 2001 / Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2000



MANDATOS	REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA DA GESTÃO MUNICIPAL E TERRITORIAL										
	PP	PMDB	PSDB	PT	PFL/DEM	PSB	PTC	PPS	PRP	PL	PSD
2009-2012	-	03	06	02	-	01	-	-	01	-	-
2005-2008	02	-	04	02	01	-	01	02	01	-	-
2001-2004	01	-	06	01	01	-	-	-	-	01	03
<b>TOTAL</b>	<b>03</b>		<b>16</b>	<b>05</b>	<b>02</b>		<b>01</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>01</b>	<b>03</b>

**Quadro 26:** Eleitores e Representação Partidária da Gestão Municipal e Territorial

**Fonte:** Anuário Estatístico 2002, 2005 e 2009/Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2000, 2004 e 2008

Analisando o cenário político-partidário da Gestão Municipal do Território Sertão Central nos processos eleitorais de três mandatos (e com informações disponíveis para consulta 2009-2012, 2005-2008 e 2001-2004), apresentado nos Quadros 23, 24 e 25, constata-se a presença significativa de gestores municipais do partido PSDB, seguido pelo PT, nos três mandatos consecutivos, indicando um cenário político-partidário ora de aliança, ora de oposição com o governo estadual e federal, principalmente nos três períodos mais recentes destes, ou seja, 2007-2010, 2003-2006 e 1999-2002. Observa-se, ainda, a presença de outros partidos em dois mandatos consecutivos, a exemplo dos partidos PP, PFL/DEM E PRB. Os partidos PMDB, PSB, PTC, PPS, PL e PSD saíram vitoriosos em apenas um mandato.

O Quadro 26 dimensiona, por micro território, a representação político-partidária do legislativo municipal e sua influência no cenário político do território, considerando os processos eleitorais de três mandatos (e com informações disponíveis para consulta 2009-2012, 2005-2008 e 2001-2004), ao tempo reflete o desenho das forças partidárias no âmbito do poder legislativo e suas relações de aliança (espaço de diálogo e poder de negociação como aliado) ou oposição (espaço de diálogo e poder de negociação como oposição) com o governo estadual e federal, no período antes referido

## Mandato 2009-2012

Municípios	Total Habitantes	Total de Vereadores	Representação Partidária do Legislativo Municipal																
			PMN	PP	PMDB	PTB	PHS	PSDB	PT	PRB	DEM	PR	PSB	PTC	PC do B	PTN	PSC	PDT	PPS
Banabuiú	18.196	09	0	01	0	0	0	04	01	0	02	0	01	0	0	0	0	0	0
Choro	13.316	08	02	0	02	01	0	02	0	0	0	0	0	01	0	01	0	0	0
Dep. Irapuan Carneiro	9.508	09	0	0	0	0	0	06	02	0	0	0	01	0	0	0	0	0	0
Ibaretama	13.156	09	0	01	0	03	0	01	0	02	0	0	01	0	01	0	0	0	0
Ibicuitinga	11.589	09	0	02	02	0	01	01	01	0	0	01	01	0	0	0	0	0	0
Milhã	14.691	09	0	0	01	0	02	03	01	0	0	0	01	0	0	0	01	0	0
Mombaça	4.6252	09	0	04	01	0	0	03	0	0	01	0	0	0	0	0	0	0	0
Pedra Branca	42.055	09	0	0	0	0	0	05	0	0	0	0	03	0	0	0	0	01	0
Piquet Carneiro	15.449	09	0	01	0	0	0	04	01	0	0	0	02	0	0	0	0	0	01
Quixadá	79.505	10	0	0	0	0	0	03	06	0	01	0	0	0	0	0	0	0	0
Quixeramobim	72.951	10	0	0	01	01	0	05	0	0	0	0	02	0	0	0	0	01	0
Senador Pompeu	25.069	09	0	0	0	0	0	02	04	0	0	01	02	0	0	0	0	0	0
Sonolópole	17.943	09	0	0	02	0	0	01	0	01	03		01	0	01	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>379.680</b>	<b>117</b>	<b>02</b>	<b>09</b>	<b>09</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>40</b>	<b>15</b>	<b>03</b>	<b>07</b>	<b>02</b>	<b>15</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>01</b>

**Quadro 27:** Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal 2009-2012

Fonte: Anuário Estatístico, 2009/Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2008.

Mandato 2005-2008																			
Municípios	Total Habitantes	Total Vereadores	Representação Partidária do Legislativo Municipal																
			PMN	PP	PMDB	PTB	PTC	PSDB	PT	PPS	PL	PFL	PSB	PRTB	PPS	PDT	PRP	PHS	PSL
Banabuiú	17.306	9	0	0	0	02	0	02	02	01	0	01	0	0	0	01	0	0	0
Choró	12.770	9	01	02	0	0	01	0	0	02	0	0	0	01	01	0	0	0	01
Dep. Irapuan Carneiro	8.627	9	0	0	0	01	0	01	03	0	0	0	0	0	04	0	0	0	0
Ibaretama	13.380	9	0	0	0	0	03	03	0	01	0	01	0	0	0	01	0	0	0
Ibicuitinga	23.489	9	0	01	01	0	01	03	0	01	0	0	0	0	02	0	0	0	0
Milhã	13.881	9	0	01	02	01	0	04	01	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mombaça	41.454	9	0	06	01	0	0	02	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pedra Branca	41.959	8	0	0	02	0	0	04	0	0	0	0	0	0	0	01	01	0	0
Piquet Carneiro	13.152	9	0	01	02	0	0	05	01	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quixadá	74.793	10	0	0	0	0	02	01	05	0	01	0	01	0	0	0	0	0	0
Quixeramobim	59.229	10	0	0	0	0	0	07	01	0	0	0	0	0	0	01	01	0	0
Senador Pompeu	27.491	9	0	0	0	04	0	03	01	0	0	0	0	0	0	0	0	01	0
Solonópole	17.385	9	0	0	03	0	0	04	0	01	0	01	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>364.916</b>	<b>118</b>	<b>01</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>08</b>	<b>07</b>	<b>39</b>	<b>14</b>	<b>06</b>	<b>01</b>	<b>03</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>07</b>	<b>04</b>	<b>02</b>	<b>01</b>	<b>01</b>

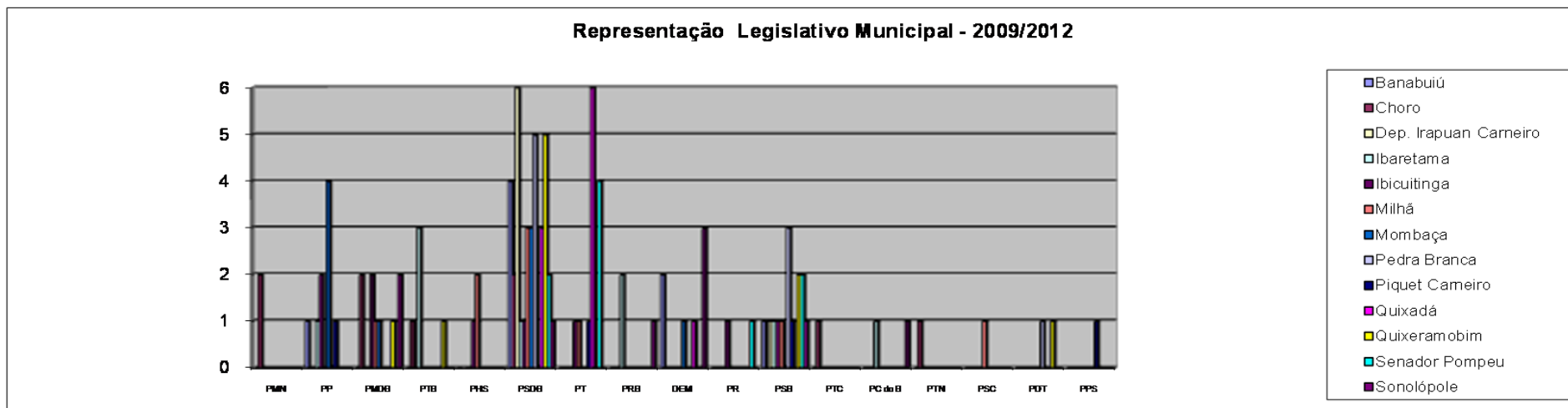
**Quadro 28:** Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal

Fonte: Anuário Estatístico, 2005/Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2004.

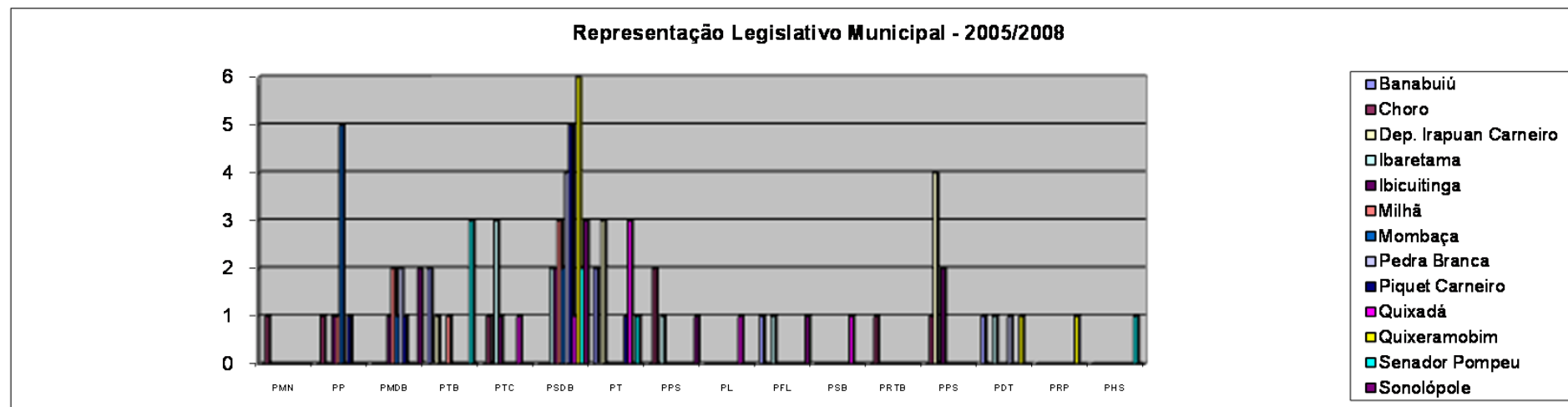
Mandato 2001-2004																
Municípios	Total Habitantes	Total Vereadores	Representação Partidária do Legislativo Municipal													
			PL	PP	PMDB	PTB	PSD	PSDB	PT	PSDC	PR	PSB	PST	PFL	PDT	PPS
Banabuiú	16.400	10	02	03	02	01	0	0	0	0	0	0	0	0	0	02
Choró	12.145	11	0	0	0	0	03	01	0	0	02	02	02	01	0	0
Dep. Irapuan Carneiro	8.435	09	0	0	0	0	02	05	0	0	0	0	0	0	0	02
Ibaretama	12.811	11	0	02	02	02	0	01	0	02	0	0	0	02	0	0
Ibicuitinga	9.530	11	0	01	00	0	03	01	01	0	0	0	0	0	02	03
Milhã	13.131	11	0	0	03	0	01	05	0	0	0	0	0	01	0	01
Mombaça	41.243	19	0	12	01	0	0	06	0	0	0	0	0	0	0	0
Pedra Branca	40.958	17	0	0	01	0	0	11	0	0	0	0	0	0	04	01
Piquet Carneiro	13.135	11	0	01	03	0	0	05	01	0	0	0	0	0	0	01
Quixadá	70.493	21	01	01	01	05	0	03	06	0	0	02	0	02	0	0
Quixeramobim	58.896	21	0	0	0	01	05	11	0	0	0	0	0	02	02	0
Senador Pompeu	27.302	17	0	0	04	0	07	02	0	0	0	0	0	0	0	04
Solonópole	16.974	10	0	0	04	0	0	02	0	0	0	0	0	02	0	02
<b>TOTAL</b>	<b>341.453</b>	<b>179</b>	<b>03</b>	<b>20</b>	<b>21</b>	<b>09</b>	<b>21</b>	<b>53</b>	<b>08</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>04</b>	<b>02</b>	<b>10</b>	<b>08</b>	<b>16</b>

**Quadro 29:** Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal

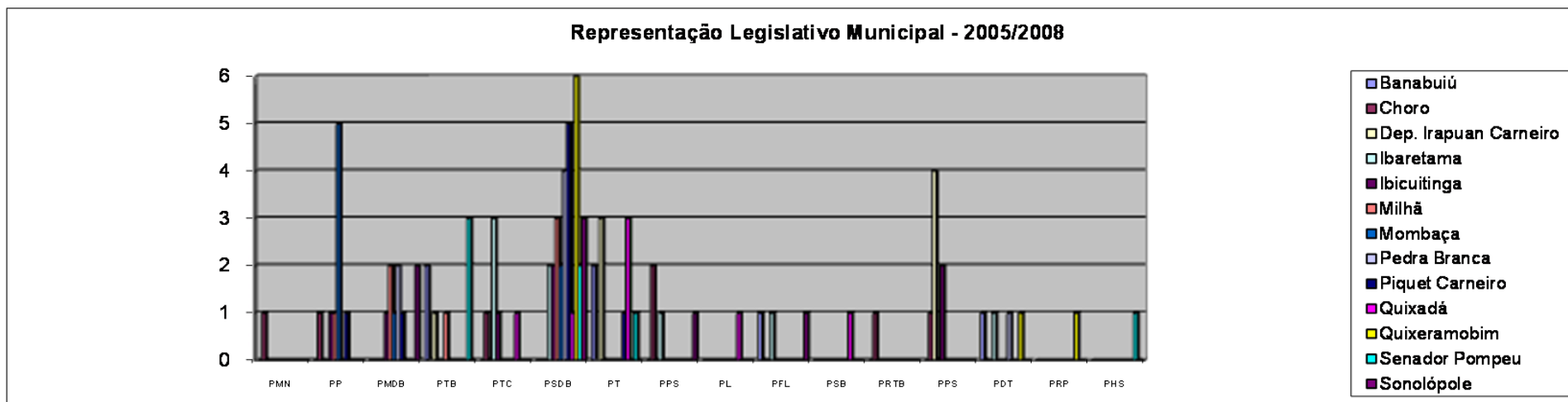
Fonte: Anuário Estatístico, 2002/Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2000.



**Figura 17:** Habitantes e Representação Partidária Legislativo Municipal  
**Fonte:** Anuário Estatístico 2009/Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2008



**Figura 18:** Habitantes e Representação Partidária Legislativo Municipal  
**Fonte:** Anuário Estatístico 2005/Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2004.



**Figura 19:** Habitantes e Representação Partidária Legislativo Municipal

Fonte: Anuário Estatístico 2002/Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2000

Analisando o cenário político-partidário do legislativo municipal do Território Sertão Central, nos três mandatos consecutivos, constata-se a presença significativa dos partidos PSDB, PP, PMDB, PT, PPS, PTB, DEM/PFL, PDT e PSB. Por outro lado, o quadro também sinaliza para a redução de cadeiras dos referidos partidos em relação ao primeiro mandato (2001-2004) e ao mais recente (2009-2012), inserindo outros partidos no cenário político-partidário, a exemplo do PHS, PL, PMN, PR, PSD, PRP, PST e PRTB. Este cenário indica ora movimento de aliança, ora movimento de oposição, sobretudo, com os governos municipais, sendo esta relação estendida ao governo estadual e federal, principalmente nos três períodos mais recentes destes, ou seja, 2007-2010, 2003-2006 e 1999-2002.

Segundo informações dos atores locais, por ocasião dos eventos com as instâncias do colegiado territorial (plenária geral e comitês temáticos), a inexpressiva participação do legislativo nas dinâmicas desencadeadas pelo território tem limitado a contribuição dessa esfera de poder na perspectiva da construção de uma nova ambiência política territorial, capaz de avançar a passos mais largos nas iniciativas de diálogo, articulação e cooperação entre Estado e sociedade civil. Outra constatação é que as questões de interesse do território não tem sido pauta de discussão e priorização do legislativo municipal à medida que é ainda muito presente a cultura da troca, a insuficiente publicização do orçamento participativo e o desconhecimento sobre o Programa Territórios da Cidadania (PTC), o que explica a ausência de representação dessa esfera de poder no contexto atual do território. Por outro lado, observa-se que o compromisso ético e o envolvimento de uma parcela de vereadores/as municipais fazem a diferença na gestão territorial.

Assim, tanto a participação do legislativo, quanto do judiciário precisa ser estimulada e qualificada no sentido de consolidar uma ambiência de governança favorável a articulação e cooperação entre as esferas de governo com vistas à implantação de políticas públicas mais amplas e eficazes na perspectiva da superação dos grandes desafios apontados pelo diagnóstico territorial e, conseqüentemente, na concretização das proposições inscritas no Plano.



## 21.2 Estrutura Administrativa e Política das Instituições Públicas

O processo social e político do território só criam carne e espírito mobilizador quando vem para o chão dos lugares. E para haver consistência é fundamental considerar as arenas decisórias e os espaços públicos institucionais existentes não apenas como espaços de representação e participação dos atores no processo da política, mas também como espaços de possível articulação dos programas existentes.

Um estudo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2007) sobre desenvolvimento territorial, articulação de políticas públicas e atores sociais afirmou que para compreender os níveis de capacidade de articulação institucional em políticas públicas é importante considerar três elementos (1) os programas governamentais de distintas procedências; (2) as arenas decisórias e os espaços públicos existentes no território e (3) a questão do empoderamento dos distintos atores e agências institucionais nos espaços públicos existentes e seus efeitos sobre as possibilidades de articulação das políticas e das instituições.

É possível constatar que a criação dos territórios na perspectiva do Programa Nacional de Territórios Rurais (PRONAT) tem possibilitado condições reais para a efetivação de um diálogo entre os diferentes atores sociais com uma base efetiva concreta que tem sua operacionalização por meio da criação dos colegiados (arenas institucionais) e da priorização e implantação de programas e projetos que devem está articulados e inscritos no PTDRS. Para entender como este caminho exige tempo político basta olhar o documento com as 90 boas práticas territoriais SDT/MDA, integrantes do I Salão Nacional dos Territórios Rurais, realizado em 2006, para compreender o perfil das experiências, pois, 90% das práticas escolhidas foram de territórios apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) em 2003 e 2004. Outro elemento a considerar refere-se às experiências vivenciadas pelos atores sociais no II Salão Nacional dos Territórios Rurais e Cidadania e no processo de preparação e realização da 1ª Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CEDRSS), que culminou na

I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (ICNDRSS), realizada em 2008, em Brasília/DF. Estes processos demonstram fundamentalmente a importância dos investimentos na política pública para que ela se consolide.

A sistemática de plenárias e oficinas de capacitação realizadas no território, a quantidade de projetos priorizados, a quantidade de ações na matriz do Programa Territórios da Cidadania (PTC) durante os anos de 2008 a 2010, o aprendizado do colegiado nos processos decisórios, o número de organizações da sociedade civil e de entes do poder público atuante no processo, os arranjos institucionais em processo de construção e a quantidade de recursos liberados e executados nestes anos são indicadores de que o Território Sertão Central tem exercitado sua capacidade de negociação e articulação institucional. Há desafios com certeza, especialmente no tocante a necessidade de ampliar as condições para o desenvolvimento da gestão social, mas o *caminho se faz caminhando*.

Um elemento de diagnóstico, mais específico, deste item refere-se à estrutura político-administrativa e a capacidade de atuação das instituições públicas nas diferentes esferas de governo, bem como a estrutura socioorganizativa e política da sociedade civil no contexto da teia de relações sociais do território.

O Território do Sertão Central conta com um expressivo contingente de instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil e outras instâncias de representação político- institucional.

Os “entes” públicos estatais apresentados no Quadro 30 referem-se ao universo de instituições com atuação mais presente no território, indicando, portanto, a matriz dos serviços ofertados ao território, seja em nível de política pública (a exemplo do Sistema Único de Saúde), seja em nível de ações sociais públicas de caráter estadual ou federal (a exemplo do Programa Combate à Pobreza Rural no Ceará – São José II, do Programa Formação de Talentos para o Desenvolvimento, do Programa de Climatologia e Meio Ambiente, do Programa Nacional da Agricultura Familiar e do Programa Luz para Todos, entre outros).

<b>INSTITUIÇÕES PÚBLICAS</b>		
<b>Municipal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Federal</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Prefeituras Municipais</b></li> <li>- <b>Secretarias Municipais</b> Infraestrutura Educação Saúde Ação Social ou Trabalho e Desenvolvimento Social Secretaria de Agricultura ou Desenvolvimento Sustentável Meio Ambiente Turismo Cultura e desporto (fundação cultural – Quixadá) Aqüicultura e pesca (só Banabuiú) Ouvidoria Pública Municipal Comunicação (só Quixadá) Administração e Finanças</li> <li>- <b>Câmaras Municipais</b></li> <li>- <b>Judiciário</b> Procuradoria</li> <li>- <b>Fundação Cultura</b></li> <li>- <b>Coordenadoria de Políticas para as Mulheres (só Quixadá)</b></li> <li>- <b>Entre OUTRAS</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e vinculadas EMATERCE e IDACE</li> <li>- Secretaria de Educação (SEDUC/CREDE)</li> <li>- Secretaria de Saúde (SESA/CRES)</li> <li>- Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS)</li> <li>- Secretaria de Turismo (SETUR)</li> <li>- Secretaria de Recursos Hídricos e vinculada COGERH</li> <li>- Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS)</li> <li>- Instituto AGROPOLOS do Ceará</li> <li>- SINE/IDT</li> <li>- Secretaria de Cultura (SECULT)</li> <li>- Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDR)</li> <li>- CONPAM/SEMACE</li> <li>- Entre OUTRAS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ministério do Desenvolvimento Agrário e vinculadas SDT e SAF</li> <li>- Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)</li> <li>- Ministério da Saúde (MS)</li> <li>- Ministério da Previdência Social (MPS)</li> <li>- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)</li> <li>- Ministério das Cidades (Mci)</li> <li>- Ministério de Políticas para Mulheres (Mmu)</li> <li>- Ministério da Integração Nacional (MIN)</li> <li>- Ministério da Pesca (MPE)</li> <li>- Ministério do Meio Ambiente (MME)</li> <li>- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)</li> <li>- Departamento Nacional e Obras contra a Seca (DNOCS)</li> <li>- Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)</li> <li>- Banco do Brasil (BB)</li> <li>- Banco do Nordeste (BNB)</li> <li>- Caixa Econômica Federal (CEF)</li> <li>- Entre OUTRAS.</li> </ul>

**Quadro 30:** Instituições Públicas com Atuação mais Presente no Território

**Fonte:** Consulta Documentos das Instituições do Território, 2010.

### 21.3 Estrutura Socioorganizativa e Política da Sociedade Civil

O Território Sertão Central apresenta-se rico em diversos espaços e formas de organização social e política da sociedade civil, entre eles,

movimento sindical, movimentos sociais e populares, fóruns temáticos e de representação, comitês setoriais e municipais, conselhos setoriais, organizações não-governamentais, redes sociais de cooperação, entre outros.

Outro elemento de diagnóstico refere-se à existência de uma esfera pública territorial, compreendida como “*lócus*” de visibilidade, interlocução e condução política com seus conteúdos de democratização social e de cultura política. As entidades listadas no Quadro 31 configuram o atual desenho da esfera pública territorial.

<b>ESFERA PÚBLICA TERRITORIAL (Colegiados, Conselhos, Comitês, Fóruns e Redes de Cooperação, entre outros)</b>	<b>Nº Entidades</b>
- Conselho Desenvolvimento Territorial Solidário do Sertão Central	01
- Comitês Temáticos	07
- Comitês Setoriais de Mulheres, Juventude, Cultura e Pesca	04
- Comitê de Sub-Bacias Hidrográficas (Banabuiú e Médio Jaguaribe)	02
- Fórum pela Vida no Semi-Árido (FVSA)	01
-Fórum dos Assentados	01
- Conselhos Setoriais de Políticas Públicas	97
Conselho de Educação (Quixadá)	01
Conselhos das Unidades Gestoras	13
Conselho do FUNDEB	13
Conselho da Merenda escolar	13
Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS),	05
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA),	13
Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI),	13
Conselho Tutelar (CT).	13
Conselho Municipal de Saúde (CMS)	13
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS)	13
- Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA)	09
- Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA municipal) QUIXADA	01

**Quadro 31:** Instâncias Colegiadas ou Esfera Pública Territorial

**Fonte:** Pesquisa direta junto as Instituições/Entidades do território, 2010

## **22 INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL TERRITORIAL**

A eficiência das estratégias de desenvolvimento territorial rural tem se tornado uma preocupação permanente dos atores sociais (políticos, técnicos, líderes sociais, beneficiários) no sentido do enfrentamento das múltiplas dificuldades e da insuficiência dos resultados que se observa na implantação das políticas públicas.

Constata-se que a ausência de mecanismos de participação, sinergia, articulação e cooperação entre os atores públicos têm implicações, em maior ou menor grau, na coordenação da ação pública e na participação social, reduzindo a qualidade do gasto público, a credibilidade das instituições, à confiança dos atores sociais no Estado, a relação custo-benefício de programas e projetos, gerando dúvidas sobre as formas e instrumentos de controle social para a gestão de políticas públicas.

O modelo de desenvolvimento territorial rural implica, dentre outras significativas mudanças, a pressão por um novo formato de gestão social das políticas públicas e um novo relacionamento entre Estado e a sociedade civil, exigindo, portanto, a coordenação de um conjunto de estratégias e ações direcionadas aos territórios. Isto significa falar da necessidade de reconstruir novas expressões das relações sociopolíticas que estimule as mudanças culturais e institucionais na sociedade local que remetem, simultaneamente, para processos maiores de fortalecimento e democratização do poder local; descentralização administrativa; aperfeiçoamento na utilização de recursos; participação ampla dos atores locais na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas e estabelecimento de mecanismos de diálogo e controle social da atuação do poder estatal.

### **22.1 Municipalização das Políticas Públicas**

A municipalização foi adotada como diretriz para a execução de políticas públicas descentralizadas. A idéia-conceito “descentralização” significa a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais

elevadas (União) para instâncias de unidades espacialmente menores (município), conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para unidades territoriais de menor amplitude e escala.

Na prática, entretanto, a descentralização acarretou em quase todos os municípios sérias conseqüências, entre elas destacam-se: (1) As responsabilidades foram transferidas, mas os recursos ou não o foram ou foram transferidos em quantidades insuficientes, desconsiderando a realidade das prefeituras municipais; (2) As prefeituras não foram preparadas para receber os encargos transferidos; (3) As ações foram programadas de forma desintegrada e desarticulada, uma vez que a complexidade dos problemas sociais não foi considerada; (4) Os órgãos federais assumiram o papel de coordenar as ações e repassar recursos, desobrigando-se da responsabilidade de programar as políticas regionais e (5) A adoção de critérios regressivos na distribuição de recursos, descentralizando proporcionalmente os encargos sociais, promoveu a fragmentação do tecido social, aumentando as desigualdades.

Avançar na perspectiva da descentralização significa garantir em todo o país as políticas de enfrentamento à fragmentação do tecido social e a garantia dos direitos sociais, efetivadas na integração dos governos federal, estadual e municipal, numa concepção regional ou territorial, fortalecendo o poder dos seus executores/atores. Devem assumir, portanto, o caráter universal e estruturante, sem, contudo, deixar de considerar a multiculturalidade e a diversidade dos excluídos socialmente.

No nosso caso específico, o governo federal adotou uma política de redistribuição de recursos aos municípios, de acordo com os impostos arrecadados e o número de habitantes, sem considerar o endividamento dos estados e municípios. Em função de tudo isso, o que se pode constatar, na prática, foi à desconcentração, em vez de descentralizar e municipalizar as políticas públicas.

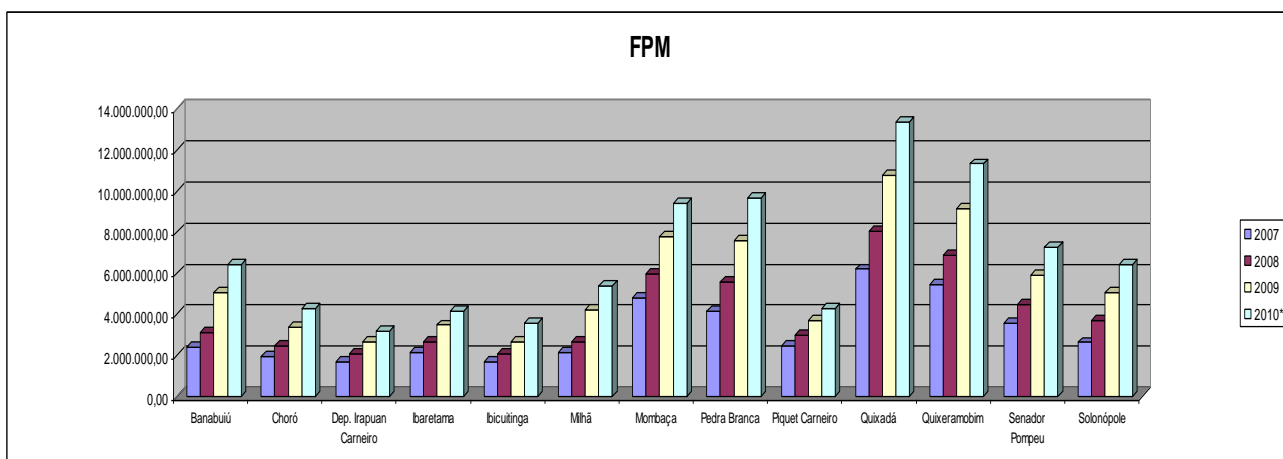
Assim, um elemento de diagnóstico considerado neste item refere-se ao orçamento público municipal que tem origem em duas matrizes, ou seja, (1) Transferências governamentais de caráter federal e estadual e (2) Receitas oriundas da arrecadação de impostos do próprio município.

Os Quadros 32, 33 e 34 apresentam as transferências em nível federal considerando, em separado, cada transferência, ou seja, Fundo de Participação dos Municípios e Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (FPM - ICMS 2001, 2003, 2005, 2007 e 2009) e o Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), referente ao período de sua existência, ou seja, 2007-2010. O Quadro 35 apresenta as receitas de impostos e transferências constitucionais direcionadas à saúde municipal/territorial, via Sistema Único de Saúde (SUS), referente ao período 2006 a 2009. As informações dos referidos quadros podem ser visualizadas nas figuras 21, 22 e 23, respectivamente.

<b>Municípios</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>
<b>Banabuiú</b>	2.431.891,40	3.089.512,24	5.056.631,13	6.434.544,28	<b>7.384.009,36</b>
<b>Choró</b>	1.945.513,23	2.471.609,92	3.376.155,60	4.289.696,34	<b>4.922.673,06</b>
<b>Dep. Irapuan Pinheiro</b>	1.694.332,99	2.084.590,09	2.665.414,70	3.158.095,07	<b>3.692.004,95</b>
<b>Ibaretama</b>	2.161.192,34	2.680.160,09	3.472.819,51	4.176.824,22	<b>4.922.673,06</b>
<b>Ibicuitinga</b>	1.694.332,99	2.084.590,09	2.665.414,70	3.576.333,76	<b>4.922.673,06</b>
<b>Milhã</b>	2.161.192,34	2.680.160,09	4.214.607,01	5.362.120,37	<b>6.153.341,23</b>
<b>Mombaça</b>	4.789.243,40	5.955.889,34	7.753.043,11	9.372.376,81	<b>12.306.682,07</b>
<b>Pedra Branca</b>	4.157.551,64	5.560.745,02	7.596.349,31	9.651.816,12	<b>11.076.013,86</b>
<b>Piquet Carneiro</b>	2.454.946,79	2.978.039,91	3.716.018,96	4.278.731,34	<b>6.153.341,23</b>
<b>Quixadá</b>	6.189.821,32	8.040.041,81	10.739.463,17	13.345.385,92	<b>15.998.686,56</b>
<b>Quixeramobim</b>	5.429.207,54	6.849.149,37	9.124.653,39	11.307.927,82	<b>15.998.686,56</b>
<b>Senador Pompeu</b>	3.561.770,30	4.466.869,80	5.895.034,06	7.233.011,48	<b>8.614.677,57</b>
<b>Solonópole</b>	2.628.051,76	3.706.987,25	5.064.232,95	6.434.544,28	<b>7.384.009,36</b>
<b>TOTAL</b>	<b>41.299.048,04</b>	<b>52.648.345,02</b>	<b>71.339.837,6</b>	<b>88.621.407,81</b>	<b>109.529.471,93</b>

**Quadro 32:** Transferência Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

Fonte: Ministério da Fazenda (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>)



**Figura 20: Fundo de Participação dos Municípios (FPM)**

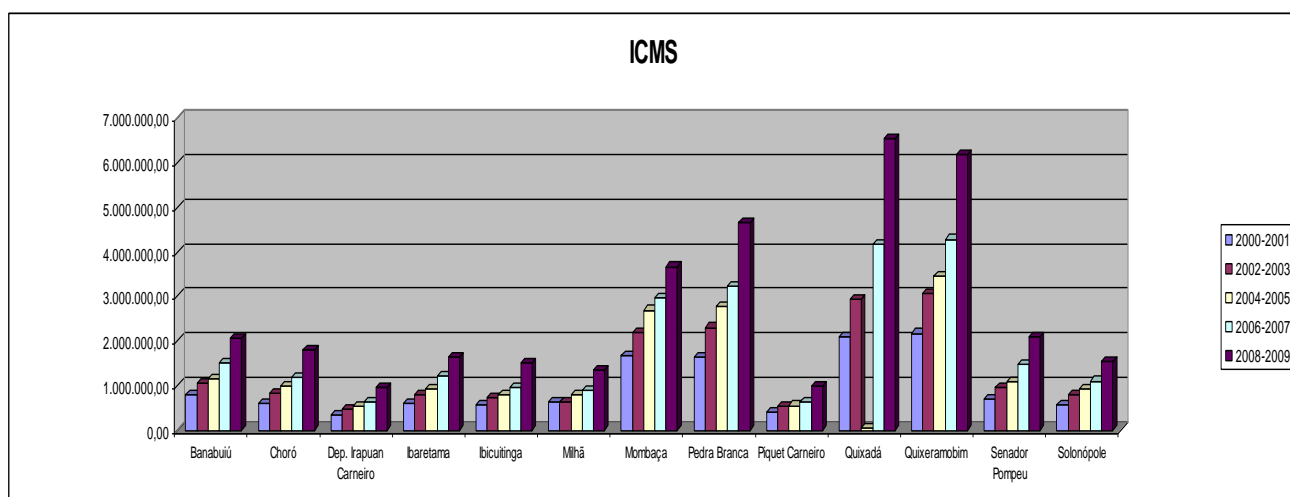
Fonte: tesourafazenda, *on line*, 2010

Municípios	2001	2003	2005	2007	2009
<b>Banabuiú</b>	809.266,08	1.064.564,96	1.164.149,54	1.501.739,32	<b>2.070.066,14</b>
<b>Choró</b>	606.654,02	837.966,34	980.416,32	1.190.647,29	<b>1.786.951,20</b>
<b>Dep. Irapuan Pinheiro</b>	350.576,70	476.396,97	529.229,44	644.436,12	<b>969.723,80</b>
<b>Ibareta</b>	612.626,94	802.130,28	933.449,63	1.207.394,49	<b>1.627.245,28</b>
<b>Ibicuitinga</b>	565.575,76	729.439,28	798.715,86	954.383,86	<b>1.512.635,64</b>
<b>Milhã</b>	624.343,60	624.343,60	784.198,40	892.317,93	<b>1.359.081,70</b>
<b>Mombaça</b>	1.679.161,41	2.180.178,69	2.690.367,34	2.975.917,27	<b>3.662.889,94</b>
<b>Pedra Branca</b>	1.648.732,09	2.300.498,85	2.776.774,62	3.238.468,98	<b>4.651.999,02</b>
<b>Piquet Carneiro</b>	415.617,24	538.875,81	554.114,55	628.214,84	<b>981.100,88</b>
<b>Quixadá</b>	2.098.113,62	2.932.829,45	37.017,82	4.175.760,36	<b>6.533.164,28</b>
<b>Quixeramobim</b>	2.171.447,43	3.068.081,29	3.444.233,53	4.277.990,34	<b>6.178.616,92</b>
<b>Senador Pompeu</b>	707.232,20	958.391,83	1.088.720,55	1.471.621,29	<b>2.097.683,00</b>
<b>Solonópole</b>	577.998,08	795.583,77	934.782,23	1.103.958,32	<b>1.533.385,97</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12.867.345,17</b>	<b>17.309.281,12</b>	<b>16.716.169,83</b>	<b>24.262.850,41</b>	<b>34.964.543,77</b>

**Quadro 33: Transferência Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**

Fonte: tesourafazenda, *on line*, 2010





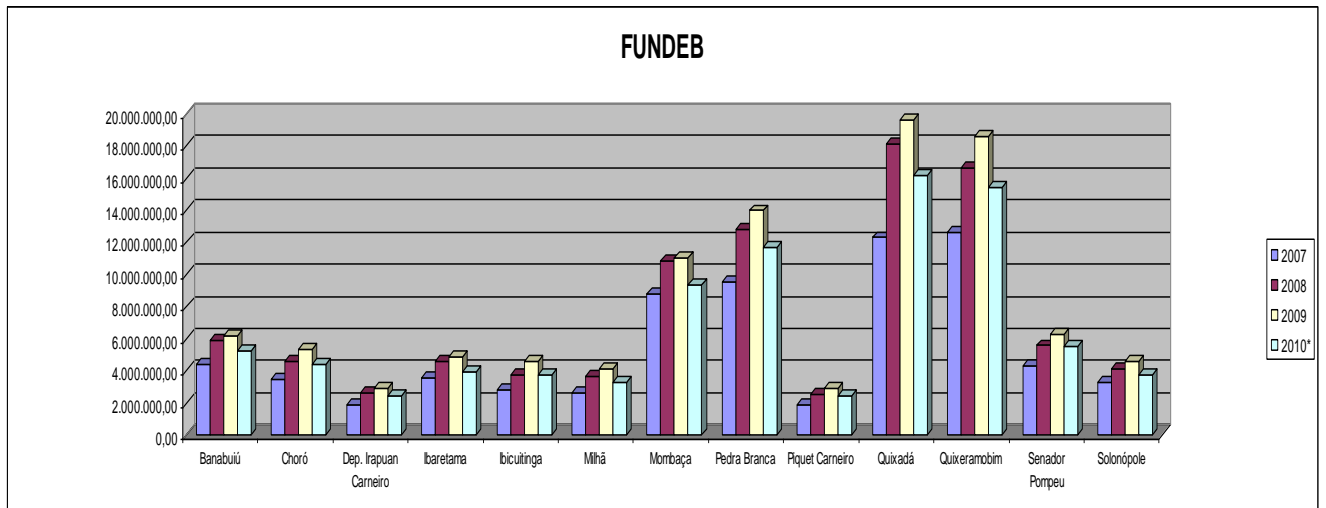
**Figura 21:** Transferência Imposto Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Fonte: tesourafazenda, *on line*, 2010

Municípios	2007	2008	2009	2010*
<b>Banabuiú</b>	4.418.342,71	5.932.786,59	6.211.451,15	<b>5.210.128,71</b>
<b>Choró</b>	3.503.112,91	4.602.725,64	5.370.191,44	<b>4.406.347,62</b>
<b>Dep. Irapuan Pinheiro</b>	1.896.046,86	2.635.953,37	2.912.004,23	<b>2.421.556,14</b>
<b>Ibareta</b>	3.552.351,60	4.625.081,07	4.883.375,45	<b>3.922.520,24</b>
<b>Ibicuitinga</b>	2.807.969,93	3.782.118,81	4.547.591,52	<b>3.733.963,00</b>
<b>Milhã</b>	2.625.335,88	3.628.151,49	4.082.271,85	<b>3.263.164,28</b>
<b>Mombaça</b>	8.755.659,18	10.813.882,13	10.986.150,03	<b>9.365.477,85</b>
<b>Pedra Branca</b>	9.528.165,71	12.821.347,93	13.966.913,28	<b>11.684.316,56</b>
<b>Piquet Carneiro</b>	1.848.313,45	2.566.273,59	2.947.766,35	<b>2.425.902,43</b>
<b>Quixadá</b>	12.285.766,55	18.134.313,78	19.612.318,74	<b>16.200.754,78</b>
<b>Quixeramobim</b>	12.586.656,59	16.597.495,24	18.557.291,14	<b>15.393.964,21</b>
<b>Senador Pompeu</b>	4.329.727,92	5.566.265,01	6.301.460,32	<b>5.556.236,29</b>
<b>Solonópole</b>	3.248.079,14	4.159.933,76	4.604.868,15	<b>3.756.476,52</b>
<b>TOTAL</b>	<b>71.385.528,43</b>	<b>95.866.328,41</b>	<b>104.983.653,65</b>	<b>87.340.808,63</b>

**Quadro 34:** Transferência Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB)

Fonte: tesourafazenda, *on line*, 2010



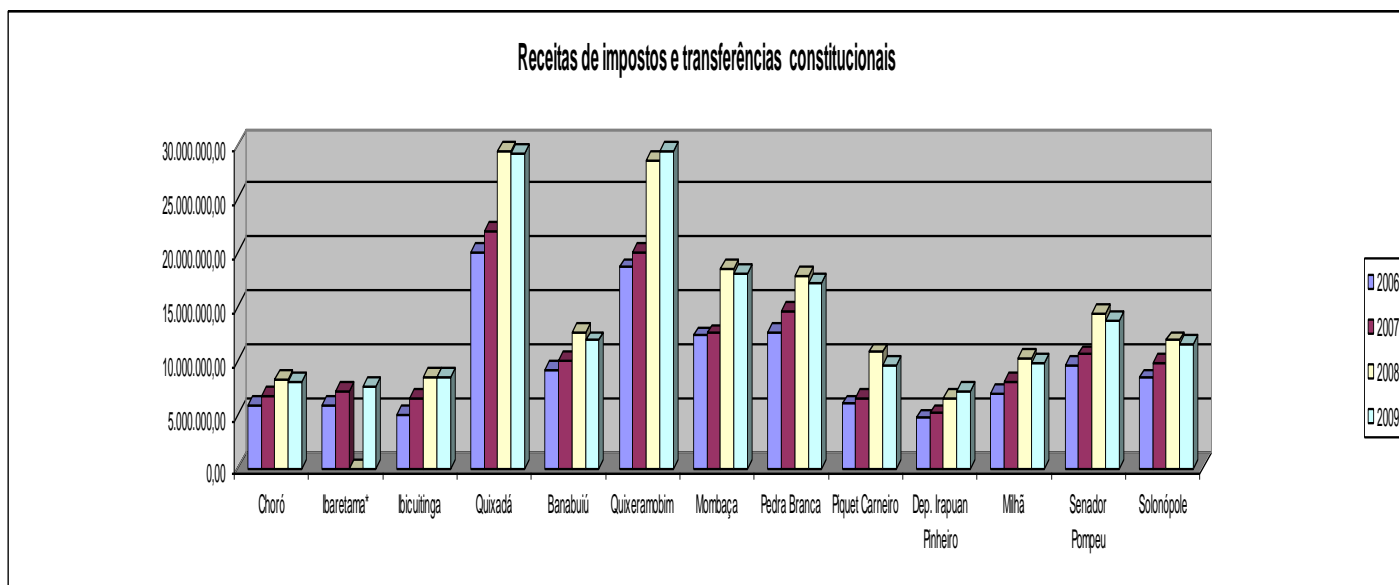
**Figura 22:** Transferência Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB)  
**Fonte:** tesourafazenda, *on line*, 2010

Município	Receitas de impostos e transferências constitucionais				Receitas transferências do SUS				Receitas transferências do SUS/hab			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
<b>Choró</b>	5.753.172,77	6.769.949,81	8.196.122,33	8.038.418,36	1.240.091,42	1.205.416,98	1.610.429,90	1.625.297,13	96,06	94,25	120,94	120,68
<b>Ibaretama*</b>	5.775.556,34	7.169.652,35	0	7.503.841,68	1.050.164,95	1.390.675,03	0	1.671.766,29	77,63	109,20	0	126,59
<b>Ibicuitinga</b>	4.961.382,19	6.562.633,48	8.490.510,16	8.402.282,87	836.965,14	908.974,43	977.467,37	1.165.798,18	83,25	82,63	84,34	98,80
<b>Quixadá</b>	19.959.236,06	21.918.889,51	29.348.166,08	29.232.623,48	9.565.872,47	10.653.553,01	14.294.019,68	16.717.328,32	126,34	139,63	179,29	207,15
<b>Banabuiú</b>	9.092.766,54	10.062.355,82	12.567.045,60	11.837.890,72	1.331.651,37	1.340.738,09	1.629.978,71	1.713.596,27	76,05	76,01	88,25	92,40
<b>Quixeramobim</b>	18.608.838,86	19.979.112,01	28.512.801,69	29.445.048,70	7.177.586,09	6.770.985,77	8.551.845,80	9.783.611,47	121,15	98,14	117,07	132,71
<b>Mombaça</b>	12.256.481,60	12.478.037,91	18.503.635,45	18.097.594,15	3.016.425,15	2.911.768,84	3.579.709,33	4.080.224,43	72,69	65,63	77,40	87,32
<b>Pedra Branca</b>	12.613.036,84	14.487.604,23	17.764.066,68	17.133.484,74	4.379.349,31	3.595.357,51	4.794.080,85	5.893.316,25	103,83	88,20	114,00	139,81
<b>Piquet Carneiro</b>	5.924.242,29	6.514.134,87	10.751.658,52	9.564.474,00	1.122.334,66	1.191.230,42	1.464.246,54	1.994.381,20	85,31	82,49	94,70	126,94
<b>Dep. Irapuan Pinheiro</b>	4.646.061,71	5.072.875,11	6.453.147,20	7.082.612,32	820.452,42	883.203,71	1.365.309,04	1.437.695,98	94,63	96,97	138,53	147,72
<b>Milhã</b>	6.980.102,09	8.002.388,72	10.199.391,83	9.785.848,57	1.334.400,65	1.560.718,60	1.662.943,10	1.867.346,74	97,58	110,60	113,19	125,78
<b>Senador Pompeu</b>	9.460.057,48	10.525.151,89	14.297.402,96	13.745.336,30	2.905.438,65	3.532.271,02	5.259.759,06	5.445.682,60	105,61	139,36	208,97	212,93
<b>Solonópole</b>	8.338.200,36	9.773.534,76	11.820.084,85	11.505.605,46	1.737.642,54	1.819.829,69	3.024.093,28	3.337.780,15	99,54	104,95	168,54	185,18
<b>TOTAL</b>	<b>124.369.135,13</b>	<b>139.316.320,47</b>	<b>176.904.033,35</b>	<b>181.375.061,35</b>	<b>36.518.374,82</b>	<b>37.764.723,1</b>	<b>48.213.882,66</b>	<b>56.733.825,01</b>	<b>1239,67</b>	<b>1288,06</b>	<b>1505,22</b>	<b>1804,01</b>

**Quadro 35:** Receitas derivadas de Impostos e Transferências Constitucionais e do Sistema Único de Saúde (SUS)

**Fonte:** Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS). Ministério da Saúde (DATASUS) Indicadores Municipais, 2006-2009

\*O Município Ibaretama/CE não transmitiu os dados para cálculo do demonstrativo de 2008



**Figura 23:** Receitas de Impostos e Transferência Constitucionais e do SUS

**Fonte:** Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS). Ministério da Saúde (DATASUS)

## 22.2 Territorialização das Políticas Públicas (Município/Estado/União)

Os elementos de diagnóstico acima e as reflexões que eles sugerem, indica que o Estado brasileiro ainda não conseguiu pensar as políticas públicas como condição de garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e, nesse contexto, as políticas/programas assumem um caráter compensatório e reparador que, por sinal, não respondem aos direitos, na forma de lei, assegurados na Constituição democrática de 1988.

Por outro lado, e mais recentemente, tem-se observado a vontade político-administrativa das esferas de governo municipal, estadual e federal em estabelecer canais de articulação e cooperação para a execução de políticas públicas (ou ações sociais públicas). Um exemplo dessa vontade é o Pacto pela Territorialização do Estado do Ceará, onde a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) assumiu, em 2009, conjuntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o compromisso de cooperar para a implantação integrada de políticas públicas, adotando a abordagem territorial em todo o estado do Ceará.

A capacidade de articulação e cooperação entre as instituições existentes no território é muito particular e sutil para que se possa abordar de forma avaliativa em maior ou menor grau. Sabe-se que de acordo com a capacidade de articulação política que cada gestor municipal desenvolve com outros espaços como o legislativo, o executivo estadual e a união, determinam a possibilidade de maior ou menor alocação de recursos para os municípios que conformam o Território Sertão Central.

No que diz respeito à questão dos atores públicos buscarem discutir e negociar as suas demandas por dentro do colegiado territorial é ainda insatisfatório, tendo estes, pouco participado das plenárias ou sequer enviado representantes, ficando assim as decisões para implantação de projetos prejudicada, pois as instâncias do município que chegam à plenária não têm poder de decisão no município.

#### 22.2.1 Instituições Públicas e Entidades com Atuação Regionalizada

Os Quadros 36 e 37 indicam as instituições e entidades com atuação regionalizada, portanto, prestando serviços mais diretamente ao território, ainda que a abrangência e unidade de planejamento de cada instituição/entidade atenda em maior ou menor número os 13 municípios que conformam o Território Sertão Central, podendo, inclusive, atender a municípios de outros territórios.

<b>NOME</b>	<b>Município Sede</b>	<b>Programas/Ações com Potencial de Integração</b>
Coordenadorias Regionais de Saúde (CRES)	8ª CRES Quixadá	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Consórcios para disponibilização de leitos hospitalares e consultas de especialidades médicas</li> <li>- Consórcios resíduos sólidos (lixo)</li> <li>- Articulação de ações de imunização e epidemiologia (doenças transmissíveis)</li> <li>- Eventos de mobilização e articulação de ações entre Estado e municípios</li> <li>- Formação continuada em saúde para funcionários e dirigentes das unidades de saúde</li> </ul>
	18ª CRES Iguatu	
Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE)	12ª CREDE Quixadá	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação de ações ofertadas pelo Estado e união (PDE - PAR)</li> <li>- Formação continuada de docentes e dirigentes</li> <li>- Criação de laboratórios de informática e ciências</li> <li>- Alimentação escolar (PNAE)</li> <li>- Caminho da escola (transporte escolar)</li> <li>- Construção de espaços de esporte e lazer</li> </ul>
	14ª CREDE Senador Pompeu	

<b>NOME</b>	<b>Município Sede</b>	<b>Programas/Ações com Potencial de Integração</b>
Escritórios Regionais da EMATERCE	Quixeramobim	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assistência Técnica (ATER) para agricultores familiares, assentados da reforma agrária e mulheres rurais</li> <li>- Crédito PRONAF</li> <li>- Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar</li> <li>- Formação de Agentes de Desenvolvimento</li> <li>- Projeto São José II</li> </ul>
SEBRAE	Quixeramobim	- Capacita quadros profissionais em empreendedorismo e gestão de empresas. No campo, através de serviços de consultoria contratado pelo colegiado territorial, executa a capacitação dos agricultores familiares para o desenvolvimento das cadeias produtivas da Bovinocultura de Leite, Ovinocaprinocultura, Piscicultura e Apicultura.
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	Mombaça	- PRODETUR NEI e NE II
	Quixadá	- Desenvolvimento tecnológico
	Quixeramobim	- Meio ambiente
	Boa Viagem	- Nordeste territorial (cadeias produtivas) - Credito
Banco do Brasil (BB)	Quixadá	- Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDS)
SEPLAG	Macrorregião de Planejamento Sertão Central	- Programas e Ações do Plano Plurianual (PPA 2008-2011)
Instituto AGROPOLOS	Quixadá	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de Assistência Técnica</li> <li>- Programa de Acesso a Mercados</li> <li>- Programa de Desenvolvimento Sustentável e Integrado</li> <li>- Programa de Ações Estratégicas</li> <li>- Mais especificamente presta assessoria técnica aos agricultores familiares nas comunidades e assentamentos estaduais</li> </ul>
Comitês de Bacias	Sub-Bacia Hidrográfica do Banabuiú COGERH Quixeramobim	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Operação e manutenção da infraestrutura hídrica</li> <li>- Monitoramento quantitativo e qualitativo dos recursos hídricos</li> <li>- Elaboração de projetos sobre recursos hídricos</li> <li>- Implantação dos instrumentos de gestão participativa dos recursos hídricos</li> </ul>
	Sub-Bacia Hidrográfica Médio Jaguaribe GOGERH Limoeiro do Norte	
	Sub-Bacia Metropolitana COGERH Fortaleza	
IBAMA/SEMACE	Quixeramobim	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Zoneamento ecológico-econômico (ZEE)</li> <li>- Programa de ação para o desenvolvimento integrado do turismo-recuperação ambiental</li> <li>- Educação ambiental do Ceará</li> <li>- Inventário de Resíduos sólidos industriais</li> <li>- Agenda ambiental na administração pública</li> <li>- Selo ambiental, entre Outros</li> </ul>
	Iguatu	
INSS	Quixadá	- Benefícios previdenciários (aposentadoria, auxílio-doença, pensão por morte, salário-maternidade, salário-família, entre outros)
	Senador Pompeu	

<b>NOME</b>	<b>Município Sede</b>	<b>Programas/Ações com Potencial de Integração</b>
	Mombaça	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Benefícios assistenciais (idoso e deficiente)</li> <li>- Serviços previdenciários (reabilitação profissional e serviço social)</li> </ul>
Delegacia de Polícia Civil	Quixadá	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Segurança do Estado e de sua população</li> <li>- Manutenção da ordem pública, assegurando a observância da lei</li> <li>- Defesa das instituições públicas</li> <li>- Prevenção, a apuração e a repressão das infrações penais</li> <li>- Garantia do exercício pleno da cidadania e das liberdades individuais</li> <li>- Pesquisa, orientação e organização de trabalhos técnicos relacionados com segurança, investigação e operações policiais</li> </ul>
Polícia Militar	Senador Pompeu	- Polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, ou seja, a polícia tem o dever de patrulhar as ruas do nosso estado, para inibir e evitar a ação de criminosos.
	Quixadá	
Corpo de Bombeiros do Ceará	4ª GB/5ª SB Quixeramobim	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bombeiro amigo da prevenção</li> <li>- Bombeiro amigo do peito</li> <li>- Bombeiro na universidade</li> <li>- Bombeiros na escola</li> <li>- Projeto flanelinha</li> <li>- Projeto salvando através da libra (deficientes auditivos)</li> <li>- Projeto salvando através do braille (deficientes visuais)</li> <li>- Projeto salva-vidas voluntários</li> <li>- Projeto primeiro passo/brigadistas, entre Outros</li> </ul>

**Quadro 36:** Instituições Públicas com Atuação Regionalizada

**Fonte:** Relatórios, 2010 e sites das Instituições mencionadas.

<b>ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL COM ATUAÇÃO REGIONALIZADA</b>		
<b>NOME</b>	<b>Município Sede</b>	<b>Programas/Ações com Potencial de Integração</b>
CODETESC	Quixadá Itinerante	- Coordenação político-institucional do Desenvolvimento Territorial, contemplando as dimensões econômica, social, político-institucional, tecnológica, cultural e ambiental
FETRAECE	Quixadá	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Política reforma agrária</li> <li>- Defesa dos interesses dos trabalhadores/as com foco no do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável</li> <li>- Coletivo de mulheres</li> <li>- Coletivo de jovens</li> </ul>
MST	Quixeramobim	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Política Reforma Agrária</li> <li>- Defesa dos interesses dos trabalhadores/as sem terra</li> </ul>
Fórum pela Vida no Semiárido FVSA	Quixeramobim (itinerante)	Convivência com o Semi Árido
Fórum dos Assentados	Quixadá Choro Quixeramobim	

<b>ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL COM ATUAÇÃO REGIONALIZADA</b>		
Comitê de Mulheres Comitê de Juventude Comitê de Cultura	Território Quixadá Quixeramobim Itinerante	- Defesa dos interesses dos segmentos Mulheres, Juventude e Cultura do território, orientada pela busca da igualdade e respeito à diversidade, equidade, autonomia, universalização das políticas públicas, transparência dos atos públicos e da participação e controle social da sociedade
COCRESC	Quixadá	- Cooperativismo, Crédito e Comercialização
COOTRACE	Fortaleza	- Executa serviços de ATES nas áreas de assentamentos federais
COOPASAT	Fortaleza	- Executa serviços de ATES nas áreas de assentamentos federais
COOCEPAT	Fortaleza	- Executa serviços de ATES nas áreas de assentamentos federais
UNITACE	Quixadá	- Executa serviços de ATES nas áreas de assentamentos federais
ACACE	Quixadá Fortaleza	Executa serviços de ATES nas áreas de assentamentos federais
SINTCE	Quixadá	- Política sindical da categoria
SINDSEP	Quixadá	- Política sindical do servidor público municipal
Projeto PDHC	Quixeramobim	- Ações estruturantes para fortalecer a Reforma Agrária e a Agricultura Familiar no semiárido nordestino - Ações de articulação e organização dos espaços de participação social
ESPLAR	Quixadá	- Apoio associações de assentamentos federais, através do Projeto Dom Hélder, difundindo tecnologias agro ecológicas de produção e promovendo a realização de feiras agro ecológicas da Agricultura Familiar
CETRA	Quixeramobim	- Apoio associações de assentamentos federais, através do Projeto Dom Hélder, difundindo tecnologias agro ecológicas de produção e promovendo a realização de feiras agro ecológicas da Agricultura Familiar. Atua também na coordenação do Projeto 1 Milhão de Cisternas (P1Mc)
SETAH	Quixeramobim	- Apoio associações de assentamentos federais, através do Projeto Dom Hélder, difundindo tecnologias agro ecológicas de produção e promovendo a realização de feiras agro ecológicas da Agricultura Familiar
IRT	Quixeramobim	- Assessoria e capacitação dos agricultores familiares para o desenvolvimento da cadeia produtiva da Bovinocultura de Leite
Instituto Antonio Conselheiro		- Apoio associações de assentamentos federais, através do Projeto Dom Hélder, difundindo tecnologias agro ecológicas de produção e promovendo a realização de feiras agro ecológicas da Agricultura Familiar
Instituto Sertão Central	Quixadá	- Difunde e desenvolve tecnologias apropriadas ao convívio sustentável com o Semiárido, assumindo ações do P1Mc
Instituto de Convivência com o Semiárido	Quixadá	- Difunde e desenvolve tecnologias apropriadas ao convívio sustentável com o Semiárido, assumindo ações do P1Mc



<b>ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL COM ATUAÇÃO REGIONALIZADA</b>		
Colônias de pescadores	Território	- Defesa dos interesses do segmento pescador
Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS)	Municípios/Território	Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas voltadas para projetos produtivos e desenvolvimento sustentável dos municípios.
Conselhos Municipais de Saúde	Municípios/Território	Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Saúde
Conselho da Assistência Social	Municípios/Território	Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Assistência Social
Conselho de Educação	Municípios/Território	Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Educação.
Conselho Tutelar; Conselho Municipal de Crianças e Adolescentes	Municípios/Território	Acompanhamento e controle social de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes

**Quadro 37:** Entidades da Sociedade Civil com Atuação Regionalizada

**Fonte:** Relatórios, 2010 e site das Entidades mencionadas.

## 22.2.2 Programas do Governo Estadual com Potencial de Integração

A definição das atividades, projetos e operações especiais do PPA 2008-2011 do Estado do Ceará está respaldada na Lei Estadual n.º 12.896 (de 28 de abril de 1999) e na Lei Complementar Estadual n.º 18 (de 29 de dezembro de 1999), que estabeleceram 08 macrorregiões de planejamento.

É importante registrar o esforço que vem sendo feito, tanto por parte de segmentos do poder público, quanto por parte de segmentos da sociedade civil, no sentido de qualificar os mecanismos e instrumentos de articulação e integração das ações sociais públicas na perspectiva de aproximá-las da realidade do território e, sobretudo, na perspectiva da superação dos seus principais gargalos. Um exemplo desse esforço remete ao diálogo estabelecido pelo governo estadual com o governo federal e municípios, via Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e Conselho de Desenvolvimento Rural (CEDR-CE), no sentido da materialização da articulação a partir dos instrumentos de planejamento das diferentes esferas de governo (ilustrando PDRS – PTDRS – ICNDRSS), além do esforço de territorializar o estado do Ceará, apoiando diretamente essa iniciativa em 06 (seis) dos 13 territórios do estado do Ceará.

O Quadro 38 oferece uma primeira aproximação dos programas ofertados pelo governo estadual, no PPA 2008-2011, por eixo prioritário e Secretaria de Estado, ao tempo indica as possibilidades de articulação e negociação com as proposições inscritas no PTDRS no horizonte temporal de curto e médio prazo.

EIXO: SOCIEDADE JUSTA SOLIDÁRIA	EIXO: ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR
<p>Secretaria da Educação Básica (SEDUC)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Padrões Básicos de Funcionamento das Escolas</li> <li>- Qualidade da Educação Básica na Zona Rural e Urbana</li> <li>- Gestão Democrática da Educação Básica</li> <li>- Cooperação entre Estado/Município</li> <li>- Atenção à Pessoa com Deficiência</li> <li>- Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude</li> <li>- Valorização do Servidor</li> <li>- Gestão de Tecnologia da Informação – SEDUC</li> </ul> <p>Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ceará Digital</li> <li>- Fortalecimento da Educação Superior e da Educação Profissional</li> <li>- Inovação Tecnológica, Pesquisa e Desenvolvimento Científico</li> </ul> <p>Secretaria da Saúde (SESA)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecimento da Atenção à Saúde nos Níveis Secundários e Terciário</li> <li>- Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde</li> </ul> <p>Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Proteção Social Básica</li> <li>- Proteção Social Especial</li> <li>- Programa de Apoio as Reformas Sociais – PROARES</li> <li>- Segurança Alimentar e Nutricional</li> <li>- Desenvolvimento Empreendedorismo e Artesanato</li> <li>- Trabalho Competitivo Alcançando a Empregabilidade</li> </ul> <p>Secretaria da Cultura (SECULT)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Comunicação Social</li> <li>- Biblioteca Cidadã</li> </ul>	<p>Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER</li> <li>- Democratização do Acesso a Terra</li> <li>- Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Piscicultura Associativa</li> <li>- Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Pecuária</li> <li>- Desenvolvimento da Agricultura Familiar</li> <li>- Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza</li> <li>- Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos</li> <li>- Combate à Pobreza Rural no Ceará – São José II</li> </ul> <p>Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Gestão do Fundo de Desenvolvimento Industrial</li> <li>- Fortalecimento dos Setores Econômicos e Inovação Tecnológica</li> </ul> <p>Secretaria das Cidades</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento e Integração Regional</li> <li>- Estruturação e Requalificação Urbana</li> <li>- Saneamento Ambiental</li> <li>- Habitacional</li> </ul> <p>Conselho de Gestão e Meio Ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Proteção dos Recursos Ambientais</li> <li>- Gestão Ambiental Estratégica</li> <li>- Biodiversidade Proibiu</li> <li>- Educação Ambiental do Ceará – PEACE</li> <li>- Desenvolvimento do Turismo do Estado do Ceará – PRODETUR/CE</li> </ul> <p>Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Suprimento Hídrico para Centros Urbanos e Rurais</li> <li>- Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos</li> <li>- Oferta Hídrica Estratégica para Múltiplos Usos</li> </ul>

EIXO: SOCIEDADE JUSTA SOLIDÁRIA	EIXO: ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ceará no Circuito Cultural da América Latina</li> <li>- Incentivo às Artes e Culturas do Ceará</li> <li>- Memória Cultural</li> </ul> Secretaria do Esporte (SESPORTE) <ul style="list-style-type: none"> <li>- Esporte Educacional e Escolar</li> <li>- Esporte de Rendimento</li> <li>- Atenção à Pessoa com Deficiência</li> <li>- Gestão de Equipamentos e Instalações Esportivas</li> </ul> Secretaria de Segurança e Defesa Social (SSDS) <ul style="list-style-type: none"> <li>- Segurança Moderna e com Inteligência</li> <li>- Ronda</li> <li>- Gestão de Tecnologia da Informação</li> </ul> Secretaria da Justiça e Cidadania <ul style="list-style-type: none"> <li>- Infraestrutura do Sistema Penitenciário do Ceará – INFRAPEN</li> </ul>	Secretaria do Turismo (SETUR) <ul style="list-style-type: none"> <li>- PRODETUR II</li> <li>- Desenvolvimento de Destinos e Produtos Turísticos</li> </ul> Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA) <ul style="list-style-type: none"> <li>- Rodoviário do Estado do Ceará – Ceará III</li> <li>- Telecomunicações do Estado</li> <li>- Rodoviário do Estado do Ceará</li> <li>- Infraestrutura e Logística</li> <li>- Suprimento e Universalização do Atendimento com Energia Elétrica</li> <li>- Modernização da Gestão Pública</li> </ul>

**Quadro 38:** Eixos e Programas por Secretaria de Estado do Ceará – PPA 2008-2011

**Fonte:** Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), 2010.

Direcionando a capacidade de articulação e cooperação entre os atores sociais, os programas/ações com potencial de integração, pelo instrumento PPA revisado 2010, estão apresentados no Quadro 39, sinalizando as possibilidades, em maior ou menor grau, de articulação e negociação para a implantação das proposições inscritas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), no horizonte temporal de curto e médio prazo.

O orçamento previsto para 2010 da Macrorregião de Planejamento Sertão Central é da ordem de R\$ 338.404.631,00 dos quais R\$ 248.409.733,00 são de investimentos, inversões e despesas correntes não continuadas (MAPP), representando 73,4% da programação orçamentária. A macrorregião é composta de 21 municípios, distribuídos nos dois Territórios de Identidade (Território Sertões de Canindé e Território Sertão Central). Outro elemento a considerar refere-se ao percentual destinado a cada Secretaria de Estado que, neste orçamento, a matriz de priorização destacou os programas da Secretaria de Recursos Hídricos (28,8%), seguido da Secretaria de Educação (10,7%),

Secretaria do Desenvolvimento Agrário (9,51%) Secretaria da Infraestrutura (8,45%), Secretaria da Saúde (7,7%) e Secretaria das Cidades (6,7,2%).

SECRETARIA/PROGRAMA	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA MACRORREGIÃO</b>	<b>338.404.631,00</b>	<b>100%</b>
<b>SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA-SEINFRA</b>	<b>28.615.796,00</b>	<b>8,45%</b>
Rodoviário do Estado do Ceará- CEARÁ III	10.539.731,00	
Otimização de Segurança de Trânsito	62.500,00	
Programa de Telecomunicações do Estado	410.000,00	
Rodoviário do Estado do Ceará	12.536.917,00	
Suprimento e Universalização do Atendimento com Energia Elétrica	3.556.917,00	
Transporte Metro-Ferrovário	100.000,00	
Modernização da Gestão Pública	1.410.000,00	
<b>SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL- SSPDS</b>	<b>11.709.879,00</b>	<b>3,5%</b>
Ronda	718.000,00	
Defesa Civil Permanente	9.000,00	
Proteção às Crianças, Adolescentes, Mulheres e Minorias	645.000,00	
Segurança Moderna e com Inteligência	9.672.561,00	
Valorização do Servidor	50.000,00	
Gestão de Tecnologia da Informação	615.318,00	
<b>CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO</b>	<b>40.000,00</b>	<b>0,01%</b>
Valorização do Servidor	40.000,00	
<b>SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA- SEJUS</b>	<b>1.342.200,00</b>	<b>0,4%</b>
Infraestrutura do Sistema Penitenciário do Ceará- INFRAPEN	575.000,00	
Gestão do Sistema Penitenciário do Ceará- GESPEN	748.000,00	
Promoção da Qualificação e Ressocialização do Preso e Egresso- PROATIVOS	19.200,00	
<b>SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-DAS</b>	<b>32.184.453,00</b>	<b>9,51%</b>
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Pecuária	22.300,00	
Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural	9.970.031,00	
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	8.657.333,00	

Projeto do Desenvolvimento Rural Sustentável- SÃO JOSÉ III	2.843.428,00	
Assistência Técnica e Extensão Rural- ATER	3.366.374,00	
Programa de Combate a Pobreza Rural no Ceará- PROJETO SÃO JOSÉ II	4.545.080,00	
Ação Fundiária	2.779.907,00	
<b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO- SEDUC</b>	<b>36.271.600,00</b>	<b>10,7%</b>
Padrões Básicos de Funcionamento das Unidades de Ensino	12.573.197,00	
Qualidade da Educação Básica nas Zonas Rural e Urbana	973.495,00	
Organização e Gestão Democrática da Educação Básica	333.913,00	
Cooperação entre Estado e Município	10.484.755,00	
Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência	149.090,00	
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	60.151,00	
Coordenação e Manutenção Geral	923.113,00	
Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude	9.598.000,00	
Valorização do Servidor	286.673,00	
Gestão de Tecnologia da Informação	889.213,00	
<b>SECRETARIA DE SAÚDE- SESA</b>	<b>26.048.427,00</b>	<b>7,7%</b>
Sistema Integral de Assistência Farmacêutica	3.577.227,00	
Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada- Empréstimo BID	9.161.476,00	
Fortalecimento da Atenção a Saúde nos Níveis Secundários e Terciários	12.661.087,00	
Gestão, controle Social e Institucional do SUS	2.200,00	
Vigilância em Saúde	635.437,00	
Gestão de Tecnologia da Informação	11.000,00	
<b>SECRETARIA DA CULTURA-SECULT</b>	<b>1.503.054,00</b>	<b>0,44%</b>
Biblioteca Cidadã	220.334,00	
Programa de Incentivo às Artes e Cultura do Ceará	1.254.000,00	
Memória Cultural	28.720,00	
<b>SECRETARIA DOS RECURSOS HIDRICOS- SRH</b>	<b>97.638.938,00</b>	<b>28,8%</b>
Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido- PROÁGUA	3.289.792,00	
Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos- PROGERIRH Adicional	18.516.059,00	

Oferta Hídrica Estratégica para Múltiplos Usos	900.000,00	
Suprimento Hídrico para Centros Urbanos e Rurais	74.933.087,00	
<b>SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR-SECITECE</b>	<b>9.332.320,00</b>	<b>2,75%</b>
Transferência de tecnologias para o Desenvolvimento Regional Integrado	226.524,00	
Ceará Digital	84.000,00	
Formação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento	5.606.796,00	
Gestão do Sistema de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior	296.000,00	
Programa de Climatologia e Meio Ambiente- PROCLIMA	3.119.000,00	
<b>SECRETARIA DO ESPORTE-SESPORTE</b>	<b>2.215.573,00</b>	<b>0,65%</b>
Esporte Educacional	1.415.573,00	
Gestão de Equipamentos e Instalações Esportivas	800.000,00	
<b>SECRETARIA DAS CIDADES</b>	<b>22.764.456,00</b>	<b>6,72%</b>
Estruturação e Requalificação Urbana	332.000,00	
Habitacional	2.613.629,00	
Desenvolvimento e Integração Regional	1.247.282,00	
Saneamento Ambiental do Ceará	18.571.545,00	
<b>SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-STDS</b>	<b>8.710.500,00</b>	<b>2,6%</b>
Programa de Apoio as Reformas Sociais do Ceará-PROARES-FASE II	4.215.000,00	
Segurança Alimentar e Nutricional	41.550,00	
Proteção Social Básica	398.599,00	
Trabalho Competitivo, Alcançando a Empregabilidade	1.727.160,00	
Desenvolvendo o Empreendedorismo e o Artesanato	441.000,00	
Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência	50.000,00	
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	125.000,00	
Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude	1.656.700,00	
Proteção Social Especial	55.491,00	
<b>CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO- CEDE</b>	<b>11.000.000,00</b>	<b>3,25%</b>
Gestão do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará	11.000.000,00	
<b>ENCARGOS GERAIS DO ESTADO</b>	<b>49.027.435,00</b>	<b>14,5%</b>

**Quadro 39:** Programas/ações PPA Revisado 2010-2011 por Secretaria de Estado

**Fonte:** Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), 2010.

### 22.2.3 Programas do Governo Federal com Potencial de Integração

O Território Sertão Central apresenta-se inserido dentre as áreas de atuação de diversas políticas públicas, programas e projetos para a melhoria das condições de vida da população rural e urbana.

Entretanto, dada a insuficiência de informações primárias do próprio território, a dimensão político- institucional do Plano, apresenta apenas as ações e o volume de recursos federais previstos para 2010 na Matriz Programa Territórios da Cidadania, bem como as prioridades e previsão orçamentária prevista no II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres 2008-2011 que, neste último, refere-se em nível de Brasil.

O Quadro 40 oferece uma primeira aproximação das ações ofertadas pelo Governo Federal, ao tempo indica as possibilidades de articulação e negociação com as proposições inscritas no PTDRS de curto e médio prazo. Para compreender a referida matriz, algumas observações devem ser consideradas: (1) As ações que compõem a Matriz 2008 e a Matriz 2009 e ainda não foram finalizadas serão realizadas em 2010 e continuarão sendo monitoradas, mas não vão aparecer na Matriz de 2010 por não serem ações novas ofertadas aos Territórios. Ou seja, existem ações previstas para os Territórios que não vão aparecer na Matriz de 2010, mas continuam fazendo parte do Programa como ações previstas nos anos anteriores que serão executadas em 2010; (2) Existem algumas ações presentes na Matriz 2010 que, apesar de terem as informações descritivas, estão com as metas físicas e/ou financeiras zeradas em função da indisponibilidade de informações, até o momento da publicação, sobre os valores previstos para 2010. Ressaltamos, entretanto que, todas as ações serão atualizadas e será publicada uma complementação da Matriz 2010 com as informações faltantes e (3) O número total de ações ofertadas na Matriz 2010 diminuiu para 182 e o valor dos investimentos previstos para o ano de 2010 aumentou para R\$ 27 bilhões. Isso



aconteceu em função da agregação de algumas ações em relação à Matriz de 2009, ou seja, 2 ações da Matriz 2009 se transformaram em 1 em 2010. Essa decisão dos gestores se baseou na tentativa de facilitar a análise, reduzindo um pouco o número de ações e agregando objetivos semelhantes. Além disso, teve ações que foram concluídas em 2009 e que não possuem previsão para 2010 e outras foram excluídas e substituídas por ações novas.

Nº AÇÃO	MINISTÉRIO DE ESTADO	VALOR	%
		(R\$ 1,0)	
<b>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA</b>		<b>32.250,00</b>	<b>100%</b>
1	Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social / 2010	32.250,00	100%
<b>Ministério da Educação – MEC</b>		<b>3.078.593,77</b>	<b>100%</b>
2	Expansão das Escolas Técnicas	1.500.000,00	48,7%
3	Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior / 2010	-	0,0%
4	Programa Dinheiro Direto na Escola / 2010	952.051,80	30,9%
5	PROINFO Rural e Urbano / 2009 e 2010	447.594,61	14,5%
6	Salas de Recursos Multifuncionais / 2010	178.947,36	5,8%
<b>Ministério da Fazenda – MF</b>		<b>33.162.000,00</b>	<b>100%</b>
7	Cresce Nordeste / 2010	33.120.000,00	99,9%
8	Nordeste Territorial / 2010	42.000,00	0,1%
<b>Ministério da Saúde – MS</b>		<b>34.692.237,14</b>	<b>100%</b>
9	Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania / 2010	6.962.928,00	20,1%
10	Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios da Cidadania / 2010	4.733.277,09	13,6%
11	Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica / 2010	2.609.400,00	7,5%
12	Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil / 2010	410.000,00	1,2%
13	Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família / 2010	10.330.000,00	29,8%
14	Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania à Atenção à Saúde Mental por meio da Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS / 2010	1.063.314,00	3,1%
15	Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania aos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 / 2010	-	0,0%
16	Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) - Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia / 2010	343.200,00	1,0%

17	Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Especiais - Assentamentos e Comunidades Rurais / 2009	5.208.134,61	15,0%
18	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas / 2009	600.000,00	1,7%
19	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos / 2009	200.000,00	0,6%
20	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) /2009	2.141.983,44	6,2%
21	Saneamento nas Escolas / 2009	90.000,00	0,3%
<b>Ministério das Cidades – MCID</b>		<b>6.664.576,63</b>	<b>100%</b>
22	FNHIS - Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (contratações 2007 e 2008) / 2007 e 2008	41.165,80	0,6%
23	FNHIS - Habitação de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009) / 2007, 2008 e 2009	3.547.252,63	53,2%
24	FNHIS - Planos Habitacionais de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009) / 2007, 2008 e 2009	464.365,48	7,0%
25	FNHIS - Urbanização de Assentamentos Precários (contratações de 2007, 2008 e 2009) / 2007, 2008 e 2009	2.611.792,72	39,2%
<b>Ministério das Comunicações – MC</b>		<b>136.189,00</b>	<b>100%</b>
26	Operação do Sistema de Acesso Banda Larga / 2010	136.189,00	100%
<b>Ministério de Minas e Energia – MME</b>		<b>7.848.734,05</b>	<b>100%</b>
27	Programa Luz Para Todos / 2010	7.848.734,05	100%
<b>Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA</b>		<b>38.259.703,37</b>	<b>100%</b>
28	Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos/ 2010	217.500,00	0,6%
29	Apoio ao Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios/ 2010	160.000,00	0,4%
30	Articulação para Implantação das Casas Digitais Rurais/ 2010	-	0,0%
31	ATER/Agricultores Familiares / 2010	2.061.453,28	5,4%
32	Biodiesel / 2010	342.938,79	0,9%
33	Crédito PRONAF / 2010	28.366.495,51	74,1%
34	Formação de Agentes de Desenvolvimento / 2010	80.000,00	0,2%
35	Garantia Safra / 2010	3.454.063,50	9,0%
36	Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais / 2010	1.150.000,00	3,0%
37	Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais / 2010	100.000,00	0,3%
38	Programa Arca das Letras / 2010	5.600,00	0,0%
39	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA / 2010	421.652,29	1,1%
40	Projeto Dom Helder Câmara / 2010	1.900.000,00	5,0%
<b>Ministério do Desenvolvimento Social – MDS</b>		<b>123.477.760,18</b>	<b>100%</b>

41	Acesso à Água para a Produção de Alimentos (2ª Água) / 2010	296.833,04	0,2%
42	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência / 2010	46.350.918,00	37,5%
43	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa / 2010	11.213.821,00	9,1%
44	Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS / 2010	409.632,00	0,3%
45	PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar / 2010	408.003,32	0,3%
46	Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família / 2010	57.852.047,98	46,9%
47	Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada / 2010	1.303.296,84	1,1%
48	Programa Cisternas / 2010	1.437.426,00	1,2%
49	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Leite / 2010	2.086.282,00	1,7%
50	Programa de Atenção Integral à Família / 2010	1.533.600,00	1,2%
51	Serviço Socioeducativo do PETI / 2010	585.900,00	0,5%
<b>TOTAL DO TERRITÓRIO</b>		<b>247.352.044,14</b>	<b>100%</b>

**Quadro 40:** Matriz de Ações do Programa Territórios da Cidadania 2010

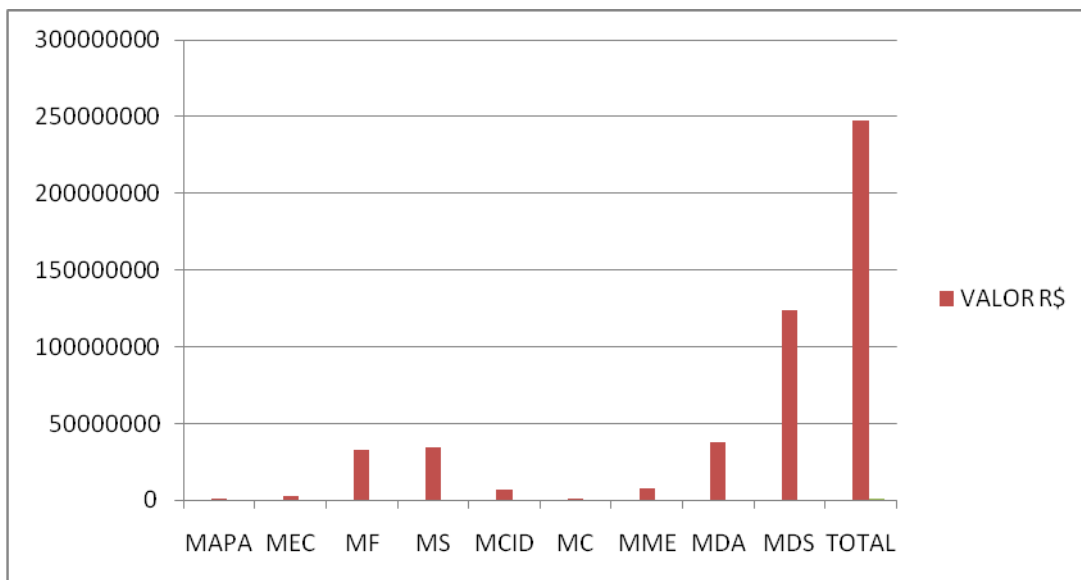
Fonte: SDT/MDA, 2010.

O quadro 41 explicita a distribuição do volume de recursos do PTC 2010 entre os Ministérios de Estado, ao tempo, considera o percentual destinado que, neste orçamento, a matriz de priorização destacou os programas do Ministério do Desenvolvimento Social (49,92%), seguido do Ministério do Desenvolvimento Agrário (15,47), Ministério da Saúde (14,03%) e Ministério da Fazenda (13,41). Ver visualmente este quadro comparativo na Figura 24.

MINISTÉRIOS DE ESTADO	VALOR R\$	%
<b>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</b>	32.250,00	0,01
<b>Ministério da Educação (MEC)</b>	3.078.593,77	1,24
<b>Ministério da Fazenda (MF)</b>	33.162.000,00	13,41
<b>Ministério da Saúde (MS)</b>	34.692.237,14	14,03
<b>Ministério das Cidades (MCID)</b>	6.664.576,63	2,69
<b>Ministério das Comunicações (MC)</b>	136.189,00	0,06
<b>Ministério de Minas e Energia (MME)</b>	7.848.734,05	3,17
<b>Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)</b>	38.259.703,37	15,47

<b>Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)</b>	123.477.760,18	49,92
<b>TOTAL DO TERRITÓRIO</b>	<b>247.352.044,14</b>	<b>100,00</b>

**Quadro 41:** Comparativo de Recursos PTC 2010 entre os Ministérios de Estado  
**Fonte:** SDT/MDA, 2010.



**Figura 24:** Comparativo de Recursos PTC 2010 entre os Ministérios de Estado  
**Fonte:** SDT/MDA, 2010.

Em relação à política pública para as mulheres destacam-se as prioridades inscritas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (1) Ampliar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho; (2) Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres por meio da assistência técnica, do acesso ao crédito e do apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio; (3) Promover a oferta de equipamentos sociais que contribuam para ampliar o tempo disponível das mulheres; (4) Promover a proteção social das mulheres em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza e para a melhoria das condições de vida de suas famílias; (5) Garantir o cumprimento da legislação e promover a valorização do trabalho doméstico remunerado e não remunerado; (6) Promover relações de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, raça/etnia, orientação sexual, geração ou deficiência com equidade salarial e no acesso a cargos de direção; (7)

Promover políticas de previdência social inclusiva para as mulheres e (8)  
 Promover o acesso das mulheres à documentação civil.

**Tabela 53:** Orçamento (em R\$) Previsto para a Execução do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, por órgão responsável. Brasil, 2008-2011.

Órgão Responsável	Orçamento 2008-2011
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.500.000,00
Ministério da Cultura	8.000.000,00
Ministério da Educação <sup>2</sup>	1.742.151.420,00
Ministério da Justiça	184.044.000,00
Ministério da Saúde	383.131.201,00
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.443.605.000,00
Ministério do Desenvolvimento Social	2.146.975.738,33 <sup>3</sup>
Ministério do Meio Ambiente	4.020.000,00
Secretaria de Comunicação Social	A definir
Secretaria Especial de Direitos Humanos	A definir
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	A definir
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	192.213.500,00
Fundação Nacional do Índio	3.600.000,00
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	A definir
<b>SUBTOTAL: RECURSOS ESPECÍFICOS PARA O II PNPM<sup>4</sup></b>	<b>7.110.240.859,93</b>
Ministério da Educação	1.705.628.869,50
Ministério do Trabalho e Emprego	6.121.228.223,00
Secretaria Geral/PR	2.322.015.489,00
Ministério das Cidades	A definir
Ministério de Minas e Energia	A definir <sup>5</sup>
<b>SUBTOTAL: RECURSOS UNIVERSAIS<sup>6</sup></b>	<b>10.148.872.581,50</b>
<b>TOTAL</b>	<b>17.259.113.440,83</b>

**Fonte:** Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres/SPM.

<sup>2</sup>Os recursos do Ministério da Educação foram divididos nas duas seções da tabela, uma vez que incluem valores de ações que apresentam orientação específica para a questão de gênero e de outras que não possuíram, em sua origem, diretrizes específicas para empoderamento das mulheres, ainda que sejam desenvolvidas ações neste sentido. No caso dos recursos específicos, cabe destacar que está contabilizado orçamento voltado à Construção de creches no valor de quase R\$1,6 bilhão. A aplicação deste montante está condicionada à decisão do município de apresentar projetos.

<sup>3</sup> Não estão incluídos recursos dos programas de transferência de renda, Programa Bolsa-Família e Benefício de Prestação Continuada para Idosos e Pessoas com Deficiência.

<sup>4</sup> Refere-se aos órgãos que conseguiram desagregar seus orçamentos de forma a contemplar apenas as ações dispostas no II PNPM.

<sup>5</sup> Os recursos vêm de fundos específicos, não estando sujeitos ao orçamento da União.

<sup>6</sup> Refere-se a órgãos que ainda não conseguiram desagregar seus orçamentos, de modo que os recursos explicitados incluem aqueles destinados ao II PNPM, mas não apenas estes.

## 23 GOVERNABILIDADE E GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

A idéia-conceito de Gestão Social aportada pela SDT/MDA (2005) refere-se ao “*processo através do qual o conjunto dos atores locais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento da sociedade, mais sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a sensibilização e mobilização desses agentes e fatores locais até a implantação, monitoramento e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação e pactuação de políticas e projetos*”. O que significa dizer que a gestão social deve ser compreendida como mecanismo de gestão compartilhada de diferentes segmentos sociais, contribuindo para o movimento de ampliação dos espaços democrático-participativos e de descentralização político-administrativa, reafirmando formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetivo sentimento de co-responsabilidade.



**Figura 25:** Elementos do Processo da Gestão Social  
**Fonte:** Documento Referencial SDT/MDA, 2005.

Este marco referencial indica para o Território Sertão Central tem um duplo desafio: de um lado, o de dar significado as novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. De outro lado, avançar na concretização dos eixos, programas apontados no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento já existentes, o que exigirá uma postura mais atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido Plano.

Segundo Arilson Favareto, no livro *Democracia - Sociedade Civil e Participação* (2007), o Brasil assistiu nos últimos dez anos a um crescimento expressivo do número de instituições e/ou entidades de caráter participativo que, para o IBGE (2001), aproxima-se a 27 mil foros nos 5.507 municípios do país. Este crescimento pode ser explicado por duas razões. A primeira está relacionada à demanda dos setores populares por participação nas instâncias decisórias e de gestão de políticas públicas. A outra razão diz respeito à expectativa dos gestores públicos de que esses “entes” possam ampliar os canais de comunicação e negociação entre Estado e sociedade. Nos dois casos é notória a expectativa de que a participação possa contribuir para a definição de políticas públicas mais amplas, viáveis e justas, com significativo impacto sobre a pobreza, a desigualdade e o desenvolvimento.

O território é algo vivo e ativo. E a rede social que se fortalece a partir do território busca ampliar a autonomia, a coletivização e o caráter público das políticas públicas. É necessário enfatizar que este movimento é tenso, no sentido que se institui outro modo de fazer política, criando instâncias de planejamento, execução e controle social com diversos segmentos de atores. Ao mesmo tempo em que entram em cena formas coletivas e articuladas que vão construindo a teia de relações sociais para a afirmação de uma esfera pública capaz de garantir os direitos fundamentais da população rural e urbana.

### **23.1 Constituição e Atuação do Colegiado Territorial**

Desde a sua constituição, enquanto território rural (2003) e, posteriormente, enquanto território inserido no Programa Territórios da Cidadania (2008), os 13 municípios do Sertão Central têm investido na sua organização. Na Plenária Geral de maio de 2009, no município de Milhã, o território definiu por aprimorar as suas instâncias, composição e estratégias organizacionais para o fortalecimento da atuação do colegiado no contexto do desenvolvimento territorial com sustentabilidade. Neste caminho o território definiu se agregar em 4 micro territórios que são: Micro I : Choró, Ibaretama, Ibicuitinga e Quixadá; Micro II: Banabuiú e Quixeramobim; Micro III: Mombaça, Pedra Branca e Piquet Carneiro e Micro IV: Deputado Irapuan Pinheiro, Milhã, Senador Pompeu e Solonópole.

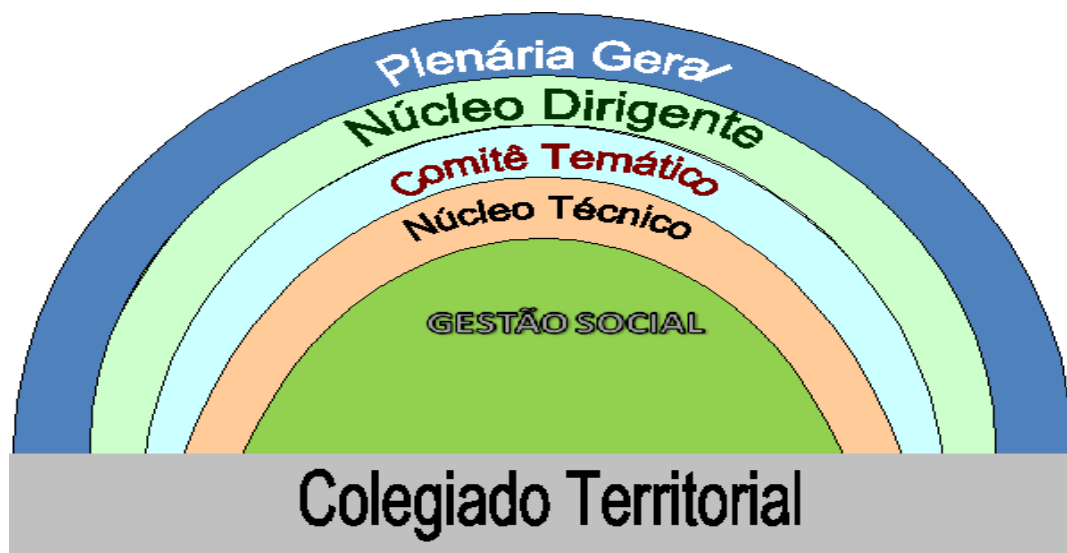
Dialogando com as diretrizes do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais (PRONAT), o Território Sertão Central compreende que a promoção da articulação e cooperação entre os atores sociais é condição para o exercício pleno da gestão social. E para que este exercício aconteça, na prática, o Colegiado de Desenvolvimento do Território Sertão Central (CODETESC) tem feito um esforço no intuito de garantir o funcionamento participativo das diferentes instâncias do colegiado que se propõe a planejar, organizar, coordenar e controlar socialmente todos os passos do território para o alcance de políticas públicas mais amplas e em níveis desejados.

É fundamental registrar que a dinâmica de construção e funcionamento das instancias que dão vida orgânica ao território não é algo construído linearmente, pelo contrário, a dinâmica social e política do Território Sertão Central são exercitadas nesta complexa teia de atores diferentes e com graus diferenciados de poder e atuação e assim vão afinando instrumentos e estratégias para processos constantes de concertação social e política.

A gestão social, portanto é tarefa de todo dia e essência para a dinamização do território. Para esta gestão o território constituiu o Conselho de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário do Sertão Central



(CODETESC) que está organizado com uma Plenária Geral, um Núcleo Dirigente, Comitês Temáticos e um Núcleo Técnico.



**Figura 26:** Diagrama Organizacional do Colegiado para a Gestão Social do Território  
**Fonte:** Documento Equipe Técnica Estadual/Consultores e Assessores Territoriais, 2009.

Atualmente participam da Plenária Geral 126 instituições e entidades com direito a voz e voto, sendo a representação paritária entre Estado e sociedade civil. Destas 126 representações com assento no CODETESC, 63 são da sociedade civil (associações de trabalhadores, cooperativas, ONGs, sindicatos, fóruns, comitês, outros) e 63 são do poder público (prefeituras, secretarias municipais, estatais no nível estadual e federal).

O Núcleo Dirigente é composto de 9 membros, sendo 5 da sociedade civil e 4 do poder público. O Núcleo Dirigente se reúne mensalmente, sendo que a cada reunião é realizada em um município diferente no intuito também de acompanhar melhor os projetos que estão sendo desenvolvidos em cada município do território.

Em Plenária Geral do Território, em Janeiro de 2010, no Município de Quixeramobim, definiu-se um mandato de dois anos para o Núcleo Dirigente do CODETESC, com direito à recondução por igual período; firmaram-se os

municípios integrantes dos Micro territórios e definiu-se o número de sete comitês temáticos composto por 116 membros.

Quanto ao Núcleo Técnico, em processo de constituição, será composto por dois representantes de cada comitê temático, perfazendo o total de 14 integrantes; a sede será o município de Quixadá, com as plenárias realizando-se no município que a requerer, desde que reúna as condições necessárias à sua realização.

A manutenção do CODETESC far-se-á por meio de um fundo a ser constituído através de convênios com o Poder Público, com a Sociedade Civil e doações. Foram estabelecidos os princípios que nortearão as ações do Conselho, fundados na ética, no respeito às diferenças, na participação social e cidadã, entre outros. Dos objetivos ressalte-se a promoção do controle social das políticas públicas do Território.

O Território do Sertão Central também definiu por estruturar seu planejamento em sete eixos, alguns agregando dois ou três temas. Os eixos temáticos são dinamizados pelos comitês que são os seguintes: (1) Comitê de Gestão Territorial; (2) Comitê de Ações Fundiárias; (3) Comitê de Direitos e Desenvolvimento Social; (4) Comitê de Educação e Cultura; (5) Comitê de Infraestrutura; (6) Comitê Organização Sustentável da Produção; (7) Comitê de Saúde, Saneamento e Acesso a Água. Além destas instâncias temáticas, o CODETESC ainda conta com dos comitês setoriais, a saber: (1) Comitê Setorial de Mulheres; (2) Comitê Setorial de Juventude e (3) Comitê Setorial de Cultura.

(1) Setorial de Mulheres do Sertão Central - espaço permanente dentro do Território Sertão Central, para discutir políticas para as mulheres urbanas e rurais, considerando gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual, violência doméstica, familiar e institucional. O Comitê Setorial de Mulheres e Desenvolvimento Territorial do Sertão Central tem uma coordenação colegiada com a participação de nove membros, sendo 5 da sociedade civil e 4 do poder público. O Comitê Setorial de Mulheres e Desenvolvimento Territorial do Sertão Central tem como missão promover oportunidades iguais para grupos de mulheres organizadas do Território do Sertão Central no acesso às políticas públicas de Desenvolvimento Sustentável e Solidário. O Comitê Setorial de

Mulheres desenvolve suas ações a partir dos seguintes eixos aglutinadores: (i) Organização sustentável da produção; (ii) Enfrentamento à violência contra as mulheres; (iii) Empreendedorismo; e (iv) Direito à educação, saúde e cultura.

O referido Comitê tem formalmente assento na Plenária Territorial e foi eleito para compor o Núcleo Dirigente em fevereiro de 2010. Em janeiro de 2010, o Comitê Setorial de Mulheres do Território do Sertão Central foi escolhido no II Salão Nacional dos Territórios como uma boa prática territorial de gestão social. Na planária de junho de 2010 o Comitê Setorial de Mulheres de Desenvolvimento Territorial do Sertão Central apresentou um conjunto de projetos que foram referendados para compor o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão Central (PTDRS).

(2) Setorial de Juventude - desde o ano de 2006, quando a juventude passou a ter assento no CODETESC, avanços significativos vêm ocorrendo no que se refere à organização juvenil e apesar do pouco recurso e da falta de priorização da juventude, cresceu também o número de jovens capacitados e produzindo, entretanto, falta um longo e estreito caminho para o alcance da situação desejada.

A Constituição e fortalecimento do Comitê Setorial da Juventude do Sertão Central (CSJSC) objetiva ter mecanismos para planejamento e execução do plano de desenvolvimento da juventude do Território. Neste processo já aconteceu um conjunto de atividades de articulação e capacitação dos jovens que fizeram um diagnóstico e apresentaram várias propostas. Nos dias 20 e 21 de julho de 2010, em Quixadá, foi realizada a Plenária geral de Aprovação e Constituição do CSJSC e a Oficina de Posse da Coordenação Executiva do Comitê Setorial de Juventude do Sertão Central e Fortalecimento das Parcerias com Instituições Públicas e Privadas.

Essa estrutura de base territorial tende a se fortalecer com a recente criação (2009) da Rede Estadual de Colegiados Territoriais, que tem o papel de representar política e institucionalmente o conjunto dos colegiados territoriais junto às instituições públicas e privadas, participando ativamente nos debates sobre a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário, com enfoque territorial, considerando e prezando pela participação e por sua autonomia política.

## 24 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

O diagnóstico da Dimensão Político Institucional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 42, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: territorialização e gestão pública, infraestrutura institucional, governabilidade e gestão social que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>1 Funcionamento das instâncias do Colegiado Territorial;</p> <p>1. Estruturação e funcionamento do Comitê Setorial de Mulheres;</p> <p>2. Processo para a estruturação do Comitê Setorial de Juventude;</p> <p>3. Realização de ações de fortalecimento institucional;</p> <p>4. Organização da Cadeia produtiva da Bovinocultura envolvendo MAPA, MDA, BNDES, SEBRAE, EMBRAPA e Universidades e os produtores /agricultores deste segmento produtivo.</p> <p>5. Participação efetiva da maioria dos coletivos organizados do território como é o caso dos Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais e Associações Comunitárias.</p>	<p>1. Descompasso entre tamanho do Programa Territórios da Cidadania e a capacidade Institucional instalada;</p> <p>2. Baixa participação dos prefeitos no colegiado territorial;</p> <p>3. Fragilidade no envolvimento de algumas instituições públicas para a priorização e acompanhamento de projetos</p> <p>4. Necessidade de maior empoderamento da sociedade civil para a gestão social dos projetos, ações e estrutura do território;</p> <p>5. Capacidade Técnica instalada nos municípios não envolvida na elaboração de projetos com amplitude territorial.</p>
AMBIENTE EXTERNO	
AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<p>1. Mudanças institucionais na condução do Programa Território da Cidadania em nível Federal;</p> <p>2. Não priorização dos gestores públicos municipais, especialmente dos prefeitos;</p> <p>3. Não contratação de assessorias técnicas para dá suporte a elaboração e acompanhamento dos projetos;</p> <p>4. Políticas públicas no território com baixo índice de articulação entre os diferentes órgãos federais, estaduais e municipais.</p>	<p>1. Existência de projetos para ações de fortalecimento institucional;</p> <p>2. Seleção e acompanhamento de uma ação estruturante na área social e uma cadeia produtiva em cada TC;</p> <p>3. Maior envolvimento dos órgãos governamentais nos Territórios da Cidadania como uma prioridade;</p> <p>4. Definição de medidas institucionais necessárias para garantir a execução nos municípios pequenos e mais pobres;</p> <p>5. Maior aporte técnico para acompanhamento das ações priorizadas;</p> <p>6. Mais investimento para aporte técnico para elaboração de projetos específicos que garanta as ações territoriais.</p>

**Quadro 42-** Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Político Institucional do Território Sertão Central

Fonte: Comitê de Gestão Territorial, 2010.

## **Parte III**

### **O PLANEJAMENTO**

**Visão de Futuro**

**Objetivos Estratégicos**

**Diretrizes Principais**

**Eixos Temáticos**

**Programas**

**Projetos**



## O PLANEJAMENTO

O planejamento das atividades relativas à qualificação dos PTDRS teve como embasamento o Guia de Planejamento Territorial que apresenta *As Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS*, bem como a matriz de variáveis do *Diagnóstico Territorial* e o apoio da Coordenação Nacional de Brasília.

Para estabelecer a direção das ações foi firmada a parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA e o Instituto Agropolos do Ceará, reunidos como Grupo Técnico de Apoio à Implementação da Estratégia de Desenvolvimento no Estado do Ceará, GTT.

Os encontros do GTT mobilizaram esforços no sentido de articular os territórios e estabelecer um elo de comunicação do Assessor Técnico Territorial com os atores municipais e territoriais, constituídos enquanto Colegiados e demais instancias. Outros profissionais contratados para organizar as informações e dados coletados deram suporte à materialização do plano.

O plano se origina a partir do diagnóstico e da matriz de análise do ambiente interno e externo, delineando os elementos próprios para implementação do planejamento, quais sejam: visão de futuro, Objetivos Estratégicos, Diretrizes Principais, Eixos Temáticos, Programas e Projetos e se efetiva através da criação de um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação denominado Sistema de Gestão do Plano.

## 22 VISÃO DE FUTURO

O Território do Sertão Central é referência na articulação de políticas públicas com a participação da sociedade civil e do poder público, na gestão compartilhada, na aplicação de tecnologias de convivência com o semiárido e a preservação ambiental, assegurando políticas públicas integradas de educação, cultura, assistência social, saúde, habitação, reforma agrária e geração de trabalho e renda para todos/as, garantindo a equidade de gênero, geração, raça e etnia, com sustentabilidade, inclusão social e cidadania.



## 23 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos foram traçados levando em consideração as dimensões do desenvolvimento, conforme o Quadro 43, refletidos e entendidos como os grandes propósitos a serem alcançados, transformando os sonhos em realidade.

<b>OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</b>	
<b>DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO</b>	
<b>Dimensão Sociocultural e Educacional</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Assegurar o acesso a políticas de direito e inclusão social</li><li>➤ Formar cidadãos/as conscientes para a construção do desenvolvimento com sustentabilidade</li><li>➤ Resgatar e Fortalecer a Cultura Popular e Tradicional</li><li>➤ Inserir crianças, adolescentes e juventude nas práticas de esporte e lazer</li><li>➤ Garantir as condições básicas de acesso à saúde</li></ul>
<b>Dimensão Ambiental</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Melhoria da qualidade de saúde população</li><li>➤ Criar alternativas de produção e de convivência com o semi-árido e geração de renda</li><li>➤ Contribuir com a recuperação, preservação e a utilização do bioma caatinga de forma sustentável.</li></ul>
<b>Dimensão Socioeconômica</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Assegurar serviços na organização da produção e comercialização com ênfase na agricultura familiar e empreendimentos solidários</li><li>➤ Apoiar a implantação de sistemas produtivos com foco na geração de oportunidades de trabalho e renda</li><li>➤ Agregar valor a produção via processamento e comercialização da produção</li><li>➤ Valorizar e dinamizar o potencial turístico do território.</li><li>➤ Valorizar e dinamizar o potencial turístico do território</li><li>➤ Inserir mulheres trabalhadoras rurais e urbanas como sujeitas dos processos de desenvolvimento do território</li><li>➤ Inserir a juventude rural e urbana como sujeitos dos processos de desenvolvimento do território</li><li>➤ Garantir a infraestrutura básica como suporte para o desenvolvimento social e produtivo do território.</li><li>➤ Assegurar o acesso a terra e geração de</li></ul>

	trabalho e renda no campo. ➤ Assegurar o acesso a terra e geração de trabalho e renda no campo.
<b>Dimensão Político Institucional</b>	➤Assegurar a participação o empoderamento da população na construção do desenvolvimento do território ➤Criar mecanismos para o controle social das ações de apoio ao desenvolvimento territorial

**Quadro 43:** Objetivos Estratégicos por Dimensão de Desenvolvimento do Território Sertão Central

**Fonte:** Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

## **24 DIRETRIZES PRINCIPAIS**

As Diretrizes Principais são as grandes linhas mestras que orientam e atraem o processo de desenvolvimento sustentável, neste sentido o fortalecimento da identidade territorial é imprescindível para o enfrentamento de grandes desafios no Território, dentre esses é importante destacar: as desigualdades sociais e regionais, mediante a inserção nas novas dinâmicas socioeconômicas e culturais com sustentabilidade. Lutar por um Brasil sem Miséria e com gente Feliz, lema mencionado em muitas Oficinas e na concretização dessas diretrizes, traçou-se treze grandes linhas:

1. Convivência com o semiárido e preservação do Meio Ambiente;
2. Integração das políticas públicas;
3. Educação de qualidade e contextualizada com a realidade do território;
4. Inclusão e fortalecimento de comunidades tradicionais, mulheres, jovens e da pessoa idosa;
5. Inclusão social e produtiva priorizando a agricultura familiar e empreendimentos solidários;
6. Enfrentamento dos índices de pobreza do território com a efetivação de políticas sociais;
7. Gestão social ampliada, democrática e participativa;
8. Diminuir as desigualdades;
9. Fortalecer ações intersetoriais;
10. Propor programas e projetos de forma integrada;
11. Garantir a acessibilidade;
12. Valorização da cultura local;
13. Assegurar o acesso à saúde.

## 24.1 Valores e Princípios

Como principais valores e princípios o Território do Sertão Central assumiu:

- Cidadania e efetivação dos direitos;
- Respeito mútuo;
- Igualdade e dignidade;
- Isonomia e equidade;
- Justiça social;
- Trabalho digno e inclusão produtiva;
- Liberdade e legalidade;
- Respeito a diversidade cultural, social, religiosa e de gênero e geração;
- Participação e autonomia;
- Solidariedade e democracia;
- Respeito aos saberes dos povos do campo e da cidade.

## 25 EIXOS, PROGRAMAS E PROJETOS

Os Eixos de Desenvolvimento são as atividades norteadoras do desenvolvimento sustentável do Território, de acordo com os objetivos ou importância dentro de cada dimensão. Os eixos do desenvolvimento foram eleitos pela plenária geral, a partir de temas que refletiam as necessidades de cada dimensão, que possibilitaram a organização de Programas e Projetos em torno dos objetivos traçados pelas instâncias de planejamento do Colegiado, os Comitês Temáticos e Setoriais.

No tocante a Dimensão Sociocultural Educacional foram traçados quatro eixos: Cidadania, Assistência Social e Direitos Humanos, Melhoria da Saúde no Território, Educação, Resgate e Valorização da Cultura,

### 26.1 Eixo Cidadania, Assistência Social e Direitos Humanos

Neste eixo levou-se em conta quanto ao objetivo estratégico traçado a organização de dois Programas: Melhoria da Infraestrutura de apoio a Assistência Social com quatro projetos e o Programa Direito a Assistência Social que gerou quatro projetos, relacionados no Quadro 44 a seguir:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Assegurar o acesso a políticas de direito e inclusão social	<b>Programa 1:</b> Melhoria da Infraestrutura de apoio a assistência social	<b>Projeto 1:</b> Construção e implantação de centros de reabilitação para pessoas com necessidades especiais <b>Projeto 2:</b> Construção e implantação de CREAS nos municípios de Deputado Irapuan Pinheiro, Choró, Ibicuitinga, Ibaretama e Piquet Carneiro; <b>Projeto 3:</b> Aquisição de automóveis para os conselhos de assistência social sediados nos municípios do Território; <b>Projeto 4:</b> Construção e implantação de centros de atendimento e de ressocialização de dependentes de entorpecentes químicos;
	<b>Programa 2:</b> Direito a assistência social	<b>Projeto 1:</b> Expansão do PETI nas comunidades rurais; <b>Projeto 2:</b> Desenvolvimento de projetos produtivos para as famílias

		do Cadastro Único do Programa Bolsa Família <b>Projeto 3:</b> Ampliação dos beneficiários do Programa Bolsa Família <b>Projeto 4:</b> Serviços especializados (jurídico, psicológico, social ,serviços de proteção) de atendimento às mulheres vítimas de violência
--	--	---

**Quadro 44 – Eixo Direito e Desenvolvimento Social**

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

## 26.2 Eixo Melhoria da Saúde no Território

Neste eixo, a partir do objetivo estratégico traçado foi organizado o Programa: Melhoria da Atenção Básica a Saúde no Território com onze projetos e esse gerou onze projetos, relacionados no Quadro 45 a seguir:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Garantir as condições básicas de acesso à saúde	Programa 1: Melhoria da atenção básica à Saúde no Território	<b>Projeto 1:</b> Aumento do Repasse dos Recursos para atenção básica <b>Projeto 2:</b> Criação da Casa da Gestante para tender a 10 municípios do território <b>Projeto 3:</b> Implantação dos Nas <b>Projeto 4:</b> Construção do CAPS III, CAPS AD e CAPSI <b>Projeto 5:</b> Melhoria nas Habitações via implementação do Programa PAC <b>Projeto 6:</b> Construção de um Hospital Regional de atenção secundária e terciária <b>Projeto 7</b> Construção das policlínicas <b>Projeto 8:</b> Criação do Sistema de Gerenciamento local de informação – GIL,informatizando as unidades básicas de saúde <b>Projeto9:</b> Construção do Centro de reabilitação física (terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia e ampliação dos existentes); <b>Projeto 10:</b> Prevenção a violência doméstica <b>Projeto 11:</b> Prevenção Violência no trânsito

**Quadro 45 – Eixo Melhoria da Saúde no Território**

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

### 26.3 Eixo Educação Resgate e Valorização da Cultura

Neste eixo, os três objetivos estratégicos originaram os Programas: Melhoria da atenção básica à Saúde no Território com dez projetos; o Programa Melhoria da Infra-estrutura de Educação com onze projetos; o Programa Melhoria da Atenção Básica a Saúde no Território com onze projetos; o Programa Manutenção das Manifestações Culturais que originou cinco projetos; o Programa Melhoria da Infra-estrutura de apoio à Cultura que conta com oito projetos e o Programa Incentivo ao Esporte esse gerou quatro projetos, relacionados no Quadro 46 a seguir:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS
<p><b>1. Formar cidadãos/ãs conscientes para a construção do desenvolvimento com sustentabilidade</b></p>	<p><b>Programa 1:</b> Melhoria da Qualidade do Ensino</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Inclusão dos municípios no Programa Mais Educação e demais programas para captação de recursos  <b>Projeto 2:</b> Implementação da metodologia da educação do campo  <b>Projeto 3:</b> Observância do Capítulo V, Art. 58, 59 e 60 da LDB, que regulamenta o ensino para educados portadores de necessidades especiais  <b>Projeto 4:</b> Educação profissional integrada à educação especial  <b>Projeto 5:</b> Promover a educação de jovens e adultos portadores de necessidades especiais  <b>Projeto 6:</b> Formação de multiplicadores em agroecologia e educação ambiental  <b>Projeto 7:</b> Formação continuada e valorização dos professores/as e funcionários/as da educação  <b>Projeto 8:</b> Elaboração de projetos que estimulem a matrícula e a permanência dos alunos na escola (reforço escolar, prática de esportes no contra-turno, escolas de tempo integral, realização de eventos socioculturais)  <b>Projeto 9:</b> Capacitação dos/as professores/as que atendem a clientela de estudantes com necessidades especiais  <b>Projeto 10:</b> Realização de concursos</p>

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS
	<p><b>Programa 2:</b> Melhoria da Infra - estrutura de Educação</p>	<p>públicos para professores efetivos</p> <p><b>Projeto 1:</b> Aquisição de veículos adequados para o transporte escolar  <b>Projeto 2:</b> Melhoria da infraestrutura voltada para a educação infantil  <b>Projeto 3:</b> Creches em tempo integral  <b>Projeto 4:</b> Construir, equipar, manter e adequar segundo a realidade local bibliotecas e laboratórios de informática e de ciências, refeitórios, rádios comunitárias, estádios de futebol, quadras e ginásios poliesportivos  <b>Projeto 5:</b> Implantação de escolas do campo  <b>Projeto 6:</b> Construção de 04 escolas agrícolas com metodologia condizente às diretrizes das escolas do campo  <b>Projeto 7:</b> Construção de Escola Família Agrícola nos 13 municípios do Território com conteúdo programático, projeto político pedagógico e metodologia condizentes com o Decreto Nº 7.352  <b>Projeto 8:</b> Revitalização da Escola Agrotécnica de Mombaça  <b>Projeto 9:</b> Manutenção dos equipamentos escolares, como: bibliotecas, laboratórios de informática e de ciências, quadras poliesportivas, banheiros, refeitórios e frota de veículos escolares  <b>Projeto 10:</b> Diagnóstico da frota de veículos escolares garantindo segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e diminuindo a evasão escolar  <b>Projeto 11:</b> Valorização dos brinquedos e brincadeiras populares, construindo brinquedotecas</p>
<p><b>2. Resgatar e Fortalecer a Cultura Popular e Tradicional</b></p>	<p><b>Programa 1:</b> Manutenção das Manifestações Culturais</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Apoio aos “<i>novos talentos</i>”: realização de festivais e de feiras culturais regionais e criação de fundos rotativos  <b>Projeto 2:</b> Criação de “<i>eventos estruturantes</i>” (Feira Territorial de</p>



OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>Intercambio Cultural, enfatizando a literatura, a música e a gastronomia local/regional)</p> <p><b>Projeto 3:</b> Formação e capacitação dos profissionais da cultura</p> <p><b>Projeto 4:</b> Promoção de ações que visem ao acesso à cultura universal promovendo intercâmbio das diversas linguagens</p> <p><b>Projeto 5:</b> Implantação de memorial nas comunidades tradicionais</p>
	<p><b>Programa 2:</b> Melhoria da Infra estrutura de apoio á Cultura</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Criação de espaços destinados à expressão da cultura popular (local/regional) e do memorial das tradições das comunidades tradicionais</p> <p><b>Projeto 2:</b> Implantação de escolas de música no Território que também se destinem à confecção de instrumentos musicais</p> <p><b>Projeto 3:</b> Criação de bibliotecas em comunidades rurais e implantação do Projeto Arca das Letras</p> <p><b>Projeto 4:</b> Implantação de centros de inclusão digitais e aquisição de estações de inclusão digital (móvel e cine-itinerante)</p> <p><b>Projeto 5:</b> Construção de centros culturais nos municípios que não os possuem e melhoria dos centros culturais já existentes;</p> <p><b>Projeto 6:</b> Construção e implantação de estúdios populares para os grupos alternativos</p> <p><b>Projeto 7:</b> Construção/revitalização de espaços cine-teatro nos municípios do Território</p> <p><b>Projeto 8:</b> Implantação e restauração de museus e arquivos municipais</p>
<p><b>3. Inserir crianças, adolescentes e juventude nas práticas de esporte e lazer.</b></p>	<p><b>Programa 1:</b> Incentivo ao Esporte</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Interiorização dos Esportes com ampliação do Programa Bolsa Atleta</p> <p><b>Projeto 2:</b> Construção e restauração dos estádios municipais</p> <p><b>Projeto 3</b> Campeonatos regionais em</p>

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS
		todas as modalidades esportiva <b>Projeto 4:</b> Aquisição de matérias esportivos para os municípios do territórios.

**Quadro 46 – Eixo Educação Resgate e Valorização da Cultura**

**Fonte:** Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

## 26.4 Eixo Gênero e Geração

Neste eixo, a partir dos dois objetivos estratégicos foram traçados para o primeiro um Programa intitulado de Desenvolvimento Sócio político e produtivo para Mulheres Trabalhadoras Rurais com cinco projetos; o segundo objetivo gerou três programas: Organização, Formação e Capacitação da Juventude com 7 projetos; o segundo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Produtivo para a juventude com dezoito projetos e o terceiro Programa de Desenvolvimento Educacional e Social com onze projetos, todos relacionados no Quadro 47 a seguir:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
<p><b>1. Inserir mulheres trabalhadoras rurais e urbanas como sujeitas dos processos de desenvolvimento do território</b></p>	<p><b>Programa 1:</b> Desenvolvimento Sócio político e produtivo para Mulheres Trabalhadoras Rurais</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Formação Política e em gênero e enfrentamento à violência contra as mulheres para Trabalhadoras Rurais e Urbanas  <b>Projeto 2:</b> Desenvolvimento de atividades Produtivas para mulheres trabalhadoras rurais e urbanas, destacando os quintais produtivo  <b>Projeto 3:</b> Ampliar o acesso das mulheres ao Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural;  <b>Projeto 4:</b> Diagnóstico para identificação de mulheres sem documentação civil  <b>Projeto 5:</b> Curso de capacitação para multiplicadoras agroecológicas</p>
<p><b>2. Inserir a juventude rural e urbana como sujeitos dos processos de desenvolvimento do território</b></p>	<p><b>Programa 1:</b> Organização, Formação e Capacitação da Juventude</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Curso em Agroecologia  <b>Projeto 2:</b> Fortalecimento dos Grupos de Jovens existentes no território  <b>Projeto 3:</b> Capacitação de lideranças juvenis em elaboração de projetos para a juventude;  <b>Projeto 4:</b> Capacitação em associativismo e cooperativismo  <b>Projeto 5:</b> Constituição de cooperativas de juventudes  <b>Projeto 6:</b> Aquisição de equipamentos para ampliar e equipar as sedes do Comitê da Juventude  <b>Projeto 7:</b> Capacitação em Arte e Cultura</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
	<p><b>Programa 2:</b> Apoio ao Desenvolvimento Produtivo para a juventude</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Inclusão da Juventude no processo de produção e geração de renda  <b>Projeto 2:</b> Formar 300 jovens rurais em desenvolvimento de sistemas produtivos agroecológicas  <b>Projeto 3:</b> Cursos Profissionalizantes  <b>Projeto 4:</b> Curso nas comunidades com atividades produtivas de apoio aos jovens  <b>Projeto 5:</b> Elaborar 360 projetos produtivos para a juventude  <b>Projeto 6:</b> Garantir ATER aos projetos produtivos da juventude do território  <b>Projeto 7:</b> Revitalizar 13 feiras do território com produtos oriundos dos projetos produtivos da juventude  <b>Projeto 8:</b> Adquirir 130 kits produtivos para a juventude do território  <b>Projeto 9:</b> Construção de Casas de Mel  <b>Projeto 10:</b> Projeto Turismo Ecológico  <b>Projeto 11:</b> Incentivo a Produção Artesanal  <b>Projeto 12:</b> Criação Animal sistema agropastoril  <b>Projeto 13:</b> Apoio a atividades de corte e costura, pintura e culinária  <b>Projeto 14:</b> Apoio a atividade de reciclagem de lixo  <b>Projeto 15:</b> Incentivo a agroindústria  <b>Projeto 16:</b> Apoio a Piscicultura  <b>Projeto 17:</b> Farmácia Viva com plantas medicinais  <b>Projeto 18:</b> Adquirir um veículo para o acompanhamento das unidades produtivas e outras ações do Comitê da Juventude</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
	<b>Programa 3:</b> Desenvolvimento Educacional e Social	<p><b>Projeto 1:</b> Implantar o PROJOVEM CAMPO nos 13 municípios do território</p> <p><b>Projeto 2:</b> Campanhas sócio-educativas.</p> <p><b>Projeto 3:</b> Centro de Recuperação para jovens com dependência química</p> <p><b>Projeto 4:</b> Promoção de campanhas de educação sexual;</p> <p><b>Projeto 5:</b> Implantação de cursos pré-universitários</p> <p><b>Projeto 6:</b> Bibliotecas moveis</p> <p><b>Projeto 7:</b> Implantação de escolas técnicas</p> <p><b>Projeto 8:</b> Extensão universitária nos municípios pequenos com rotação de cursos</p> <p><b>Projeto 9:</b> Curso na área cultural (danças, artes cênicas, música e teatro)</p> <p><b>Projeto 10:</b> Inclusão Digital para a juventude rural</p> <p><b>Projeto 11:</b> Implantar nos 13 municípios telecentros comunitários.</p>

**Quadro 47–** Eixo Gênero e Geração

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

## 26.5 Eixo Meio Ambiente e Qualidade de Vida

Constitui o eixo da Dimensão Ambiental o eixo Meio Ambiente e Qualidade de Vida, que a partir dos três objetivos estratégicos traçados gerou o Programa Melhoria do Saneamento Básico com quatro projetos; o Programa Tecnologias de Convivência com o Semiárido com nove projetos e o Programa Combate a Degradação e a Desertificação com cinco projetos, conforme o Quadro 48 a seguir

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
<b>1. Melhoria da qualidade de saúde população</b>	<b>Programa 1:</b> Melhoria do Saneamento Básico	<p><b>Projeto 1:</b> Despoluição dos mananciais</p> <p><b>Projeto 2:</b> Implantação de aterros sanitários</p> <p><b>Projeto 3:</b> Coleta seletiva e reciclagem do lixo no meio urbano e rural</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
<p><b>2. Criar alternativas de produção e de convivência com o semiárido e geração de renda</b></p>	<p><b>Programa 2:</b> Tecnologias de Convivência com o Semi árido</p>	<p><b>Projeto 4:</b> Capacitação em coleta seletiva do lixo e comercialização de recicláveis</p> <p><b>Projeto 1:</b> Construção de Cisternas/ Calçada e outras alternativas.</p> <p><b>Projeto 2:</b> Construção de Mandadas, PAIS e outros.</p> <p><b>Projeto 3:</b> Construção de Barragem Subterrânea</p> <p><b>Projeto 4:</b> Construção de Barragem Sucessiva</p> <p><b>Projeto 5:</b> Implantação de áreas de Captação “in situ” e Plantio Direto</p> <p><b>Projeto 6:</b> Aproveitamento produtivo dos açude públicos</p> <p><b>Projeto 7:</b> Criação e fortalecimento das casas de sementes crioulas</p> <p><b>Projeto 8:</b> Implantar viveiros de produção de mudas nativas, frutíferas e exóticas</p> <p><b>Projeto 9:</b> Manejo sustentável da planta sabiá</p>
<p><b>3. Contribuir com a recuperação, preservação e a utilização do bioma caatinga de forma sustentável.</b></p>	<p><b>Programa 1:</b> Combate à Degradação e Desertificação</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Controle e redução das queimadas e do desmatamento</p> <p><b>Projeto 2:</b> Recuperação de áreas degradadas e desertificadas</p> <p><b>Projeto 3:</b> Reflorestamento com plantas nativas da caatinga</p> <p><b>Projeto 4:</b> Criação de áreas de preservação permanente</p> <p><b>Projeto 5:</b> Recuperação e preservação das matas ciliares</p>

**Quadro 48:** Eixo Meio Ambiente e Qualidade de Vida

**Fonte:** Relatório da Oficina Estadual com Comitês Temáticos, Novembro 2010.

## 26.6 Eixo Ação Fundiária

Os Eixos Definidos para a Dimensão Socioeconômica foram: Ação Fundiária, Infraestrutura, Organização Sustentável da Produção no campo e na cidade.

O Eixo Ação Fundiária a partir do objetivo estratégico traçado gerou três programas: o primeiro Programa de Obtenção de Terras e Assentamento de Famílias, com dois projetos; o segundo Programa de Recuperação dos Assentamentos com sete projetos e o terceiro Programa de Ordenamento e Regularização Fundiária com quatro projetos, conforme o Quadro 49 a seguir:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Assegurar o acesso a terra e geração de trabalho e renda no campo.	<b>Programa 1:</b> Obtenção de Terras e Assentamento de Famílias.	<b>Projeto 1:</b> Desapropriação de terras para fins de reforma agrária; <b>Projeto 2:</b> Projeto complementar de apoio a reforma agrária via Programa Nacional de Crédito Fundiário
	<b>Programa 2:</b> Recuperação dos Assentamentos	<b>Projeto 1:</b> Recuperação da Capacidade Produtiva (Apoio para implantação) <b>Projeto 2:</b> Recuperação, ampliação e construção de açudes nas áreas de assentamentos. Construção de adutoras, cisternas <b>Projeto 3:</b> Manejo da Caatinga nos assentamentos e comunidades rurais, preservação e recuperação de matas ciliares <b>Projeto 4:</b> Organização, Produção e Comercialização da produção; <b>Projeto 5:</b> Reforma e ampliação nas áreas de assentamento. Construção de armazéns, depósitos e estradas nos assentamentos e comunidades rurais <b>Projeto 6:</b> Construção de escolas do campo; <b>Projeto 7:</b> Infraestrutura básica (água, alimentação, outros) para acampamentos que não estão na condição assentamento.
	<b>Programa 3:</b> Ordenamento e Regularização Fundiária	<b>Projeto 1:</b> Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural (Recadastramento dos imóveis rurais. Fiscalização e acompanhamento dos cadastros rurais) <b>Projeto 2:</b> Georeferenciamento e Regularização Fundiária de Imóveis Rurais <b>Projeto 3:</b> Regularização fundiária e aplicação da lei vigente para pequenas propriedades; <b>Projeto 4:</b> Conclusão do georeferenciamento e regularização dos imóveis rurais do território

**Quadro 49:** Eixo Ação Fundiária

**Fonte:** Relatório da Oficina Estadual com Comitês Temáticos, Novembro 2010.

## 26.7 Eixo Infraestrutura

O Eixo Infraestrutura a partir do objetivo estratégico traçado gerou três programas, quais sejam: Programa de Integração Viária no Território que conta com três projetos; o segundo Programa Infraestrutura Elétrica conta com um projeto e o terceiro Programa de Construção de reservas hídricas que conta com quatro projetos, todos relacionados no Quadro 50 a seguir:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS
<p>1. Garantir a infraestrutura básica como suporte para o desenvolvimento social e produtivo do território.</p>	<p><b>Programa 1:</b> Integração Viária no Território</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Recuperação de estradas intermunicipais e de integração territorial:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Piçarramento para construção de bueiros e passagens molhadas</li> <li>Trecho 1: Encantado/Município de Senador Pompeu</li> <li>-Trecho 2: Quixeramobim/Boa Esperança/Poço da Serra/Timbaúba/Município de Banabuiú</li> <li>- Trecho 3; Quixeramobim/Manituba/São José/Município de Boa Viagem</li> <li>- Trecho 4: Mombaça/Senador Pompeu via Sítio Bonito</li> <li>- Trecho 5: Quixadá/Barra do Sitiá em Banabuiú</li> <li>- Trecho 6: Quixadá/Custódio/Algodões/Município de Madalena</li> <li>- Trecho 7: Choró/PA Ouro Branco/Monte Castelo/Madalena/Quixeramobim</li> <li>- Trecho 8: Choró/Distrito de Barbada/ Distrito de Juá em Quixadá</li> <li>-Trecho 9 – Comunidade cafundó em Choro</li> <li>- Trecho 10: Barra do Sitiá em Banabuiú/Município de Ibicuitinga;</li> <li>-Trecho 11: Ibicuitinga/Açude dos Pinheiros/Carrapiço/PA Seixo/Extrema/Ibaretama</li> <li>- Trecho 12: Ibaretama/Pirangi/Nova vida/Morada Nova</li> <li>- Trecho 13: Ibaretama/Pirangi/Aracoiaba</li> <li>- Trecho 14: Ibaretama/Pirangi/Itapiuna</li> <li>- Trecho 15: BR 226 passando pelo distrito de Assunção/Maratoã/Betania (Irapuan Pinheiro</li> <li>Trecho 16: Milhã/Quixeramobim passando pelos distritos de Carnaubinha, Ipueiras/ Berilândia, Nenelândia Quixeramobim.</li> <li>Trecho 17: Ibicuitinga – Açude dos Pinheiros – Chile/PA Barbada I e II a CE 138 que liga Morada Nova a Cristais.</li> <li>Trecho 18: Piquet Carneiro – Ibicurá – Irapuan Pinheiro</li> </ul> <p><b>Projeto 2:</b> Construção de estradas intermunicipais e de integração territorial:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Trecho 1: Quixeramobim/Madalena ligando a CE060 à BR020</li> <li>- Trecho 2: Piquet Carneiro/Senador Pompeu via Parada</li> <li>- Trecho 3: Quixadá/Choró/BR020</li> </ul> <p><b>Projeto 3:</b> Consórcio público de aquisição de</p>



OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS
		máquinas para construção de estradas vicinais
	<p><b>Programa 2:</b> Infra estrutura Elétrica</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Universalização da energia elétrica nas residências rurais  <u>Em Quixeramobim:</u> Oitica/ Sitio Verde, Senador Pompeu e Riacho da Cruz.  <u>Em Ibicuitinga:</u> Xique xique, Serra dos Gomes e Serra dos Costa.</p>
	<p><b>Programa 3:</b> Construção de reservas hídricas</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Construção de um Açude Intermunicipal (Distrito de Boa Vista em Mombaça abrangendo comunidades de Pedra Branca e Tauá)  <b>Projeto 2:</b> Ampliação de Açudes Intermunicipais  <b>Projeto 3:</b> Locação e Perfuração de Poços Profundos com instalação de dessalinizadores, acompanhados de estudos que aponte possibilidades de existência de água (Comunidades beneficiadas: PAs Boa Esperança, Viçosa de Cima, Alto Vermelho e Lagoa dos Bois – Ibicuitinga; Sitio Veiga e Sítio Tanques – Quixadá; Catolé dos Bentos, Serrote Verde e Maracanã – Piquet Carneiro  <b>Projeto 4:</b> Construção de Aduadoras e Abastecimento de Água Tratada Em Quixeramobim: São Bernardo/São Cristovão, Ipueiras/São Joaquim, Telha Velha, Calumbi, Cachoeira do Germano, Ipueiras, Massapê, Sto Antonio, Poço Cercado, PA Freitas, Oratório, Freitas, Passagem dos Prudente, Lagoa do Fofô, Porto Seguro, Valentim, PA Posto Agropecuário, PA Nova Ladeira , Jupira e Nova Olinda. Em Pedra Branca: PA Olho D'água da Vaca, Garapa/Garapinha, Milagres, Rosário/Veneza, Bom Jesus e Poço Danta. Em Ibicuitinga: Xique xique e Melancia. Em Quixadá: PA Palmares e PA Olivença. Em Mombaça: São Bento, São João, Lagoa de Dentro, Várzea Comprida, Lagoa da Moita e Santiago. Em Piquet Carneiro: Catolé dos Bentos, Malvas, Açude Velho, Maracanã, Timbaúba, Tataíra, Fechado, Sítio Alto, Pau Darco, Salgadinho, Extrema, Cachoeira, Melado, Maniçoba e Serrote Verde.</p>

**Quadro 50:** Eixo Infraestrutura

**Fonte:** Relatório da Oficina Estadual com Comitês Temáticos, Novembro 2010.

## 26.8 Eixo Organização Sustentável da Produção no Campo e na Cidade

O Eixo Organização Sustentável da Produção no Campo e na Cidade a partir dos quatro objetivos estratégicos traçados gerou cinco programas: o primeiro Programa de Estruturação e Fortalecimento dos Serviços Territoriais com quatro projetos; o segundo Programa de Organização de Subsistemas Produtivos de Base Familiar com cinco projetos; o terceiro Programa de Estruturação de Unidades de processamento e Beneficiamento de Produtos da Agricultura Familiar com sete projetos e o Programa de Comercialização da produção de Base Familiar com três projetos; e o quinto Programa denominado de Desenvolvimento do Turismo com dois projetos, conforme o Quadro 51 a seguir:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Assegurar serviços na organização da produção e comercialização com ênfase na agricultura familiar e empreendimentos solidários	<b>Programa 1:</b> Estruturação e Fortalecimento dos Serviços Territoriais	<p><b>Projeto 1:</b> Implantação de uma base de serviço de integração de ações de formação, capacitação e treinamento</p> <p><b>Projeto 2:</b> Apoio às bases de serviço de comercialização;</p> <p><b>Projeto 3:</b> Fortalecimento da cooperativa de crédito e bancos comunitários do Território</p> <p><b>Projeto 4:</b> Criar uma base de serviço de integração de ações de assessoria e assistência técnica em rede</p>
2. Apoiar a implantação de sistemas produtivos com foco na geração de oportunidades de trabalho e renda	<b>Programa 1:</b> Organização de Subsistemas Produtivos de Base Familiar	<p><b>Projeto 1:</b> Fortalecimento da cadeia produtiva da apicultura, da bovinocultura mista (corte e leite), da fruticultura, ovinocaprinocultura, da piscicultura e da avicultura (galinha caipira).</p> <p><b>Projeto 2:</b> Intercâmbio entre grupos de mulheres para conhecer experiências produtivas exitosas</p> <p><b>Projeto 3:</b> Implantação de farmácia viva e manipulação de produtos fitoterápicos</p> <p><b>Projeto 4:</b> Aprimoramento da produção artesanal agregando valor e garantindo o acesso a novos mercados</p> <p><b>Projeto 5:</b> Capacitação de jovens de ambos os sexos e mulheres em agroecologia, associativismo e cooperativismo e gestão de atividades produtivas</p>

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS
3. Agregar valor a produção via processamento e comercialização da produção	<p><b>Programa 1:</b> Estruturação de Unidades de processamento e Beneficiamento de Produtos da Agricultura Familiar</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Aquisição de tanques de resfriamento de leite  <b>Projeto 2:</b> Reestruturação de casas de mel existentes e construção de novas, sifadas  <b>Projeto 3:</b> Implantar unidades de processamento de grãos em cada micro-território  <b>Projeto 4:</b> Construção de unidades de processamento de pescados  <b>Projeto 5:</b> Construção de unidades de processamento de ovinos e caprinos  <b>Projeto 6:</b> Reestruturação e implantação de mini-usinas de beneficiamento de castanha e pedúnculo de caju  <b>Projeto 7:</b> Implantação de infraestrutura para exploração de minérios nos assentamentos</p>
	<p><b>Programa 2:</b> Comercialização da produção de Base Familiar</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Implementar e apoiar as feiras da agricultura familiar  <b>Projeto 2:</b> Potencializar os espaços de comercialização das organizações de artesãos através do Projeto Casa de Arte  <b>Projeto 3:</b> Implantar feiras periódicas de artesanato no Território</p>
4. Valorizar e dinamizar o potencial turístico do território.	<p>Programa 1: Desenvolvimento do Turismo</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Implantação de ações de turismo ecológico, focado na Agricultura Familiar e no roteiro turístico do Território do Sertão Central.  <b>Projeto 2:</b> Implantação de ações de turismo rural em comunidades e assentamentos rurais</p>

**Quadro 51:** Eixo Organização Sustentável da Produção no Campo e na Cidade

**Fonte:** Relatório da Oficina Estadual com Comitês Temáticos, Novembro 2010.

## 26.9 Eixo Gestão Territorial

O Eixo de Gestão Territorial originou dois objetivos estratégicos cada um deles organizou um Programa, o primeiro Programa de Estruturação e Fortalecimento dos Colegiados Territoriais, Municipais e dos Comitês e Fóruns Setoriais com nove projetos e o segundo Programa de Criação de um Sistema de Gestão das Ações Territoriais com dois projetos, conforme o Quadro 52 a seguir:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS
<p><b>1. Assegurar a participação o empoderamento da população na construção do desenvolvimento do território.</b></p>	<p><b>Programa 1.</b> Estruturação e Fortalecimento dos Colegiados Territoriais, Municipais e dos Comitês e Fóruns Setoriais</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Estruturação do Escritório-sede dos CODETER.  <b>Projeto 2:</b> Revitalização dos Colegiados Municipais –CMDS  <b>Projeto 3:</b> Acompanhamento, Monitoramento e Divulgação das Ações Desenvolvidas no Território  <b>Projeto 4:</b> Estruturação de Fóruns setoriais de produção e Comitês Setoriais (Jovens, Mulheres, pescadores, outros)  <b>Projeto 5:</b> Estruturação dos Fóruns Setoriais da Bovinocultura de Leite, Apicultura, Ovinocaprinocultura e Pesca.  <b>Projeto 6:</b> Criação de Fundo de Apoio ao Funcionamento dos Comitês Setoriais e Comitês Temáticos  <b>Projeto 7:</b> Fortalecimento de Grupos de Mulheres existentes no território e criação de novos grupos  <b>Projeto 8:</b> Criação de espaços de diálogos entre comitês setoriais do território  <b>Projeto 9:</b> Fortalecimento para criação de grupos de jovens.</p>
<p><b>2. Criar mecanismos para o controle social das ações de apoio ao desenvolvimento territorial</b></p>	<p><b>Programa 1.</b> Criação de um Sistema de Gestão das Ações Territoriais</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Criar um Sistema de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Projetos Territoriais.  <b>Projeto 2:</b> Criar um Sistema de Acompanhamento e Monitoramento das Ações Territoriais.</p>

**Quadro 52:** Eixo Gestão Territorial

Fonte: Relatório da Oficina Estadual com Comitês Temáticos, Novembro 2010.

## 27 PROJETOS ESTRATÉGICOS PRIORIZADOS PELO TERRITÓRIO

Levando-se em consideração o grande volume de demandas apresentadas pelo território, e diante da fragilidade do mesmo quanto à capacidade técnica de transformá-las em projetos viáveis e sustentáveis, o colegiado territorial priorizou três projetos estratégicos com potencial de acelerar o processo de desenvolvimento produtivo no território. Os referidos projetos foram selecionados a partir das potencialidades locais e vantagens comparativas frente a outras regiões do país, e têm como objetivos finalísticos acelerar o processo de geração de oportunidades de trabalho e renda. O Quadro 53 abaixo apresenta os projetos priorizados pelo território.

PROJETOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
<b>1. Organização do Subsistema da Bovinocultura de Leite</b>	1. Melhoria das técnicas de manejo alimentar: aquisição de motos ensiladeiras, construção de silos trincheiras, aquisição de equipamentos para silos sinchos, capacitação sobre técnicas de armazenamento de forragens; 2. Melhoria das técnicas de manejo reprodutivo: introdução de matrizes e reprodutores de qualidade e kits de inseminação artificial; 3. Melhoria das técnicas de manejo sanitário: melhoria da infraestrutura de manejo, kits de higienização de leite; kits de ordenha. Dentre outras técnicas; 4. Agregar valor a produção via processamento do leite: Instalação de tanques de resfriamento de leite e mini-usinas de pasteurização de leite.
<b>2. Construção de Estradas de Integração Territorial</b>	1. Fazer um estudo de viabilidade
<b>3. Implantação de um Campus Universitário no Micro Território II em Senador Pompeu</b>	1. Abrir canal de negociação com as universidades

**Quadro 53:** Projetos e Ações Estratégicas do Território Sertão Central

**Fonte:** Relatório da Oficina Estadual com Comitês Temáticos, Novembro 2010.



## **Parte IV**

# **SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO**

**Proposição**





## SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO

O Sistema de gestão do plano caracteriza por dois processos simultâneos e interrelacionados, um intrínseco e outro extrínseco. Conforme as Orientações Gerais para a Elaboração e Qualificação do PTDRS, o processo intrínseco consiste, principalmente, na intensidade de responsabilidade social que o colegiado se atribui ao assumir a gestão no sentido da materialização dos objetivos, metas e resultados e também no contínuo processo de qualificação do próprio sistema. Enquanto que o processo extrínseco consiste na competência social do colegiado buscando a maior governança nos acordos e negociações com parceiros e atores das diversas esferas de concertação possíveis da União.

Os dois processos prescindem da ação efetiva dos colegiados assumirem a gestão social dos planos. Todavia os territórios carecem ainda de um amadurecimento de suas instancias colegiadas, por conta da transitoriedade de representação dessas instancias, tanto aqueles que elaboraram o plano quanto os que estão na fase de qualificação.

O plano de gestão a ser construído durante o processo de formulação da visão do futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes, dos eixos de desenvolvimento, dos programas e dos projetos estratégicos territoriais não contemplou os demais elementos de gestão territorial, quais sejam: os instrumentos para a implementação, o gerenciamento social, sua operacionalização (metas e resultados) e a governança sobre os acordos externos e seus instrumentos de controle social (indicadores).

A implementação dos PTDRS tem como ponto de partida a reestruturação das instancias colegiadas de forma que possibilite garantir sua representatividade e retome a formulação dos demais elementos necessários a gestão social do plano territorial.

A gestão social é um processo no qual se estabelece uma nova forma de participação, negociação, alcance de consensos e democratização das decisões que definem a natureza, foco e prioridades da aplicação dos instrumentos da política. O processo viabilizará a promoção da legitimação de

espaços da participação dos atores sociais no contexto da definição das políticas públicas de interesse do Território.

Nessa direção, a gestão aqui apresentada deve ser compreendida como uma proposta que estimula o surgimento de uma ambiência político-institucional favorável à construção de relações sociais mais horizontais e emancipatórias (relações de poder estabelecidas entre os arranjos institucionais locais).

O planejamento, a execução, e o controle (o monitoramento e a avaliação) são etapas imbricadas que compõem gestão, e se realizadas de forma participativa, envolvendo os distintos atores que compõem o Território, poderão produzir as transformações necessárias. Neste Plano toda a etapa de qualificação foi cumprida, com a mais ampla participação da sociedade civil, através de representações de segmentos presentes na Plenária do Território, assim como daquelas instituições públicas presentes na Plenária e Comitês Temáticos. A sua execução se efetivará em função das articulações realizadas pelo Colegiado Territorial e Rede de Colegiados Estadual com os governos Federal, Estadual e Municipal e ainda pelo envolvimento da sociedade organizada que, pelo que ficou demonstrado no processo de elaboração do Plano, já se organiza para sua efetivação. O controle é essencial para a realimentação do processo, assim se poderá tomar as medidas indicadas para o aperfeiçoamento permanente da gestão, daí a necessidade de um tratamento cuidadoso na sua implementação.

Os ciclos de gestão se iniciam por meio do monitoramento e avaliação (M&A), ou seja, antigos e novos atores são sensibilizados e mobilizados para discutir e refletir sobre as ações, bem como identificar o que pode ser redirecionado ou aperfeiçoado.

O papel fundamental das práticas de M&A é medir a eficiência e eficácia da implantação das políticas públicas. O PTDRS se apresenta como o instrumento de planejamento mais amplo e articulado, sem desconsiderar a importância do diálogo com as demais experiências em andamento no território, subsidiando, permanente e gradativamente, a execução do já mencionado plano e seus resultados.

A gestão social é o responsável também pela identificação dos resultados e impactos, bem como pela formulação de medidas de aperfeiçoamento. O monitoramento é o acompanhamento sistemático das ações passo a passo e está mais relacionado ao andamento das etapas/atividades em si. A avaliação tem intervalos mais amplos, em geral um ano ou um ciclo de projeto, e tem como propósito analisar todos os aspectos possíveis, até mesmo questionar a planificação. Já a monitoria serve para guiar um processo ou projeto sem sair do seu marco inicial. A avaliação, portanto, é mais profunda do que a monitoria e precisa de mais dados e de análises mais complexas.

Assim, a avaliação deve ser trabalhada através dos três indicadores abaixo relacionados:

- De avaliação de processo: verifica se as atividades previstas relacionadas com os produtos/objetivos e o modelo de gestão estão funcionando. Em geral chama-se de monitoria exatamente o acompanhamento sistemático das ações passo a passo, ou, ainda, a avaliação do processo, os avanços e deficiências no processo de planejamento, execução e gestão.
- De avaliação de resultado: verifica se os produtos relacionados com os objetivos foram realizados e alcançados. A avaliação de resultados fornece elementos para a redefinição de objetivos e revisão da estratégia, ou seja, do caminho proposto para se chegar aos objetivos.
- De avaliação de impacto: verifica a contribuição dos produtos/resultados alcançados na solução dos problemas, mudança da realidade, melhoria da qualidade de vida, ou seja, a materialização da visão de futuro. Tais impactos referem-se às mudanças mais duradouras ou significativas e, portanto, mais difícil de medir. Muitas vezes requer um “marco zero” de informações sobre as condições de vida dos diversos segmentos, em particular da agricultura familiar para permitir a comparação posterior.

Nessa direção, o Colegiado Territorial irá construir o formato teórico-metodológico do controle para a gestão social do desenvolvimento territorial, bem como os mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação na perspectiva de elevar o patamar de participação cidadã dos atores que conformam o colegiado territorial e dos demais agentes sociais no controle social do PTDRS e nas ações sociais públicas. Em outras palavras, é preciso construir os arranjos institucionais para a gestão do PTDRS capazes de responder pelo processo de monitoramento e avaliação tanto do PTDRS, quanto dos projetos, desafios estes a serem coordenados por uma estrutura colegiada responsável pela gestão social do território.

Essa estrutura colegiada precisa dialogar com as demais estruturas existentes no território, a exemplo dos CMDS, conselhos setoriais, fóruns, e redes, no sentido de fomentar avanços significativos nos componentes que qualificam as relações entre Estado e sociedade civil, ou seja: um desenho institucional que atenda às exigências do projeto de desenvolvimento territorial, o estímulo à presença de uma sociedade civil mobilizada e o compromisso dos gestores públicos com o projeto de participação social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este plano foi materializado com ampla participação do Colegiado Territorial de acordo com o papel atribuído a cada uma de suas instâncias. Portanto, do ponto de vista da apropriação do documento como ferramenta de gestão para a construção do desenvolvimento sustentável, o colegiado respeitando as definições da plenária geral, para implementação do mesmo assumiu no plano da dimensão sociocultural educacional: assegurar o acesso a políticas de direito e inclusão social; formar cidadãos/ãs conscientes para a construção do desenvolvimento com sustentabilidade; resgatar e Fortalecer a Cultura Popular e Tradicional; Inserir crianças, adolescentes e juventude nas práticas de esporte e lazer; garantir as condições básicas de acesso à saúde; Melhoria da qualidade de saúde população;

No plano da dimensão ambiental: criar alternativas de produção e de convivência com o semi-árido e geração de renda; contribuir com a recuperação, preservação e a utilização do bioma caatinga de forma sustentável.

No plano da dimensão socioeconômica: assegurar serviços na organização da produção e comercialização com ênfase na agricultura familiar e empreendimentos solidários; apoiar a implantação de sistemas produtivos com foco na geração de oportunidades de trabalho e renda; agregar valor a produção via processamento e comercialização da produção; valorizar e dinamizar o potencial turístico do território; inserir mulheres trabalhadoras rurais e urbanas como sujeitas dos processos de desenvolvimento do território; inserir a juventude rural e urbana como sujeitos dos processos de desenvolvimento do território; garantir a infraestrutura básica como suporte para o desenvolvimento social e produtivo do território; assegurar o acesso a terra e geração de trabalho e renda no campo.

No plano da dimensão político institucional: Assegurar a participação e o empoderamento da população na construção do desenvolvimento do território; criar mecanismos para o controle social das ações de apoio ao desenvolvimento territorial.

Por fim, destaca-se a importância do papel que o colegiado territorial irá desempenhar em conjunto com a rede estadual de colegiados territoriais na divulgação e na negociação de recursos visando à implementação das ações e dos projetos territoriais.

Caberá as instancias colegiadas dentro de seu papel construir os planos de ação de acordo com o seu nível de atuação e colocarem em prática os projetos conforme prioridades estabelecidas no cronograma de execução.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, CAPISTRANO. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. São Paulo: BRIGUET, 1930.

AFONSO, Cintia Maria. Sustentabilidade. Caminho ou utopia? São Paulo: Annablume, 2006.

AKERMAN, Marco. Saúde e Desenvolvimento Local – princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica - São Paulo: Editora HUCITEC, 2ª Ed, 2005.

ARAÚJO, F.S. SAMPAIO, E.V.B.S; FIGUEIREDO, M.A; RODAL, M.J.N; FERNANDES, A.G. Composição florística da vegetação de carrasco, Novo Oriente, CE. In: Rev. bras. Bot. vol. 21 n. 2 São Paulo Aug. 1998.

ARROIO, JOÃO CLÁUDIO TUPINAMBÁ. Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006 (Coleção Brasil Urgente).

BARROSO, Gustavo. À Margem da história do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1962.

BORZACCHIELLO, JOSÉ CAVALCANTE, TÉRCIA E DANTAS, EUSTÓGIO (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

BRANT de Carvalho, Maria do Carmo. In: ÁVILA, Célia M. de (coord.) Gestão de Projetos Sociais - São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária – AAPCS, 1999, p.57-77.

Brasil. Capacita SUAS. Volumes 1, 2 e 3. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais do Pontífice Universidade Católica de São Paulo – 1ª Edição. Brasília: MDS, 2008.

Brasil. MDA/CONDRAF. Documento-base para a Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Documento-base para as Conferências Estaduais. Desenvolvimento Rural Sustentável: por um Brasil rural com gente. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 3. Brasília: 2006.

\_\_\_\_\_. Institucionalidade para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 1. Brasília: 2005.

Brasil. MDA/SDT/NEAD. Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e cooperação do IICA. Brasília: CONDRAF, Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

BRASIL. MDA/SDT. Documento do Guia de Orientações para elaboração e qualificação do PTDRS. Brasília, DF: MDA, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação, 2009. Disponível em: < [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em: 27 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura, 2009. Disponível em: <[www.minc.gov.br](http://www.minc.gov.br)>. Acesso em: 30 jun. 2010.

Brasil. MESA/FOME ZERO/CONSEA. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. Brasília: Documento Base, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Sistema de Avaliação e Monitoramento do PRONAF. Dados sistematizados do BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN e BNDES.

\_\_\_\_\_. Dados atualizados até BACEN: até 06/2008; BANCOOB até 09/2008; BANCO COOPERATIVO SICREDI: até 09/2008; BASA: até 11/2008; BB: até 11/2008; BN: até 10/2008 e BNDES: até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos à alterações. Data da Impressão: 23 jan. 2009.

BRAVO, MARIA INÊS SOUZA E PEREIRA, POTYARA A.P. (Orgs.). Política Social e Democracia. São Paulo: Cortez RJ - UERJ, 2007.

BRENO BRINGEL, MARIA VICTÓRIA ESPIÑEIRA (Orgs). Dossiê: Movimentos Sociais e Política. Caderno CRH 54: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA. Salvador: UFBA, 2008.

CÂMARA, Gilberto. Análise espacial de dados geográficos. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CÂMARA, Gilberto; MEDEIROS, José Simeão de; MONTEIRO Antônio Miguel Vieira. Geoprocessamento para projetos ambientais. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CARVALHO, G.M.B.S; SOUZA,M.J.N; SANTOS,S.M. ALMEIDA, M.A.G; FILHO, M.R.F. Adaptado de Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará, 2000. In: Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto , Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3707-3803.

CEARÁ, Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). Fortaleza, 2008/2011

CEARA. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável. Síntese dos Indicadores Sociais do Governo do Estado do Ceará, 2008. Fortaleza, 2009.

CEARÁ. Secretaria de Cultura do Estado, 2010. Disponível em: <[www.secult.ce.gov.br](http://www.secult.ce.gov.br)>. Acesso em: 15 jun. 2010.



CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado, 2010. Disponível em: <www.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2010.

CEARA. SEDUC / UNICEF. Censo Comunitário Educacional. Fortaleza, 1996.

CEARA. SEDURB. Informações Básicas Municipais de Quixeramobim. Fortaleza, 1998.

DUARTE, E. C. ET AL. Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil: um estudo exploratório. Brasília, Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.

EMBRAPA. Principais classes de solos do sistema brasileiro de classificação: classes usadas nos levantamentos pedológicos do Brasil. s.n.t.

Equipe Técnica da SDT e CONSULTORES Externos. Referências para a Gestão Social dos Territórios Rurais: Guia para o Controle Social – Documento de Apoio Nº 4. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Brasília – 2006

Equipe Técnica Estadual do Programa Territórios da Cidadania - CE. (Orgs.) Documento para Discussão e Aprimoramento pelos Colegiados Territoriais Orientações para Pensar os Espaços e Estratégias Organizacionais com vistas à Estruturação, (Re) estruturação ou Fortalecimento dos Colegiados no Contexto do Desenvolvimento Territorial com Sustentabilidade. Fortaleza: Maio 2009 (Texto impresso)

FALCÃO, J.A.G. O Turismo internacional e mecanismo de circulação. In: YAZIGI et al. (Org.) Turismo, espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 80

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS. Plano de gestão urbano-ambiental integrada para o Município de Caucaia. Fortaleza: FUNCEME, 1994.

IPLANCE. Anuário Estatístico do Ceará 1998 / 99. Fortaleza, 2000.

MEDEIROS, José Simeão de. Bancos de dados geográficos e redes neurais artificiais: tecnologias de apoio à gestão do território. (Tese de Doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

Ministério da Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. 4ª Ed., 1998. Brasília, Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.

Ministério da Saúde. Sistema de Planejamento do SUS: uma construção coletiva- organização e funcionamento. Vol. 1., 3ª Ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

Ministério da Saúde. Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – Relatório de Situação Ceará. Brasília: ministério da Saúde, 2009.

MONTAÑO, CARLOS. Terceiro setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.

MORIN, Edgar. Para Onde Vai o Mundo? Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

OFICINAS DE QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO. Em novembro de 2010.

PREFEITURAS dos municípios que formam o Território, informações sobre cultura e educação, 2010.

Publicação Especial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Territórios da Cidadania: Integração de políticas públicas para reduzir desigualdades. Brasília: Gráfica Santa Bárbara Ltda., 2009.

PACTO DAS ÁGUAS. Disponível em: < [www.cogerh.com.br](http://www.cogerh.com.br) > Acesso em: Novembro de 2010.

PREVINA. Disponível em: < [www.funceme.br](http://www.funceme.br) > Acesso em: Dezembro de 2010.

RABELO, Catarina Maria. Documento Técnico: Um sensível olhar sobre a atuação-relação entre o colegiado territorial e a equipe técnica no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial. Mimeo. Fortaleza, 2008/2009.

RELATÓRIO Periódico da Plenária Territorial, Ceará, 2009.

\_\_\_\_\_. 2010.

RELATÓRIO do Encontro dos Comitês Temáticos da Cultura, Educação, Juventude e Mulheres, Ceará, 2009.

OPAS. Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações.

ce.html>. Acesso em: 23 out. 2009.

SCHNEIDER, SÉRGIO SILVA, MARCELO KUNRATH E MARQUES, PAULO EDUARDO. Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

SEPÚLVEDA, SERGIO. Desenvolvimento Microrregional Sustentável. Métodos para planejamento local. Brasília: IICA, 2005.

SOUZA, Simone. (Coord.) História do Ceará. Fortaleza: UFC; Fundação Demócrito Rocha, Stylus Comunicações, 1989.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Disponível em: < [www.semace.ce.gov.br](http://www.semace.ce.gov.br) > Acesso em: Novembro de 2010.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Disponível em < [servicos.ibama.gov.br/cogeq](http://servicos.ibama.gov.br/cogeq) > Acesso em: Novembro de 2010.